



Demonstrações Contábeis Completas em IFRS

30 de junho de 2018



Itaú Unibanco Holding S.A.

***Demonstrações contábeis
consolidadas em
30 de junho de 2018
e relatório do auditor independente***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Itaú Unibanco Holding S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Itaú Unibanco Holding S.A. ("Banco") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data e as demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o trimestre findo em 30 de junho de 2018, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

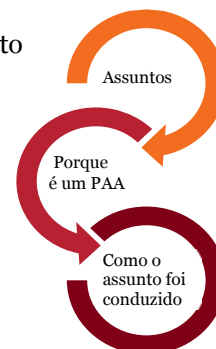
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco e suas controladas em 30 de junho de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e trimestre findos nessa data, de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Itaú Unibanco Holding S.A.

Nossa auditoria do 1º semestre de 2018 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco não apresentaram modificações significativas em relação ao ano anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do ano anterior, exceto pela inclusão do PAA relacionado à adoção do IFRS 9 - *Financial Instruments*.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

IFRS 9 - *Financial Instruments* (Notas 2.2(a), 2.3.1(a), 2.3.1(c), 2.4(e), 7 a 11 e 12(c))

O IFRS 9 entrou em vigor em janeiro de 2018. O Itaú Unibanco Holding S.A. adotou a referida norma retrospectivamente de forma a permitir a comparabilidade de saldos. O IFRS 9 substitui a IAS 39 - *Financial Instruments* e trouxe modificações em relação aos temas de classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, metodologia de *impairment* e *hedge accounting*.

As principais consequências decorrentes da adoção do IFRS 9 pelo Itaú Unibanco Holding S.A. são: (i) alteração no critério de reconhecimento da provisão para créditos de perda incorrida para perda esperada; e (ii) revisão dos critérios de classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, conforme detalhado na Nota 2.2. O Itaú Unibanco Holding S.A. continuará aplicando as políticas contábeis de *hedge accounting* previstos na IAS 39, tal como permitido pela IFRS 9.

A provisão para perda esperada foi definida como área de foco em nossa auditoria, uma vez que envolve julgamento da administração na classificação dos créditos nos estágios previstos na IFRS 9 - *Financial Instruments*, bem como na determinação da provisão necessária mediante a aplicação de metodologia e processos que utilizam várias premissas, incluindo a situação financeira da contraparte, os fluxos de caixa futuros esperados, os valores estimados de recuperação e realização das garantias.

A classificação e mensuração dos ativos financeiros de acordo com o IFRS 9 (Nota 2.4) passou a ser efetuada com base nos modelos de negócios e nas características de seus fluxos de caixa (*Solely Payment of Principal and Interest Test - SPPI Test*).

Realizamos o entendimento do processo desenvolvido pela instituição para análise, avaliação e implantação do IFRS 9, bem como realizamos determinados procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas, relacionados a aderência aos requisitos da referida norma.

Em relação à metodologia de *impairment*, aplicamos determinados procedimentos de auditoria relacionados a: (i) análise das políticas contábeis da administração em comparação com os requisitos do IFRS 9; (ii) entendimento e testes sobre os controles relacionados à mensuração da provisão para perda esperada que consideram base de dados, modelos e premissas adotadas pela administração; (iii) testes dos modelos, incluindo o seu processo de aprovação e de validação de premissas adotadas para determinação das estimativas de perdas e de recuperação. Adicionalmente, realizamos testes sobre as garantias, projeções de fluxos de caixa, renegociações de crédito, avaliação de risco da contraparte, atrasos e outros aspectos que possam resultar em aumento significativo no risco de crédito, bem como a alocação das operações nos seus respectivos estágios conforme requisitos do IFRS9; (iv) teste das entradas para os modelos e, quando disponíveis, comparação dos dados e premissas utilizadas com dados de mercado; e (v) análise das divulgações realizadas pela administração nas demonstrações contábeis em atendimento aos requisitos do IFRS7 e IFRS9.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração inclusive para adoção do IFRS 9 na determinação e registro da provisão para perda esperada são apropriados e consistentes, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações contábeis.

Itaú Unibanco Holding S.A.

Porque é um PAA

Os instrumentos financeiros classificados na categoria de valor justo por meio do resultado incluem determinadas operações com pouca liquidez e sem mercado ativo, substancialmente compostos por aplicações em títulos emitidos por empresas e por contratos de derivativos. A mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros é sujeita a subjetividade, uma vez que depende de técnicas de avaliação baseadas em modelos internos e que envolvem premissas da administração para sua valorização

Esses outros assuntos também foram foco de nossa auditoria em função do contexto mencionado acima.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Em relação a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros, destacamos os seguintes procedimentos de auditoria:

- (i) Análise das políticas contábeis da Administração em comparação com os requerimentos do IFRS 9.
- (ii) Entendimento e testes sobre o processo de avaliação de modelo de negócio utilizada pela administração e sobre os fluxos de caixa contratuais que são base para o "teste de pagamento de principal e juros - *SPPI test*".
- (iii) Atualizamos nosso entendimento sobre a metodologia de valorização desses instrumentos financeiros e as premissas adotadas pela administração mediante a comparação com metodologias e premissas independentes. Reexecutamos, em base amostral, a valorização de determinadas operações, bem como comparamos as premissas e metodologias utilizadas pela administração com nosso conhecimento sobre práticas de valorização usualmente adotadas e analisamos a consistência dessas metodologias com as aplicadas em períodos anteriores.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros e derivativos são apropriados e consistentes com as divulgações em notas explicativas e que os requisitos do IFRS 9 foram considerados no contexto de relevância das demonstrações contábeis.

Ambiente de tecnologia da informação

O Itaú Unibanco Holding S.A. e suas controladas são dependentes da sua estrutura de tecnologia para processamento de suas operações e consequente elaboração das demonstrações contábeis. A tecnologia representa aspecto fundamental na evolução dos negócios do Itaú Unibanco e nos últimos anos, foram feitos investimentos significativos de curto e longo prazo em sistemas e processos de tecnologia da informação.

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles automatizados dos sistemas aplicativos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis.

Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles relevantes, e quando necessário, testes dos controles



Itaú Unibanco Holding S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>A estrutura de tecnologia, devido ao histórico de aquisições e porte de suas operações, é composta por mais de um ambiente de tecnologia com processos distintos e controles segregados.</p> <p>A não adequação do ambiente de controles gerais de tecnologia e de seus controles dependentes poderia acarretar em processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações contábeis, bem como ocasionar riscos relacionados à segurança da informação e <i>cybersecurity</i>. Dessa forma, essa continuou como área de foco de nossos trabalhos de auditoria.</p>	<p>compensatórios, bem como a execução de testes relacionados com a segurança da informação, incluindo gestão de acesso e segregação de função.</p> <p>Os procedimentos de auditoria aplicados, resultaram em evidências apropriadas que foram consideradas na determinação da natureza, época e extensão dos demais procedimentos de auditoria e consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia da informação proporcionaram uma base satisfatória para ser utilizada no resultado de nossa auditoria das demonstrações contábeis.</p>
Crédito tributário (Notas 2.3.1(b) e 27(b))	
<p>O crédito tributário oriundo de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, é registrado à medida em que a administração considera provável que o Itaú Unibanco Holding S.A. e suas controladas irão gerar lucro tributário futuro. A projeção de lucro tributário futuro contém diversas premissas de natureza subjetiva estabelecidas pela administração.</p> <p>Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário futuro poderia modificar significativamente os prazos previstos para realização dos créditos tributários, com consequente impacto contábil.</p>	<p>Testamos o desenho e a efetividade dos principais controles estabelecidos pela administração para apuração dos créditos tributários, seu registro nos termos das normas contábeis, que incluem a necessidade de análise das perspectivas de realização desses créditos, mediante projeções de lucros tributários futuros.</p> <p>Realizamos testes de desenho e a efetividade dos principais controles sobre as respectivas divulgações, bem como, comparamos as premissas críticas utilizadas para a projeção dos resultados futuros com informações de projeções macroeconômicas divulgadas no mercado e com dados históricos para corroborar a consistência das estimativas.</p> <p>Com o auxílio de nossos especialistas na área tributária, realizamos testes sobre a natureza e os montantes das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido, passíveis de serem deduzidos das bases de tributos futuros.</p> <p>Consideramos que as premissas adotadas pela administração na apuração e registro dos créditos tributários são apropriadas e consistentes com as divulgações em notas explicativas.</p>

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Realização dos valores registrados em Ágio (Notas 2.3.2(a), 2.4(i) e 3)

Os saldos do intangível são submetidos, semestralmente, a teste de perda por redução ao valor recuperável. Esse teste envolve estimativas e julgamentos significativos, incluindo a identificação de unidades geradoras de caixa. A determinação dos fluxos de caixa esperados e a taxa de juros ajustada ao risco para cada unidade geradora de caixa ou grupo de unidades geradoras de caixa requer o exercício de julgamento e o uso de estimativas por parte da administração.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria por: (i) envolver a projeção de resultados futuros, em que a utilização de diferentes premissas pode modificar significativamente as perspectivas de realização desses ativos e a eventual necessidade de registro de redução ao valor recuperável, com consequente impacto nas demonstrações contábeis (ii) pela representatividade do intangível decorrente da aquisição do Itaú Corpbanca.

Testamos o desenho e efetividade dos principais controles estabelecidos, incluindo a análise das premissas e julgamentos críticos utilizados pela administração.

Com o apoio de nossos especialistas, testamos as projeções e as premissas utilizadas para determinação de perda do valor recuperável do intangível elaborados pela administração, com foco nos casos mais representativos como o intangível decorrente da aquisição do Itaú Corpbanca, para corroborar a razoabilidade dessas estimativas de realização.

Consideramos que as premissas adotadas pela administração para avaliação da realização dos ativos intangíveis são apropriadas as divulgações em notas explicativas são consistentes com as informações obtidas.

Provisão para passivos contingentes (Notas 2.3.1(e), 2.4(p) e 32)

O Itaú Unibanco Holding S.A. e suas controladas apresentam passivos contingentes decorrentes principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos seus negócios, movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária.

Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.

Em algumas situações, a legislação tem facultado aos contribuintes encerrarem antecipadamente determinados processos tributários mediante redução ou eliminação de juros e multas. Nas esferas cível e trabalhista, há também a possibilidade de encerramento antecipado dos processos mediante acordos.

Testamos o desenho e efetividade dos principais controles para identificação, avaliação, monitoramento, mensuração, registro e divulgação da provisão para passivos contingentes, incluindo a totalidade e integridade da base de dados.

Os processos judiciais cíveis e trabalhistas são divididos em massificados e individualizados. Os processos massificados são quantificados com base em modelos internos e são reavaliados considerando os resultados das decisões judiciais. Com relação aos processos individualizados, a apuração é realizada periodicamente a partir da determinação do valor da sentença e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas a cada uma das ações.

Testamos os modelos utilizados para quantificação dos processos judiciais

Itaú Unibanco Holding S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Adicionalmente, em 2017, ocorreu a aprovação da reforma trabalhista e a assinatura de instrumento de acordo para encerramento de processos judiciais cíveis relacionados a planos econômicos.</p> <p>Além dos aspectos subjetivos na determinação da possibilidade de perda atribuída a cada processo, a evolução da jurisprudência sobre determinadas causas nem sempre é uniforme.</p> <p>Nesse contexto, continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria.</p>	<p>massificados de natureza cível e trabalhista. Em nossos testes da avaliação do risco dos processos judiciais individualizados, utilizamos o apoio de nossos especialistas nas áreas trabalhista, legal e fiscal, de acordo com a natureza dos processos.</p> <p>Também, realizamos procedimentos de confirmação, em base de testes, junto aos advogados internos e externos responsáveis pelos processos.</p> <p>Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação da provisão para passivos contingentes, bem como as divulgações efetuadas, são apropriados.</p>

Outros assuntos

Demonstrações consolidadas do valor adicionado

As demonstrações consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e trimestre findos em 30 de junho de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, e apresentadas como informações suplementares para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Itaú Unibanco Holding S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações



Itaú Unibanco Holding S.A.

contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, das constatações relevantes de auditoria e, quando eventualmente identificadas durante nossos trabalhos, as deficiências significativas nos controles internos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de julho de 2018

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – Janeiro a Junho de 2018

O Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis do Itaú Unibanco Holding S.A. (Itaú Unibanco ou Companhia) e de suas controladas, relativos ao período de janeiro a junho de 2018 seguem as normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de acordo com as práticas contábeis internacionais (IFRS), aprovadas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB).

A partir do dia 1º de janeiro de 2018, passou a vigorar a nova norma contábil IFRS 9 sobre instrumentos financeiros. A norma apresenta modificações relevantes em classificação e mensuração, redução do valor recuperável (*impairment*) e contabilização de *hedge*. Um dos pontos principais se refere à abordagem das perdas ocorridas. A partir da IFRS 9 serão tratadas como esperadas ao invés de incorridas, como anteriormente.

1 Ambiente Econômico

1.1) Contexto Doméstico

Em outubro de 2016, o BACEN iniciou um ciclo de cortes de juros e, desde então, a taxa Selic foi reduzida de 14,25% para os atuais 6,50% ao ano. A inflação, medida pelo IPCA, acumulada em 12 meses atingiu 4,4% em junho.

O PIB avançou 1,0% em 2017 e 1,3% no acumulado em 12 meses até março de 2018. Esse resultado configura uma melhora em relação ao observado entre 2015 e 2016, anos marcados por contração da economia.

As concessões de crédito, baseadas em dados do BACEN, cresceram 4,9% em termos reais no acumulado em 12 meses até maio de 2018. O estoque de crédito real apresentou uma queda de 1,5% em maio, na comparação anual, frente a um recuo de 6,0% no mesmo período de 2017. Na mesma comparação, o estoque de crédito como proporção do PIB diminuiu de 47,9% em 2017 para 46,6% em 2018. A inadimplência do sistema recuou 0,8 pontos percentuais ao longo dos últimos 12 meses e encontra-se em 3,3%.

A cotação do real frente ao dólar foi de R\$ 3,86 no fim do primeiro semestre, ante R\$ 3,31 no final de 2017. A posição vendida em *swaps* cambiais do BACEN encontra-se em US\$ 67 bilhões. Em contrapartida, o volume de reservas cambiais encerrou junho em US\$ 379,5 bilhões.

1.2) Contexto da América Latina (ex-Brasil)

A atividade no Chile, Colômbia e Peru está se recuperando, beneficiada por preços de *commodities* mais altos e um crescimento mais robusto da economia global. A expansão econômica também permanece firme no Paraguai, apoiada pelo crescimento da produção agrícola. Por outro lado, com condições financeiras externas mais adversas, a Argentina está apresentando acentuada desaceleração, também influenciada pelos efeitos da seca que atinge o país. A atividade no Uruguai desacelera, acompanhando o crescimento mais lento da Argentina e do Brasil.

Os bancos centrais estão adotando uma postura mais conservadora, sendo que no Chile, Colômbia e Peru há sinalização de que não há mais espaço para cortes de juros; o Paraguai está mantendo a taxa de juros estável considerando a inflação controlada; por sua vez, a Argentina e o Uruguai aumentaram suas taxas de juros.

1.3) Contexto Internacional

A economia dos EUA cresceu 2,3% em 2017 e 2,5% no acumulado em 12 meses até março de 2018. Nesse período recente, a criação de empregos continuou em ritmo forte, superior a 200 mil por mês, e a taxa de desemprego recuou para 4,0% em junho de 2018 frente a 4,1% em dezembro de 2017.

Na Zona do Euro, o crescimento da economia continua robusto, puxado pela demanda doméstica e pela política acomodatória do Banco Central Europeu. Após crescimento de 2,4% em 2017, o crescimento acumulado em 12 meses aferido no primeiro trimestre de 2018 foi de 2,7%.

A economia chinesa cresceu 6,8% no primeiro trimestre de 2018. No entanto, a economia dá sinais de uma gradual desaceleração, reflexo das políticas um pouco mais restritivas.

2 Destaques do Itaú Unibanco

2.1) Governança Corporativa

Conselho Fiscal

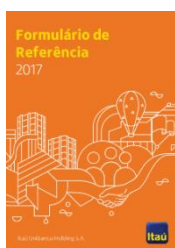
Instalação permanente reforça nossa governança corporativa

Em Assembleia Geral Extraordinária de 27 de julho, foi aprovada a instalação de modo permanente do nosso Conselho Fiscal, que atua de forma independente da Administração, dos nossos auditores externos e do Comitê de Auditoria. Cabe frisar que desde 2000 o Conselho Fiscal é instalado anualmente de forma ininterrupta. Suas principais atribuições são:

- Fiscalizar as atividades da nossa Administração; e
- Examinar e opinar sobre nossas demonstrações contábeis.

Formulário de Referência

Disponível em nosso site Relações com Investidores, o documento contém diversas informações relevantes do banco



Em maio, arquivamos junto à CVM o Formulário de Referência de 2017, documento que aborda diversas informações relevantes como a situação econômico-financeira da Companhia, fatores de risco, estrutura da Administração, estrutura de capital, valores mobiliários emitidos, entre outros. Este é um documento regulatório com periodicidade anual e que é atualizado quando ocorrem modificações significativas ao longo do ano, conforme Instrução CVM 480.

Nessa edição, os capítulos referentes a riscos e remuneração foram reformulados e adotamos as normas contábeis internacionais (IFRS) como padrão do documento. Para acessar o Formulário de Referência, visite o site <https://www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores> > Informações Financeiras > Arquivos CVM

Comitê de Auditoria

Eleição de novo membro mantém independência de sua composição

Em abril, em reunião do Conselho de Administração, Antonio Carlos Barbosa de Oliveira foi eleito como novo membro do Comitê de Auditoria, substituindo Geraldo Travaglia Filho, que atingiu o número máximo de mandatos permitido (5 anos).

Além disso, foram reeleitos o Presidente do Comitê Gustavo Jorge Laboissière Loyola e os membros Antonio Francisco de Lima Neto, Diego Fresco Gutierrez¹, Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana e Rogério Paulo Calderón Peres.

Todos os membros do Comitê de Auditoria são considerados independentes, conforme definição do BACEN.

¹ Especialista financeiro: membro com comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria.

2.2) Frentes Estratégicas

Buscando a excelência e a geração de valor diferenciado para nossos acionistas e *stakeholders*, foram definidas as seis prioridades estratégicas com perspectivas de médio e longo prazo, que têm pautado nossa gestão: centralidade no cliente, transformação digital, gestão de pessoas, gestão de riscos, rentabilidade sustentável e internacionalização. A governança corporativa e a sustentabilidade permeiam todas essas frentes.

Destacamos iniciativas relevantes relacionadas à agenda estratégica:

Transformação Digital

Samsung Pay

Uma maneira simples, segura e privativa de fazer pagamentos e compras em lojas, apps e internet



Temos investido constantemente em novos produtos e serviços inovadores. No primeiro trimestre de 2018, nossos clientes passaram a utilizar o Apple Pay (com exclusividade de 3 meses) e em junho, o Samsung Pay. Essas duas ferramentas são novas formas de pagamento no varejo e e-commerce que permitem realizar compras com iPhone, Apple Watch, iPad ou Macbook (Apple Pay) ou com Smartphones Samsung e Smartwatch Gear (Samsung Pay), de forma simples, segura e privativa sem precisar usar um cartão físico.



Gestão de Pessoas

Vou como Sou

Novo jeito de se vestir foi implementado para todos os colaboradores

Com o objetivo de proporcionar aos colaboradores maior liberdade e conforto para trabalhar, além de incentivar a diversidade de estilos dentro da organização, lançamos, em junho, a “Vou Como Sou”. Esta campanha, baseada em pesquisas com colaboradores e clientes, tem como proposta a flexibilização do nosso código de vestimenta (*dress code*) e destaca a importância do bom senso e do respeito ao contexto e à agenda de compromissos do dia na hora de escolher o que vestir.

Diversidade

Importantes avanços para a igualdade de oportunidades

Com o objetivo de construir uma empresa cada vez mais justa e livre de preconceitos, anunciamos que nossas colaboradoras em licença-maternidade terão suas avaliações de *performance* realizadas com base no período trabalhado, contudo sua participação nos resultados será paga integralmente.

Dessa forma, ajustamos pontos que impactavam exclusivamente e diretamente as mulheres, avançando na igualdade entre todos os colaboradores.

2.3) Remuneração aos Acionistas

Dividendos e JCP

Terão direito a receber R\$ 0,73042 por ação líquidos de imposto de renda os acionistas com posição acionária no dia 17 de agosto de 2018

Em 30 de julho de 2018, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de R\$ 4,7 bilhões em dividendos e JCP, líquidos de imposto de renda, a serem creditados no dia 30 de agosto de 2018, com base na posição acionária de 17 de agosto de 2018.

Até 30 de junho de 2018, pagamos, provisionamos ou destacamos no Patrimônio Líquido R\$ 5,3 bilhões em dividendos e JCP, líquidos de imposto de renda.

Recompra de Ações

Valor total recomprado foi de R\$ 509,5 milhões de janeiro a junho de 2018

No período de janeiro a junho de 2018, adquirimos 13,1 milhões de ações preferenciais de emissão própria no montante total de R\$ 509,5 milhões ao preço médio de R\$ 38,89 por ação. Cabe ressaltar que, considerando as recompras já efetuadas, nosso programa vigente permite a aquisição de até 14.195.517 de ações ordinárias e de até 36,9 milhões de ações preferenciais de emissão própria, sendo que as operações podem ser efetuadas até 19 de junho de 2019.

Dessa forma, em 30 de junho de 2018, o saldo de ações em tesouraria alcançou 60.584.295 preferenciais.

As aquisições de ações objetivam: (i) maximizar a alocação de capital por meio da aplicação eficiente dos recursos disponíveis, (ii) prover a entrega de ações aos funcionários e administradores da Companhia e de suas controladas no âmbito dos modelos de remuneração e dos planos de incentivos de longo prazo, (iii) utilizar as ações adquiridas caso haja oportunidades de negócios no futuro, ou (iv) eventualmente, cancelá-las, aumentando a participação individual de cada acionista.

Desdobramento de Ações em 50%

Com consequente incremento em 50% dos dividendos pagos mensalmente

Foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 27 de julho o desdobramento em 50% das nossas ações e de nossos *American Depositary Receipts* (ADRs). Dessa forma, nossos acionistas receberão uma nova ação para cada duas ações da mesma espécie que possuem.

Acreditamos que a negociação das nossas ações a um patamar mais acessível combinada a uma maior quantidade de ações em circulação gera, potencialmente, mais negócios e maior volume financeiro, o que poderá criar valor aos nossos acionistas.

Após aprovação do BACEN, divulgaremos ao mercado as datas e demais procedimentos operacionais a serem observados no âmbito da operação de desdobramento.

2.4) Sustentabilidade

Vigeo Eiris Best Emerging Market Performers Ranking

Integramos o índice pela sexta vez consecutiva

Estamos presentes novamente no Vigeo Eiris Best Emerging Market Performers Ranking, que é composto por 101 empresas de 20 países, que obtiveram maior pontuação em indicadores de direitos humanos, práticas de emprego decente, proteção ambiental, governança corporativa, ética nos negócios e contribuição para o desenvolvimento econômico e social nas áreas onde operam.

2.5) Ambiente Regulatório

A regulação bancária é essencial para manter a solidez e eficiência do sistema financeiro, sendo que, quando alterada, pode impactar diretamente nos resultados do banco. Destacamos abaixo as principais alterações neste trimestre:

Cartões de Crédito

Em abril de 2018, o BACEN divulgou novas regras para os cartões de crédito, vigentes a partir de 1º de junho, sob as quais as instituições financeiras ficaram proibidas de diferenciar taxas de juros do rotativo entre os clientes que pagam ao menos o valor mínimo e aqueles que ficam inadimplentes. Para estes últimos, a única diferenciação permitida é o acréscimo de multa e juros de mora. Além disso, o percentual mínimo para pagamento da fatura (antes fixado em 15%) poderá ser estabelecido por cada instituição em função de sua política de crédito e do perfil de seus clientes.

Desde setembro de 2017 o Itaú Unibanco já realizou a equalização da taxa para ambos os públicos em resposta à Resolução 4.558 que, na visão da instituição, já impunha esta condição ao mercado de cartões.

Cheque Especial

No dia 1º de julho, passaram a vigorar as novas diretrizes de autorregulação, anunciadas em abril pela Febraban, sobre o uso do cheque especial. Entre elas, pode-se destacar a oferta de parcelamento do saldo devedor para os consumidores que utilizam o produto em caráter não emergencial, ou seja, comprometidos com 15% ou mais do limite disponível durante 30 dias consecutivos.

A iniciativa da Febraban é um marco importante no avanço do setor para estimular a população a ter uma gestão financeira mais saudável e a utilizar o produto de maneira consciente. É uma medida elaborada dentro do ambiente de autorregulação dos bancos, que deverá contribuir para dinamizar o crédito no país.

Nesse sentido, o Itaú Unibanco adotou as seguintes práticas:

- o cliente será comunicado toda vez que entrar no cheque especial;
- a qualquer momento, o cliente terá uma linha de crédito disponível para parcelamento do saldo, com juros mais baixos;
- quando o cliente estiver utilizando o limite em caráter não emergencial, o banco irá ofertar uma linha de crédito mais barata e adequada à sua necessidade, como o Crediário, o Consignado ou o Sob Medida;
- as informações do extrato serão apresentadas de forma separada, facilitando o acompanhamento do saldo e do limite disponível do cheque especial;
- os contratos serão atualizados, ressaltando a natureza emergencial do produto.

Foi realizada a reestruturação do site sobre cheque especial que, além de linguagem mais didática e simples, traz vídeos explicativos para orientar sobre a utilização da modalidade e uma calculadora que permite que o cliente faça a simulação dos encargos que serão cobrados por sua utilização.

Além disso, com base na melhora nos indicadores de crédito, inadimplência e as sucessivas reduções da SELIC, o Itaú Unibanco atuou na redução da taxa de juros do cheque especial nos últimos meses.

Para mais informações, acesse: <https://www.itaunet.com.br/credito-financiamentos/cheque-especial/>.

3 Prêmios, Reconhecimentos e Certificações

No segundo trimestre de 2018, recebemos reconhecimentos que contribuíram para o fortalecimento da nossa reputação. Abaixo, listamos os principais prêmios recebidos durante o período:

Prêmios e Reconhecimentos

Prêmio Segurador Brasil 2018 (Revista Segurador Brasil – Abril de 2018)	O Itaú Unibanco venceu as categorias “Crescimento de Vendas” e “Evolução do Market Share”, em Previdência Privada. Em Garantia Estendida, o banco conquistou como o “Melhor Desempenho”.
Empresa Legal (Grupo Padrão / CIP – Abril de 2018)	O Itaú Unibanco foi reconhecido como uma Empresa Legal, ou seja, é reconhecidamente uma companhia engajada na solução de conflitos por meio do diálogo.
Prêmio SP De Bike ao Trabalho 2018 (Bike Anjo / Instituto Ethos / GCCA – Global Call for Climate Action – Maio de 2018)	O Itaú Unibanco foi premiado na categoria Grandes Empresas, pelo impacto e capilaridade das ações.
Marcas Mais Amadas pelos Millennials (Grupo Padrão / CIP – Maio de 2018)	O Itaú Unibanco foi considerado a marca mais amada no segmento Bancos.
Prêmio Excelência em Serviços ao Cliente (Consumidor Moderno – Maio de 2018)	O Itaú Unibanco venceu nas categorias Bancos e em cartões com ITAUCARD.
Prêmio Efinance (Revista Executivos Financeiros – Maio de 2018)	Itaú Unibanco foi vencedor na categoria Mobile Banking com os cases “Deposito de cheque no mobile” e “Essência do atendimento Personnalité agora no Mobile” e na categoria Educação & Treinamento com o case “Realidade Virtual nas Capacitações do Personnalité”.
Euromoney FX Survey 2018 (Revista Euromoney – Maio de 2018)	O Banco Itaú Paraguay foi vencedor na categoria Paraguay’s best bank.
Marcas Mais (Grupo Estado – Junho de 2018)	O Itaú Unibanco ficou em primeiro na categoria Bancos e Itaú Seguros/Sulamerica em terceiro na categoria Seguradoras.
Euromoney for Excellence (Revista Euromoney – Junho de 2018)	Itaú Unibanco venceu como melhor banco da América Latina, melhor banco no Paraguay, e melhor banco no Brasil.

Certificações

ISO 14001	O Itaú Unibanco - Centro Empresarial localizado na Conceição recebeu a certificação pela primeira vez e o Centro Administrativo Tatuapé recebeu pela quarta vez consecutiva. A ISO 14001 reconhece o compromisso do banco em reduzir o impacto ambiental e promover o uso consciente dos recursos naturais.
ISO 27001	O Itaú Unibanco possui a certificação ISO 27001, que é referência internacional em segurança da informação.
LEED	O prédio Faria Lima 3500 foi reconhecido pela certificação LEED de operação e manutenção. O órgão avalia as construções com o melhor desempenho dos recursos naturais.

4

Informações Financeiras Seleccionadas

Oferecemos ampla gama de serviços bancários para os mais diversos segmentos do mercado, incluindo pessoas físicas e jurídicas. Segmentamos nossa operação entre atacado e varejo e nos estruturamos para atender o cliente em todas as suas necessidades, sejam de crédito, investimento, seguros ou serviços financeiros em geral. Destacamos abaixo um sumário de nossas informações financeiras:

	30/jun/2018	30/jun/2017
Rentabilidade		
Lucro Líquido (R\$ bilhões)	12,5	12,7
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores (R\$ bilhões)	12,1	12,4
Retorno Recorrente sobre o Patrimônio Líquido Médio Anualizado	20,1%	20,9%
Produto Bancário Líquido de Perdas Esperadas de Ativos Financeiros e de Sinistros (R\$ bilhões)	41,4	45,7
Capital e Liquidez		
Índice de Basileia Consolidado Prudencial	17,2%	18,4%
Índice de Imobilização	21,4%	24,0%
Total de Ativos de Alta Liquidez ⁽¹⁾⁽²⁾ (R\$ bilhões)	172,2	185,3
Índice de Liquidez (LCR) ⁽²⁾	169,5%	201,7%
Estrutura de Atendimento		
Colaboradores do Conglomerado (pessoas)	99.914	95.065
Brasil	86.144	81.252
Exterior	13.770	13.813
Agências e Postos de Atendimento (PABs) – unidades	4.904	4.955
Agências Digitais	160	154
Agências Brasil ⁽³⁾	3.531	3.523
PABs Brasil	697	736
Agências + PABs América Latina	516	542
Caixas Eletrônicos – unidades ⁽⁴⁾	47.650	46.572
	30/jun/2018	31/dez/2017
Patrimoniais		
Ativos Totais (R\$ bilhões)	1.469,1	1.436,2
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro com Garantias Financeiras Prestadas	592,6	568,2
Índice de Operações de Crédito/Captações ⁽⁵⁾	77,8%	74,4%
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores	126,3	131,4
Captações		
Depósitos à vista, de Poupança e à Prazo (R\$ bilhões)	423,7	400,8
Debêntures (Vinculadas a Op. Compromissadas e de Terceiros) (R\$ bilhões)	35,4	58,8
Recursos de Letras e Certificados de Operações Estruturadas (R\$ bilhões)	71,5	65,7

⁽¹⁾ Corresponde ao saldo em estoque, ponderado, dos ativos que se mantêm líquidos nos mercados mesmo durante períodos de estresse, que podem ser facilmente convertidos em espécie e que são classificados como de baixo risco. Utilizado para cálculo do LCR.

⁽²⁾ Acompanhamos o indicador de liquidez de curto prazo (LCR – do inglês "Liquidity Coverage Ratio") que relaciona os ativos livres e de alta liquidez e as saídas (líquidas) no horizonte de 30 dias e é calculado de acordo com metodologia estabelecida pela Circular BACEN 3.749, alinhada às diretrizes internacionais. Para 2018, o índice mínimo exigido pelo BACEN é de 90%.

⁽³⁾ Inclui escritórios de representação do IBBA no exterior.

⁽⁴⁾ Inclui PAEs (Pontos de Atendimento Eletrônico), pontos de estabelecimento de terceiros e Banco24horas.

⁽⁵⁾ O saldo das operações de crédito foi calculado em BRGAAP e não inclui garantias financeiras prestadas.

No período de janeiro a junho de 2018, registramos Lucro Líquido de R\$ 12,5 bilhões, redução de 1,6% em relação ao mesmo período do ano anterior.

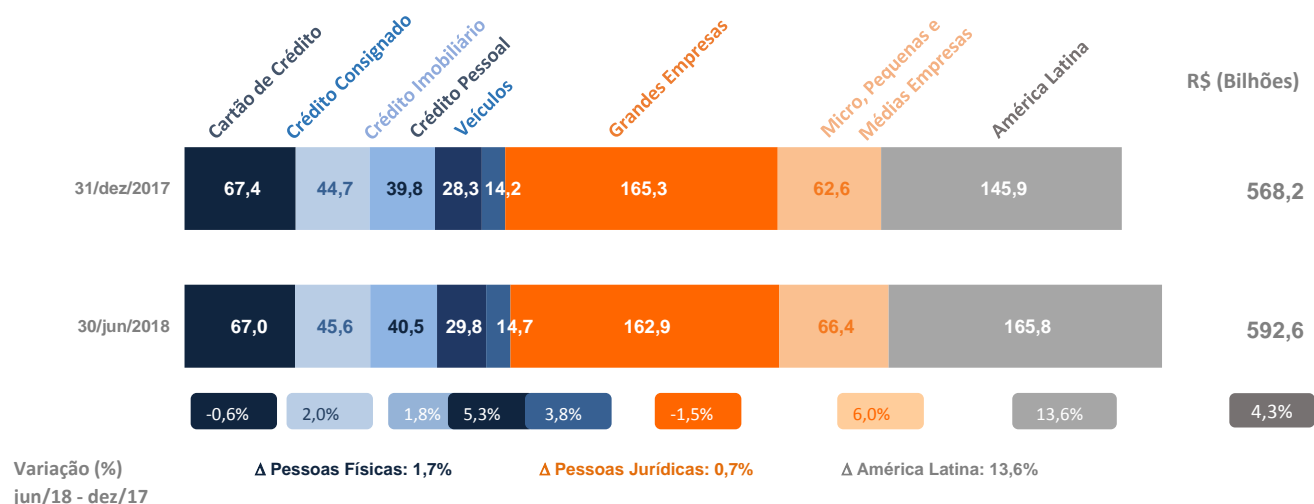
Nossas despesas gerais e administrativas aumentaram 5,7% entre os 6 primeiros meses de 2017 e os de 2018, com acréscimo, principalmente, em remuneração e benefícios, sendo que o nosso índice de eficiência ajustado ao risco foi de 60,9%, uma redução de 3,0 pontos percentuais em relação ao mesmo período de 2017.

O Itaú Unibanco está presente em 19 países, com um time que soma, em 30 de junho de 2018, 99,9 mil colaboradores, que trabalham pela satisfação de nossos clientes. A remuneração fixa dos nossos colaboradores somada aos seus encargos e benefícios totalizaram R\$ 8,2 bilhões nos 6 primeiros meses do ano.

Destacamos no período a evolução de nossas receitas de prestação de serviços, que cresceram 7,6% em relação ao primeiro semestre de 2017, principalmente as relacionadas a serviços de conta corrente, administração de recursos e cartões de crédito.

Nossa carteira de crédito atingiu R\$ 592,6 bilhões ao final de junho de 2018, representando aumento de 4,3% em relação a dezembro de 2017. No primeiro semestre de 2018, observamos o crescimento de nossas carteiras relacionadas a operações com pessoas físicas e micro, pequenas e médias empresas.

Detalhamos abaixo nossa carteira de crédito com garantias financeiras prestadas ao final de junho de 2018:



A gestão estratégica de nosso risco de crédito sustenta a qualidade de nossa carteira, que encerrou o primeiro semestre de 2018 com índice de inadimplência de 90 dias de 2,8%¹, uma redução de 0,3 p.p. em relação ao período anterior.

¹Em BRGAAP.

4.1) Gestão de Capital e Distribuição de Resultados

Visando garantir a nossa solidez e disponibilidade de capital para suportar o crescimento dos nossos negócios, os níveis de capital regulatório foram mantidos acima do exigido pelo BACEN, conforme evidenciado pelos Índices de Capital Principal, de Nível I e de Basileia. Pretendemos manter o nível mínimo estabelecido pelo Conselho de Administração de 13,5% de Capital de Nível 1, sendo de, no mínimo, 12% de Capital Principal. Para mais informações, consulte o relatório “Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3” no nosso site www.itaú.com.br/relacoes-com-investidores > Governança Corporativa.

O nível mínimo de capital, tanto regulatório quanto o estabelecido pelo Conselho de Administração, está diretamente relacionado ao percentual de dividendos e JCP a ser distribuído aos acionistas, sendo que são fatores para definição sobre esse montante: a lucratividade no ano; as perspectivas de utilização de capital em função do crescimento esperado nos negócios; programas de recompra de ações; fusões ou aquisições e alterações regulatórias que possam alterar a exigência de capital; e mudanças fiscais. Portanto, o percentual a ser distribuído poderá variar ano a ano em função da lucratividade e de demandas de capital da Companhia, sempre considerando o mínimo previsto em seu Estatuto Social.

O Itaú Unibanco remunera seus acionistas por meio de pagamentos mensais e complementares, sendo que esses últimos têm ocorrido, historicamente, duas vezes ao ano, e são igualmente distribuídos independentemente da espécie da ação. A Política de Remuneração aos Acionistas está disponível no nosso site de RI www.itaú.com.br/relacoes-com-investidores > Governança Corporativa > Regulamentos e Políticas.

Ao final de junho de 2018, o Índice de Basileia atingiu 17,2%, sendo: (i) 15,1% referente ao Capital de Nível I, que consiste no somatório do Capital Principal e do Capital Complementar; e (ii) 2,0% referente ao Capital de Nível II. Esses indicadores demonstram a nossa capacidade efetiva de absorver perdas inesperadas. O montante de instrumentos elegíveis a capital regulatório de Nível II alcançou R\$ 15,8 bilhões em 30 de junho de 2018.

- Notas Subordinadas Perpétuas – Em março de 2018, acessamos o mercado internacional de dívidas através da emissão de notas subordinadas perpétuas/AT1¹, no montante de US\$ 750 milhões. Em dezembro de 2017 já havíamos emitido US\$ 1,25 bilhão na mesma categoria de dívida.

O BACEN aprovou, em maio de 2018, que essa dívida componha, desde a data de sua emissão, o Capital Complementar do Patrimônio de Referência do banco, com incremento de aproximadamente 0,38 p.p.² no índice de Capital de Nível I do banco. Vale ressaltar que em abril o BACEN já havia aprovado a emissão realizada em dezembro de 2017, compondo aproximadamente 0,60 p.p. no índice.

Portanto, o impacto total dessas duas emissões AT1 no nosso índice de capitalização Nível I foi de 0,98 p.p.².

1 As notas têm taxa fixa de 6,5%, que serão válidas até o 5º aniversário. Após esta data, inclusive, a taxa de juros será recalculada a cada 5 anos com base na taxa de juros dos títulos emitidos pelo Tesouro dos Estados Unidos para o mesmo período. No 5º ano ou em qualquer data de pagamento de juros subsequente, o Itaú Unibanco poderá recomprar as notas, estando sujeita à aprovação prévia de autoridades brasileiras, incluindo o BACEN.

2 Considera taxa de câmbio do dia 30 de junho com cotação de R\$ 3,86.

5 Mercado de Capitais

O Itaú Unibanco é o maior banco privado da América Latina, com valor de mercado de R\$ 260,6 bilhões, o que nos posiciona entre as 20 maiores instituições financeiras do mundo, de acordo com o *ranking* da Bloomberg. Somos considerados a marca brasileira mais valiosa por publicações como Interbrand, entre outros importantes reconhecimentos.

Ações	30/jun/2018	30/jun/2017	R\$	%
Lucro Líquido por ação - básico ⁽¹⁾				
Ações Ordinárias	1,87	1,90		(1,6)
Ações Preferenciais	1,87	1,90		(1,6)
Lucro Líquido por ação - diluído ⁽²⁾				
Ações Ordinárias	1,86	1,89		(1,6)
Ações Preferenciais	1,86	1,89		(1,6)
Volume Médio Diário Negociado (milhões)	1.203,2	932,1		29,1
Volume B3 (milhões)	673,7	454,5		48,2
Volume NYSE (milhões)	529,4	477,6		10,9
Valor de Mercado (bilhões) ⁽³⁾⁽⁴⁾	260,6	239,0		9,0

⁽¹⁾ Calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível ao acionista pelo número médio de ações, excluindo-se o número de ações compradas pela empresa mantidas em tesouraria;

⁽²⁾ Calculado de forma similar ao (1), incluindo o denominador (média ponderada ajustada de ações) as ações referentes as Opções de Ações concedidas para o Plano de Outorga de Opções, assumindo o potencial de exercício de Opções de Ações desse plano (Nota 21a);

⁽³⁾ Calculado com base na cotação de média das ações preferenciais no último dia do período (cotação da ação PN média multiplicada pela quantidade de ações em circulação no final do período);

⁽⁴⁾ Considerando a cotação de fechamento das ações ON e PN multiplicada pelo total de ações em circulação de cada classe de ação, o valor de mercado atingiu R\$ 246,5 bilhões em 30 de junho de 2018 e R\$ 224,7 bilhões em 30 de junho de 2017, resultando em uma variação de 9,7%.

21 Anos na NYSE

Marco histórico no mercado de ações norte-americano

Comemoramos 21 anos de listagem na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE - New York Stock Exchange), a maior do gênero em volume de negócios. Para celebrar a data, fomos homenageados na cerimônia *Closing Bell*, tradicional ato que marca o encerramento das negociações do dia nessa bolsa norte-americana e que contou com a presença de membros do Comitê Executivo e do Conselho de Administração.

Nos Estados Unidos nossas ações são negociadas na forma de ADR's pelo ticker ITUB, sendo que uma ADR equivale a uma ação preferencial. No primeiro semestre de 2018, as ações do Itaú Unibanco movimentaram, em média, R\$ 529,4 milhões (US\$ 152,3 milhões) diários na NYSE.

Ciclo APIMEC 2018

Compromisso com a transparência

Ao longo de 2018, realizamos 15 reuniões públicas APIMEC, que reuniram 1.770 participantes. Nos eventos foram realizadas apresentações sobre cenário macroeconômico e nossos resultados, estratégias e perspectivas. Todas as perguntas recebidas nos eventos foram respondidas, sendo os temas mais recorrentes: impacto da taxa de juros sobre nossos resultados, capital e dividendos e concorrência no meio digital.

Todas as apresentações estão disponíveis em nosso site de Relações com Investidores e foram apresentadas aos reguladores do mercado de capitais.

Convidamos a todos a participar da nossa reunião Apimec na cidade de São Paulo, no dia 12 de setembro. O evento será transmitido ao vivo e com tradução simultânea em nosso site de RI.

Além disso, participamos de 12 conferências e 2 *road shows* no Brasil e no exterior e promovemos teleconferências trimestrais em inglês e português.

6 Regulação

6.1) AUDITORIA INDEPENDENTE – Instrução CVM nº 381

Procedimentos Adotados pela Sociedade

A nossa política de atuação, incluindo empresas controladas e controladora, na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes, se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No período de janeiro a junho de 2018, não foram contratados, junto aos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

Conforme estabelecido na Instrução CVM nº 381, relacionamos os outros serviços prestados e sua data de contratação:

- 11 de janeiro - revisão da aderência dos normativos relativos a preço de transferência;
- 01 de fevereiro e 03 de abril - revisão da Escrituração Contábil Fiscal; e
- 15 de fevereiro e 23 de maio - aquisição de materiais técnicos.

Justificativa dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados ao Itaú Unibanco e suas controladas. A política de atuação com o Itaú Unibanco na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente e todos foram observados na prestação dos referidos serviços, incluindo a sua aprovação pelo Comitê de Auditoria do Itaú Unibanco.

6.2) Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BRGAAP)

Divulgamos as demonstrações contábeis completas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), na mesma data desta publicação, conforme Ofício Circular CVM/SEP 01/13. As demonstrações contábeis completas estão disponíveis no site de Relações com Investidores (www.italu.com.br/relacoes-com-investidores > Informações Financeiras).

7 Informativos e Agradecimentos

As informações apresentadas neste material estão disponíveis no site de Relações com Investidores (RI) do Itaú Unibanco (www.italu.com.br/relacoes-com-investidores > Informações Financeiras) e nos sites da CVM e da Securities and Exchange Commission (SEC). Nossos resultados podem ser acessados também por dispositivos *mobile* e *tablet*, por meio de nosso site e aplicativo “Itaú RI” (APP), respectivamente.

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos clientes e acionistas pela confiança que nos é depositada (Aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 30 de julho de 2018).

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Balanco Patrimonial Consolidado
(Em milhões de Reais)

Ativo	Nota	30/06/2018	31/12/2017	01/01/2017
Disponibilidades	4	25.402	18.749	18.542
Ativos Financeiros		1.354.005	1.330.251	1.246.833
Depósitos Compulsórios no Banco Central	5	84.800	98.837	85.700
Ao Custo Amortizado		936.306	905.729	902.289
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	6	23.737	29.048	22.688
Aplicações no Mercado Aberto	6	254.697	244.707	265.050
Títulos e Valores Mobiliários	11	108.554	111.424	102.568
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	12	522.492	497.719	494.851
Outros Ativos Financeiros	20a	62.953	59.568	53.895
(-) Provisão para Perda Esperada		(36.127)	(36.737)	(36.763)
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		52.732	52.149	40.039
Títulos e Valores Mobiliários	10	52.732	52.149	40.039
Ao Valor Justo por meio do Resultado		280.167	273.536	218.805
Títulos e Valores Mobiliários	7	252.447	250.693	194.574
Derivativos	8	27.720	22.843	24.231
Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	13	5.038	5.055	5.073
Ágio	3	11.412	10.716	9.675
Imobilizado, Líquido	15	7.102	7.359	8.042
Ativos Intangíveis, Líquidos	16	8.656	8.667	7.381
Ativos Fiscais		46.975	44.249	45.081
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes		2.261	2.336	2.703
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	27b	38.542	35.869	38.202
Outros		6.172	6.044	4.176
Bens Destinados à Venda	36.9	732	736	631
Outros Ativos	20a	9.773	10.457	10.056
Total do Ativo		1.469.095	1.436.239	1.351.314

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Balanco Patrimonial Consolidado
(Em milhões de Reais)

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	30/06/2018	31/12/2017	01/01/2017
Passivos Financeiros		1.082.070	1.056.717	1.012.075
Ao Custo Amortizado		1.044.367	1.024.584	982.116
Depósitos	17	426.595	402.938	329.414
Captações no Mercado Aberto	19a	302.527	312.634	349.164
Recursos de Mercados Interbancários	19a	133.637	129.616	135.483
Recursos de Mercados Institucionais	19b	101.518	98.482	96.239
Planos de Capitalização		3.336	3.301	3.147
Outros Passivos Financeiros	20b	76.754	77.613	68.669
Ao Valor Justo por meio do Resultado		32.676	27.211	25.217
Derivativos	8 e 9	32.436	26.746	24.698
Outros	18	240	465	519
Provisão para Perda Esperada	12	5.027	4.922	4.742
Compromissos de Empréstimos		3.160	3.015	2.761
Garantias Financeiras		1.867	1.907	1.981
Provisão de Seguros e Previdência Privada	30c II	189.493	181.232	154.076
Provisões	32	19.192	19.736	20.909
Obrigações Fiscais		4.983	7.836	4.950
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes		2.426	3.175	1.741
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidas	27b II	384	391	(289)
Outras		2.173	4.270	3.498
Outros Passivos	20b	32.582	26.362	26.920
Total do Passivo		1.328.320	1.291.883	1.218.930
Capital Social	21a	97.148	97.148	97.148
Ações em Tesouraria	21a	(1.978)	(2.743)	(1.882)
Capital Adicional Integralizado	21c	1.782	1.930	1.785
Reservas Integralizadas	21d	4.624	11.681	6.466
Reservas a Integralizar	21e	28.204	25.994	20.370
Resultado Abrangente Acumulado		(3.444)	(2.632)	(3.792)
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores		126.336	131.378	120.095
Participações de Acionistas não Controladores	21f	14.439	12.978	12.289
Total do Patrimônio Líquido		140.775	144.356	132.384
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		1.469.095	1.436.239	1.351.314

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

	Nota	01/04 a 30/06/2018	01/04 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Produto Bancário		21.176	26.575	48.585	56.906
Receita de Juros e Rendimentos	23a	32.971	36.535	65.196	76.811
Despesa de Juros e Rendimentos	23b	(16.877)	(19.473)	(33.308)	(43.651)
Receita de Dividendos		163	170	197	175
Ajuste ao Valor Justo de Ativos e Passivos Financeiros	23c	(7.103)	(364)	(5.902)	3.218
Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior		1.591	(326)	1.446	226
Receita de Prestação de Serviços	24	9.083	8.439	17.980	16.711
Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização		1.100	1.287	2.273	2.696
Receitas de Prêmios de Seguros e Previdência Privada	30b III	6.096	6.392	12.150	13.260
Resseguros de Prêmios	30b III	(6)	(12)	(5)	(26)
Variações nas Provisões de Seguros e Previdência Privada		(5.113)	(5.240)	(10.116)	(10.831)
Receita de Operações de Capitalização		123	147	244	293
Outras Receitas	25	248	307	703	720
Perdas Esperadas de Ativos Financeiros e de Sinistros		(3.764)	(4.684)	(7.141)	(11.244)
Perda Esperada com Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	12b	(3.341)	(4.415)	(6.226)	(9.497)
Perda Esperada com demais Ativos Financeiros		(88)	(8)	(301)	(1.165)
Despesas com Sinistros		(339)	(268)	(636)	(599)
Recuperação de Sinistros com Resseguros		4	7	22	17
Produto Bancário Líquido de Perdas Esperadas de Ativos Financeiros e de Sinistros		17.412	21.891	41.444	45.662
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais		(15.037)	(14.324)	(29.506)	(28.586)
Despesas Gerais e Administrativas	26	(14.060)	(12.913)	(26.864)	(25.412)
Despesas Tributárias		(1.140)	(1.538)	(2.932)	(3.449)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	13	163	127	290	275
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	27	2.375	7.567	11.938	17.076
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		(2.688)	(1.845)	(4.267)	(2.975)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		6.207	927	4.780	(1.446)
Lucro Líquido		5.894	6.649	12.451	12.655
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	28	5.740	6.331	12.129	12.394
(Prejuízo) Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas não Controladores	21f	154	318	322	261
Lucro por Ação - Básico	28				
Ordinárias		0,89	0,97	1,87	1,90
Preferenciais		0,89	0,97	1,87	1,90
Lucro por Ação - Diluído	28				
Ordinárias		0,88	0,96	1,86	1,89
Preferenciais		0,88	0,96	1,86	1,89
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Básica	28				
Ordinárias		3.305.526.906	3.351.741.143	3.305.526.906	3.351.741.143
Preferenciais		3.178.429.935	3.155.404.279	3.174.578.488	3.158.922.612
Média Ponderada da Quantidade de Ações em Circulação - Diluída	28				
Ordinárias		3.305.526.906	3.351.741.143	3.305.526.906	3.351.741.143
Preferenciais		3.225.868.666	3.209.326.813	3.206.342.528	3.195.332.639

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente
Períodos Findos em
(Em milhões de Reais)

	Nota	01/04 a 30/06/2018	01/04 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Lucro Líquido		5.894	6.649	12.451	12.655
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		(891)	(241)	(772)	381
Variação de Valor Justo		(1.513)	(401)	(1.330)	560
Efeito Fiscal		599	150	587	(237)
(Ganhos) / Perdas Transferidos ao Resultado	23c	43	17	(52)	105
Efeito Fiscal		(20)	(7)	23	(47)
Hedge		(1.451)	(310)	(1.802)	(411)
Hedge de Fluxo de Caixa	9	(13)	83	(69)	(269)
Variação de Valor Justo		11	225	(80)	(390)
Efeito Fiscal		(24)	(142)	11	121
Hedge de Investimentos Líquidos no Exterior	9	(1.438)	(393)	(1.733)	(142)
Variação de Valor Justo		(2.474)	(804)	(2.965)	(390)
Efeito Fiscal		1.036	411	1.232	248
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego ^(*)		1	5	1	(59)
Remensurações	29	3	1	11	(24)
Efeito Fiscal		(2)	4	(10)	(35)
Variações Cambiais de Investimentos no Exterior		1.477	520	1.761	316
Total do Resultado Abrangente		5.030	6.623	11.639	12.882
Resultado Abrangente Atribuível à Participação dos Acionistas não Controladores		154	318	322	261
Resultado Abrangente Atribuível ao Acionista Controlador		4.876	6.305	11.317	12.621

(*) Montantes que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido (Notas 21 e 22)
Períodos findos em 30 de Junho de 2018 e 2017
(Em milhões de Reais)

	Atribuído à Participação dos Acionistas Controladores													Total
	Capital Social	Ações em Tesouraria	Capital Adicional Integralizado	Reservas Integralizadas	Reservas a Integralizar	Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes				Total Patrimônio Líquido - Acionistas Controladores	Total Patrimônio Líquido - Acionistas não Controladores		
							Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ⁽¹⁾	Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego	Ajustes de Conversão de Investimentos no Exterior	Ganhos e Perdas - Hedge ⁽²⁾				
Saldos em 01/01/2017	97.148	(1.882)	1.785	6.466	20.370	-	(1.249)	(815)	2.085	(3.813)	120.095	12.289	132.384	
Transações com os Acionistas	-	(689)	(236)	2.568	-	(5.467)	-	-	-	-	(3.824)	65	(3.759)	
Ações em Tesouraria	-	(689)	(70)	-	-	-	-	-	-	-	(759)	-	(759)	
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas	-	593	(24)	-	-	-	-	-	-	-	569	-	569	
Aquisições de Ações em Tesouraria (Nota 21a)	-	(1.282)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.282)	-	(1.282)	
Outorga de Opções Reconhecidas	-	-	(46)	-	-	-	-	-	-	-	(46)	-	(46)	
Pagamento Baseado em Ações - Remuneração Variável	-	-	(166)	-	-	-	-	-	-	-	(166)	-	(166)	
(Aumento) / Redução de Participação de Acionistas Controladores (Nota 2.4a I e 3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	216	216	
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio - Reserva Especial de Lucros (Nota 21b)	-	-	-	2.568	-	(5.467)	-	-	-	-	(2.899)	(151)	(3.050)	
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2017 - Exercício 2016 - Reserva Especial de Lucros	-	-	-	(5.048)	-	-	-	-	-	-	(5.048)	-	(5.048)	
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III)	-	-	-	(442)	-	-	-	-	-	-	(442)	-	(442)	
Outros	-	-	-	-	23	-	-	-	-	-	23	-	23	
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	12.394	381	(59)	316	(411)	12.621	261	12.882	
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	12.394	-	-	-	-	12.394	261	12.655	
Outros Resultados Abrangentes no Período	-	-	-	-	-	-	381	(59)	316	(411)	227	-	227	
Destinações:														
Reserva Legal	-	-	-	537	-	(537)	-	-	-	-	-	-	-	
Reserva Estatutária	-	-	-	4.739	1.651	(6.390)	-	-	-	-	-	-	-	
Saldos em 30/06/2017	97.148	(2.571)	1.549	8.820	22.044	-	(868)	(874)	2.401	(4.224)	123.425	12.615	136.040	
Mutação do Período	-	(689)	(236)	2.354	1.674	-	381	(59)	316	(411)	3.330	326	3.656	
Saldos em 01/01/2018	97.148	(2.743)	1.930	11.681	25.994	-	(239)	(825)	2.816	(4.384)	131.378	12.978	144.356	
Transações com os Acionistas	-	765	(148)	2.417	-	(5.435)	-	-	-	-	(2.401)	1.139	(1.262)	
Ações em Tesouraria	-	765	8	(534)	-	-	-	-	-	-	239	-	239	
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas	-	741	373	-	-	-	-	-	-	-	1.114	-	1.114	
Aquisições de Ações em Tesouraria (Nota 21a)	-	(510)	-	-	-	-	-	-	-	-	(510)	-	(510)	
Cancelamento de Ações - RCA de 22/02/2018	-	534	-	(534)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outorga de Opções Reconhecidas	-	-	(365)	-	-	-	-	-	-	-	(365)	-	(365)	
Pagamento Baseado em Ações - Remuneração Variável	-	-	(156)	-	-	-	-	-	-	-	(156)	-	(156)	
(Aumento) / Redução de Participação de Acionistas Controladores (Nota 2.4a I e 3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.235	1.235	
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	2.951	-	(5.435)	-	-	-	-	(2.484)	(96)	(2.580)	
Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2018 - Exercício 2017 - Reserva Especial de Lucros	-	-	-	(13.673)	-	-	-	-	-	-	(13.673)	-	(13.673)	
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III)	-	-	-	(314)	-	-	-	-	-	-	(314)	-	(314)	
Dividendos Prescritos	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	2	-	2	
Outros	-	-	-	-	27	-	-	-	-	-	27	-	27	
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	12.129	(772)	1	1.761	(1.802)	11.317	322	11.639	
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	12.129	-	-	-	-	12.129	322	12.451	
Outros Resultados Abrangentes no Período	-	-	-	-	-	-	(772)	1	1.761	(1.802)	(812)	-	(812)	
Destinações:														
Reserva Legal	-	-	-	497	-	(497)	-	-	-	-	-	-	-	
Reserva Estatutária	-	-	-	4.016	2.183	(6.199)	-	-	-	-	-	-	-	
Saldos em 30/06/2018	97.148	(1.978)	1.782	4.624	28.204	-	(1.011)	(824)	4.577	(6.186)	126.336	14.439	140.775	
Mutação do Período	-	(765)	148	7.057	(2.210)	-	772	(1)	(1.761)	1.802	5.042	(1.461)	3.581	

⁽¹⁾ Inclui participação no Resultado Abrangente de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto relativo a Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes.

⁽²⁾ Inclui Hedge de Fluxo de Caixa e de Investimentos Líquidos no Exterior.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

	Nota	01/04 a 30/06/2018	01/04 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Lucro Líquido Ajustado		10.578	19.927	25.558	37.758
Lucro Líquido		5.894	6.649	12.451	12.655
Ajustes ao Lucro Líquido:		4.684	13.278	13.107	25.103
Opções de Outorgas Reconhecidas e Pagamento Baseado em Ações - Remuneração Variável		109	106	(521)	(212)
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(2.355)	1.264	(2.284)	866
Perda Esperada com Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	12b	3.341	4.415	6.226	9.497
Despesa de Juros e Variação Cambial de Operações com Dívida Subordinada		6.267	2.322	7.336	2.698
Variação das Provisões de Seguros e Previdência		5.113	5.240	10.116	10.831
Resultado de Operações de Capitalização		(123)	(147)	(244)	(293)
Depreciações e Amortizações	15 e 16	877	771	1.736	1.591
Despesa de Atualização / Encargos de Provisão de Passivos Contingentes e Obrigações Legais		196	554	505	989
Provisão de Passivos Contingentes e Obrigações Legais		805	942	1.085	1.644
Receita de Atualização / Encargos de Depósitos em Garantia		(38)	432	(84)	344
Tributos Diferidos (excluindo os efeitos fiscais do Hedge)	27b	848	1.596	2.694	2.668
Resultado de Participações sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto		(163)	(127)	(290)	(275)
(Ganho) Perda em Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	23c	43	17	(52)	105
Receita de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		(7.147)	(2.858)	(9.378)	(4.577)
Receita de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros ao Custo Amortizado		(2.600)	(1.057)	(3.159)	(717)
(Ganho) Perda na Alienação de Bens Destinados a Venda	25 e 26	73	180	144	238
(Ganho) Perda na Alienação de Investimentos	25 e 26	(18)	(10)	(116)	(19)
(Ganho) Perda na Alienação do Imobilizado	25 e 26	37	(11)	16	(7)
Outros		(581)	(351)	(623)	(268)
Variação de Ativos e Obrigações (*)		32.302	(3.898)	(79.075)	(25.755)
(Aumento) Redução em Ativos		(20.097)	(15.939)	(140.259)	(16.265)
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		662	(347)	(5.396)	331
Aplicações no Mercado Aberto		(7.952)	4.087	(110.068)	15
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil		11.191	(3.799)	14.037	(2.771)
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado		8.188	19.753	(1.754)	(16.717)
Derivativos (Ativos / Passivos)		1.189	2.177	2.558	1.945
Operações de Crédito		(28.767)	(40.986)	(30.293)	(2.170)
Outros Ativos Financeiros		(146)	(2.335)	(3.302)	1.629
Outros Ativos Fiscais		(6.887)	(2.480)	(5.176)	(1.862)
Outros Ativos		2.425	7.991	(865)	3.335
(Redução) Aumento em Passivos		52.399	12.041	61.184	(9.490)
Depósitos		71.632	20.658	74.582	17.264
Captações no Mercado Aberto		3.149	(8.064)	(10.424)	(27.246)
Passivos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado		(219)	(25)	(225)	(62)
Recursos de Mercados Interbancários		(4.823)	3.790	2.588	1.190
Outros Passivos Financeiros		252	(2.389)	(993)	(5.123)
Provisão de Seguros e Previdência		(1.912)	(193)	(1.855)	1.962
Passivos de Planos de Capitalização		123	159	279	361
Provisões		(1.011)	(1.228)	(1.775)	(1.726)
Obrigações Fiscais		(1.038)	280	(1.695)	2.797
Outros Passivos		(13.268)	(45)	3.293	4.071
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social		(486)	(902)	(2.591)	(2.978)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais		42.880	16.029	(53.517)	12.003
Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos Recebidos de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto		98	116	189	275
Recursos da Venda de Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		511	(1.271)	3.478	11.087
Recursos do Resgate de Ativos Financeiros ao Custo Amortizado		1.584	892	11.667	2.216
Alienação de Bens Destinados a Venda		74	117	115	130
Alienação de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto		18	15	116	24
Alienação de Imobilizado de Uso	15	(27)	22	47	30
Distrato de Contratos do Intangível	16	2	(2)	2	18
Aquisição de Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		(36.337)	3.168	(45.112)	(6.791)
Aquisição de Ativos Financeiros ao Custo Amortizado		(1)	4.914	(533)	(96)
Aquisição de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	13	(8)	-	(16)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	15	(304)	(208)	(517)	(376)
(Alienação) Aquisição de Intangível / Ágio	16	(901)	(621)	(1.338)	(714)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento		(35.291)	7.142	(31.902)	5.803
Captação em Mercados Institucionais		399	2.357	2.892	5.859
Resgate em Mercados Institucionais		(6.059)	(3.444)	(11.366)	(8.014)
(Aquisição) / Alienação de Participação de Acionistas não Controladores		927	153	1.139	65
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas		45	24	1.114	569
Aquisições de Ações para Tesouraria		(510)	(996)	(510)	(1.282)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos a Acionistas não Controladores		-	15	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(291)	(293)	(14.851)	(7.567)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento		(5.489)	(2.184)	(21.582)	(10.370)
Aumento / (Diminuição) em Caixa e Equivalentes de Caixa	2.4c e 4	2.100	20.987	(107.001)	7.436
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4	77.306	293.125	186.478	306.278
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		2.355	(1.264)	2.284	(866)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4	81.761	312.848	81.761	312.848
Informações Complementares sobre o Fluxo de Caixa					
Juros Recebidos		33.605	23.352	57.683	58.937
Juros Pagos		23.483	4.002	45.663	31.171
Transações não Monetárias					
Empréstimos Transferidos para Bens Destinados a Venda		-	-	-	-
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Declarados e Ainda não Pagos		736	999	2.203	2.544

(*) Inclui os valores dos juros recebidos e pagos conforme demonstrado acima

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada do Valor Adicionado
(Em Milhões de Reais)

	01/04 a 30/06/2018	01/04 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Receitas	34.624	41.625	75.366	89.895
Juros, Rendimentos e outras	27.622	36.015	60.937	80.430
Prestação de Serviços	9.083	8.439	17.980	16.711
Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	1.100	1.287	2.273	2.696
Resultado de Perda de Crédito Esperada	(3.429)	(4.423)	(6.527)	(10.662)
Outras	248	307	703	720
Despesas	(19.168)	(21.927)	(37.573)	(48.537)
Juros, Rendimentos e outras	(16.877)	(19.473)	(33.308)	(43.651)
Outras	(2.291)	(2.454)	(4.265)	(4.886)
Insumos Adquiridos de Terceiros	(4.917)	(3.886)	(9.013)	(7.650)
Materiais, Energia e Outros	(184)	(179)	(379)	(363)
Serviços de Terceiros	(1.092)	(1.045)	(2.087)	(2.036)
Outras	(3.641)	(2.662)	(6.547)	(5.251)
Processamento de Dados e Telecomunicações	(1.055)	(1.031)	(2.063)	(2.012)
Propaganda, Promoções e Publicações	(411)	(291)	(660)	(514)
Instalações	(315)	(309)	(614)	(577)
Transportes	(83)	(82)	(167)	(167)
Segurança	(190)	(179)	(380)	(364)
Viagens	(61)	(54)	(107)	(97)
Outras	(1.526)	(716)	(2.556)	(1.520)
Valor Adicionado Bruto	10.539	15.812	28.780	33.708
Depreciação e Amortização	(820)	(742)	(1.622)	(1.488)
Valor Adicionado Líquido Produzido Pela Entidade	9.719	15.070	27.158	32.220
Valor Adicionado Recebido em Transferência	163	127	290	275
Valor Adicionado Total a Distribuir	9.882	15.197	27.448	32.495
Distribuição do Valor Adicionado	9.882	15.197	27.448	32.495
Pessoal	5.348	5.141	10.489	10.094
Remuneração Direta	4.116	3.997	8.055	7.867
Benefícios	989	927	1.969	1.802
F.G.T.S. - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	243	217	465	425
Impostos, Taxas e Contribuições	(1.768)	3.035	3.716	9.001
Federais	(2.092)	2.731	2.998	8.404
Municipais	324	304	718	597
Remuneração de Capitais de Terceiros - Aluguéis	408	372	792	745
Remuneração de Capitais Próprios	5.894	6.649	12.451	12.655
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	3.085	2.613	5.435	5.467
Lucros Retidos / (Prejuízo) do Período	2.655	3.718	6.694	6.927
Participação dos não-controladores nos Lucros Retidos	154	318	322	261

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Em 30 de Junho de 2018, 31 de Dezembro de 2017 e 01 de Janeiro de 2017 para Contas Patrimoniais e De 01/04 a 30/06 de 2018 e 2017 e 01/01 a 30/06 de 2018 e 2017 para Contas de Resultado

(Em milhões de reais, exceto informações por ação)

Nota 1 – Informações Gerais

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. (ITAÚ UNIBANCO HOLDING) é uma companhia aberta, constituída e existente segundo as leis brasileiras. A matriz do ITAÚ UNIBANCO HOLDING está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, na cidade de São Paulo, Brasil.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING fornece uma ampla gama de produtos e serviços financeiros a clientes pessoas físicas e jurídicas no Brasil e no exterior, sendo esses clientes relacionados ou não ao Brasil, por meio de suas agências, subsidiárias e afiliadas internacionais.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é uma holding financeira controlada pela Itaú Unibanco Participações S.A. ("IUPAR"), uma empresa de participações que detém 51% de suas ações ordinárias e que é controlada conjuntamente pela (i) Itaúsa Investimentos Itaú S.A. ("Itaúsa"), uma empresa de participações controlada pelos membros da família Egydio de Souza Aranha, e pela (ii) Companhia E. Johnston de Participações ("E. Johnston"), uma empresa de participações controlada pela família Moreira Salles. A Itaúsa também detém diretamente 38,7% das ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Conforme descrito na Nota 34, as operações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são divididas em três segmentos operacionais e reportáveis: (1) Banco de Varejo, que engloba os clientes de varejo, clientes de alta renda (Itaú Uniclass e Personalité) e o segmento empresas (micro e pequenas empresas); (2) Banco de Atacado, que compreende os produtos e serviços de atacado para empresas de médio e grande porte, bem como as atividades de banco de investimento, além das atividades das unidades da América Latina e (3) Atividades com Mercado + Corporação que gerencia fundamentalmente o resultado financeiro associado ao excesso de capital, de dívida subordinada e do carregamento do saldo líquido dos créditos e passivos tributários do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 30 de Julho de 2018.

Nota 2 – Políticas Contábeis Significativas

2.1. Base de Preparação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING foram elaboradas considerando os requerimentos e diretrizes do Conselho Monetário Nacional (CMN) que, a partir de 31 de dezembro de 2010, requer a elaboração de Demonstrações Contábeis Consolidadas anuais, de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS), conforme aprovado pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas foram preparadas de acordo com a IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário com a opção de apresentar as Demonstrações Financeiras Consolidadas Completas em vez das Demonstrações Financeiras Consolidadas Condensadas.

Na preparação destas Demonstrações Contábeis Consolidadas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utilizou os critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação estabelecidos nas IFRS e nas interpretações do *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC).

A Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa demonstra as mudanças, no Caixa e Equivalentes de Caixa, surgidas durante o período, decorrentes das atividades operacionais, de investimento e de financiamento e inclui investimentos altamente líquidos (Nota 2.4c).

Os fluxos de caixa das atividades operacionais são determinados pelo método indireto. O lucro líquido consolidado é ajustado por itens não monetários, como ganhos e perdas de mensuração, movimentação de provisões e variações nos saldos de recebíveis e obrigações. Todas as receitas e despesas oriundas de transações não monetárias, atribuíveis às atividades de investimento e de financiamento são eliminadas. Os juros recebidos ou pagos são classificados como fluxos de caixa operacionais.

A Administração entende que as informações prestadas nessas Demonstrações Contábeis Consolidadas são relevantes e representam fidedignamente as informações utilizadas na gestão do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

2.2. Novos Pronunciamentos e Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Existentes

a) Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o Período Findo em 30 de junho de 2018

- ▲ IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – O pronunciamento substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 é aplicável a todos os ativos e passivos financeiros e foi adotada de forma retrospectiva na data de entrada em vigor da norma em 1º de janeiro de 2018. O novo normativo está estruturado para abranger os pilares (I) classificação e mensuração de ativos financeiros, (II) redução ao valor recuperável (*impairment*) e (III) contabilização de cobertura (*hedge accounting*).

Transição para a IFRS 9

As principais mudanças identificadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING em virtude da adoção da IFRS 9 estão relacionadas a classificação e mensuração e redução ao valor recuperável de ativos financeiros. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING continuará aplicando os requerimentos de *hedge* contábil previstos na IAS 39 e aplicou, retrospectivamente, os demais critérios da IFRS 9 a partir de 31 de dezembro de 2015. Os efeitos na data da transição serão apresentados nas demonstrações contábeis anuais, que compreendem os períodos completos afetados pela adoção da IFRS 9, proporcionando maior comparabilidade e clareza das informações. Maiores detalhes sobre os novos requerimentos de classificação e políticas contábeis adotadas constam na Nota 2.4.

(I) Classificação e Mensuração de Ativos e Passivos Financeiros

A IFRS 9 introduz o conceito de modelo de negócios e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (*Solely Payment of Principal and Interest Test* – SPPI Test) para a classificação de ativos financeiros.

- Modelo de Negócios: representa a forma como a entidade faz a gestão de seus ativos financeiros;
- SPPI Test: avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamentos de principal e juros.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING realizou uma análise detalhada de seus modelos de negócios e das características dos fluxos de caixa de seus ativos financeiros, sendo que as principais alterações decorrentes da adoção da IFRS 9 são:

- As categorias de classificação de ativos financeiros Mantidos até o Vencimento, Disponíveis para Venda, Mantidos para Negociação e Empréstimos e Recebíveis deixaram de existir.
- Foram introduzidas três categorias de mensuração de ativos financeiros:
 - Custo Amortizado: utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros. Uma parcela significativa dos ativos financeiros classificados anteriormente em Empréstimos e Recebíveis, Mantidos até o Vencimento e Disponíveis para Venda foi contabilizada nesta categoria;
 - Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda. A parcela remanescente dos ativos financeiros contabilizados anteriormente como Disponíveis para Venda foi classificada nesta categoria; e
 - Valor Justo por meio do Resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima. Foram registrados nesta categoria os Derivativos e ativos financeiros Mantidos para Negociação.
- Na adoção inicial, houve designações de instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.
- As designações existentes de ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado foram mantidas e não houve novas designações.
- Os ativos financeiros cujos fluxos de caixa foram modificados (sem baixa) tiveram seu valor contábil bruto recalculado, de acordo com os requerimentos da IFRS 9, e os efeitos da modificação foram reconhecidos no resultado.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING manteve a classificação dos passivos financeiros inalterada, os quais permanecem mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado, caso tenham sido designados anteriormente.

(II) Redução ao Valor Recuperável (*impairment*)

Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são baseados em um modelo de perda de crédito esperada. As principais mudanças na política contábil do ITAÚ UNIBANCO HOLDING para redução ao valor recuperável estão listadas abaixo.

O modelo de perda de crédito esperada inclui o uso de informações prospectivas e classificação do ativo financeiro em três estágios:

- Estágio 1 - Perda de crédito esperada para 12 meses: representa os eventos de inadimplência possíveis dentro de 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito;
- Estágio 2 - Perda de crédito esperada ao longo da vida do instrumento financeiro: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito cujo risco de crédito aumentou significativamente; e
- Estágio 3 - Perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados com problemas de recuperação de crédito. A mensuração dos ativos classificados neste estágio difere do estágio 2 pelo reconhecimento da receita de juros aplicando-se a taxa de juros efetiva ao custo amortizado (líquido de provisão) e não ao valor contábil bruto.

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1, a menos que tenha sido originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito.

A alteração do modelo para cálculo da perda de crédito esperada gerou um incremento na provisão registrada nas Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING devido à mudança na mensuração de ativos financeiros, bem como à reavaliação da perda considerando critérios prospectivos.

Maiores informações sobre os novos requerimentos de classificação e políticas contábeis adotadas estão detalhadas na Nota 2.4.

(III) Contabilização de cobertura (*hedge accounting*)

Os requisitos para contabilização de cobertura (*hedge accounting*) estão diretamente relacionados com a gestão de risco e têm aplicação prospectiva. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING continuará aplicando os requerimentos de *hedge accounting* previstos na IAS 39, tal como permitido pela IFRS 9.

Reconciliação do Patrimônio Líquido entre IAS 39 e IFRS 9

Referência	30/06/2017		01/01/2017	
	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	
Saldo Inicial de acordo com a IAS 39 (excluindo-se participações de não controladores)	125.944	12.370	122.582	
Ajustes decorrentes de mudanças de política de baixa de ativos financeiros, líquido de efeitos tributários	a	2.372	(109)	2.462
Saldo Inicial de acordo com a IAS 39 (excluindo-se participações de não controladores)		128.316	12.261	125.044
Perda Esperada	b	(8.204)	(290)	(7.853)
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro		(6.997)	386	(7.385)
Demais Ativos Financeiros		(1.207)	(676)	(468)
		-	-	-
Modificação de Ativos Financeiros	c	46	9	36
Ajuste ao Valor Justo de Ativos Financeiros	d	(401)	365	(787)
Impostos Diferidos sobre os Ajustes		3.725	1	3.712
Participação de Acionistas Não Controladores		(57)	48	(57)
Total dos Ajustes		(4.891)	133	(4.949)
De acordo com a IFRS 9 - atribuível aos acionistas controladores		123.425	12.394	120.095
De acordo com a IFRS 9 - atribuível aos acionistas não controladores		12.615	261	12.289
De acordo com a IFRS 9 - atribuível aos acionistas controladores e não controladores		136.040	12.655	132.384

(a) Mudança de política de baixa parcial de ativos financeiros, de acordo com IAS 8, que ocasionou a ativação proporcional alinhando o comportamento de recuperação dos ativos financeiros a sua realização econômica.

(b) Alteração no modelo de cálculo baseado em perda incorrida (IAS 39) para perda esperada, considerando informações prospectivas.

(c) Adequação do valor contábil bruto de ativos financeiros que tiveram seus fluxos de caixa modificados (sem baixa), os quais tiveram seu saldo recalculado de acordo com os requerimentos da IFRS 9.

(d) Alteração no modelo de mensuração de ativos financeiros devido às novas categorias introduzidas pela IFRS 9.

Ativo	IAS 39 01/01/2017			IFRS 9 01/01/2017		
	Categoria	Saldo	Reclassificações ^(a)	Remensurações / Modificações ^(b)	Categoria	Saldo
Disponibilidades		18.542	-	-		-
Depósitos Compulsórios no Banco Central		85.700	(85.700)	-		-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		22.692	(22.692)	-		-
Aplicações no Mercado Aberto		265.051	(265.051)	-		-
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Mantidos para Negociação	204.648	(204.648)	-		-
Dados em Garantia		12.950	(12.950)	-		-
Demais Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		191.698	(191.698)	-		-
Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo através do Resultado	Disponíveis para Venda	1.191	(1.191)	-		-
Derivativos		24.231	(24.231)	-		-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Disponíveis para Venda	88.277	(88.277)	-		-
Dados em Garantia		17.435	(17.435)	-		-
Demais Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		70.842	(70.842)	-		-
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Mantidos até o Vencimento	40.495	(40.495)	-		-
Dados em Garantia		11.778	(11.778)	-		-
Demais Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento		28.717	(28.717)	-		-
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, Líquida	Empréstimos e Receíveis	463.394	(463.394)	-		-
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro		490.366	(490.366)	-		-
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(26.972)	26.972	-		-
Outros Ativos Financeiros		53.917	(53.917)	-		-
Disponibilidades		18.542	-	-		18.542
Ativos Financeiros		-	1.252.330	(5.360)		1.246.833
Depósitos Compulsórios no Banco Central		-	85.700	-		85.700
Ao Custo Amortizado		-	906.850	(4.561)	Custo Amortizado	902.289
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		-	22.692	(4)		22.688
Aplicações no Mercado Aberto		-	265.051	(1)		265.050
Títulos e Valores Mobiliários		-	101.796	772		102.568
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro		-	490.366	4.485		494.851
Outros Ativos Financeiros		-	53.917	(22)		53.895
(-) Provisão para Perda Esperada		-	(26.972)	(9.791)		(36.763)
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		-	39.750	426	Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangente	40.039
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Patrimoniais		-	39.750	426		40.039
Ao Valor Justo por meio do Resultado		-	220.030	(1.225)	Valor Justo por Meio do Resultado	218.805
Títulos e Valores Mobiliários		-	195.799	(1.225)		194.574
Derivativos		-	24.231	-		24.231
Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto		5.073	-	-		5.073
Ágio		9.675	-	-		9.675
Imobilizado, Líquido		8.042	-	-		8.042
Ativos Intangíveis, Líquido		7.381	-	-		7.381
Ativos Fiscais		44.274	-	807		45.081
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes		2.703	-	-		2.703
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido		37.395	-	807		38.202
Outros		4.176	-	-		4.176
Bens Destinados à Venda		631	-	-		631
Outros Ativos		10.027	-	29		10.056
Total do Ativo		1.353.241	(330.686)	(4.524)		1.351.314

Passivo e Patrimônio Líquido	IAS 39 01/01/2017			IFRS 9 01/01/2017		
	Categoria	Saldo	Reclassificações ^(a)	Remensurações ^(b)	Categoria	Saldo
Depósitos		329.414	(329.414)	-		-
Captações no Mercado Aberto		349.164	(349.164)	-		-
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação		519	(519)	-		-
Derivativos		24.698	(24.698)	-		-
Recursos de Mercados Interbancários		135.483	(135.483)	-		-
Recursos de Mercados Institucionais		96.239	(96.239)	-		-
Outros Passivos Financeiros		71.832	(71.832)	-		-
Provisão de Seguros e Previdência Privada		154.076	-	-		-
Passivos de Planos de Capitalização		3.147	(3.147)	-		-
Provisões		20.909	-	-		-
Obrigações Fiscais		5.836	-	-		-
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes		1.741	-	-		-
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidas		643	-	-		-
Outras		3.452	-	-		-
Outros Passivos		27.110	-	-		-
Total do Passivo		1.218.427	-	-		-
Passivos Financeiros		-	-	-		1.012.075
Ao Custo Amortizado		-	985.279	(3.163)		982.116
Depósitos		-	329.414	-		329.414
Captações no Mercado Aberto		-	349.164	-		349.164
Recursos de Mercados Interbancários		-	135.483	-		135.483
Recursos de Mercados Institucionais		-	96.239	-		96.239
Planos de Capitalização		-	3.147	-		3.147
Outros Passivos Financeiros		-	71.832	(3.163)		68.669
Ao Valor Justo por meio do Resultado		-	25.217	-	Passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado	25.217
Derivativos		-	24.698	-		24.698
Outros		-	519	-		519
Provisão para Perda Esperada		-	-	4.742		4.742
Compromissos de Empréstimos		-	-	2.761		2.761
Garantias Financeiras		-	-	1.981		1.981
Provisão de Seguros e Previdência Privada		154.076	-	-		154.076
Provisões		20.909	-	-		20.909
Obrigações Fiscais		5.836	-	(886)		4.950
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes		1.741	-	-		1.741
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidas		643	-	(932)		(289)
Outras		3.452	-	46		3.498
Outros Passivos		27.110	-	(190)		26.920
Total do Passivo		-	-	(1.076)		1.218.930
Capital Social		97.148	-	-		97.148
Ações em Tesouraria		(1.882)	-	-		(1.882)
Capital Adicional Integralizado		1.785	-	-		1.785
Reservas Integralizadas		3.443	-	3.023		6.466
Reservas a Integralizar		25.362	-	(4.992)		20.370
Resultado Abrangente Acumulado		(3.274)	-	(518)		(3.792)
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores		122.582	-	(2.487)		120.095
Participações de Acionistas não Controladores		12.232	-	57		12.289
Total do Patrimônio Líquido		134.814	-	(2.430)		132.384
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		1.353.241	-	(1.927)		1.351.314

(a) Reclassificações: referem-se às reclassificações de ativos financeiros entre as categorias de mensuração ao valor justo e ao custo amortizado.

(b) Remensurações / Modificações: referem-se às perdas de crédito esperadas e ao ajuste ao valor justo de ativos financeiros reclassificados entre as categorias de mensuração; e ativos financeiros modificados e não baixados, os quais tiveram seu saldo recalculado de acordo com os requerimentos da IFRS 9.

- IFRS 15 –Receitas de Contratos com Clientes: O pronunciamento substitui a IAS 18 – Receita e IAS 11– Contratos de Construção, bem como interpretações relacionadas (IFRICs 13, 15 e 18). Requer que o reconhecimento de receita retrate a transferência de bens ou serviços para o cliente. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018 e não há impactos para as Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Alteração da IFRS 4 – Contratos de Seguro – Aplicação conjunta da IFRS 9: A alteração permite às entidades emitentes de contratos de seguro mitigar possíveis impactos da adoção da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros antes da vigência da IFRS 17 – Contratos de Seguro, por meio de duas opções:
 - Isenção temporária: adoção da IFRS 9 em conjunto com a IFRS 17, ou seja, a partir de janeiro de 2021. Esta opção se aplica, apenas, às entidades com atividades relevantes de seguro (acima de 80% dos passivos totais) e que não tenham aplicado antecipadamente a IFRS 9;
 - Abordagem de Sobreposição: adoção da IFRS 9, contudo, para os ativos reclassificados para a categoria Valor Justo por meio do Resultado, transferir os efeitos da adoção da IFRS 9 do Resultado do Período para Outros Resultados Abrangentes até a vigência da IFRS 17.

Os passivos relacionados aos contratos de seguro não são representativos em comparação aos passivos totais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Em 2018, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adotou a IFRS 9 para todos os ativos financeiros, inclusive para os ativos financeiros das entidades seguradoras e, portanto, não utilizará as opções acima.

b) Pronunciamentos Contábeis Emitidos Recentemente e Aplicáveis em Períodos Futuros

- Alteração da Estrutura Conceitual - Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual (*Conceptual Framework*) e as principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020 e os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até sua data de entrada em vigor.
- IFRS 16 – Arrendamentos: O pronunciamento substitui a IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e (c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- IFRS 17 – Contratos de Seguro: O pronunciamento substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro. Apresenta três abordagens para avaliação dos contratos de seguros:
 - Modelo Padrão: aplicável a todos os contratos, principalmente aos contratos de longo prazo;
 - *Premium Allocation Approach* (PAA): aplicável aos contratos com duração de até 12 meses e com fluxos de caixa pouco complexos. É mais simplificada que o modelo padrão, porém pode ser utilizada somente quando produz resultados semelhantes ao que seriam obtidos se fosse utilizado o modelo padrão;
 - *Variable Fee Approach*: abordagem específica aos contratos com participação no resultado dos investimentos.

Os contratos de seguro devem ser reconhecidos por meio da análise de quatro componentes:

- Fluxos de Caixa Futuros Esperados: estimativa de todos os componentes do fluxo de caixa do contrato, considerando entradas e saídas de recursos;

- Ajuste ao Risco: estimativa da compensação requerida pelos desvios que podem ocorrer entre os fluxos de caixa;
- Margem Contratual: diferença entre quaisquer valores recebidos antes do início de cobertura do contrato e o valor presente dos fluxos de caixa estimados no início do contrato;
- Desconto: fluxos de caixa projetados devem ser descontados a valor presente, de modo a refletir o valor do dinheiro no tempo, por taxas que reflitam as características dos respectivos fluxos.

Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2021. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

2.3. Estimativas Contábeis Críticas e Julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com as IFRS exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos, passivos e passivos contingentes divulgados na data das Demonstrações Contábeis Consolidadas, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os períodos apresentados e em períodos subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

2.3.1. Estimativas Contábeis Críticas

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em acordo com as IFRS e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis. As estimativas são continuamente avaliadas, considerando a experiência passada e outros fatores.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

a) Perda de Crédito Esperada

São necessários julgamentos significativos na aplicação dos requisitos contábeis para mensuração da perda de crédito esperada, tais como:

- Prazo para avaliação da perda de crédito esperada: o ITAÚ UNIBANCO HOLDING considera o período contratual máximo sobre o qual estará exposto ao risco de crédito do instrumento financeiro. Entretanto, ativos que não tenham vencimento determinado têm a vida esperada estimada com base no período de exposição ao risco de crédito. Além disso, todos os termos contratuais são considerados ao determinar a vida esperada, incluindo opções de pré-pagamento e de rolagem.
- Informações prospectivas: a IFRS 9 requer uma estimativa ponderada e imparcial da perda de crédito que incorporem previsões de condições econômicas futuras. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza informações macroeconômicas prospectivas e informações públicas com projeções elaboradas internamente para determinar o impacto dessas estimativas na determinação da perda de crédito esperada.
- Cenários de perda ponderados pela probabilidade: o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza cenários ponderados para determinar a perda de crédito esperada em um horizonte de observação adequada.
- Determinação de critérios para aumento ou redução significativa no risco de crédito: em cada período das Demonstrações Contábeis Consolidadas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia se o risco de crédito sobre um ativo financeiro aumentou significativamente utilizando *triggers* (indicadores) relativos e absolutos por produto e país.

São considerados ativos financeiros com baixo risco de crédito e, portanto, permanecem no estágio 1, os títulos públicos de governos nacionais e internacionais, conforme estudo efetuado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

Conforme explicação na Nota 2.4I, Ativos Fiscais Diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING irá gerar lucro tributável futuro para a sua utilização. A realização esperada do crédito tributário é baseada na projeção de lucros tributáveis futuros e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 27.

c) Valor Justo dos Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos

A mensuração a valor justo dos Instrumentos Financeiros é elaborada recorrentemente, conforme requerida pela IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. O valor justo de Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos que não são negociados em mercados ativos é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância dos dados usados no processo de mensuração.

O detalhamento sobre o Valor Justo dos Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos, bem como sobre a hierarquia de valor justo estão apresentados na Nota 31.

A equipe responsável pelo apreamento dos ativos, seguindo a governança definida em comitê e circulares normativas, efetua análises críticas das informações extraídas do mercado e periodicamente faz a revisão dos prazos mais longos dos indexadores. Ao final dos fechamentos mensais, as áreas se reúnem para uma nova rodada de análises para a manutenção relativa à classificação dentro da hierarquia do valor justo. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita que as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado, no entanto, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

As metodologias usadas para avaliar os valores justos de determinados instrumentos financeiros estão descritas na Nota 31.

d) Planos de Pensão de Benefício Definido

O valor atual de obrigações de planos de pensão é obtido por cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício e esta é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, sendo estes denominados em Reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações.

As principais premissas para as obrigações de planos de pensão baseiam-se, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 29.

e) Provisões, Contingências e Outros Compromissos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores. O detalhamento das Provisões, Contingências e Outros Compromissos está apresentado na Nota 32.

f) Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

As provisões técnicas são passivos decorrentes de obrigações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING para com os seus segurados e participantes. Essas obrigações podem ter uma natureza de curta duração (seguros de danos) ou de média ou de longa duração (seguros de vida e previdência).

A determinação do valor do passivo atuarial depende de inúmeras incertezas inerentes às coberturas dos contratos de seguros e previdência, tais como premissas de persistência, mortalidade, invalidez, longevidade, morbilidade, despesas, frequência de sinistros, severidade, conversão em renda, resgates e rentabilidade sobre ativos.

As estimativas dessas premissas baseiam-se na experiência histórica do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, em avaliações comparativas e na experiência do atuário, e buscam convergência às melhores práticas do mercado e objetivam a revisão contínua do passivo atuarial. Ajustes resultantes dessas melhorias contínuas, quando necessárias, são reconhecidos no resultado do respectivo período.

Informações adicionais estão descritas na Nota 30.

2.3.2. Julgamentos Críticos na Aplicação de Políticas Contábeis

a) Ágio

O teste de perda por redução ao valor recuperável do ágio envolve estimativas e julgamentos significativos, incluindo a identificação de unidades geradoras de caixa e a alocação do ágio para tais unidades com base na expectativa de quais se beneficiarão da aquisição. A determinação dos fluxos de caixa esperados e a taxa de juros ajustada ao risco para cada unidade requer o exercício de julgamento e estimativas por parte da Administração. São submetidos semestralmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos e, em 30 de junho de 2018 e 2017 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não identificou perda por redução ao valor recuperável de ágio.

2.4 Resumo das Principais Políticas Contábeis

a) Consolidação

I- Subsidiárias

De acordo com a IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, subsidiárias são todas as entidades nas quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui controle. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING controla uma entidade quando está exposto a, ou possui direitos a seus retornos variáveis oriundos do envolvimento com a entidade e possui a habilidade de afetar tais retornos.

As subsidiárias são consolidadas integralmente a partir da data em que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING obtém seu controle e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle é perdido.

A tabela a seguir apresenta as principais empresas consolidadas, cuja somatória representa mais de 95% do total do ativo consolidado, bem como a participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING em seus capitais votantes em 30/06/2018 e 31/12/2017:

				Participação % no capital votante em		Participação % no capital total em	
				30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
No País							
			Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%
			Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%
			Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%
			Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%
			Brasil	Capitalização	100,00%	100,00%	100,00%
			Brasil	Arrendamento Mercantil	100,00%	100,00%	100,00%
			Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%	50,00%
			Brasil	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%
			Brasil	Seguros	99,99%	99,99%	99,99%
			Brasil	Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	100,00%	100,00%	100,00%
			Brasil		Seguros	100,00%	100,00%
			Brasil		Instituição Financeira	100,00%	100,00%
			Brasil	Previdência Complementar	100,00%	100,00%	100,00%
			Brasil	Sociedade de Crédito	50,00%	50,00%	50,00%
			Brasil	Adquirente	100,00%	100,00%	100,00%
No Exterior							
	(Nota 3)	Peso Colombiano	Colômbia	Instituição Financeira	23,90%	23,90%	23,90%
		Peso Argentino	Argentina	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%
		Guarani	Paraguai	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%
		Franco Suíço	Suíça	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%
		Peso Uruguaio	Uruguai	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%
		Real	Ilhas Cayman	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%
		Peso Colombiano	Colômbia	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%
		Dólar	Reino Unido	Instituição Financeira	100,00%	100,00%	100,00%
		Real	Estados Unidos	Corretora de Valores	100,00%	100,00%	100,00%
	(Nota 3)	Peso Chileno	Chile	Instituição Financeira	36,06%	36,06%	36,06%

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem o compromisso de manter o capital mínimo exigido para todas as entidades controladas em conjunto, sendo que para a Financeira Itaú CBD S.A Crédito, Financiamento e Investimento (FIC) o percentual de capital mínimo é superior em 25% ao exigido pelo Banco Central do Brasil (Nota 33).

II - Combinações de Negócios

De acordo com a IFRS 3 – Combinações de Negócios, um negócio é definido como um conjunto integrado de atividades e de ativos conduzidos e administrados com o propósito de fornecer retorno aos investidores ou redução de custos ou ainda outros benefícios econômicos e, sua contabilização é aplicável quando um negócio for adquirido. Um negócio geralmente consiste em um conjunto integrado de atividades e ativos que é capaz de ser conduzido e administrado com a finalidade de oferecer um retorno, na forma de dividendos, custos mais baixos ou outros benefícios econômicos, diretamente aos investidores ou outros sócios, membros ou participantes. Se existe ágio em um conjunto de atividades e de ativos transferidos, presume-se que este é um negócio. Para as aquisições que atendem à definição de negócio, a contabilização pelo método da compra é requerida.

O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos entregues, instrumentos de patrimônio emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data da troca, adicionado os custos diretamente atribuíveis a aquisição. Os ativos adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos identificáveis em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição, independentemente da existência de participação de não controladores. O excedente do custo de aquisição, acrescido da participação de acionistas não controladores, se houver, sobre o valor justo de ativos líquidos identificáveis adquiridos é contabilizado como ágio.

O tratamento do ágio está descrito na Nota 2.4i. Se o custo de aquisição, acrescido da participação de acionistas não controladores, se houver, for menor do que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente no resultado.

Para cada combinação de negócios o adquirente deve mensurar qualquer participação não controladora na adquirida pelo valor justo ou pelo valor proporcional de sua participação nos ativos líquidos da adquirida.

III - Transações Com Acionistas não Controladores

A IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas determina que alterações de participação em uma subsidiária, que não resultam em perda de controle, sejam contabilizadas como transações de capital e qualquer diferença entre o valor pago e o valor correspondente aos acionistas não controladores é reconhecida diretamente no patrimônio líquido consolidado.

b) Conversão de Moedas Estrangeiras

I- Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. Para cada subsidiária, entidade sob controle conjunto e investimento em associada, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING definiu a moeda funcional, conforme previsto na IAS 21 - Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio.

Os ativos e passivos de subsidiárias com moeda funcional diferente ao Real são convertidos como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço;
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal;
- Ganhos e perdas de conversão são registrados na rubrica Resultado Abrangente Acumulado.

II - Transações em Moeda Estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como parte integrante do Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING define como Caixa e Equivalentes de Caixa as Disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos, considerados no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Disponibilidades), Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na Nota 4.

d) Depósitos Compulsórios no Banco Central

Os Bancos Centrais dos países onde o ITAÚ UNIBANCO HOLDING opera impõem atualmente diversas exigências de depósito compulsório às instituições financeiras. Tais exigências são aplicadas a um amplo leque de atividades e de operações bancárias, como depósitos à vista, depósitos em poupança e depósitos a prazo.

e) Ativos e Passivos Financeiros

Ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo.

I - Classificação e Mensuração de Ativos Financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2018, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING passou a aplicar a IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias de mensuração:

- Custo Amortizado;
- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes;
- Valor Justo por meio do Resultado.

A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros depende de:

- O modelo de negócios no qual são administrados;
- As características de seus fluxos de caixa (*Solely Payment of Principal and Interest Test – SPPI Test*).

Modelo de negócios: representa a forma como é efetuada a gestão dos ativos financeiros para gerar fluxos de caixa e não depende das intenções da Administração em relação a um instrumento individual. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de: i) obter fluxos de caixa contratuais; ii) obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou iii) outros. Para avaliar os modelos de negócios, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING considera os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; como os gestores do negócio são remunerados; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração. Se os fluxos de caixa são realizados de forma diferente das expectativas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, a classificação dos ativos financeiros remanescentes mantidos nesse modelo de negócios não é alterada.

Quando o ativo financeiro é mantido nos modelos de negócios i) e ii) é necessária a aplicação do *SPPI Test*.

SPPI Test: avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Se os termos contratuais introduzirem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, tais como exposição a alterações nos preços de instrumentos de patrimônio ou preços de *commodities*, o ativo financeiro é classificado como ao valor justo por meio do resultado. Contratos híbridos devem ser avaliados como um todo, incluindo todas as características embutidas. A contabilização de um contrato híbrido que contenha derivativo embutido é efetuada de forma conjunta, ou seja, todo o instrumento é mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Custo Amortizado

O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda de crédito esperada.

Taxa de Juros Efetiva

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta os recebimentos ou pagamentos futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juros efetiva, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perda de crédito futura. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos.

A receita de juros é calculada aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. No caso de ativos financeiros com problemas de recuperação, é aplicada a taxa de juros efetiva ajustada (considera a perda de crédito esperada) ao custo amortizado do ativo financeiro.

Valor Justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O detalhamento sobre o valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo Derivativos, bem como sobre a hierarquia de valor justo estão detalhados na Nota 31.

Baseado nestes fatores, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica os seguintes critérios para cada categoria de classificação:

- Custo Amortizado
 - Ativos administrados para obter fluxos de caixas constituídos apenas de pagamentos de principal e juros (SPPI *Test*);
 - Inicialmente reconhecidos a valor justo mais custos de transação;
 - Subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando-se a taxa de juros efetiva;
 - Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos.
- Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes
 - Ativos administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros (SPPI *Test*), quanto para a venda;
 - Inicial e subsequentemente reconhecidos a valor justo mais custos de transação;
 - Os ganhos e perdas não realizados (exceto perda de crédito esperada, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, na rubrica Resultado Abrangente Acumulado.
- Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado e Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo
 - Ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores; ou ativos designados no reconhecimento inicial como ao valor justo por meio do resultado para reduzir “descasamentos contábeis”;
 - Inicial e subsequentemente reconhecidos a valor justo;
 - Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado;
 - Os ganhos e perdas decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos.

O custo médio é usado para determinar os ganhos e as perdas realizadas na alienação de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, os quais são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos. Dividendos sobre ativos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como Receita de Dividendos quando for provável que se estabeleça o direito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING de receber tais dividendos.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se expiram ou quando o ITAÚ UNIBANCO HOLDING transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa de acordo com os requerimentos da IFRS 9.

Caso contrário, deve-se avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado com qualquer controle retido não impede a baixa.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial exclusivamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING designa ativos financeiros, irrevogavelmente, ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo), quando a opção reduz ou elimina significativamente inconsistências de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, poderia resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

Instrumentos Patrimoniais

Um instrumento de patrimônio é qualquer contrato que comprova uma participação residual nos ativos de uma entidade, após a dedução de todos os seus passivos, tais como Ações e Cotas.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING mensura subsequentemente todos os seus instrumentos de patrimônio ao valor justo por meio do resultado, exceto quando a Administração escolhe, no reconhecimento inicial, designar, irrevogavelmente, um instrumento de patrimônio como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se for mantido com outro propósito que não apenas gerar retornos. Quando esta escolha é feita, os ganhos e perdas no valor justo do instrumento são reconhecidos no Resultado Abrangente Acumulado e não são reclassificados subsequentemente para a Demonstração Consolidada do Resultado, mesmo na venda. Dividendos continuam a ser reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado quando o direito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é estabelecido.

Ganhos e perdas em instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio do resultado são contabilizados na Demonstração Consolidada do Resultado.

Perda de Crédito Esperada

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia em bases prospectivas a perda de crédito esperada associada aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, aos compromissos de empréstimos e aos contratos de garantia financeira. O reconhecimento da provisão para perda de crédito esperada é feito mensalmente em contrapartida à Demonstração Consolidada do Resultado.

No caso de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconhece a provisão para perdas na Demonstração Consolidada do Resultado em contrapartida ao Patrimônio Líquido em Outros Resultados Abrangentes, sem efeito no valor contábil bruto do ativo financeiro.

Mensuração de Perda de Crédito Esperada

- **Ativos financeiros:** a perda é mensurada pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING espera receber descontados pela taxa efetivamente cobrada;
- **Compromissos de empréstimos:** a perda é mensurada pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais que seriam devidos se o compromisso fosse contratado e os fluxos de caixa que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING espera receber;
- **Garantias financeiras:** a perda é mensurada pela diferença entre os pagamentos esperados para reembolsar a contraparte e os valores que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING espera recuperar.

A cada período reportado, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente por meio de informações razoáveis e sustentáveis que são relevantes e estão disponíveis sem custo ou esforço indevido, incluindo informações qualitativas, quantitativas e prospectivas. As informações prospectivas são baseadas em cenários macroeconômicos que são reavaliados anualmente ou quando condições de mercado exigirem.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar. Se, em um período subsequente, a qualidade de um ativo financeiro melhorar ou o aumento significativo no risco de crédito anteriormente identificado se reverter, o ativo financeiro poderá voltar para o estágio 1, a menos que seja um ativo financeiro originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito.

São considerados ativos financeiros com baixo risco de crédito e, portanto, permanecem no estágio 1, os títulos públicos de governos nacionais e internacionais, conforme estudo efetuado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia se o risco de crédito aumentou significativamente de forma individual ou coletiva. Para fins de avaliação coletiva, os ativos financeiros são agrupados com base em características de risco de crédito compartilhado, levando em consideração o tipo de instrumento, as classificações de risco de crédito, a data de reconhecimento inicial, prazo remanescente, ramo, localização geográfica da contraparte dentre outros fatores relevantes.

Os efeitos das modificações dos fluxos de caixa de ativos financeiros e outros detalhes sobre metodologias e premissas utilizadas pela Administração para mensuração da provisão para perda de crédito esperada, incluindo o uso de informações prospectivas, são detalhadas na Nota 36.

Modificação de Fluxos de Caixa Contratuais

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro são renegociados ou de outro modo modificados e isto não altera substancialmente seus termos e condições, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não efetua sua baixa. Contudo, o valor contábil bruto desse ativo financeiro é recalculado como o valor presente dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados, descontados pela taxa de juros efetiva original. Quaisquer custos ou taxas incorridas ajustam o valor contábil modificado e são amortizados ao longo do prazo restante do ativo financeiro.

Se, por outro lado, a renegociação ou modificação alterar substancialmente os termos e condições do ativo financeiro, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING baixa o ativo original e reconhece um novo. A data da renegociação é, conseqüentemente, considerada a data de reconhecimento inicial do novo ativo para fins de cálculo de perda de crédito esperada, inclusive para determinar aumentos significativos no risco de crédito.

De qualquer maneira, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING também avalia se o novo ativo financeiro pode ser considerado como originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito, especialmente quando a renegociação foi motivada por dificuldades financeiras do devedor. Diferenças entre o valor contábil do ativo original e o valor justo do novo ativo são reconhecidas imediatamente na Demonstração Consolidada do Resultado.

Transferência de Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se extinguem ou quando o ITAÚ UNIBANCO HOLDING transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa de acordo com os requerimentos da IFRS 9. Caso não seja possível identificar a transferência de todos os riscos e benefícios, deve-se avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado à transação não impede a baixa.

Se na avaliação ficar caracterizada a retenção de riscos e benefícios, o ativo financeiro permanece registrado e é efetuado o reconhecimento de um passivo pela contraprestação recebida.

Baixa de Ativos Financeiros

Quando não houver expectativas razoáveis de recuperação de um ativo financeiro, considerando curvas históricas, sua baixa total ou parcial é realizada simultaneamente com a reversão da provisão para perda de crédito esperada relacionada, sem efeitos na Demonstração Consolidada do Resultado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. As recuperações subsequentes dos valores anteriormente baixados são contabilizados como receita na Demonstração Consolidada do Resultado.

II - Classificação e Mensuração de Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto por:

- **Passivos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado:** classificação aplicada a derivativos e outros passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado para reduzir “descasamentos contábeis”. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING designa passivos financeiros, irrevogavelmente, ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo), quando a opção reduz ou elimina significativamente inconsistências de mensuração ou de reconhecimento.
- **Compromissos de Empréstimos e Garantias Financeiras,** conforme detalhado na Nota 2.4e VIII;

Baixa e Modificação de Passivos Financeiros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING remove um passivo financeiro do Balanço Patrimonial Consolidado quando ele for extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liberada, cancelada ou vencer.

Uma troca de instrumento de dívida ou modificação substancial dos termos de um passivo financeiro é contabilizada como extinção do passivo financeiro original e um novo é reconhecido.

III – Aplicações no Mercado Aberto

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de operações de compra com compromisso de revenda (compromisso de revenda) e de venda com compromisso de recompra (compromisso de recompra) de ativos financeiros. Os compromissos de revenda e compromissos de recompra são contabilizados nas rubricas Aplicações no Mercado Aberto e Captações no Mercado Aberto, respectivamente.

A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em compromissos de revenda podem ser usados, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de compromissos de recompra ou podem ser vendidos.

No Brasil, o controle de custódia de ativos financeiros é centralizado e a posse do compromisso de revenda e de recompra é temporariamente transferida ao comprador. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING monitora rigorosamente o valor de mercado dos ativos financeiros que lastreiam as operações com compromisso de recompra e ajusta o valor da garantia quando apropriado.

Os ativos financeiros dados como garantia às contrapartes também são mantidos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas. Quando a contraparte tem o direito de vender ou de usar como garantia os títulos e valores mobiliários dados como garantia, tais títulos são reclassificados no Balanço Patrimonial em classe de ativos financeiros apropriada.

IV – Derivativos

Todos os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

A avaliação de contratos híbridos ativos que estejam sob o escopo da IFRS 9 é efetuada como um todo, incluindo todas as características embutidas. Já a contabilização de um contrato híbrido ativo é efetuada de forma conjunta, ou seja, todo o instrumento é mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Quando um contrato contém um componente principal fora do escopo da IFRS 9, por exemplo, um recebível de arrendamento mercantil ou um contrato de seguro, ou mesmo um passivo financeiro, os derivativos embutidos são tratados como instrumentos separados se suas características e seus riscos econômicos não são intimamente relacionados àqueles do componente principal e este não é contabilizado ao valor justo por meio do resultado. Esses derivativos embutidos são contabilizados separadamente ao valor justo, com as variações reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING continuará aplicando os requerimentos de *hedge* contábil previstos na IAS 39, contudo, poderá vir a adotar os requerimentos da IFRS 9 conforme decisão da Administração. Segundo esta norma, os derivativos podem ser designados e qualificados como instrumento de *hedge* para fins contábeis e, dependendo da natureza do item protegido, o método de reconhecer os ganhos ou as perdas de valor justo será diferente.

Para qualificar-se como *hedge* contábil todas as seguintes condições devem ser atendidas:

- No início do *hedge*, existe designação e documentação formal da relação de *hedge* e do objetivo e estratégia da gestão de risco da entidade;
- É esperado que o *hedge* seja altamente efetivo ao conseguir alterações de compensação no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, consistentemente com a estratégia de gestão de risco originalmente documentada para essa relação de *hedge* em particular;
- Quanto ao *hedge* de fluxo de caixa, uma transação prevista que seja objeto de *hedge* deve ser altamente provável e deve apresentar exposição a variações nos fluxos de caixa que poderiam, em última análise, afetar o resultado;
- A efetividade do *hedge* pode ser confiavelmente medida, isto é, o valor justo ou os fluxos de caixa do item coberto que sejam atribuíveis ao risco coberto e ao valor justo do instrumento de *hedge* podem ser confiavelmente medidos;
- O *hedge* é avaliado em base contínua e efetivamente determinado como tendo sido altamente efetivo durante todos os períodos das Demonstrações Contábeis para o qual foi designado.

A IAS 39 apresenta três estratégias de *hedge*: *hedge* de valor justo, *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimento líquido em operação no exterior. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza derivativos como instrumento de *hedge* nas três estratégias existentes na IAS 39, conforme detalhado na Nota 9.

Para os derivativos que são designados e se qualificam como instrumentos de *hedge* de valor justo, as seguintes práticas são aplicadas:

- a) O ganho ou a perda resultante da nova mensuração do instrumento de *hedge* pelo valor justo deve ser reconhecido no resultado; e
- b) O ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível a parcela efetiva do risco designado deve ajustar o valor contábil do item coberto a ser reconhecido no resultado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido e os critérios de *hedge* contábil não forem mais atendidos ou a entidade revogar a designação, a entidade deve descontinuar prospectivamente o *hedge* contábil. Além disso, qualquer ajuste no valor contábil do item coberto deve ser amortizado no resultado.

Hedge de Fluxo de Caixa

Para os derivativos que são designados e se qualificam como instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva dos ganhos ou perdas do derivativo é registrada diretamente em Resultado Abrangente Acumulado – *Hedge* de Fluxo de Caixa, e é reclassificada para resultado no mesmo período ou nos períodos que a transação protegida afeta o resultado. A parcela dos ganhos e perdas sobre os derivativos que representam a parcela não efetiva ou os componentes de *hedge* excluídos da análise de efetividade é reconhecida no resultado. Os montantes originalmente reconhecidos no Resultado Abrangente Acumulado e subsequentemente reclassificados para resultado são reconhecidos na correspondente linha de receita ou despesa na qual o item de *hedge* relacionado é relatado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido, ou quando os critérios de *hedge* contábil não forem mais atendidos ou ainda quando a entidade revogar a designação do *hedge* contábil, qualquer ganho ou perda acumulado existente em Resultado Abrangente Acumulado até este momento deve permanecer reconhecido separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou deixe de se esperar que ocorra, sendo reclassificada para o resultado neste momento. Porém, quando já não se espera que a transação prevista ocorra, qualquer ganho ou perda acumulado reconhecido em Resultado Abrangente Acumulado é imediatamente reconhecido no resultado

Hedge de Investimento Líquido em Operação no Exterior

O *hedge* de um investimento líquido em operação no exterior, incluindo *hedge* de um item monetário que seja contabilizado como parte do investimento líquido, é contabilizado de forma similar ao *hedge* de fluxo de caixa:

- a) A parcela do ganho ou da perda sobre o instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* efetivo é reconhecida em Resultado Abrangente Acumulado;
- b) A parcela inefetiva é reconhecida no resultado do período.

O ganho ou a perda sobre o instrumento de *hedge* relacionado à parcela efetiva do *hedge* que tiver sido reconhecida em Resultado Abrangente Acumulado é reclassificado para o resultado do período

V – Operações de Crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica uma operação de crédito como não performando se o pagamento do principal ou dos juros apresentar atraso de 60 dias ou mais. Neste caso, a apropriação de juros deixa de ser reconhecida.

A área de risco de crédito e área de finanças são responsáveis por definir as metodologias utilizadas para mensurar a perda esperada em operações de crédito e avaliar recorrentemente a evolução dos montantes de provisão.

Estas áreas monitoram as tendências observadas na provisão para perda de crédito esperada por segmento, além de estabelecerem um entendimento inicial das variáveis que podem desencadear em mudanças na provisão, na PD (*probability of default*) ou na LGD (*loss given default*).

Uma vez que as tendências são identificadas e uma avaliação inicial das variáveis é feita no nível corporativo, as áreas de negócios tornam-se responsáveis por aprofundar a análise dessas tendências em um nível detalhado e por segmento, por entender as razões relacionadas a estas tendências e decidir se serão necessárias mudanças em nossas políticas de crédito.

VI – Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (como Arrendador)

Quando ativos são objetos de um arrendamento mercantil financeiro, o valor presente dos pagamentos é reconhecido como recebível no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro.

Os custos diretos iniciais quando incorridos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são incluídos na mensuração inicial do recebível do arrendamento, reduzindo o valor da renda reconhecida pelo prazo do arrendamento. Tais custos iniciais geralmente incluem comissões e honorários legais.

O reconhecimento da receita de juros reflete uma taxa de retorno constante sobre o investimento líquido do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e ocorre na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos.

VII - Planos de Capitalização

Para fins regulatórios, no Brasil, os planos de capitalização são regulados pelo mesmo órgão que regula o mercado segurador. Estes planos não atendem à definição de contrato de seguro segundo a IFRS 4 e, portanto, foram classificados como um passivo financeiro pelo custo amortizado segundo a IFRS 9.

A receita dos planos de capitalização é reconhecida durante o período do contrato e mensurada pela diferença entre o valor depositado pelo cliente e o valor que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a obrigação de reembolsar.

VIII - Compromissos de Empréstimos e Garantias Financeiras

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconhece no Balanço Patrimonial Consolidado como uma obrigação, na data de sua emissão, o valor justo dos compromissos de empréstimos e garantias financeiras. O valor justo é geralmente representado pela tarifa cobrada do cliente. Esse valor é amortizado pelo prazo do instrumento e reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receitas de Prestação de Serviços.

Após a emissão, com base na melhor estimativa, se o ITAÚ UNIBANCO HOLDING concluir que a perda de crédito esperada em relação à garantia emitida é maior que o valor justo inicial menos amortização acumulada, este valor é substituído por uma provisão para perda.

f) Investimentos em Empresas Associadas e Entidades Controladas em Conjunto

I – Associadas

De acordo com a IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto (*Joint Ventures*), associadas são aquelas empresas nas quais o investidor tem influência significativa, porém não detém o controle. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. O investimento em associadas e entidades controladas em conjunto inclui o ágio identificado na aquisição líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

II – Negócios em Conjunto

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING analisa a natureza de seus negócios em conjunto para avaliar se possui operações em conjunto ou negócios em conjunto. Os negócios em conjunto são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial de acordo com os requerimentos da IFRS 11 – Negócios em Conjunto.

A participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING nos lucros ou prejuízos de suas associadas e entidades controladas em conjunto pós-aquisição é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. A participação na movimentação em reservas correspondentes do patrimônio líquido de suas associadas e entidades controladas em conjunto é reconhecida em suas reservas do Patrimônio Líquido. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING nas perdas de uma empresa não consolidada for igual ou superior à sua participação em associadas e entidades controladas em conjunto, incluindo quaisquer outros recebíveis, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da empresa não consolidada.

Os ganhos não realizados das operações entre o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas associadas e entidades controladas em conjunto são eliminados na proporção da participação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda por redução ao valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das associadas e entidades controladas em conjunto são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Se a participação acionária na empresa não consolidada for reduzida, mas o ITAÚ UNIBANCO HOLDING mantiver influência significativa ou controle compartilhado, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em Resultados Abrangentes Acumulados será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em associadas e entidades controladas em conjunto, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado.

g) Compromissos de Arrendamento Mercantil (como Arrendatário)

Como arrendatário, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem contratos de arrendamento mercantil operacional e financeiro.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING arrenda certos bens do imobilizado e aqueles em que detém substancialmente os riscos e benefícios de sua propriedade são classificados como arrendamentos financeiros.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros futuros, são incluídas em Outros Passivos Financeiros. As despesas de juros são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

As despesas por operações de arrendamento operacional são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Quando um arrendamento operacional é terminado antes da expiração do período de arrendamento qualquer pagamento a ser efetuado ao arrendador sob a forma de multa é reconhecido como despesa no período em que a terminação ocorre.

h) Imobilizado

De acordo com a IAS 16 – Imobilizado, o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas e demais detalhamentos são apresentadas na Nota 15.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados se apropriado ao final de cada período.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos imobilizados são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com a IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar a redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita no âmbito de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda possa ser determinado de forma confiável.

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado nas rubricas Outras Receitas ou Despesas Gerais e Administrativas.

i) Ágio

De acordo com a IFRS 3 – Combinações de Negócios, ágio é o excesso entre o custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data de aquisição. O ágio não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado semestralmente ou quando exista indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

Conforme definido na IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, uma unidade geradora de caixa é o menor agrupamento de ativos capazes de gerar fluxos de caixas independentemente das entradas de caixa atribuídas a outros ativos e outros grupos de ativos. O ágio é alocado para as unidades geradoras de fluxo de caixa para propósito do teste do valor recuperável. A alocação é efetuada para aquelas unidades geradoras de caixa em que são esperados benefícios em decorrência da combinação de negócio.

A IAS 36 determina que uma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida para a unidade geradora de caixa se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil. A perda deve ser alocada para reduzir, primeiramente o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade geradora de caixa e, em seguida, dos outros ativos da unidade em uma base *pro rata* do valor contábil de cada ativo. A perda não pode reduzir o valor contábil de um ativo abaixo do maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e seu valor em uso. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida.

Os ágios oriundos de aquisição de subsidiárias são apresentados no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Ágios.

Os ágios das associadas e entidades controladas em conjunto são apresentados como parte do investimento no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto e a análise do valor recuperável é realizada em relação ao saldo total dos investimentos (incluindo o ágio).

j) Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, incluem *softwares* e outros ativos e são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando provêm de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser medido confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundos do seu uso. O saldo de Ativos Intangíveis refere-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente.

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados semestralmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia semestralmente seus Ativos Intangíveis a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis, bem como uma possível reversão nas perdas por redução ao valor recuperável. Se tais indicações forem identificadas, os Ativos Intangíveis são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com a IAS 36, perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar a redução no valor recuperável os ativos são agrupados no nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa. A avaliação pode ser feita no âmbito de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

Conforme previsto pela IAS 38 – Ativos Intangíveis, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING elegeu o modelo de custo para mensurar seus ativos intangíveis após seu reconhecimento inicial.

A composição dos ativos intangíveis está descrita na Nota 16.

k) Bens Destinados à Venda

Os Bens Destinados à Venda são registrados no Balanço Patrimonial Consolidado quando ocorre sua efetiva apreensão ou intenção de venda. Estes ativos são contabilizados inicialmente pelo menor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda ou (ii) o valor contábil dos bens destinados à venda.

l) Imposto de Renda e Contribuição Social

Existem dois componentes na provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável. O ativo corrente e o passivo corrente são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Ativos Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes e Obrigações Fiscais - Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes, respectivamente.

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos, no final de cada exercício. O benefício fiscal dos prejuízos fiscais a compensar é reconhecido como um ativo. Os créditos tributários somente são reconhecidos quando for provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Ativos Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos e Obrigações Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidas, respectivamente.

A Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Resultado Abrangente Acumulado, tal como: o imposto diferido sobre a mensuração ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda e o imposto sobre *hedges* de fluxo de caixa. Os impostos diferidos destes itens são inicialmente reconhecidos no Resultado Abrangente Acumulado e posteriormente reconhecidos no resultado conjuntamente com o reconhecimento do ganho / perda originalmente diferido.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Despesas Gerais e Administrativas. O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram para efeito de cálculo as respectivas bases conforme a legislação vigente pertinente a cada encargo, que no caso das operações no Brasil são para todos os períodos apresentados:

Imposto de Renda	15,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%
Contribuição Social ^(*)	20,00%

() Em 06 de outubro de 2015 foi publicada a Lei nº 13.169, conversão da Medida Provisória nº 675, que elevou a alíquota da Contribuição Social de 15,00% para 20,00% até 31 de dezembro de 2018 para instituições financeiras, seguradoras e administradoras de cartão de crédito. Para as demais empresas a alíquota continua 9,00%.*

Para determinar o nível adequado de provisões para impostos a serem mantidas para posições tributárias incertas é usada uma abordagem de duas etapas segundo a qual, um benefício fiscal é reconhecido se uma posição tiver mais probabilidade de ser sustentada do que de não o ser. O montante do benefício é então mensurado para ser o maior benefício fiscal que tenha mais de 50% de probabilidade de ser realizado.

m) Contratos de Seguros e Previdência Privada

A IFRS 4 – Contratos de Seguro define contrato de seguro como um contrato em que o emissor aceita um risco de seguro significativo da contraparte concordando em compensá-lo se um evento futuro incerto específico afetá-lo adversamente. O risco de seguro é significativo se, e somente se, o evento segurado possa levar o emitente da apólice a pagar benefícios adicionais significativos em qualquer cenário, excluindo aqueles que não têm substância comercial. Os benefícios adicionais referem-se a montantes que excedem aqueles que seriam pagos se o evento segurado não ocorresse.

Quando da adoção inicial das IFRS, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING decidiu não alterar suas políticas contábeis para contratos de seguros, que seguem as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil (BRGAAP).

Os contratos de investimento com características de participação discricionária são instrumentos financeiros, tratados como contratos de seguro, conforme previsto pela IFRS 4, assim como aqueles que transferem risco financeiro significativo.

Esses contratos podem ser reclassificados como contratos de seguro após sua classificação inicial se o risco de seguro tornar-se significativo.

Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados.

A Nota 30 apresenta uma descrição detalhada dos produtos classificados como contratos de seguros.

Planos de Previdência Privada

Os contratos em que estão previstos benefícios de aposentadoria após o período de acumulação de capital (conhecidos como PGBL, VGBL e FGB) garantem, na data inicial do contrato, as bases para cálculo do benefício de aposentadoria (tábua de mortalidade e juros mínimos). Os contratos especificam as taxas de anuidade e, portanto, transferem o risco de seguro para a emitente no início, sendo classificados como contratos de seguros.

Prêmios de Seguros

Os prêmios de seguros são contabilizados pela emissão da apólice ou no decorrer do período de vigência dos contratos na proporção do valor de proteção de seguro fornecido. Os prêmios de seguros são contabilizados como receita na Demonstração Consolidada do Resultado.

Se há evidência de perda por redução ao valor recuperável relacionada aos recebíveis de prêmios de seguros, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING constitui uma provisão suficiente para cobrir tal perda com base na análise dos riscos de realização dos prêmios a receber com parcelas vencidas há mais de 60 dias.

Resseguros

Os prêmios de resseguros são reconhecidos durante o mesmo período em que os prêmios de seguros relacionados são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado.

No curso normal dos negócios, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING ressegura uma parcela dos riscos subscritos, particularmente riscos de propriedades e de acidentes que excedam os limites máximos de responsabilidade que entende serem apropriados para cada segmento e produto (após um estudo que leva em consideração o tamanho, a experiência, as especificidades e o capital necessário para suportar esses limites). Esses contratos de resseguros permitem a recuperação de uma parcela dos prejuízos com o ressegurador, embora não liberem o segurador da obrigação principal como segurador direto dos riscos objeto do resseguro.

Custos de Aquisição

Os custos de aquisição incluem os custos diretos e indiretos relacionados à originação de seguros. Estes custos, com exceção das comissões pagas aos corretores e a outros, são lançados diretamente no resultado quando incorridos. Já as comissões são diferidas e lançadas proporcionalmente ao reconhecimento das receitas com prêmios, ou seja, pelo prazo do correspondente contrato de seguro.

Passivos

As reservas para sinistros são estabelecidas com base na experiência histórica, sinistros em processo de pagamento, valores projetados de sinistros incorridos mas ainda não reportados e outros fatores relevantes aos níveis exigidos de reservas. Uma provisão para insuficiência de prêmios é reconhecida se o montante estimado de insuficiência de prêmios excede o custo diferido de aquisição. As despesas relacionadas ao reconhecimento dos passivos de contratos de seguros são registradas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Variações nas Provisões de Seguros e Previdência Privada.

Derivativos Embutidos

Não identificamos derivativos embutidos em nossos contratos de seguros que devam ser separados ou mensurados a valor justo de acordo com os requerimentos da IFRS 4.

Teste de Adequação do Passivo

A IFRS 4 requer que as companhias de seguro analisem a adequação de seus passivos de seguros a cada período de apresentação por meio de um teste mínimo de adequação. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING realiza o teste de adequação dos passivos em IFRS utilizando premissas atuariais correntes do fluxo de caixa futuro de todos os contratos de seguro em aberto na data de balanço.

Caso a análise demonstre insuficiência, qualquer deficiência identificada será contabilizada imediatamente no resultado do período.

Os pressupostos utilizados para realizar o teste de adequação de passivo estão detalhados na Nota 30.

n) Benefícios Pós-Emprego

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é obrigado a fazer contribuições para a previdência social pública e plano de indenizações trabalhistas, no Brasil e em outros países onde opera, que são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado como parte integrante de Despesas Gerais e Administrativas, quando incorridas.

Adicionalmente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING também patrocina Planos de Benefícios Definidos e Planos de Contribuição Definida, contabilizados de acordo com a IAS 19 – Benefícios aos Empregados.

Planos de Pensão – Planos de Benefício Definido

O passivo (ou ativo, conforme o caso) reconhecido no Balanço Patrimonial Consolidado referente aos planos de benefício definido corresponde ao valor presente das obrigações de benefício definido na data menos o valor justo dos ativos do plano. As obrigações de benefício definido são calculadas anualmente por consultoria atuarial independente, utilizando-se o método do crédito unitário projetado. O valor presente das obrigações de benefício definido é determinado descontando-se o valor estimado dos fluxos futuros de caixa de pagamentos de benefícios com base em taxas de títulos de longo prazo emitidos pelo tesouro brasileiro denominados em Reais e com prazo de vencimento aproximado ao do passivo do plano de pensão. São reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado:

- Custo de serviço corrente - é o aumento no valor presente das obrigações resultantes de serviços de funcionários no período corrente;
- Juros sobre o valor líquido de ativo (passivo) de plano de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido reconhecido no ativo e no passivo, resultante da passagem do tempo, que compreende a receita de juros sobre ativos do plano, custo de juros sobre a obrigação de plano de benefício definido e juros sobre o efeito do limite do ativo (*asset ceiling*).

Os ganhos e perdas atuariais resultantes da não aderência das premissas estabelecidas na última avaliação atuarial, em relação ao efetivamente realizado, bem como dos efeitos de mudanças em tais premissas. Os ganhos e perdas são reconhecidos integralmente em Resultados Abrangentes Acumulados.

Planos de Pensão - Contribuição Definida

Para os Planos de Contribuição Definida, as contribuições aos planos efetuadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING por meio de fundos previdenciais, são reconhecidas como despesa, quando devidas.

Outras Obrigações Pós-Emprego

Algumas das empresas adquiridas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING ao longo dos últimos anos patrocinavam planos de benefício de assistência médica pós-aposentadoria e o ITAÚ UNIBANCO HOLDING está comprometido pelos contratos de aquisição a manter tais benefícios por um período específico, assim como em relação aos benefícios concedidos por decisão judicial.

De forma semelhante aos planos de pensão de benefício definido, essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados, sendo que os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego e os ganhos e perdas decorrentes de ajuste de práticas e mudanças de premissas atuariais são reconhecidos no Patrimônio Líquido, em Resultados Abrangentes Acumulados, no período em que ocorrem.

o) Pagamento Baseado em Ações

Os pagamentos baseados em ações são contabilizados de acordo com a IFRS 2 – Pagamento Baseado em Ações que determina que a entidade calcule o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados, com base no valor justo dos mesmos na data de outorga das opções. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito de exercício dos instrumentos.

O montante total a ser lançado como despesa é determinado pelo valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de qualquer prestação de serviços e condições de carência para performance que não de mercado (especialmente empregados que permaneçam na entidade durante um período de tempo específico). O cumprimento de condições de carência, que não de mercado, estão incluídos nos pressupostos referentes ao número de opções que se espera que sejam exercidas. No final de cada período, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING revisa suas estimativas sobre o número de opções que se espera que sejam exercidas, baseados nas condições de carência que não de mercado. É reconhecido o impacto da revisão de estimativas originais, se for o caso, na Demonstração Consolidada do Resultado, com um ajuste correspondente ao Patrimônio Líquido.

Quando as opções são exercidas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING geralmente entrega ações em tesouraria para os beneficiários.

O valor justo das opções de ações é estimado utilizando-se modelos de apreçamento de opções que levam em conta o preço de exercício da opção, a cotação atual, a taxa de juros livre de risco e a volatilidade esperada do preço da ação sobre a vida da opção.

Todos os planos para outorga de opções de ações estabelecidos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING correspondem a planos que podem ser liquidados exclusivamente com a entrega de ações.

p) Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes são avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com a IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Ativos contingentes e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, exceto quando a Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING entender que sua realização for praticamente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável, e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos nossos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração e são classificadas como:

- **Prováveis:** para as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Provisões;
- **Possíveis:** as quais são divulgadas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, não sendo nenhuma provisão registrada;
- **Remotas:** as quais não requerem provisão e nem divulgação.

Os passivos contingentes registrados como Provisões e os divulgados como possíveis são quantificados pela melhor estimativa, utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme os critérios detalhados na Nota 32.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

Os passivos contingentes garantidos por cláusulas de indenização estabelecidas por terceiros, por exemplo, em combinações de negócios consumados antes da data de transição, são reconhecidos quando uma demanda é feita, e um valor a receber é reconhecido simultaneamente, quando o pagamento for considerado provável. Para as combinações de negócios consumados após a data de transição, os ativos de indenização são reconhecidos ao mesmo tempo e mensurados na mesma base do item indenizado, sujeitos à possibilidade de recebimento ou às limitações contratuais do valor indenizado.

q) Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais, que para fins contábeis são consideradas como ações ordinárias sem direito a voto, são classificadas no Patrimônio Líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no Patrimônio Líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

r) Ações em Tesouraria

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no Patrimônio Líquido em Ações em Tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Pagamento Baseado em Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria, mensuradas pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada como uma redução ou um aumento no Capital Adicional Integralizado. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas Ações em Tesouraria contra Reservas Integralizadas, pelo preço médio das Ações em Tesouraria na data do cancelamento.

s) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral.

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas como uma redução do Patrimônio Líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração Consolidada do Resultado.

Os dividendos foram e continuam sendo calculados e pagos de acordo com as Demonstrações Contábeis preparadas de acordo com as normas contábeis brasileiras e regulamentações para instituições financeiras e não com base nas Demonstrações Contábeis Consolidadas preparadas em IFRS.

As informações de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio estão apresentadas na Nota 21.

t) Lucro por Ação

O lucro por ação é calculado pela divisão do Lucro Líquido atribuído aos controladores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING outorga opções de ações cujo efeito de diluição está refletido no lucro por ação diluído com a aplicação do “método das ações em tesouraria”. Segundo esse método, o lucro por ação é calculado como se todas as opções tivessem sido exercidas e como se os recursos recebidos tivessem sido utilizados para adquirir as próprias ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

As informações de Lucro por Ação estão apresentadas na Nota 28.

u) Receita de Prestação de Serviços

Os serviços relacionados à conta corrente são oferecidos aos clientes em pacotes e individualmente e suas receitas são reconhecidas quando tais serviços são prestados.

As receitas de determinados serviços, como taxas de administração de fundos, de desempenho, de cobrança para clientes atacado e de custódia, são reconhecidas quando os serviços são prestados ao longo da vida dos respectivos contratos. Os custos incrementais são reconhecidos como despesas quando incorridos.

A composição da Receita de Prestação de Serviços está detalhada na Nota 24.

v) Informações por Segmento

As informações por segmento são divulgadas de maneira consistente com o relatório interno elaborado para o Comitê Executivo, que é o tomador de decisões operacionais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING conta com três segmentos de reporte: (i) Banco de Varejo, (ii) Banco de Atacado e (iii) Atividade com Mercado + Corporação.

As Informações por Segmento estão apresentadas na Nota 34.

Negócios de Varejo do Citibank

Em 8 de outubro de 2016, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de suas controladas Itaú Unibanco S.A. (ITAÚ UNIBANCO) e Itaú Corretora de Valores S.A., assinou compromisso de compra e venda de ações com o Banco Citibank S.A. e outras sociedades de seu conglomerado (CITIBANK) para aquisição dos negócios de varejo conduzidos pelo Citibank no Brasil, incluindo empréstimos, depósitos, cartões de crédito, agências, gestão de recursos e corretagem de seguros, assim como as participações societárias detidas pelo CITIBANK na TECBAN - Tecnologia Bancária S.A. (representativas de 5,64% do seu capital social) e na CIBRASEC – Companhia Brasileira de Securitização (representativas de 3,60% do seu capital social), pelo valor de R\$ 628.

A operação foi estruturada em três etapas:

- (i) aquisição das operações de varejo, cartões e corretagem de seguros em 31 de outubro de 2017;
- (ii) aquisição das operações de corretagem de valores em 1º de dezembro de 2017; e
- (iii) aquisição das participações societárias na TECBAN e na CIBRASEC, em 26 de dezembro de 2017.

A diferença entre o valor pago e os ativos líquidos adquiridos resultou no reconhecimento de um ágio por expectativa de rentabilidade futura na data de aquisição no montante de R\$ 631.

Gestora de Inteligência de Crédito

Em 21 de janeiro de 2016, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária ITAÚ UNIBANCO, assinou um Memorando de Entendimentos não vinculante com o Banco Bradesco S.A., o Banco do Brasil S.A., o Banco Santander S.A. e a Caixa Econômica Federal, visando à criação de uma gestora de inteligência de crédito que desenvolverá um banco de dados com o objetivo de agregar, conciliar e tratar informações cadastrais e creditícias de pessoas físicas e jurídicas.

A Gestora de Inteligência de Crédito S.A., localizada na cidade de São Paulo, foi estruturada como uma sociedade anônima, sendo que cada um dos acionistas deterá 20% de seu capital social.

Após o cumprimento das condições precedentes, e aprovação das autoridades regulatórias competentes, o fechamento da operação ocorreu em 14 de junho de 2017. A participação adquirida é avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

Itaú CorpBanca

Em 29 de janeiro de 2014, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária Banco Itaú Chile S.A. (BIC), assinou acordo de transação com o CorpBanca (CORPBANCA) e seus acionistas controladores (CORP GROUP), estabelecendo os termos e condições da união das operações do BIC e do CORPBANCA no Chile e nas demais jurisdições em que o CORPBANCA atua.

As partes fecharam a operação em 1º de abril de 2016, quando apresentaram condições plenas para o processo de reorganização societária.

A operação foi concretizada por meio de:

- I- Aumento de capital do BIC no valor de R\$ 2.309 concluído em 22 de março de 2016;
- II- Incorporação do BIC pelo CORPBANCA, com o cancelamento das ações do BIC e a emissão de novas ações pelo CORPBANCA, na proporção de 80.240 ações do CORPBANCA para cada 1 ação do BIC, de forma que as participações no banco resultante da incorporação, denominado Itaú CorpBanca, sejam de 33,58% para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e de 33,13% para o CORP GROUP.

O ITAÚ CORPBANCA passou a ser controlado a partir de 1º de abril de 2016 pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Nessa mesma data, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING assinou um acordo de acionistas com o CORP GROUP, o qual prevê, entre outros, o direito de o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e o CORP GROUP indicarem membros do conselho de administração do ITAÚ CORPBANCA de acordo com suas participações no capital social, sendo que tais acionistas, em conjunto, terão o direito de indicar a maioria dos membros do conselho de administração do ITAÚ CORPBANCA e o ITAÚ UNIBANCO HOLDING terá o direito de indicar a maioria dos membros eleitos por tal bloco.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária ITB Holding Brasil Participações Ltda., adquiriu indiretamente as seguintes participações adicionais no capital social do ITAÚ CORPBANCA que foram liquidadas nas datas abaixo:

- Em 26 de outubro de 2016 – 10.908.002.836 ações (2,13%) pelo valor de R\$ 288,1, passando a deter 35,71%; e
- Em 14 de setembro de 2017 – 1.800.000.000 ações (0,35%) pelo valor de R\$ 55,6, passando a deter 36,06%.

As referidas aquisições geraram uma opção de recompra ao CORP GROUP com prazo de 5 anos a contar de cada opção exercida, sendo para a primeira até 13 de junho de 2021 e para a segunda até 04 de agosto de 2022, conforme acordo de acionistas celebrado entre ITAÚ UNIBANCO HOLDING e CORP GROUP e afiliadas, em 1º de abril de 2016.

Nota 4 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da Demonstração Consolidada de Fluxos de Caixa, o valor de Caixa e Equivalentes de Caixa é composto pelos seguintes itens:

	30/06/2018	31/12/2017
Disponibilidades	25.402	18.749
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	3.208	15.327
Aplicações no Mercado Aberto	53.151	152.402
Total	81.761	186.478

Os valores referentes a Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto não equivalentes a caixa são de R\$ 20.529 (R\$ 13.721 em 31/12/2017) e R\$ 201.545 (R\$ 92.297 em 31/12/2017), respectivamente.

Nota 5 - Depósitos Compulsórios nos Bancos Centrais

Banco Central do Brasil	30/06/2018	31/12/2017
Não Remunerados	5.292	4.790
Remunerados	79.508	94.047
Total	84.800	98.837

Nota 6 - Aplicação em Depósitos Interfinanceiros e no Mercado Aberto

	30/06/2018			31/12/2017		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros ⁽¹⁾	22.760	974	23.734	28.034	1.014	29.048
Aplicações no Mercado Aberto ⁽²⁾	254.408	288	254.696	244.503	196	244.699
Total ⁽³⁾	277.168	1.262	278.430	272.537	1.210	273.747

(1) Inclui R\$ 11.983 (R\$ 7.220 em 31/12/2017) de Depósitos Compulsórios nos Bancos Centrais de outros países, sendo R\$ 9.760 (R\$ 6.171 em 31/12/2017) remunerados e R\$ 2.223 (R\$ 1.049 em 31/12/2017) não remunerados.

(2) O montante de R\$ 3.684 (R\$ 3.664 em 31/12/2017) está dado em garantia de operações na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e BACEN e R\$ 192.348 (R\$ 185.296 em 31/12/2017) em garantia de operações com compromisso de recompra, em conformidade com as políticas descritas na Nota 2.4d.

(3) Inclui perdas no montante de R\$ 4 (R\$ 8 em 31/12/2017).

Nota 7 - Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado e Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo - Títulos e Valores Mobiliários

a) Os Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado - Títulos e Valores Mobiliários são apresentados na tabela a seguir:

	30/06/2018			31/12/2017		
	Custo	Ajustes ao Valor Justo (no Resultado)	Valor Justo	Custo	Ajustes ao Valor Justo (no Resultado)	Valor Justo
Fundos de Investimento	3.222	(740)	2.482	4.135	(622)	3.513
Títulos Públicos do Governo Brasileiro ^(1a)	213.311	(707)	212.604	207.418	426	207.844
Títulos Públicos - Outros Países ^(1b)	1.236	17	1.253	3.917	32	3.949
Argentina	455	17	472	1.446	20	1.466
Chile	273	-	273	57	-	57
Colômbia	234	-	234	2.080	12	2.092
Estados Unidos	116	-	116	100	-	100
México	33	-	33	5	-	5
Paraguai	1	-	1	3	-	3
Peru	12	-	12	-	-	-
Uruguai	112	-	112	193	-	193
Outros	-	-	-	33	-	33
Títulos de Dívida de Empresas ^(1c)	34.512	(717)	33.795	33.816	(175)	33.641
Ações Negociáveis	7.439	(534)	6.905	6.080	(121)	5.959
Certificado de Depósito Bancário	1.132	-	1.132	335	-	335
Certificado de Recebíveis Imobiliários	1.547	(9)	1.538	1.779	16	1.795
Debêntures	3.080	(155)	2.925	3.290	(74)	3.216
<i>Eurobonds</i> e Assemelhados	874	(18)	856	684	4	688
Letras Financeiras	20.112	(1)	20.111	21.170	-	21.170
Notas Promissórias	233	-	233	391	-	391
Outros	95	-	95	87	-	87
Total	252.281	(2.147)	250.134	249.286	(339)	248.947

(1) Os Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado - Títulos e Valores Mobiliários dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes eram: a) R\$ 24.340 (R\$ 30.325 em 31/12/2017), b) R\$ 170 (R\$ 46 em 31/12/2017) e c) R\$ 9 (R\$ 28 em 31/12/2017), totalizando R\$ 24.519 (R\$ 30.399 em 31/12/2017);

O custo e o valor justo, por vencimento dos Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado - Títulos e Valores Mobiliários foram os seguintes:

	30/06/2018		31/12/2017	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Circulante	46.670	45.488	50.174	49.512
Sem vencimento	10.661	9.386	10.214	9.469
Até um ano	36.009	36.102	39.960	40.043
Não Circulante	205.611	204.646	199.112	199.435
De um a cinco anos	160.511	159.922	147.700	147.805
De cinco a dez anos	34.068	33.716	41.279	41.499
Após dez anos	11.032	11.008	10.133	10.131
Total	252.281	250.134	249.286	248.947

Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado - Títulos e Valores Mobiliários incluem ativos de fundos exclusivos de propriedade da Itaú Vida e Previdência S.A., com um valor justo de R\$ 176.995 (R\$ 169.178 em 31/12/2017). O retorno de tais ativos (positivo ou negativo) é transferido na sua totalidade para clientes de planos PGBl e VGBL, cujas contribuições (líquidas de taxas) são usadas por nossa subsidiária para comprar cotas de tais fundos de investimento.

b) Os Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo - Títulos e Valores Mobiliários são apresentados na tabela a seguir:

	30/06/2018		
	Custo	Ajustes ao Valor Justo (no Resultado)	Valor Justo
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	2.233	80	2.313
Total	2.233	80	2.313

	31/12/2017		
	Custo	Ajustes ao Valor Justo (no Resultado)	Valor Justo
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	1.670	76	1.746
Total	1.670	76	1.746

O custo e o valor justo, por vencimento dos Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo - Títulos e Valores Mobiliários foram os seguintes:

	30/06/2018		31/12/2017	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Circulante	2.233	2.313	1.006	1.041
Até um ano	2.233	2.313	1.006	1.041
Não Circulante	-	-	664	705
De um a cinco anos	-	-	664	705

Nota 8 – Derivativos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING negocia instrumentos financeiros derivativos com diversas contrapartes para administrar suas exposições globais e para auxiliar seus clientes a administrar suas próprias exposições.

Futuros - Contratos futuros de taxa de juros e de moedas estrangeiras são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados em dinheiro ou por entrega. O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado. Contratos futuros de mercadorias ou instrumentos financeiros são compromissos para comprar ou vender mercadorias (principalmente ouro, café e suco de laranja) em uma data futura, por um preço contratado, que são liquidados em dinheiro. O valor referencial representa a quantidade dessas mercadorias multiplicada pelo preço futuro na data do contrato. Para todos os instrumentos são efetuadas liquidações diárias dos movimentos de preços.

Termo - Contratos a termo de juros são contratos para efetuar troca de pagamentos em uma data futura especificada, com base na flutuação em mercado da taxa de juros entre a data da negociação e a data da liquidação do contrato. Contratos a termo de câmbio representam contratos para a troca da moeda de um país pela de outro, por um preço contratado em uma data de liquidação futura acordada. Contratos a termo de instrumentos financeiros são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço contratado e são liquidados em dinheiro.

Swaps - Contratos de swaps de taxa de juros e de câmbio são compromissos para liquidar em dinheiro em uma data ou datas futuras, o diferencial entre dois índices financeiros especificados (duas taxas de juros diferentes em uma única moeda ou duas taxas diferentes cada uma delas em moeda diferente) aplicado sobre um valor referencial de principal. Os contratos de swap apresentados na tabela abaixo em Outros correspondem, principalmente, a contratos de swaps de índices de inflação.

Opções - Contratos de opção dão ao comprador, mediante o pagamento de um prêmio, o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender um instrumento financeiro dentro de um prazo limitado inclusive um fluxo de juros, moedas estrangeiras, mercadorias ou instrumentos financeiros, a um preço contratado que também pode ser liquidado em dinheiro, com base no diferencial entre índices específicos.

Derivativos de Crédito - São instrumentos financeiros cujo valor deriva do risco de crédito associado à dívida emitida por um terceiro (entidade de referência) e permite que uma entidade (comprador da proteção) transfira esse risco a uma contraparte (vendedor da proteção). O vendedor da proteção é obrigado a realizar pagamentos com base no contrato quando a entidade de referência sofrer um evento de crédito, tal como falência, inadimplência ou reestruturação da dívida. O vendedor da proteção recebe um prêmio pela proteção, mas por outro lado recebe o risco de que o instrumento subjacente referenciado no contrato sofra um evento de crédito e tenha que fazer um pagamento ao comprador da proteção que pode chegar ao valor referencial do derivativo de crédito.

O valor total das margens dadas em garantia pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING era de R\$ 16.400 (R\$ 18.284 em 31/12/2017) e estava basicamente composto por títulos públicos.

Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento demonstrada pelo seu valor justo e por prazo de vencimento.

	30/06/2018							
	Valor Justo	%	0-30 dias	31-90 dias	91-180 dias	181-365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias
Ativo								
Contratos de <i>Swaps</i> - Ajuste a Receber	10.768	38,9	103	336	186	1.174	1.536	7.433
Contratos de Opções	5.379	19,4	737	744	823	1.681	1.094	300
Contratos a Termo	6.020	21,7	5.311	405	142	161	1	-
Derivativos de Crédito - Instituições Financeiras	145	0,5	-	1	2	3	8	131
<i>NDF - Non Deliverable Forward</i>	4.682	16,9	1.317	1.121	676	1.179	322	67
Verificação de <i>Swap</i> - Empresas	68	0,2	1	-	-	11	-	56
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	658	2,4	421	4	11	4	7	211
Total	27.720	100,0	7.890	2.611	1.840	4.213	2.968	8.198
% por prazo de vencimento			28,5	9,4	6,6	15,2	10,7	29,6
	30/06/2018							
	Valor Justo	%	0-30 dias	31-90 dias	91-180 dias	181-365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias
Passivo								
Contratos de <i>Swaps</i> - Ajuste a Pagar	(16.493)	50,8	(187)	(817)	(1.234)	(2.701)	(4.080)	(7.474)
Contratos de Opções	(4.978)	15,4	(883)	(520)	(762)	(1.681)	(817)	(315)
Contratos a Termo	(5.633)	17,4	(5.631)	(1)	(1)	-	-	-
Derivativos de Crédito - Instituições Financeiras	(139)	0,4	-	-	-	(1)	(4)	(134)
<i>NDF - Non Deliverable Forward</i>	(5.046)	15,6	(1.085)	(1.214)	(702)	(1.287)	(334)	(424)
Verificação de <i>Swap</i> - Empresas	(75)	0,2	(2)	-	-	(16)	-	(57)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	(72)	0,2	-	(2)	(3)	(6)	(5)	(56)
Total	(32.436)	100,0	(7.788)	(2.554)	(2.702)	(5.692)	(5.240)	(8.460)
% por prazo de vencimento			24,0	7,9	8,3	17,5	16,2	26,1

Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento demonstrada pelo seu valor justo e por prazo de vencimento.

	31/12/2017							
	Valor Justo	%	0-30 dias	31-90 dias	91-180 dias	181-365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias
Ativo								
Contrato de Futuros	158	0,7	153	11	(2)	(3)	38	(39)
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	9.190	40,2	189	187	327	744	1.661	6.082
Contratos de Opções	3.337	14,6	430	440	353	955	865	294
Contratos a Termo	6.911	30,3	6.529	293	46	43	-	-
Derivativos de Crédito	137	0,6	-	-	1	8	21	107
NDF - Non Deliverable Forward	2.950	12,9	677	717	624	610	166	156
Verificação de Swap	68	0,3	-	-	6	-	-	62
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	92	0,4	-	-	-	3	5	84
Total	22.843	100,0	7.978	1.648	1.355	2.360	2.756	6.746
% por prazo de vencimento			34,9	7,2	5,9	10,3	12,1	29,6

	31/12/2017							
	Valor Justo	%	0 - 30 dias	31 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias
Passivo								
Contratos de <i>Swaps</i> - Ajuste a Pagar	(13.692)	51,2	(65)	(202)	(451)	(1.711)	(3.747)	(7.516)
Contratos de Opções	(2.793)	10,4	(332)	(174)	(304)	(821)	(889)	(273)
Contratos a Termo	(6.272)	23,5	(6.272)	-	-	-	-	-
Derivativos de Crédito	(58)	0,2	-	-	(1)	(2)	(7)	(48)
<i>NDF - Non Deliverable Forward</i>	(3.745)	14,0	(927)	(735)	(547)	(785)	(225)	(526)
Verificação de <i>Swap</i>	(122)	0,5	-	-	(73)	-	-	(49)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	(64)	0,2	-	(2)	(2)	(6)	(9)	(45)
Total	(26.746)	100,0	(7.596)	(1.113)	(1.378)	(3.325)	(4.877)	(8.457)
% por prazo de vencimento			28,4	4,2	5,2	12,4	18,2	31,6

A tabela a seguir apresenta a composição dos derivativos por indexador:

	Conta de Compensação Valor Referencial	Valor Patrimonial a Receber / (Recebido) (A Pagar) / Pago	Ajustes ao Valor Justo (Resultado / Patrimônio Líquido)	Valor Justo
	30/06/2018	30/06/2018	30/06/2018	30/06/2018
Contratos de Futuros	671.074	-	-	-
Compromissos de Compra	372.324	-	-	-
Ações	13.466	-	-	-
Commodities	267	-	-	-
Juros	317.816	-	-	-
Moeda Estrangeira	40.775	-	-	-
Compromissos de Venda	298.750	-	-	-
Ações	16.446	-	-	-
Commodities	236	-	-	-
Juros	246.859	-	-	-
Moeda Estrangeira	35.209	-	-	-
Contratos de Swaps	970.904	(6.754)	1.029	(5.725)
Posição Ativa	970.904	4.050	6.718	10.768
Ações	404	-	-	-
Commodities	12	3	-	3
Juros	960.542	2.790	6.629	9.419
Moeda Estrangeira	9.946	1.257	89	1.346
Posição Passiva	970.904	(10.804)	(5.689)	(16.493)
Ações	476	(6)	-	(6)
Juros	944.262	(7.812)	(5.904)	(13.716)
Moeda Estrangeira	26.166	(2.986)	215	(2.771)
Contratos de Opções	2.220.655	364	37	401
De Compra - Posição Comprada	361.822	1.862	1.992	3.854
Ações	8.520	316	425	741
Commodities	867	22	(1)	21
Juros	297.082	238	77	315
Moeda Estrangeira	55.353	1.286	1.491	2.777
De Venda - Posição Comprada	777.114	1.761	(236)	1.525
Ações	11.742	381	229	610
Commodities	914	24	(5)	19
Juros	728.820	444	178	622
Moeda Estrangeira	35.638	912	(638)	274
De Compra - Posição Vendida	219.045	(1.528)	(1.880)	(3.408)
Ações	9.048	(166)	(477)	(643)
Commodities	1.125	(33)	1	(32)
Juros	157.778	(187)	(35)	(222)
Moeda Estrangeira	51.094	(1.142)	(1.369)	(2.511)
De Venda - Posição Vendida	862.674	(1.731)	161	(1.570)
Ações	10.622	(282)	(205)	(487)
Commodities	517	(13)	3	(10)
Juros	817.430	(568)	(206)	(774)
Moeda Estrangeira	34.105	(868)	569	(299)
Operações a Termo	29.556	389	(2)	387
Compras a Receber	1.343	1.499	1	1.500
Ações	27	26	-	26
Juros	1.316	1.473	1	1.474
Obrigações por Compra a Pagar - Juros	-	(1.327)	(1)	(1.328)
Vendas a Receber	8.041	4.516	4	4.520
Ações	8.041	1.004	4	1.008
Juros	-	3.512	-	3.512
Obrigações por Venda a Entregar	20.172	(4.299)	(6)	(4.305)
Ações	16.730	(10)	(2)	(12)
Juros	3.442	(4.289)	(4)	(4.293)
Derivativos de Crédito	8.251	(30)	36	6
Posição Ativa	4.363	82	63	145
Ações	1.834	28	72	100
Juros	2.317	48	(11)	37
Moeda Estrangeira	212	6	2	8
Posição Passiva	3.888	(112)	(27)	(139)
Ações	1.207	(41)	(30)	(71)
Juros	2.469	(64)	4	(60)
Moeda Estrangeira	212	(7)	(1)	(8)
NDF - Non Deliverable Forward	239.274	(506)	142	(364)
Posição Ativa	117.354	4.498	184	4.682
Commodities	197	14	2	16
Moeda Estrangeira	117.157	4.484	182	4.666
Posição Passiva	121.920	(5.004)	(42)	(5.046)
Commodities	125	(13)	3	(10)
Moeda Estrangeira	121.795	(4.991)	(45)	(5.036)
Verificação de Swap	955	(65)	58	(7)
Posição Ativa	127	6	62	68
Juros	-	-	56	56
Moeda Estrangeira	127	6	6	12
Posição Passiva	828	(71)	(4)	(75)
Juros	442	(16)	(2)	(18)
Moeda Estrangeira	386	(55)	(2)	(57)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	4.664	125	461	586
Posição Ativa	3.323	131	527	658
Ações	213	(15)	12	(3)
Juros	3.077	148	78	226
Moeda Estrangeira	33	(2)	437	435
Posição Passiva	1.341	(6)	(66)	(72)
Ações	1.155	(4)	(38)	(42)
Juros	86	(2)	(6)	(8)
Moeda Estrangeira	100	-	(22)	(22)
	ATIVO	18.405	9.315	27.720
	PASSIVO	(24.882)	(7.554)	(32.436)
	TOTAL	(6.477)	1.761	(4.716)

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação - Valor Referencial	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	30/06/2018
Contrato de Futuros	152.810	301.401	101.499	115.364	671.074
Contratos de Swaps	25.069	121.878	177.466	646.491	970.904
Contratos de Opções	268.067	972.511	775.620	204.457	2.220.655
Contratos a Termo	12.134	16.881	540	1	29.556
Derivativos de Crédito	-	1.733	615	5.903	8.251
NDF - Non Deliverable Forward	78.003	92.983	52.360	15.928	239.274
Verificação de Swap	23	-	215	717	955
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	-	811	418	3.435	4.664

A tabela a seguir apresenta a composição dos derivativos por indexador:

	Conta de Compensação Valor Referencial	Valor Patrimonial a Receber / (Recebido) (A Pagar) / Pago	Ajustes ao Valor Justo (Resultado / Patrimônio Líquido)	Valor Justo
	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017
Contratos de Futuros	607.980	8	150	158
Compromissos de Compra	323.102	8	150	158
Ações	18.149	-	-	-
Commodities	187	-	-	-
Juros	275.155	7	(3)	4
Moeda Estrangeira	29.611	1	153	154
Compromissos de Venda	284.878	-	-	-
Ações	11.359	-	-	-
Commodities	168	-	-	-
Juros	245.230	-	-	-
Moeda Estrangeira	28.121	-	-	-
Contratos de Swaps	837.299	(4.770)	268	(4.502)
Posição Ativa	837.299	3.630	5.560	9.190
Ações	350	-	1	1
Juros	825.811	2.937	5.314	8.251
Moeda Estrangeira	11.138	693	245	938
Posição Passiva	837.299	(8.400)	(5.292)	(13.692)
Ações	1.088	(1)	-	(1)
Juros	814.141	(8.244)	(5.275)	(13.519)
Moeda Estrangeira	22.070	(155)	(17)	(172)
Contratos de Opções	1.847.829	452	92	544
De Compra - Posição Comprada	245.514	1.256	392	1.648
Ações	8.655	396	618	1.014
Commodities	367	11	18	29
Juros	204.674	202	(44)	158
Moeda Estrangeira	31.818	647	(200)	447
De Venda - Posição Comprada	736.856	1.457	232	1.689
Ações	11.795	358	34	392
Commodities	269	4	-	4
Juros	700.658	416	348	764
Moeda Estrangeira	24.134	679	(150)	529
De Compra - Posição Vendida	88.688	(1.008)	(229)	(1.237)
Ações	9.159	(128)	(527)	(655)
Commodities	278	(6)	(14)	(20)
Juros	51.477	(155)	65	(90)
Moeda Estrangeira	27.774	(719)	247	(472)
De Venda - Posição Vendida	776.771	(1.253)	(303)	(1.556)
Ações	10.241	(261)	(33)	(294)
Commodities	222	(8)	4	(4)
Juros	742.475	(435)	(378)	(813)
Moeda Estrangeira	23.833	(549)	104	(445)
Contratos a Termo	9.954	639	-	639
Compras a Receber	1.654	1.861	-	1.861
Ações	25	25	-	25
Juros	1.629	1.836	-	1.836
Obrigações por Compra a Pagar - Juros	-	(1.644)	-	(1.644)
Vendas a Receber	737	5.049	1	5.050
Ações	737	729	1	730
Juros	-	4.320	-	4.320
Obrigações por Venda a Entregar	7.563	(4.627)	(1)	(4.628)
Ações	3.261	1	-	1
Juros	4.302	(4.628)	(1)	(4.629)
Derivativos de Crédito	10.110	(30)	109	79
Posição Ativa	5.831	38	99	137
Ações	1.955	22	69	91
Juros	3.876	16	30	46
Posição Passiva	4.279	(68)	10	(58)
Ações	769	(21)	4	(17)
Juros	3.510	(47)	6	(41)
NDF - Non Deliverable Forward	252.628	(948)	153	(795)
Posição Ativa	119.312	2.781	169	2.950
Commodities	80	6	1	7
Moeda Estrangeira	119.232	2.775	168	2.943
Posição Passiva	133.316	(3.729)	(16)	(3.745)
Commodities	175	(14)	-	(14)
Moeda Estrangeira	133.141	(3.715)	(16)	(3.731)
Verificação de Swap	955	(73)	19	(54)
Posição Ativa - Moeda Estrangeira	514	-	68	68
Posição Passiva - Juros	441	(73)	(49)	(122)
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	4.225	90	(62)	28
Posição Ativa	2.464	100	(8)	92
Ações	191	(9)	5	(4)
Juros	2.147	109	(15)	94
Moeda Estrangeira	126	-	2	2
Posição Passiva	1.761	(10)	(54)	(64)
Ações	1.404	(1)	(57)	(58)
Juros	327	(2)	(2)	(4)
Moeda Estrangeira	30	(7)	5	(2)
	Ativo	16.180	6.663	22.843
	Passivo	(20.812)	(5.934)	(26.746)
	Total	(4.632)	729	(3.903)

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação - Valor Referencial	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	31/12/2017
Contrato de Futuros	187.771	152.660	87.819	179.730	607.980
Contratos de Swaps	37.526	135.791	115.296	548.686	837.299
Contratos de Opções	418.679	290.491	457.164	681.495	1.847.829
Contratos a Termo	6.997	1.933	1.024	-	9.954
Derivativos de Crédito	-	510	1.230	8.370	10.110
NDF - Non Deliverable Forward	63.446	136.650	39.109	13.423	252.628
Verificação de Swap	-	293	-	662	955
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	-	474	851	2.900	4.225

III - Derivativos por Valor Referencial

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos por tipo de instrumento, demonstrada pelo seu valor referencial, por local de negociação (mercado organizado ou balcão) e contrapartes.

	30/06/2018							
	Contratos de Futuros	Contratos de Swaps	Contratos de Opções	Operações a Termo	Derivativos de Crédito	NDF - Non Deliverable Forward	Verificação de Swap	Outros Instrumentos Financeiros Derivativos
B3	497.379	23.704	2.070.884	24.789	-	55.408	-	-
Balcão	173.695	947.200	149.771	4.767	8.251	183.866	955	4.664
Instituições Financeiras	173.265	698.833	111.298	10	8.251	119.058	-	2.359
Empresas	430	138.242	38.240	4.757	-	64.480	955	2.305
Pessoas Físicas	-	110.125	233	-	-	328	-	-
Total	671.074	970.904	2.220.655	29.556	8.251	239.274	955	4.664

	31/12/2017							
	Contratos de Futuros	Contratos de Swaps	Contratos de Opções	Operações a Termo	Derivativos de Crédito	NDF - Non Deliverable Forward	Verificação de Swap	Outros Instrumentos Financeiros Derivativos
B3	476.031	24.339	1.746.729	4.023	-	76.838	-	-
Balcão	131.949	812.960	101.100	5.931	10.110	175.790	955	4.225
Instituições Financeiras	131.525	525.855	69.460	-	10.110	118.743	-	1.792
Empresas	424	173.129	31.340	5.931	-	56.905	955	2.433
Pessoas Físicas	-	113.976	300	-	-	142	-	-
Total	607.980	837.299	1.847.829	9.954	10.110	252.628	955	4.225

a) Informações sobre Derivativos de Crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING compra e vende proteção de crédito predominantemente relacionada a títulos privados de empresas brasileiras, visando atender a necessidades de seus clientes. Quando o ITAÚ UNIBANCO HOLDING vende proteção de crédito, a exposição para uma dada entidade de referência pode ser compensada, parcial ou totalmente, por um contrato de compra de proteção de crédito de outra contraparte para a mesma entidade de referência ou entidade similar. Os derivativos de crédito em que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING é vendedor de proteção são *credit default swaps* e *total return swaps*.

Credit Default Swaps – CDS

CDS são derivativos de crédito em que, na ocorrência de um evento de crédito com respeito à entidade de referência, conforme os termos do contrato, o comprador da proteção tem direito a receber do vendedor da proteção o valor equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo da obrigação na data da liquidação do contrato, também conhecido como valor recuperado. O comprador da proteção não precisa deter o instrumento de dívida da entidade de referência para que receba os montantes devidos conforme os termos do contrato de CDS quando um evento de crédito ocorre.

	30/06/2018				
	Potencial Máximo de Pagamentos Futuros, Bruto	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Por Instrumento					
CDS	6.941	2.258	1.797	2.834	52
Total por Instrumento	6.941	2.258	1.797	2.834	52
Por Classificação de Risco					
Grau de Investimento	1.295	287	263	733	12
Abaixo do grau de investimento	5.646	1.971	1.534	2.101	40
Total por Risco	6.941	2.258	1.797	2.834	52
Por Entidade de Referência					
Governo brasileiro	3.463	1.544	1.134	785	-
Governo - outros países	625	137	51	435	2
Entidades Privadas	2.853	577	612	1.614	50
Total por Entidade	6.941	2.258	1.797	2.834	52

	31/12/2017				
	Potencial Máximo de Pagamentos Futuros, Bruto	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Por Instrumento					
CDS	6.416	1.200	2.412	2.804	-
Total por Instrumento	6.416	1.200	2.412	2.804	-
Por Classificação de Risco					
Grau de Investimento	1.416	449	347	620	-
Abaixo do grau de investimento	5.000	751	2.065	2.184	-
Total por Risco	6.416	1.200	2.412	2.804	-
Por Entidade de Referência					
Governo brasileiro	3.597	406	1.671	1.520	-
Governo - outros países	329	144	90	95	-
Entidades Privadas	2.490	650	651	1.189	-
Total por Entidade	6.416	1.200	2.412	2.804	-

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING avalia o risco do derivativo de crédito com base nas classificações de crédito atribuídas à entidade de referência, dado por agências de classificação de risco independentes. São consideradas como grau de investimento aquelas entidades cujo risco de crédito é classificado como Baa3 ou superior, conforme a classificação da Moody's, e BBB- ou superior, pela classificação da Standard & Poor's e da Fitch Ratings. A perda potencial máxima que pode ser incorrida com o derivativo de crédito se baseia no valor contratual do derivativo (*notional*). O ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita, com base em sua experiência histórica, que o montante de perda potencial máxima não representa o nível de perda real. Isso porque, caso ocorra um evento de perda, o montante da perda potencial máxima deverá ser reduzido do valor *notional* pelo valor recuperável.

Os derivativos de crédito vendidos não estão cobertos por garantias, sendo que, durante o período, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não incorreu em nenhum evento de perda relativo a qualquer contrato de derivativos de crédito.

A tabela a seguir apresenta o valor nominal dos derivativos de crédito comprados que possuem valores subjacentes idênticos àqueles que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING atua como vendedor da proteção.

30/06/2018			
	Valor Nominal da Proteção Vendida	Valor Nominal da Proteção Comprada com Valor Subjacente Idêntico	Posição Líquida
CDS	(6.941)	1.310	(5.631)
Total	(6.941)	1.310	(5.631)

31/12/2017			
	Valor Nominal da Proteção Vendida	Valor Nominal da Proteção Comprada com Valor Subjacente Idêntico	Posição Líquida
CDS	(6.416)	3.694	(2.722)
Total	(6.416)	3.694	(2.722)

b) Instrumentos Financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e acordos similares

Os quadros a seguir apresentam os ativos e passivos financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e acordos similares e a forma como esses ativos e passivos financeiros estão apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Estes quadros também refletem os valores das garantias concedidas ou recebidas em relação aos ativos e passivos financeiros sujeitos aos mencionados acordos e que não foram apresentados em base líquida, de acordo com o IAS 32.

Ativos financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e a acordos similares:

30/06/2018						
	Montante bruto dos ativos financeiros reconhecidos ⁽¹⁾	Montante bruto reconhecido de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos ativos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial ⁽²⁾		Total
				Instrumentos Financeiros ⁽³⁾	Garantias Recebidas em Espécie	
Operações Compromissadas	254.693	-	254.693	(640)	-	254.053
Instrumentos Financeiros Derivativos	27.720	-	27.720	(6.720)	-	21.000
31/12/2017						
	Montante bruto dos ativos financeiros reconhecidos ⁽¹⁾	Montante bruto reconhecido de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos ativos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial ⁽²⁾		Total
				Instrumentos Financeiros ⁽³⁾	Garantias Recebidas em Espécie	
Operações Compromissadas	244.699	-	244.699	(575)	-	244.124
Instrumentos Financeiros Derivativos	22.843	-	22.843	(3.138)	-	19.705

Passivos financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis e a acordos similares:

30/06/2018						
	Montante bruto dos passivos financeiros reconhecidos ⁽¹⁾	Montante bruto reconhecido de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial ⁽²⁾		Total
				Instrumentos Financeiros ⁽³⁾	Garantias Entregues em Espécie	
Operações Compromissadas	302.527	-	302.527	(20.148)	-	282.379
Instrumentos Financeiros Derivativos	32.436	-	32.436	(6.720)	(477)	25.239
31/12/2017						
	Montante bruto dos passivos financeiros reconhecidos ⁽¹⁾	Montante bruto reconhecido de forma líquida no Balanço Patrimonial	Montante líquido dos passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial	Montante relacionado não compensado no Balanço Patrimonial ⁽²⁾		Total
				Instrumentos Financeiros ⁽³⁾	Garantias Entregues em Espécie	
Operações Compromissadas	312.634	-	312.634	(14.489)	-	298.145
Instrumentos Financeiros Derivativos	26.746	-	26.746	(3.138)	(452)	23.156

(1) Inclui montantes de acordos master de compensação e similares executáveis e não executáveis;

(2) Limitado aos valores sujeitos a acordos master de compensação e similares executáveis;

(3) Inclui valores sujeitos a acordos master de compensação e similares executáveis e garantias em instrumentos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros são apresentados de forma líquida no Balanço Patrimonial somente quando existe um direito legalmente exequível de compensar os montantes reconhecidos e existe a intenção de liquidá-los em base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Os Instrumentos Financeiros Derivativos e as Operações Compromissadas não compensados no Balanço Patrimonial referem-se a operações nas quais existem acordos master de compensação ou acordos similares executáveis, mas que não atendem aos critérios de compensação do parágrafo 42 do IAS 32, principalmente porque o ITAÚ UNIBANCO HOLDING não tem a intenção de liquidá-los em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Nota 9 – Hedge Contábil

As relações de *hedge* são de três tipos: *Hedge* de Valor Justo, *Hedge* de Fluxo de Caixa e *Hedge* de Investimento Líquido de Operações no Exterior.

Na contabilidade de *hedge*, os grupos de fatores de risco mensurados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são:

- Taxa de Juros: Risco de perda nas operações sujeitas às variações de taxas de juros;
- Moedas: Risco de perda nas operações sujeitas à variação cambial.

A estrutura de limites de risco estende-se em nível de fator de risco, com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão, bem como evitar a concentração desses riscos.

As estruturas designadas para as categorias de risco de taxa de juros e risco cambial são realizadas considerando os riscos em sua totalidade, quando existem instrumentos de *hedge* compatíveis. Por decisão da administração, em alguns casos, os riscos são protegidos pelo prazo e limite de fator de risco do instrumento de *hedge*.

Os demais fatores de risco protegidos pela instituição são apresentados na Nota 36.

Para proteger os fluxos de caixa e o valor justo dos instrumentos designados como objeto de *hedge*, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza instrumentos financeiros derivativos e ativos financeiros. Atualmente, são utilizados Contratos Futuros, Opções, NDF (*non deliverable forward*), *Forward*, *Swap* e Ativos Financeiros.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING realiza o gerenciamento de risco através da relação econômica entre os instrumentos de *hedge* e objetos de *hedge*, onde se espera que esses instrumentos se movam em sentidos contrários, nas mesmas proporções, com o objetivo de neutralização dos fatores de riscos.

O índice de cobertura designado é sempre 100% do fator de risco que seja elegível a cobertura. As fontes de inefetividade, em geral, estão relacionadas ao risco de crédito da contraparte e possíveis descasamentos de prazos entre o instrumento de *hedge* e o objeto de *hedge*.

a) Hedge de Fluxo de Caixa

As estratégias de *hedge* de fluxo de caixa do ITAÚ UNIBANCO HOLDING consistem em um *hedge* de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição à taxa de câmbio, que são atribuíveis às alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica o *hedge* de fluxo de caixa como segue:

Risco de Taxa de Juros:

- *Hedge* de depósitos a prazo e operações compromissadas: proteger as alterações no fluxo de caixa de pagamento de juros resultantes de variações na taxa DI, através de contratos futuros.
- *Hedge* de Empréstimos Sindicalizados: proteger a variação nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações na *LIBOR*, através de contratos futuros.
- *Hedge* de Operações Ativas: proteger as alterações no fluxo de caixa de recebimento de juros resultantes de variações na taxa DI, através de contratos futuros.
- *Hedge* de Ativos Denominados em UF*: proteger alterações no fluxo de caixa de recebimento de juros resultantes das variações na UF*, através de contratos de *swap*.
- *Hedge* de Captações: proteger alterações no fluxo de caixa de pagamento de juros resultantes das variações da TPM*, através de contratos de *swap*.
- *Hedge* de Operações de Crédito: proteger alterações no fluxo de caixa de recebimento de juros resultantes das variações da TPM*, através de contratos de *swap*.
- *Hedge* de Operações Compromissadas Ativas: proteger alterações no fluxo de caixa de recebimento de juros resultantes das variações na Selic, através de contratos futuros.

*UF – Unidade de Fomento / TPM – Taxa de Política Monetária

O IUH não utiliza o método qualitativo para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias. No caso de estratégias de *hedge* de fluxo de caixa, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota o método derivativo hipotético. O método derivativo hipotético é baseado em uma comparação da mudança no valor justo, de um derivativo hipotético, com prazos idênticos aos prazos críticos da obrigação de taxa variável, e essa mudança no valor justo do derivativo hipotético é considerada uma representação do valor presente da alteração cumulativa, no fluxo de caixa futuro esperado, da obrigação protegida.

a) *Hedge* de Fluxo de Caixa

Objetos de <i>Hedge</i>	Rubrica	30/06/2018			
		Valor Contábil do Objeto de <i>Hedge</i>		Variação no Valor Utilizado para Calcular a Inefetividade de <i>Hedge</i>	Reserva de <i>Hedge</i> de Fluxo de Caixa
		Ativos	Passivos		
Risco de Taxa de Juros					
<i>Hedge</i> de Depósitos e Operações Compromissadas	Captações no Mercado Aberto		21.967	(1.002)	(2.618)
<i>Hedge</i> de Operações Ativas	Oper.Crédito e Arrend. Merc. Fin e TVM	8.064		248	248
<i>Hedge</i> de Compromissadas Ativas	Aplicações no Mercado Aberto	35.780		170	170
<i>Hedge</i> de Operações de Crédito (Fluxo de Caixa)	Oper.Crédito e Arrend. Merc. Fin	284		6	6
<i>Hedge</i> de Captações (Fluxo de Caixa)	Depósitos		3.194	(10)	(10)
<i>Hedge</i> de Ativos Denominados em UF	Titulos e Valores Mobiliários	13.274		(48)	(48)
Risco Cambial					
<i>Hedge</i> de Transações Previstas Altamente Prováveis		114		4	4
Total		57.516	25.161	(632)	(2.248)

Objetos de <i>Hedge</i>	Rubrica	31/12/2017			
		Valor Contábil do Objeto de <i>Hedge</i>		Variação no Valor Utilizado para Calcular a Inefetividade de <i>Hedge</i>	Reserva de <i>Hedge</i> de Fluxo de Caixa
		Ativos	Passivos		
Risco de Taxa de Juros					
<i>Hedge</i> de Depósitos e Operações Compromissadas	Captações no Mercado Aberto	-	62.667	(3.227)	(3.227)
<i>Hedge</i> de Operações Ativas	Oper.Crédito e Arrend. Merc. Fin e TVM	23.490	-	429	429
<i>Hedge</i> de Compromissadas Ativas	Aplicações no Mercado Aberto	31.099	-	672	672
<i>Hedge</i> de Operações de Crédito (Fluxo de Caixa)	Oper.Crédito e Arrend. Merc. Fin	1.124	-	14	14
<i>Hedge</i> de Captações (Fluxo de Caixa)	Depósitos	-	6.444	(16)	(16)
<i>Hedge</i> de Ativos Denominados em UF	Titulos e Valores Mobiliários	15.227	-	(28)	(28)
Risco Cambial					
<i>Hedge</i> de Transações Previstas Altamente Prováveis		219	-	(5)	(5)
Total		71.159	69.111	(2.161)	(2.161)

Para as estratégias de depósitos e operações compromissadas, operações ativas e compromissadas ativas frequentemente a entidade reestabelece a relação de cobertura, dado que tanto o item protegido quanto os instrumentos mudam ao longo do tempo. Isso ocorre por se tratarem de estratégias de portfolio, refletindo as diretrizes de estratégia de gerenciamento de risco aprovadas em alçada competente.

O valor de R\$ (1.626) em Reserva de *Hedge* de Fluxo de Caixa será reconhecido no resultado pelo prazo do vencimento do objeto de *hedge*. No período findo em 30/06/2018, foi reconhecido o montante de R\$ (125) em Resultado referente a esse diferimento.

Instrumentos de <i>Hedge</i>	30/06/2018						
	Valor Nominal	Valor Contábil (*)		Variações no Valor Justo Utilizadas para Calcular a Inefetividade de <i>Hedge</i>	Variação no Valor do Instrumento de <i>Hedge</i> Reconhecido em Outros Resultados Abrangentes	Inefetividade de <i>Hedge</i> Reconhecida no Resultado	Montante Reclassificado da Reserva de <i>Hedge</i> de Fluxo de Caixa para o Resultado
		Ativos	Passivos				
Risco de Taxa de Juros							
Futuros de Taxa de Juros	66.733	17	12	(662)	(585)	77	-
Swap de Taxa de Juros	16.146	6	54	55	(48)	7	-
Risco Cambial							
Futuros de DDI	606	-	4	(4)	(4)	-	-
Opções	114	4	-	4	4	-	-
Total	83.599	27	70	(607)	(633)	84	-

(*) Valores registrados na rubrica Derivativos.

Instrumentos de <i>Hedge</i>	31/12/2017						
	Valor Nominal	Valor Contábil (*)		Variações no Valor Justo Utilizadas para Calcular a Inefetividade de <i>Hedge</i>	Variação no Valor do Instrumento de <i>Hedge</i> Reconhecido em Outros Resultados Abrangentes	Inefetividade de <i>Hedge</i> Reconhecida no Resultado	Montante Reclassificado da Reserva de <i>Hedge</i> de Fluxo de Caixa para o Resultado
		Ativos	Passivos				
Risco de Taxa de Juros							
Futuros de Taxa de Juros	118.441	13	(32)	(2.278)	(2.126)	152	-
Swap de Taxa de Juros	22.795	14	(44)	(38)	(31)	7	-
Risco Cambial							
Futuros de DDI	78	-	-	1	1	-	-
Opções	154	9	-	(6)	(6)	-	-
Total	141.468	36	(76)	(2.321)	(2.162)	159	-

(*) Valores registrados na rubrica Derivativos.

Para as estratégias de depósitos e operações compromissadas, operações ativas e compromissadas ativas frequentemente a entidade reestabelece a relação de cobertura, dado que tanto o item protegido quanto os instrumentos mudam ao longo do tempo. Isso ocorre por se tratarem de estratégias de portfolio, refletindo as diretrizes de estratégia de gerenciamento de risco aprovadas em alçada competente.

b) Hedge de Investimento Líquido de Operações no Exterior

As estratégias de investimento líquido no exterior do ITAÚ UNIBANCO HOLDING consistem em um *hedge* de exposição em moeda estrangeira, oriunda da moeda funcional da operação no exterior em relação à moeda funcional da matriz, através da contratação de futuros DDI, NDF e ativos financeiros.

O risco protegido nesse tipo de estratégia é o risco cambial.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não utiliza o método qualitativo para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota o *Dollar Offset Method*. O *Dollar Offset Method* é baseado em uma comparação da variação do valor justo (fluxo de caixa), do instrumento de *hedge*, atribuível às variações das taxas de câmbio e o ganho (perda) decorrente da variação entre as taxas de câmbio sobre o montante do investimento no exterior designado como objeto de *hedge*.

Objetos de Hedge	30/06/2018			
	Valor Contábil do Objeto de Hedge ⁽²⁾		Variação no Valor Utilizado para Calcular a Inefetividade de Hedge	Reserva de Conversão de Moeda Estrangeira
	Ativos	Passivos		
Risco Cambial				
Hedge de Investimento de Operações Líquidas no Exterior ⁽¹⁾	-	14.744	(8.472)	(8.472)
Total	-	14.744	(8.472)	(8.472)

(1) Os instrumentos de hedge incluem a alíquota de overhedge de 44,65% referente a impostos;

(2) Valores registrados na rubrica de Hedge de Investimento no Exterior

Objetos de Hedge	31/12/2017			
	Valor Contábil do Objeto de Hedge ⁽²⁾		Variação no Valor Utilizado para Calcular a Inefetividade de Hedge	Reserva de Conversão de Moeda Estrangeira
	Ativos	Passivos		
Risco Cambial				
Hedge de Investimento de Operações Líquidas no Exterior ⁽¹⁾	-	13.074	(4.038)	(4.038)
Total	-	13.074	(4.038)	(4.038)

(1) Os instrumentos de hedge incluem a alíquota de overhedge de 44,65% referente a impostos;

(2) Valores registrados na rubrica de Hedge de Investimento no Exterior

Instrumentos de Hedge	30/06/2018						
	Valor Nominal	Valor Contábil ^(*)		Variações no Valor Justo Utilizadas para Calcular a Inefetividade de Hedge	Variação no Valor do Instrumento de Hedge Reconhecido em Outros Resultados Abrangentes	Inefetividade de Hedge Reconhecida no Resultado	Montante Reclássificado da Reserva de Conversão de Moeda Estrangeira para o Resultado
		Ativos	Passivos				
Risco Cambial							
Futuro DDI	27.806		136	(11.527)	(11.568)	(41)	-
Forward	(1.449)	1.185		594	632	38	-
NDF	(13.056)	365		2.415	2.424	9	-
Ativos Financeiros	(697)	697		42	40	(2)	-
Total	12.604	2.247	136	(8.476)	(8.472)	4	-

(*) Valores registrados na rubrica de Instrumentos Financeiros Derivativos.

Instrumentos de Hedge	31/12/2017						
	Valor Nominal	Valor Contábil ^(*)		Variações no Valor Justo Utilizadas para Calcular a Inefetividade de Hedge	Variação no Valor do Instrumento de Hedge Reconhecido em Outros Resultados Abrangentes	Inefetividade de Hedge Reconhecida no Resultado	Montante Reclássificado da Reserva de Conversão de Moeda Estrangeira para o Resultado
		Ativos	Passivos				
Risco Cambial							
Futuro DDI	23.641	49	-	(7.564)	(7.605)	(41)	-
Forward	(1.065)	1.050	-	585	623	38	-
NDF	(11.474)	-	357	1.507	1.516	9	-
Ativos Financeiros	(541)	541	-	(39)	(41)	(2)	-
Total	10.561	1.640	357	(5.511)	(5.507)	4	-

(*) Valores registrados na rubrica de Instrumentos Financeiros Derivativos.

c) Hedge de Valor Justo

As estratégias de *hedge* de valor justo do ITAÚ UNIBANCO HOLDING consistem em proteger a exposição à variação no valor justo, em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aplica o *hedge* de valor justo como segue:

Risco de Taxa de Juros:

- Proteger o risco de variação do valor justo de recebimento e pagamento de juros resultante das variações no valor justo das taxas variáveis envolvidas, através da contratação de contratos de *swap*.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não utiliza o método qualitativo para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia das estratégias, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota os métodos percentagem *approach* e o *dollar offset*:

- O método percentagem *approach* é baseado no cálculo da mudança no valor justo da estimativa revisada da posição coberta (objeto de *hedge*) atribuível ao risco protegido versus a mudança no valor justo do instrumento derivativo de *hedge*.
- O *dollar offset method* é calculado pela diferença entre a variação do valor justo do instrumento de cobertura e a variação no valor justo do objeto coberto atribuído às alterações na taxa de juros.

A seguir são apresentados os efeitos da contabilização de cobertura sobre a posição financeira e desempenho do ITAÚ UNIBANCO HOLDING:

Objetos de Hedge	30/06/2018				
	Valor Contábil do Objeto de Hedge ^(*)		Ajuste ao Valor Justo do Objeto de Hedge		Variação no Valor Utilizado para Calcular a Inefetividade de Hedge
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos	
Risco de Taxa de Juros					
Hedge de Operações de Crédito	17.770	-	17.826	-	58
Hedge de Captações	-	164.869		164.844	28
Hedge de Títulos AFS	944	-	978	-	34
Total	18.714	164.869	18.804	164.844	120

(*) Valores registrados na rubrica de Depósitos, Títulos e Valores Mobiliários, Recursos de Mercados Interbancários e Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil.

Objetos de Hedge	31/12/2017				
	Valor Contábil do Objeto de Hedge ^(*)		Ajuste ao Valor Justo do Objeto de Hedge		Variação no Valor Utilizado para Calcular a Inefetividade de Hedge
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos	
Risco de Taxa de Juros					
Hedge de Operações de Crédito	5.977	-	5.978	-	52
Hedge de Captações	-	12.157	-	9.562	(114)
Hedge de Empréstimos Sindicalizados	-	794	-	779	-
Hedge de Títulos AFS	482	-	450	-	34
Total	6.459	12.951	6.428	10.341	(28)

(*) Valores registrados na rubrica de Depósitos, Títulos e Valores Mobiliários, Recursos de Mercados Interbancários e Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil.

Para as estratégias de operações de crédito, a entidade reestabelece a relação de cobertura dado que tanto o item protegido quanto os instrumentos mudam ao longo do tempo. Isso ocorre por se tratarem de estratégias de portfólio, refletindo as diretrizes de estratégia de gerenciamento de risco aprovadas em alçada competente.

Instrumentos de <i>Hedge</i>	30/06/2018				
	Valor Nominal	Valor Contábil ^(*)		Variações no Valor Justo Utilizadas para Calcular a Inefetividade de <i>Hedge</i>	Inefetividade de <i>Hedge</i> Reconhecida no Resultado
		Ativos	Passivos		
Risco de Taxa de Juros					
Swap de Taxa de Juros	184.011	21	158	(137)	(8)
Total	184.011	21	158	(137)	(8)

(*) Valores registrados na rubrica Instrumentos Financeiros Derivativos.

Instrumentos de <i>Hedge</i>	31/12/2017				
	Valor Nominal	Valor Contábil ^(*)		Variações no Valor Justo Utilizadas para Calcular a Inefetividade de <i>Hedge</i>	Inefetividade de <i>Hedge</i> Reconhecida no Resultado
		Ativos	Passivos		
Risco de Taxa de Juros					
Swap de Taxa de Juros	19.410	86	114	(27)	(2)
Total	19.410	86	114	(27)	(2)

(*) Valores registrados na rubrica Instrumentos Financeiros Derivativos.

A tabela abaixo apresenta para cada estratégia o valor nominal e o ajustes ao valor justo dos instrumentos de *hedge* e o valor contábil do objeto *hedge*:

Estratégias	30/06/2018			31/12/2017		
	Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge	Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge
	Valor Nominal	Ajustes ao Valor Justo	Valor Contábil	Valor Nominal	Ajustes ao Valor Justo	Valor Contábil
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	21.967	(12)	21.967	62.667	(32)	62.667
Hedge de Transações Previstas Altamente Prováveis	114	4	114	232	9	219
Hedge de Investimento de Operações Líquidas no Exterior (*)	12.604	2.111	14.744	10.561	1.283	13.074
Hedge de Operações de Crédito (Risco de Mercado)	17.770	(56)	17.770	5.977	52	5.977
Hedge de Operações de Crédito (Fluxo de Caixa)	284	6	284	1.124	14	1.124
Hedge de Captações (Risco de Mercado)	165.297	(31)	164.869	12.157	(114)	12.157
Hedge de Captações (Fluxo de Caixa)	3.194	(10)	3.194	6.444	(16)	6.444
Hedge de Empréstimos Sindicalizados (Risco de Mercado)	-	-	-	794	-	794
Hedge de Operações Ativas	8.312	1	8.064	23.919	2	23.490
Hedge de Operações Compromissadas Ativas	36.454	15	35.780	31.855	11	31.099
Hedge de Ativos Denominados em UF	13.274	(48)	13.274	15.227	(28)	15.227
Hedge de títulos AFS	944	(39)	944	482	34	482
Total		1.941			1.215	

(*) Os instrumentos de hedge incluem a alíquota de overhedge de 44,65% referente a impostos.

A tabela abaixo apresenta a abertura por ano de vencimento das estratégias de *hedge*:

Estratégias	30/06/2018							
	0-1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-4 anos	4-5 anos	5-10 anos	Acima de 10 anos	Total
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	12.968	2.544	4.636	110	1.706	3	-	21.967
Hedge de Transações Previstas Altamente Prováveis	98	16	-	-	-	-	-	114
Hedge de Investimento de Operações Líquidas no Exterior (*)	12.604	-	-	-	-	-	-	12.604
Hedge de Operações de Crédito (Risco de Mercado)	166	286	799	1.978	1.211	12.089	1.241	17.770
Hedge de Operações de Crédito (Fluxo de Caixa)	-	30	24	201	30	(1)	-	284
Hedge de Captações (Risco de Mercado)	140	13.431	1.691	964	4.131	75.907	69.033	165.297
Hedge de Captações (Fluxo de Caixa)	1.870	509	475	31	-	309	-	3.194
Hedge de Operações Ativas	7.012	-	1.300	-	-	-	-	8.312
Hedge de Operações Compromissadas Ativas	25.164	6.513	1.527	-	3.250	-	-	36.454
Hedge de Ativos Denominados em UF	11.227	1.989	-	58	-	-	-	13.274
Hedge de títulos AFS	-	370	265	-	-	309	-	944
Total	71.249	25.688	10.717	3.342	10.328	88.616	70.274	280.214

(*) Classificados como corrente pois os instrumentos são renovados frequentemente.

Estratégias	31/12/2017							
	0-1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-4 anos	4-5 anos	5-10 anos	Acima de 10 anos	Total
Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	31.471	11.205	6.210	12.125	-	1.656	-	62.667
Hedge de Transações Previstas Altamente Prováveis	162	70	-	-	-	-	-	232
Hedge de Investimento de Operações Líquidas no Exterior (*)	10.561	-	-	-	-	-	-	10.561
Hedge de Operações de Crédito (Risco de Mercado)	268	143	628	1.502	1.335	642	1.459	5.977
Hedge de Operações de Crédito (Fluxo de Caixa)	-	-	27	157	75	865	-	1.124
Hedge de Captações (Risco de Mercado)	2.399	3.669	799	218	348	2.099	2.625	12.157
Hedge de Captações (Fluxo de Caixa)	1.646	749	1.026	884	525	1.614	-	6.444
Hedge de Empréstimos Sindicalizados (Risco de Mercado)	794	-	-	-	-	-	-	794
Hedge de Operações Ativas	16.726	5.940	-	1.253	-	-	-	23.919
Hedge de Operações Compromissadas Ativas	251	25.209	3.956	1.349	-	1.090	-	31.855
Hedge de Ativos Denominados em UF	12.352	2.822	-	53	-	-	-	15.227
Hedge de títulos AFS	-	-	223	-	-	259	-	482
Total	76.630	49.807	12.869	17.541	2.283	8.225	4.084	171.439

(*) Classificados como corrente pois os instrumentos são renovados frequentemente.

Nota 10 - Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - Títulos e Valores Mobiliários

O valor justo e o custo correspondente aos Ativos Financeiros - Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - Títulos e Valores Mobiliários são apresentados na tabela a seguir:

	30/06/2018				31/12/2017			
	Custo	Ajustes ao Valor Justo (no PL)	Perda Esperada	Valor Justo	Custo	Ajustes ao Valor Justo (no PL)	Perda Esperada	Valor Justo
Títulos Públicos do Governo Brasileiro ^(1a)	30.282	(619)	-	29.663	31.933	993	-	32.926
Outros Públicos	36	-	(36)	-	36	-	(36)	-
Títulos Públicos - Outros Países ^(1b)	21.079	(101)	(2)	20.976	16.583	(41)	-	16.542
Colômbia	7.198	11	(2)	7.207	2.928	92	-	3.020
Chile	9.377	(12)	-	9.365	9.554	(4)	-	9.550
Estados Unidos	2.013	(24)	-	1.989	1.568	(18)	-	1.550
Paraguai	1.656	(75)	-	1.581	1.915	(115)	-	1.800
Uruguai	835	(1)	-	834	618	4	-	622
Títulos de Dívida de Empresas ^(1c)	2.110	31	(48)	2.093	2.656	73	(48)	2.681
Ações Negociáveis	83	88	-	171	73	75	-	148
Certificado de Depósito Bancário	232	-	-	232	685	-	-	685
Debêntures	45	-	(43)	2	44	-	(43)	1
Eurobonds e Assemelhados	1.747	(57)	(2)	1.688	1.851	(2)	(2)	1.847
Outros	3	-	(3)	-	3	-	(3)	-
Total	53.507	(689)	(86)	52.732	51.208	1.025	(84)	52.149

(1) Os Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - Títulos e Valores Mobiliários dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes eram: a) R\$ 25.210 (R\$ 26.953 em 31/12/2017), b) R\$ 7 (R\$ 37 em 31/12/2017) e c) R\$ 693 (R\$ 479 em 31/12/2017) totalizando R\$ 25.910 (R\$ 27.469 em 31/12/2017);

O custo e o valor justo dos Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - Títulos e Valores Mobiliários, por vencimento, são os seguintes:

	30/06/2018		31/12/2017	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Circulante	7.564	7.578	9.546	9.666
Sem Vencimento	83	171	73	148
Até um ano	7.481	7.407	9.473	9.518
Não Circulante	45.943	45.154	41.662	42.483
De um a cinco anos	30.196	30.048	23.138	23.415
De cinco a dez anos	11.084	10.551	11.368	11.680
Após dez anos	4.663	4.555	7.156	7.388
Total	53.507	52.732	51.208	52.149

Os Instrumentos Patrimoniais ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - Títulos e Valores Mobiliários são apresentados na tabela a seguir:

	30/06/2018			
	Custo	Ajustes ao Valor Justo (no PL)	Perda Esperada	Valor Justo
Ações Negociáveis	83	88	-	171
Total	83	88	-	171

	31/12/2017			
	Custo	Ajustes ao Valor Justo (no PL)	Perda Esperada	Valor Justo
Ações Negociáveis	73	75	-	148
Total	73	75	-	148

No período não houve recebimento de dividendos e também não houve reclassificações no Patrimônio Líquido.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING adotou a opção de designar instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes devido às particularidades de determinado mercado.

	30/06/2018		31/12/2017	
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Circulante	83	171	73	148
Sem Vencimento	83	171	73	148

Reconciliação das perdas esperadas para os Demais Ativos Financeiros, segregadas por estágios:

Estágio 1	Perda Esperada 31/12/2017	Ganhos / (Perdas)	Compras	Liquidações	Transferência para Estágio 3	Perda Esperada 30/06/2018
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de						
Outros Resultados Abrangentes	(84)	1	(5)	2	-	(86)
Títulos Públicos - Governo Brasileiro	(36)	-	-	-	-	(36)
Outros	(36)	-	-	-	-	(36)
Títulos Públicos - Outros Países - Chile	-	-	(2)	-	-	(2)
Títulos de Dívida de Empresas	(48)	1	(3)	2	-	(48)
Debêntures	(43)	-	(2)	2	-	(43)
Eurobonds e Assemelhados	(2)	1	(1)	-	-	(2)
Outros	(3)	-	-	-	-	(3)

Estágio 1	Perda Esperada 01/01/2017	Ganhos / (Perdas)	Compras	Liquidações	Transferência para Estágio 3	Perda Esperada 31/12/2017
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de						
Outros Resultados Abrangentes	(93)	-	(2)	-	11	(84)
Títulos Públicos - Governo Brasileiro	(36)	-	-	-	-	(36)
Outros	(36)	-	-	-	-	(36)
Títulos de Dívida de Empresas	(57)	-	(2)	-	11	(48)
Debêntures	(43)	-	-	-	-	(43)
Eurobonds e Assemelhados	(11)	-	(2)	-	11	(2)
Outros	(3)	-	-	-	-	(3)

Estágio 3	Perda Esperada 01/01/2017	Liquidações	Transferência para Estágio 1	Perda Esperada 31/12/2017
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	-	10	(10)	-
Títulos de Dívida de Empresas	-	10	(10)	-
Eurobonds e Assemelhados	-	10	(10)	-

Nota 11 - Ativos Financeiros ao Custo Amortizado - Títulos e Valores Mobiliários

Os Ativos Financeiros ao Custo Amortizado - Títulos e Valores Mobiliários são apresentados na tabela a seguir:

	30/06/2018			31/12/2017		
	Custo Amortizado	Perda Esperada	Valor Justo	Custo Amortizado	Perda Esperada	Valor Justo
Títulos Públicos do Governo Brasileiro ^(1a)	51.666	(62)	51.604	54.875	(66)	54.809
Títulos Públicos - Outros Países ^(1c)	8.368	(3)	8.365	8.414	(3)	8.411
Argentina	29	-	29	-	-	-
Colômbia	423	(3)	420	836	(3)	833
Chile	157	-	157	154	-	154
Coréia	1.443	-	1.443	1.944	-	1.944
Dinamarca	492	-	492	1.951	-	1.951
Espanha	3.082	-	3.082	2.937	-	2.937
Estados Unidos	19	-	19	16	-	16
México	2.703	-	2.703	559	-	559
Paraguai	5	-	5	4	-	4
Uruguai	15	-	15	13	-	13
Títulos de Dívida de Empresas ^(1b)	48.520	(5.511)	43.009	48.135	(5.113)	43.022
Cédula de Produtor Rural	4.028	(201)	3.827	2.899	(160)	2.739
Certificado de Depósito Bancário	95	-	95	130	-	130
Certificado de Recebíveis Imobiliários	12.520	(1.419)	11.101	13.839	(2.056)	11.783
Debêntures	24.744	(3.852)	20.892	23.397	(2.857)	20.540
Eurobonds e Assemelhados	4.314	(7)	4.307	3.660	(3)	3.657
Letras Financeiras	62	-	62	60	-	60
Notas Promissórias	1.042	(9)	1.033	3.246	(23)	3.223
Outros	1.715	(23)	1.692	904	(14)	890
Total ⁽²⁾	108.554	(5.576)	102.978	111.424	(5.182)	106.242

(1) Os Ativos Financeiros ao Custo Amortizado - Títulos e Valores Mobiliários dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes eram a) R\$ 19.340 (R\$ 26.953 em 31/12/2017); b) (R\$ 37 em 31/12/2017); e c) R\$ 7.447 (R\$ 479 em 31/12/2017), totalizando R\$ 26.787 (R\$ 27.469 em 31/12/2017).

(2) De forma a refletir o gerenciamento de riscos à atual estratégia considerada nos modelos de negócios, no período findo em 30/06/2018, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING alterou a classificação de Títulos Públicos do Governo Brasileiro de Valor Justo por meio do Resultado, no montante de R\$ 3.707 e Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes, no montante de R\$ 8.678 para custo amortizado. O valor justo desses instrumentos em 30/06/2018 era de R\$ 11.880. Caso os ativos financeiros não tivessem sido reclassificados, o ajuste ao valor justo que teria sido reconhecido em Outros Resultados Abrangentes seria de R\$ (282), líquido de efeitos tributários.

O resultado com os Ativos Financeiros - Custo Amortizado - Títulos e Valores Mobiliários foi de R\$ 1.125.

O valor justo dos Ativos Financeiros - Custo Amortizado - Títulos e Valores Mobiliários é divulgado na Nota 31.

O custo amortizado dos Ativos Financeiros - Custo Amortizado - Títulos e Valores Mobiliários, por vencimento, são os seguintes:

	30/06/2018		31/12/2017	
	Custo Amortizado	Valor Justo	Custo Amortizado	Valor Justo
Circulante	17.190	16.315	26.057	25.652
Até um ano	17.190	16.315	26.057	25.652
Não Circulante	91.364	86.663	85.367	80.590
De um a cinco anos	53.174	51.240	53.303	50.650
De cinco a dez anos	25.375	23.383	19.883	18.571
Após dez anos	12.815	12.040	12.181	11.369
Total	108.554	102.978	111.424	106.242

Reconciliação das perdas esperadas para os Ativos Financeiros ao Custo Amortizado - Títulos e Valores Mobiliários, segregadas por estágios:

Estágio 1	Perda Esperada 31/12/2017	Ganhos / (Perdas)	Compras	Liquidações	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Perda Esperada 30/06/2018
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	(76)	(407)	(14)	10	-	(1)	(488)
Títulos Públicos - Outros Países - Colombia	(3)	-	-	-	-	-	(3)
Títulos de Dívida de Empresas	(73)	(407)	(14)	10	-	(1)	(485)
Célula do Produtor Rural	(9)	3	(5)	4	-	-	(7)
Certificado de Recebíveis Imobiliários	(9)	4	-	1	-	-	(4)
Debêntures	(52)	(414)	(8)	5	-	(1)	(470)
Eurobonds e Assemelhados	(2)	-	-	-	-	-	(2)
Notas Promissórias	(1)	-	(1)	-	-	-	(2)

Estágio 1	Perda Esperada 01/01/2017	Ganhos / (Perdas)	Compras	Liquidações	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Perda Esperada 31/12/2017
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	(82)	(24)	(44)	48	26	-	(76)
Títulos Públicos - Outros Países - Colombia	(3)	-	-	-	-	-	(3)
Títulos de Dívida de Empresas	(79)	(24)	(44)	48	26	-	(73)
Célula do Produtor Rural	(4)	(2)	(7)	4	-	-	(9)
Certificado de Recebíveis Imobiliários	(17)	(3)	-	-	11	-	(9)
Debêntures	(50)	(20)	(35)	39	14	-	(52)
Eurobonds e Assemelhados	(5)	1	(1)	3	-	-	(2)
Notas Promissórias	(1)	-	(1)	1	-	-	(1)
Outros	(2)	-	-	1	1	-	-

Estágio 2	Perda Esperada 31/12/2017	Ganhos / (Perdas)	Compras	Liquidações	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Perda Esperada 30/06/2018
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	(368)	(88)	(439)	1	10	15	(13)	(882)
Títulos Públicos - Governo Brasileiro	(65)	5	-	-	-	-	-	(60)
Títulos de Dívida de Empresas	(303)	(93)	(439)	1	10	15	(13)	(822)
Célula do Produtor Rural	-	3	(10)	-	7	-	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	(5)	1	-	-	-	-	-	(4)
Debêntures	(284)	(89)	(429)	1	3	15	(8)	(791)
Eurobonds e Assemelhados	-	-	-	-	-	-	(5)	(5)
Outros	(14)	(8)	-	-	-	-	-	(22)

Estágio 2	Perda Esperada 01/01/2017	Ganhos / (Perdas)	Compras	Liquidações	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Perda Esperada 31/12/2017
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	(438)	(73)	(281)	314	-	176	(66)	(368)
Títulos Públicos - Governo Brasileiro	(72)	7	-	-	-	-	-	(65)
Títulos de Dívida de Empresas	(366)	(80)	(281)	314	-	176	(66)	(303)
Célula do Produtor Rural	(30)	(3)	-	33	-	-	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	(50)	2	-	-	-	43	-	(5)
Debêntures	(286)	(79)	(267)	281	-	133	(66)	(284)
Outros	-	-	(14)	-	-	-	-	(14)

Estágio 3	Perda Esperada 31/12/2017	Ganhos / (Perdas)	Compras	Liquidações	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Perda Esperada 30/06/2018
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	(4.738)	193	(466)	833	-	(28)	(4.206)
Títulos de Dívida de Empresas	(4.738)	193	(466)	833	-	(28)	(4.206)
Célula do Produtor Rural	(148)	(38)	(19)	11	-	-	(194)
Certificado de Recebíveis Imobiliários	(2.046)	71	-	562	-	-	(1.413)
Debêntures	(2.522)	160	(447)	245	-	(28)	(2.592)
Notas Promissórias	(22)	-	-	15	-	-	(7)

Estágio 3	Perda Esperada 01/01/2017	Ganhos / (Perdas)	Compras	Liquidações	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Perda Esperada 31/12/2017
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	(3.298)	(528)	(1.276)	1.221	(115)	(742)	(4.738)
Títulos de Dívida de Empresas	(3.298)	(528)	(1.276)	1.221	(115)	(742)	(4.738)
Célula do Produtor Rural	(56)	(37)	(55)	-	-	-	(148)
Certificado de Recebíveis Imobiliários	(1.650)	(200)	-	125	(115)	(206)	(2.046)
Debêntures	(1.469)	(294)	(1.199)	976	-	(536)	(2.522)
Eurobonds e Assemelhados	(101)	3	-	98	-	-	-
Notas Promissórias	(22)	-	(22)	22	-	-	(22)

Nota 12 - Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

a) Composição da Carteira de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

A tabela abaixo apresenta a composição dos saldos de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro por tipo, setor do devedor, vencimento e concentração:

Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, por tipo	30/06/2018	31/12/2017
Pessoas Físicas	196.581	193.385
Cartão de Crédito	66.979	67.413
Crédito Pessoal	28.783	27.295
Crédito Consignado	45.603	44.716
Veículos	14.697	14.165
Crédito Imobiliário	40.519	39.796
Grandes Empresas	107.133	107.647
Micro / Pequenas e Médias Empresas	63.894	60.290
Unidades Externas América Latina	154.884	136.397
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro ⁽¹⁾	522.492	497.719
Perda de Crédito Esperada ⁽²⁾	(35.574)	(36.469)
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, líquido de Perda de Crédito Esperada	486.918	461.250

(1) Na composição do saldo há operações que foram designadas ao Valor Justo por Meio do Resultado no valor de R\$ 644 (R\$ 102 em 31/12/2017).

(2) Contempla Perda de Crédito Esperada para operações de Garantias Financeiras Prestadas R\$ 1.867 (R\$ 1.907 em 31/12/2017) e Compromissos a Liberar R\$ 3.160 (R\$ 3.015 em 31/12/2017).

Por vencimento	30/06/2018	31/12/2017
Vencidas a partir de 1 dia	19.350	21.974
A vencer até 3 meses	134.332	127.402
A vencer de 3 a 12 meses	120.131	116.089
A vencer acima de um ano	248.679	232.254
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	522.492	497.719

Por Concentração ^(*)	30/06/2018	31/12/2017
Principal Devedor	5.502	4.079
10 Maiores Devedores	31.603	28.958
20 Maiores Devedores	48.114	46.313
50 Maiores Devedores	74.080	74.772
100 Maiores Devedores	100.494	101.149

(*) Os valores incluem Garantias Financeiras Prestadas.

A composição da Carteira de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro por setor do devedor está evidenciada na Nota 36, item 8 - Exposição máxima dos Ativos Financeiros segregados por setor de atividade.

b) Valor Contábil Bruto (Carteira de Crédito)

Reconciliação da carteira bruta das Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, segregadas por estágios:

Estágio 1	Saldo final em 31/12/2017	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Write Off	Aquisição / (Liquidação)	Saldo final em 30/06/2018
Pessoas Físicas	161.364	(7.071)	(914)	3.031	-	-	8.728	165.138
Cartão de Crédito	57.073	(2.690)	(216)	1.710	-	-	614	56.491
Crédito Pessoal	12.290	(2.025)	(427)	367	-	-	4.219	14.424
Crédito Consignado	42.115	(887)	(224)	309	-	-	1.753	43.066
Veículos	12.550	(730)	(44)	164	-	-	1.204	13.144
Crédito Imobiliário	37.336	(739)	(3)	481	-	-	938	38.013
Grandes Empresas	91.442	(419)	(116)	538	112	-	739	92.296
Micro / Pequenas e Médias Empresas	47.132	(2.623)	(384)	1.307	6	-	5.668	51.106
Unidades Externas América Latina	117.448	(7.363)	(627)	3.018	45	-	18.615	131.136
Total	417.386	(17.476)	(2.041)	7.894	163	-	33.750	439.676

Estágio 2	Saldo final em 31/12/2017	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Write Off	Aquisição / (Liquidação)	Saldo final em 30/06/2018
Pessoas Físicas	13.032	(3.031)	(3.757)	7.071	521	-	8	13.844
Cartão de Crédito	6.027	(1.710)	(1.395)	2.690	34	-	590	6.236
Crédito Pessoal	3.108	(367)	(1.385)	2.025	297	-	(136)	3.542
Crédito Consignado	733	(309)	(528)	887	81	-	(27)	837
Veículos	987	(164)	(291)	730	36	-	(280)	1.018
Crédito Imobiliário	2.177	(481)	(158)	739	73	-	(139)	2.211
Grandes Empresas	3.833	(538)	(321)	419	673	-	(134)	3.932
Micro / Pequenas e Médias Empresas	6.001	(1.307)	(785)	2.623	259	-	(428)	6.363
Unidades Externas América Latina	13.028	(3.018)	(1.462)	7.363	534	-	870	17.315
Total	35.894	(7.894)	(6.325)	17.476	1.987	-	316	41.454

Estágio 3	Saldo final em 31/12/2017	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Write Off	Aquisição / (Liquidação)	Saldo final em 30/06/2018
Pessoas Físicas	18.989	-	(521)	914	3.757	(6.106)	566	17.599
Cartão de Crédito	4.313	-	(34)	216	1.395	(2.191)	553	4.252
Crédito Pessoal	11.897	-	(297)	427	1.385	(2.944)	349	10.817
Crédito Consignado	1.868	-	(81)	224	528	(734)	(105)	1.700
Veículos	628	-	(36)	44	291	(216)	(176)	535
Crédito Imobiliário	283	-	(73)	3	158	(21)	(55)	295
Grandes Empresas	12.372	(112)	(673)	116	321	(757)	(362)	10.905
Micro / Pequenas e Médias Empresas	7.157	(6)	(259)	384	785	(1.690)	54	6.425
Unidades Externas América Latina	5.921	(45)	(534)	627	1.462	(938)	(60)	6.433
Total	44.439	(163)	(1.987)	2.041	6.325	(9.491)	198	41.362

Consolidado dos 3 Estágios ^(*)	Saldo final em 31/12/2017	Write Off	Aquisição / (Liquidação)	Saldo final em 30/06/2018
Pessoas Físicas	193.385	(6.106)	9.302	196.581
Cartão de Crédito	67.413	(2.191)	1.757	66.979
Crédito Pessoal	27.295	(2.944)	4.432	28.783
Crédito Consignado	44.716	(734)	1.621	45.603
Veículos	14.165	(216)	748	14.697
Crédito Imobiliário	39.796	(21)	744	40.519
Grandes Empresas	107.647	(757)	243	107.133
Micro / Pequenas e Médias Empresas	60.290	(1.690)	5.294	63.894
Unidades Externas América Latina	136.397	(938)	19.425	154.884
Total	497.719	(9.491)	34.264	522.492

(*) Na composição do saldo há operações que foram designadas ao Valor Justo por Meio do Resultado no valor de R\$ 644 (R\$ 102 em 31/12/2017).

Reconciliação da carteira bruta das Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, segregadas por estágios:

Estágio 1	Saldo inicial em 01/01/2017	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Aquisição / (Liquidação) / (Write off)	Saldo final em 31/12/2017
Pessoas Físicas	151.645	(3.925)	(2.346)	2.747	72	13.171	161.364
Cartão de Crédito	48.772	(1.191)	(176)	1.513	10	8.145	57.073
Crédito Pessoal	11.068	(621)	(907)	313	6	2.431	12.290
Crédito Consignado	42.360	(412)	(866)	225	33	775	42.115
Veículos	13.482	(733)	(338)	211	9	(81)	12.550
Crédito Imobiliário	35.963	(968)	(59)	485	14	1.901	37.336
Grandes Empresas	104.359	(884)	(731)	894	4	(12.200)	91.442
Micro / Pequenas e Médias Empresas	43.047	(1.599)	(701)	901	10	5.474	47.132
Unidades Externas América Latina	113.441	(5.913)	(1.589)	1.501	74	9.934	117.448
Total	412.492	(12.321)	(5.367)	6.043	160	16.379	417.386

Estágio 2	Saldo inicial em 01/01/2017	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Aquisição / (Liquidação) / (Write off)	Saldo final em 31/12/2017
Pessoas Físicas	14.248	(2.747)	(2.282)	3.925	665	(777)	13.032
Cartão de Crédito	6.634	(1.513)	(722)	1.191	12	425	6.027
Crédito Pessoal	3.534	(313)	(872)	621	515	(377)	3.108
Crédito Consignado	771	(225)	(241)	412	44	(28)	733
Veículos	1.269	(211)	(297)	733	39	(546)	987
Crédito Imobiliário	2.040	(485)	(150)	968	55	(251)	2.177
Grandes Empresas	5.877	(894)	(434)	884	90	(1.690)	3.833
Micro / Pequenas e Médias Empresas	7.815	(901)	(946)	1.599	428	(1.994)	6.001
Unidades Externas América Latina	8.964	(1.501)	(1.246)	5.913	134	764	13.028
Total	36.904	(6.043)	(4.908)	12.321	1.317	(3.697)	35.894

Estágio 3	Saldo inicial em 01/01/2017	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Aquisição / (Liquidação) / (Write off)	Saldo final em 31/12/2017
Pessoas Físicas	20.574	(72)	(665)	2.346	2.282	(5.476)	18.989
Cartão de Crédito	4.457	(10)	(12)	176	722	(1.020)	4.313
Crédito Pessoal	13.328	(6)	(515)	907	872	(2.689)	11.897
Crédito Consignado	1.729	(33)	(44)	866	241	(891)	1.868
Veículos	815	(9)	(39)	338	297	(774)	628
Crédito Imobiliário	245	(14)	(55)	59	150	(102)	283
Grandes Empresas	11.525	(4)	(90)	731	434	(224)	12.372
Micro / Pequenas e Médias Empresas	8.985	(10)	(428)	701	946	(3.037)	7.157
Unidades Externas América Latina	4.371	(74)	(134)	1.589	1.246	(1.077)	5.921
Total	45.455	(160)	(1.317)	5.367	4.908	(9.814)	44.439

Consolidado dos 3 Estágios ^(*)	Saldo inicial em 01/01/2017	Aquisição / (Liquidação) / (Write off)	Saldo final em 31/12/2017
Pessoas Físicas	186.467	6.918	193.385
Cartão de Crédito	59.863	7.550	67.413
Crédito Pessoal	27.930	(635)	27.295
Crédito Consignado	44.860	(144)	44.716
Veículos	15.566	(1.401)	14.165
Crédito Imobiliário	38.248	1.548	39.796
Grandes Empresas	121.761	(14.114)	107.647
Micro / Pequenas e Médias Empresas	59.847	443	60.290
Unidades Externas América Latina	126.776	9.621	136.397
Total	494.851	2.868	497.719

(*) Na composição do saldo há operações que foram designadas ao Valor Justo por Meio do Resultado, no valor de R\$ 102 (R\$ 143 em 01/01/2017).

c) Perda de Crédito Esperada

Reconciliação da perda de crédito esperada para as Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, segregadas por estágios:

Estágio 1	Saldo inicial em 31/12/2017	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Write off	Constituição / (Reversão)	Saldo final em 30/06/2018
Pessoas Físicas	3.834	(334)	(156)	211	-	-	205	3.760
Cartão de Crédito	2.135	(149)	(35)	131	-	-	(90)	1.992
Crédito Pessoal	759	(112)	(74)	22	-	-	270	865
Crédito Consignado	805	(45)	(43)	45	-	-	2	764
Veículos	123	(27)	(4)	9	-	-	30	131
Crédito Imobiliário	12	(1)	-	4	-	-	(7)	8
Grandes Empresas	451	(4)	(1)	135	85	-	(116)	550
Micro / Pequenas e Médias Empresas	1.149	(108)	(38)	82	1	-	176	1.262
Unidades Externas América Latina	1.013	(77)	(9)	62	26	-	193	1.208
Total	6.447	(523)	(204)	490	112	-	458	6.780

Estágio 2	Saldo inicial em 31/12/2017	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Write off	Constituição / (Reversão)	Saldo final em 30/06/2018
Pessoas Físicas	2.209	(211)	(1.574)	334	75	-	1.613	2.446
Cartão de Crédito	1.261	(131)	(657)	149	15	-	757	1.394
Crédito Pessoal	567	(22)	(565)	112	39	-	476	607
Crédito Consignado	262	(45)	(291)	45	8	-	320	299
Veículos	108	(9)	(54)	27	9	-	36	117
Crédito Imobiliário	11	(4)	(7)	1	4	-	24	29
Grandes Empresas	1.174	(135)	(46)	4	139	-	(24)	1.112
Micro / Pequenas e Médias Empresas	701	(82)	(220)	108	103	-	46	656
Unidades Externas América Latina	1.223	(62)	(168)	77	238	-	653	1.961
Total	5.307	(490)	(2.008)	523	555	-	2.288	6.175

Estágio 3	Saldo inicial em 31/12/2017	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Write off	Constituição / (Reversão)	Saldo final em 30/06/2018
Pessoas Físicas	8.787	-	(75)	156	1.574	(4.591)	2.090	7.941
Cartão de Crédito	3.288	-	(15)	35	657	(1.742)	543	2.766
Crédito Pessoal	3.812	-	(39)	74	565	(2.015)	1.161	3.558
Crédito Consignado	1.301	-	(8)	43	291	(664)	311	1.274
Veículos	316	-	(9)	4	54	(158)	67	274
Crédito Imobiliário	70	-	(4)	-	7	(12)	8	69
Grandes Empresas	9.827	(85)	(139)	1	46	(436)	(377)	8.837
Micro / Pequenas e Médias Empresas	3.554	(1)	(103)	38	220	(1.369)	843	3.182
Unidades Externas América Latina	2.547	(26)	(238)	9	168	(725)	924	2.659
Total	24.715	(112)	(555)	204	2.008	(7.121)	3.480	22.619

Consolidado dos 3 Estágios	Saldo inicial em 31/12/2017	Write off	Constituição / (Reversão) ⁽¹⁾	Saldo final em 30/06/2018 ⁽²⁾
Pessoas Físicas	14.830	(4.591)	3.908	14.147
Cartão de Crédito	6.684	(1.742)	1.210	6.152
Crédito Pessoal	5.138	(2.015)	1.907	5.030
Crédito Consignado	2.368	(664)	633	2.337
Veículos	547	(158)	133	522
Crédito Imobiliário	93	(12)	25	106
Grandes Empresas	11.452	(436)	(517)	10.499
Micro / Pequenas e Médias Empresas	5.404	(1.369)	1.065	5.100
Unidades Externas América Latina	4.783	(725)	1.770	5.828
Total	36.469	(7.121)	6.226	35.574

(1) A alteração dos cenários macroeconômicos utilizados gerou, no segundo trimestre, uma constituição da provisão para Perda Esperada no montante de R\$ 308.

(2) Contempla Perda de Crédito Esperada para operações de Garantias Financeiras Prestadas R\$ 1.867 (R\$ 1.907 em 31/12/2017) e Compromissos a Liberar R\$ 3.160 (R\$ 3.015 em 31/12/2017).

Reconciliação da perda de crédito esperada para as Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, segregadas por estágios:

Estágio 1	Saldo inicial em 01/01/2017	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Constituição / (Reversão) / (Write off)	Saldo final em 31/12/2017
Pessoas Físicas	3.352	(107)	(118)	220	22	465	3.834
Cartão de Crédito	1.685	(50)	(21)	135	6	380	2.135
Crédito Pessoal	733	(29)	(56)	24	9	78	759
Crédito Consignado	787	(12)	(33)	40	4	19	805
Veículos	135	(15)	(8)	16	2	(7)	123
Crédito Imobiliário	12	(1)	-	5	1	(5)	12
Grandes Empresas	616	(7)	(6)	104	23	(279)	451
Micro / Pequenas e Médias Empresas	1.016	(51)	(29)	79	6	128	1.149
Unidades Externas América Latina	702	(97)	(31)	66	50	323	1.013
Total	5.686	(262)	(184)	469	101	637	6.447

Estágio 2	Saldo inicial em 01/01/2017	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Constituição / (Reversão) / (Write off)	Saldo final em 31/12/2017
Pessoas Físicas	2.232	(220)	(721)	107	112	699	2.209
Cartão de Crédito	1.145	(135)	(293)	50	5	489	1.261
Crédito Pessoal	662	(24)	(261)	29	57	104	567
Crédito Consignado	251	(40)	(121)	12	27	133	262
Veículos	147	(16)	(43)	15	14	(9)	108
Crédito Imobiliário	27	(5)	(3)	1	9	(18)	11
Grandes Empresas	1.501	(104)	(89)	7	36	(177)	1.174
Micro / Pequenas e Médias Empresas	898	(79)	(182)	51	153	(140)	701
Unidades Externas América Latina	471	(66)	(124)	97	55	790	1.223
Total	5.102	(469)	(1.116)	262	356	1.172	5.307

Estágio 3	Saldo inicial em 01/01/2017	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Constituição / (Reversão) / (Write off)	Saldo final em 31/12/2017
Pessoas Físicas	9.206	(22)	(112)	118	721	(1.124)	8.787
Cartão de Crédito	2.863	(6)	(5)	21	293	122	3.288
Crédito Pessoal	4.643	(9)	(57)	56	261	(1.082)	3.812
Crédito Consignado	1.246	(4)	(27)	33	121	(68)	1.301
Veículos	393	(2)	(14)	8	43	(112)	316
Crédito Imobiliário	61	(1)	(9)	-	3	16	70
Grandes Empresas	8.972	(23)	(36)	6	89	819	9.827
Micro / Pequenas e Médias Empresas	4.452	(6)	(153)	29	182	(950)	3.554
Unidades Externas América Latina	1.107	(50)	(55)	31	124	1.390	2.547
Total	23.737	(101)	(356)	184	1.116	135	24.715

Consolidado dos 3 Estágios	Saldo inicial em 01/01/2017	Constituição / (Reversão) / (Write off)	Saldo final em 31/12/2017 (*)
Pessoas Físicas	14.790	40	14.830
Cartão de Crédito	5.693	991	6.684
Crédito Pessoal	6.038	(900)	5.138
Crédito Consignado	2.284	84	2.368
Veículos	675	(128)	547
Crédito Imobiliário	100	(7)	93
Grandes Empresas	11.089	363	11.452
Micro / Pequenas e Médias Empresas	6.366	(962)	5.404
Unidades Externas América Latina	2.280	2.503	4.783
Total	34.525	1.944	36.469

(*) Contempla Perda de Crédito Esperada para operações de Garantias Financeiras Prestadas R\$ 1.907 (R\$ 1.580 em 01/01/2017) e Compromissos a Liberar R\$ 3.015 (R\$ 2.691 em 01/01/2017).

d) Valor Presente das Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (Arrendador)

É apresentada abaixo a análise do valor presente dos pagamentos mínimos futuros a receber de Arrendamentos Mercantis Financeiros por vencimento. A carteira é composta por arrendamentos de veículos, máquinas, equipamentos e imóveis contratados por pessoas físicas e jurídicas no Brasil e no Exterior.

	30/06/2018		
	Pagamentos Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Valor Presente
Circulante	2.323	(1.025)	1.298
Até 1 ano	2.323	(1.025)	1.298
Não Circulante	9.316	(2.245)	7.071
Entre 1 e 5 anos	3.350	(544)	2.806
Acima de 5 anos	5.966	(1.701)	4.265
Total	11.639	(3.270)	8.369

	31/12/2017		
	Pagamentos Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Valor Presente
Circulante	3.292	(1.898)	1.394
Até 1 ano	3.292	(1.898)	1.394
Não Circulante	9.223	(2.859)	6.364
Entre 1 e 5 anos	5.334	(2.803)	2.531
Acima de 5 anos	3.889	(56)	3.833
Total	12.515	(4.757)	7.758

Os valores da Perda de Crédito Esperada, referentes a Carteira de Arrendamento Mercantil Financeiro são: R\$ 333 (R\$ 322 em 31/12/2017).

e) Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING realizou operações de venda ou transferência de ativos financeiros em que houve a retenção dos riscos de crédito dos ativos financeiros transferidos, por meio de cláusulas de coobrigação. Por conta disso, tais créditos permaneceram registrados contabilmente e estão representados pelas seguintes informações:

Natureza da Operação	30/06/2018				31/12/2017			
	Ativo		Passivo ⁽¹⁾		Ativo		Passivo ⁽¹⁾	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Pessoa Jurídica - Capital de Giro	2.505	2.505	2.437	2.437	2.651	2.651	2.570	2.570
Pessoa Jurídica - Crédito ⁽²⁾	-	-	3	3	-	-	4	4
Pessoa Física - Veículos ⁽²⁾	-	-	2	2	-	-	2	2
Pessoa Física - Crédito Imobiliário	2.190	2.106	2.184	2.094	2.460	2.405	2.453	2.390
Total	4.695	4.611	4.626	4.536	5.111	5.056	5.029	4.966

(1) Rubrica Recursos de Mercados Interbancários.

(2) Cessão de operações que já estavam baixadas a prejuízo.

Nota 13 - Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto

a) A tabela abaixo apresenta os principais investimentos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING:

	% de participação em 30/06/2018		30/06/2018					
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Resultado Abrangente	Lucro Líquido	Investimento	Resultado de Participações	Valor de Mercado ^(g)
Associadas								
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. ^{(a) (b)}	42,93	42,93	4.602	(16)	437	2.715	180	3.999
BSF Holding S.A. ^(c)	49,00	49,00	1.983	(1)	210	1.554	103	-
IRB-Brasil Resseguros S.A. ^{(a) (d)}	11,20	11,20	3.342	(62)	423	386	47	-
Outros ^(e)	-	-	-	-	-	170	-	-
Entidades Controladas em Conjunto - Outros ^(f)	-	-	-	-	-	213	(40)	-
Total	-	-	-	-	-	5.038	290	-

	% de participação em 31/12/2017		31/12/2017						30/06/2017
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Resultado Abrangente	Lucro Líquido	Investimento	Resultado de Participações	Valor de Mercado ^(g)	Resultado de Participações
Associadas									
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. ^{(a) (b) (h)}	42,93	42,93	4.715	10	795	2.771	327	3.571	156
BSF Holding S.A. ^{(c) (h)}	49,00	49,00	1.884	(212)	233	1.506	109	-	52
IRB-Brasil Resseguros S.A. ^{(a) (d)}	11,20	11,20	3.550	(19)	987	402	130	-	72
Outros ^(e)	-	-	-	-	-	172	10	-	10
Entidades Controladas em Conjunto - Outros ^(f)	-	-	-	-	-	204	(28)	-	(15)
Total	-	-	-	-	-	5.055	548	3.571	275

(a) Para fins de contabilização do resultado de equivalência patrimonial foi utilizada em 30/06/2018 a posição de 31/05/2018 e em 31/12/2017 a posição de 30/11/2017, conforme o IAS 27.

(b) Para fins de valor de mercado foi considerado a cotação das ações da Porto Seguro S.A. O montante do investimento inclui o valor de R\$ 739 em 30/06/2018 e R\$ 746 em 31/12/2017, que correspondem a diferença entre a participação nos ativos líquidos a valor justo da Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. e o custo do investimento.

(c) Em maio/12 o Itaú Unibanco S.A. adquiriu 137.004.000 ações ordinárias da BSF Holding S.A. (Controladora do Banco Carrefour) por R\$ 816 que corresponde a 49% de participação no seu capital. O montante do investimento inclui o valor de R\$ 582 em 30/06/2018 de ágio.

(d) Investimento parcialmente alienado em 28/07/2017 e 28/08/2017.

(e) Em 30/06/2018, inclui participação no capital total e capital votante das seguintes companhias: Gestora de Inteligência de Crédito S.A (20% capital total e votante; 20% em 31/12/2017), Companhia Uruguaya de Medios de Procesamiento S.A. (35,83% capital total e votante; 35,83% em 31/12/2017); Rias Redbanc S.A. (25% capital total e votante; 25% em 31/12/2017); Kinea Private Equity Investimentos S.A. (80% capital total e 49% votante; 80% capital total e 49% votante em 31/12/2017) e Tecnologia Bancária S.A. (28,95% capital total e votante; e 28,95% em 31/12/2017).

(f) Em 30/06/2018, inclui participação no capital total e capital votante das seguintes companhias: Olimpia Promoção e Serviços S.A. (50% capital total e votante; 50% em 31/12/2017); ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. (50% capital total e votante; 50% em 31/12/2017) e inclui resultado não decorrente de lucro de empresas controladas.

(g) Divulgado apenas para as Cias abertas.

(h) Apenas em 31/12/2017, as empresas Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. e BSF Holding S.A. contemplam no Resultado Abrangente, ajustes de adoção ao IFRS 9 no montante de R\$ (29) e R\$ (213), respectivamente.

Em 30/06/2018 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING recebeu / reconheceu dividendos e juros sobre capital próprio das empresas não consolidadas, sendo as principais IRB-Brasil Resseguros S.A. no montante de R\$ 64 (R\$ 87 em 31/12/2017), BSF Holding S.A. no montante de R\$ 54 (R\$ 281 em 31/12/2017) e Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. no montante de R\$ 359 (R\$ 246 em 31/12/2017).

b) Outras Informações

A tabela abaixo apresenta o resumo das informações financeiras das investidas pelo método de equivalência patrimonial de forma agregada.

	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2017
Total de Ativos ^(*)	20.856	21.472	20.329
Total de Passivos ^(*)	10.928	11.081	10.698
Total de Receitas ^(*)	14.220	12.388	2.956
Total de Despesas ^(*)	(13.149)	(10.374)	(2.002)

(*) Representado substancialmente pelo IRB-Brasil Resseguros S.A., no montante de R\$ 14.261 (R\$ 14.631 em 31/12/2017) referente a Ativos, de R\$ 10.919 (R\$ 11.080 em 31/12/2017) referente a Passivos, de R\$ 13.563 (R\$ 11.340 em 31/12/2017) referente a Receitas e de R\$ (13.139) (R\$ (10.353) em 31/12/2017) referente a Despesas.

As investidas não apresentam passivos contingentes aos quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING esteja significativamente exposto.

Nota 14 – Compromissos de Arrendamento Mercantil – Entidade Arrendatária

a) Arrendamento Mercantil Financeiro

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é o arrendatário de contratos de Arrendamento Mercantil Financeiro de equipamentos de processamento de dados, com a opção de compra ou de renovação, sem aluguéis contingentes ou restrições impostas. O valor contábil líquido desses bens é de R\$ 20 (R\$ 4 em 31/12/2017).

A tabela abaixo apresenta o total de pagamentos mínimos futuros em:

	30/06/2018	31/12/2017
Circulante	9	4
Até 1 ano	9	4
Não Circulante	11	-
De 1 a 5 anos	11	-
Total de Pagamento Mínimos Futuros	20	4
(-) Juros futuro	-	-
Valor Presente	20	4

b) Arrendamento Mercantil Operacional

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING aluga diversos imóveis para uso em suas operações, segundo contratos de locação imobiliária padrão, que normalmente podem ser rescindidos a seu critério e incluem opções de renovação e cláusulas de reajuste. Nenhum contrato de locação impõe qualquer restrição à nossa capacidade para pagar dividendos, celebrar outros contratos de locação ou participar de operações de financiamento de dívidas ou de capital, não existindo pagamentos contingentes em relação aos contratos.

Os pagamentos de contratos de arrendamento operacional reconhecidos como despesa na rubrica Despesas Gerais e Administrativas totalizam R\$ 686 de 01/01 a 30/06/2018 (R\$ 665 de 01/01 a 30/06/2017).

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não possui contratos de subarrendamento relevantes.

Os pagamentos mínimos com aluguéis de prazos iniciados e remanescentes não passíveis de cancelamento são os seguintes:

	30/06/2018	31/12/2017
Circulante	1.233	1.113
Até 1 ano	1.233	1.113
Não Circulante	4.438	4.310
De 1 a 5 anos	4.003	3.927
Mais de 5 anos	435	383
Total de Pagamento Mínimos Futuros	5.671	5.423

Nota 15 - Imobilizado

Imobilizado de Uso ⁽¹⁾	Imobilizações em Curso	Imóveis de Uso ⁽²⁾		Outras Imobilizações de Uso ⁽²⁾					Total
		Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações de Uso	Móveis e Equipamentos de Uso	Sistema de Processamento de Dados ⁽³⁾	Outros (Comunicação, Segurança e Transporte)	
Taxas Anuais de Depreciação			4%	10%	10 a 20%	10 a 20%	20 a 50%	10 a 20%	
Custo									
Saldo em 31/12/2017	367	1.044	3.107	2.204	1.955	1.152	8.679	1.148	19.656
Aquisições	169	-	-	16	1	30	247	54	517
Baixas	-	(3)	(47)	(33)	(3)	(14)	(87)	(7)	(194)
Variação Cambial	7	10	-	84	14	27	39	5	186
Transferências	(96)	-	50	32	14	-	-	-	-
Outros	8	-	(1)	91	(6)	3	(10)	1	86
Saldo em 30/06/2018	455	1.051	3.109	2.394	1.975	1.198	8.868	1.201	20.251
Depreciação									
Saldo em 31/12/2017	-	-	(1.893)	(1.375)	(1.151)	(715)	(6.411)	(752)	(12.297)
Despesa de Depreciação	-	-	(40)	(96)	(77)	(48)	(454)	(58)	(773)
Baixas	-	-	13	22	2	10	79	5	131
Variação Cambial	-	-	(1)	(48)	2	(15)	(47)	(5)	(114)
Outros	-	-	1	(84)	-	(7)	8	(14)	(96)
Saldo em 30/06/2018	-	-	(1.920)	(1.581)	(1.224)	(775)	(6.825)	(824)	(13.149)
Redução ao Valor recuperável									
Saldo em 31/12/2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições/reconhecimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30/06/2018	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Contábil									
Saldo em 30/06/2018	455	1.051	1.189	813	751	423	2.043	377	7.102

(1) Os compromissos contratuais para compra de Imobilizado totalizam R\$ 139 realizáveis até 2019 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Inclui o valor de R\$ 3 referente a imóvel penhorado.

(3) Inclui contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. O ativo e o passivo são contabilizados nas demonstrações contábeis.

Imobilizado de Uso ⁽¹⁾	Imóveis de Uso ⁽²⁾			Outras Imobilizações de Uso ⁽²⁾					Total
	Imobilizações em Curso	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações de Uso	Móveis e Equipamentos de Uso	Sistema de Processamento de Dados ⁽³⁾	Outros (Comunicação, Segurança e Transporte)	
Taxas Anuais de Depreciação			4%	10%	10 a 20%	10 a 20%	20 a 50%	10 a 20%	
Custo									
Saldo em 01/01/2017	387	1.047	3.099	1.857	1.901	1.205	8.543	1.075	19.114
Aquisições	302	-	-	147	7	111	294	82	943
Baixas	-	(1)	(69)	(46)	(1)	(14)	(313)	(20)	(464)
Variação Cambial	-	4	5	37	15	(12)	5	1	55
Transferências	(320)	-	86	122	26	-	86	-	-
Outros	(2)	(6)	(14)	87	7	(138)	64	10	8
Saldo em 31/12/2017	367	1.044	3.107	2.204	1.955	1.152	8.679	1.148	19.656
Depreciação									
Saldo em 01/01/2017	-	-	(1.840)	(1.114)	(986)	(674)	(5.804)	(654)	(11.072)
Despesa de Depreciação	-	-	(80)	(211)	(154)	(104)	(910)	(105)	(1.564)
Baixas	-	-	16	29	-	6	283	19	353
Variação Cambial	-	-	-	(12)	10	28	(16)	(4)	6
Outros	-	-	11	(67)	(21)	29	36	(8)	(20)
Saldo em 31/12/2017	-	-	(1.893)	(1.375)	(1.151)	(715)	(6.411)	(752)	(12.297)
Redução ao Valor recuperável									
Saldo em 01/01/2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições/reconhecimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Contábil									
Saldo em 31/12/2017	367	1.044	1.214	829	804	437	2.268	396	7.359

(1) Os compromissos contratuais para compra de Imobilizado totalizam R\$ 181 realizáveis até 2019 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Inclui o valor de R\$ 3 referente a imóvel penhorado.

(3) Inclui contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. O ativo e o passivo são contabilizados nas demonstrações contábeis.

Nota 16 - Ativos Intangíveis

Intangíveis ⁽¹⁾	Direitos Aquisição de Folha de Pagamento	Outros Ativos Intangíveis				Total
		Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros	Gastos com Aquisição de Software	Gastos com Desenvolvimento de Software	Outros Ativos Intangíveis	
Taxas de Amortização a.a.	20%	8%	20%	20%	10 a 20%	
Custo						
Saldo em 31/12/2017	1.060	2.452	4.571	4.353	1.525	13.961
Aquisições	153	1	341	147	-	642
Distratos/ Baixas	(91)	(20)	(310)	(2)	-	(423)
Variação Cambial	-	125	344	-	675	1.144
Outros	10	74	42	47	(657)	(484)
Saldo em 30/06/2018	1.132	2.632	4.988	4.545	1.543	14.840
Amortização ⁽²⁾						
Saldo em 31/12/2017	(471)	(647)	(1.998)	(1.267)	(514)	(4.897)
Despesa de Amortização	(109)	(110)	(289)	(320)	(135)	(963)
Distratos/ Baixas	91	20	310	-	-	421
Variação Cambial	-	(111)	(218)	-	(123)	(452)
Outros	(1)	74	6	(47)	249	281
Saldo em 30/06/2018	(490)	(774)	(2.189)	(1.634)	(523)	(5.610)
Redução ao Valor Recuperável ⁽³⁾						
Saldo em 31/12/2017	-	-	(54)	(343)	-	(397)
Adições/reconhecimentos	-	-	(167)	-	-	(167)
Baixas	-	-	(10)	-	-	(10)
Saldo em 30/06/2018	-	-	(231)	(343)	-	(574)
Valor Contábil						
Saldo em 30/06/2018	642	1.858	2.568	2.568	1.020	8.656

(1) Os compromissos contratuais para a aquisição de novos intangíveis totalizam R\$ 813 realizáveis até 2020 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Todos os Ativos Intangíveis tem vida útil definida.

(3) Nota 2.4j.

Intangíveis ⁽¹⁾	Direitos Aquisição de Folha de Pagamento	Outros Ativos Intangíveis				Total
		Associação para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros ⁽⁴⁾	Gastos com Aquisição de Software	Gastos com Desenvolvimento de Software	Outros Ativos Intangíveis	
Taxas de Amortização a.a.	20%	8%	20%	20%	10 a 20%	
Custo						
Saldo em 01/01/2017	1.046	1.748	3.840	3.525	1.078	11.237
Aquisições	345	18	1.206	350	388	2.307
Distratos/ Baixas	(329)	(16)	-	(1)	(22)	(368)
Variação Cambial	-	25	(77)	-	685	633
Outros ⁽⁴⁾	(2)	677	(398)	479	(604)	152
Saldo em 31/12/2017	1.060	2.452	4.571	4.353	1.525	13.961
Amortização ⁽²⁾						
Saldo em 01/01/2017	(555)	(376)	(1.701)	(532)	(284)	(3.448)
Despesa de Amortização	(215)	(273)	(495)	(446)	(176)	(1.605)
Distratos/ Baixas	310	16	-	(6)	22	342
Variação Cambial	-	(17)	79	-	(134)	(72)
Outros ⁽⁴⁾	(11)	3	119	(283)	58	(114)
Saldo em 31/12/2017	(471)	(647)	(1.998)	(1.267)	(514)	(4.897)
Redução ao Valor Recuperável ⁽³⁾						
Saldo em 01/01/2017	(19)	-	(54)	(335)	-	(408)
Adições/reconhecimentos	-	-	-	(14)	-	(14)
Baixas	19	-	-	6	-	25
Saldo em 31/12/2017	-	-	(54)	(343)	-	(397)
Valor Contábil						
Saldo em 31/12/2017	589	1.805	2.519	2.743	1.011	8.667

(1) Os compromissos contratuais para a aquisição de novos intangíveis totalizam R\$ 984 realizáveis até 2020 (Nota 36 - Compromissos Off-Balance).

(2) Todos os Ativos Intangíveis tem vida útil definida.

(3) Nota 2.4j.

(4) Foram efetuadas reclassificações nos saldos de 31/12/2017 (relativos a carteira de depósitos adquiridos) visando permitir a adequada apresentação dos saldos das operações de acordo com a respectiva natureza contábil.

Nota 17 - Depósitos

A tabela abaixo apresenta a composição dos Depósitos:

	30/06/2018			31/12/2017		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Depósitos Remunerados	213.178	142.768	355.946	204.363	129.599	333.962
Depósitos a Prazo	83.045	142.716	225.761	82.718	129.082	211.800
Depósitos Interfinanceiros	2.791	52	2.843	1.665	517	2.182
Depósito de Poupança	127.342	-	127.342	119.980	-	119.980
Depósitos não Remunerados	70.649	-	70.649	68.976	-	68.976
Depósitos à Vista	70.646	-	70.646	68.973	-	68.973
Outros Depósitos	3	-	3	3	-	3
Total	283.827	142.768	426.595	273.339	129.599	402.938

Nota 18 - Passivos Financeiros Designados ao Valor Justo por meio do Resultado

Os Passivos Financeiros Designados ao Valor Justo estão apresentados na tabela a seguir:

	30/06/2018	31/12/2017
Notas Estruturadas		
Ações	44	58
Títulos de Dívida	196	407
Total	240	465

O efeito do risco de crédito desses instrumentos não é relevante em 30/06/2018 e 31/12/2017.

No caso das ações, pelas características do instrumento, não existe valor definido a ser pago no vencimento. Para os títulos de dívida, o valor a ser pago no vencimento envolve variáveis cambiais e índices, não existindo um valor contratual para liquidação.

O valor justo dos Passivos Financeiros Designados ao Valor Justo por vencimento é o seguinte:

	30/06/2018	31/12/2017
	Custo / Valor Justo	Custo / Valor Justo
Circulante - Até um ano	30	55
Não Circulante	210	410
De um a cinco anos	148	319
De cinco a dez anos	28	50
Após dez anos	34	41
Total	240	465

Nota 19 - Captações no Mercado Aberto e Recursos de Mercados Interbancários e Institucionais

a) Captações no Mercado Aberto e Recursos de Mercados Interbancários

A tabela abaixo apresenta a composição dos recursos:

	30/06/2018			31/12/2017		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Mercado Aberto	228.446	74.081	302.527	240.808	71.826	312.634
Operações Lastreadas com Ativos Financeiros Próprios ^(*)	81.963	74.081	156.044	93.955	71.826	165.781
Operações Lastreadas com Ativos Financeiros de Terceiros	146.483	-	146.483	146.853	-	146.853
Interbancário	74.495	59.142	133.637	73.414	56.202	129.616
Letras de Crédito Imobiliário	11.393	3.437	14.830	14.046	4.479	18.525
Letras de Crédito do Agronegócio	8.966	8.495	17.461	7.562	7.539	15.101
Letras Financeiras	14.153	20.702	34.855	13.234	14.457	27.691
Financiamento à Importação e à Exportação	33.004	8.640	41.644	30.548	8.541	39.089
Repasse no País	6.727	13.494	20.221	7.991	16.190	24.181
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão de Crédito (Nota 12d)	252	4.374	4.626	33	4.996	5.029

(*) Inclui R\$ 35.392 (R\$ 58.837 em 31/12/2017) referente à Debêntures de emissão própria.

As captações para financiamento à importação e à exportação representam linhas de crédito disponíveis para o financiamento de importações e exportações de empresas brasileiras, geralmente denominadas em moeda estrangeira. A tabela a seguir apresenta a taxa de juros em cada uma das operações (a.a.):

	No País	No Exterior
Mercado Aberto ^(*)	35% do CDI a 16,93%	1,40% a 5,15%
Letras de Crédito Imobiliário	83% a 93% do CDI	-
Letras Financeiras	IGPM a 102% do CDI	-
Letras de Crédito do Agronegócio	78% a 100% do CDI	-
Financiamento à Importação e à Exportação	1,4% a 6,0%	0,79% a 11,1%
Repasse no País	2,5% a 14,5%	-
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão de Crédito	6,78% a 13,17%	-

(*) A Nota 2.4d apresenta as operações que compõem as Captações no Mercado Aberto. As datas finais de recompra vão até Dezembro de 2055.

b) Recursos de Mercados Institucionais

A tabela abaixo apresenta a composição dos recursos de Mercados Institucionais:

	30/06/2018			31/12/2017		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Dívida Subordinada ⁽¹⁾	5.073	48.853	53.926	12.500	40.196	52.696
Obrigações por TVM no Exterior	6.403	36.795	43.198	11.764	29.636	41.400
Captação por Certificados de Operações Estruturadas ⁽²⁾	3.437	957	4.394	1.762	2.624	4.386
Total	14.913	86.605	101.518	26.026	72.456	98.482

(1) Em 30/06/2018, R\$ 39.581 (R\$ 42.687 em 31/12/2017) integram o Patrimônio de Referência, dentro da proporcionalidade definida pela Resolução 3.444, de 28/02/2007, do CMN, e alterações promovidas pela Resolução nº 3.532, de 31/01/2008, do CMN.

(2) Em 30/06/2018, o valor de mercado da Captação por Certificados de Operações Estruturadas emitida é de R\$ 4.546.

Na tabela a seguir, são apresentadas as taxas de juros em cada uma das operações (a.a.):

	No País	No Exterior
Dívida Subordinada	CDI + 1,1% a IGPM + 7,60%	3,5% a 10,79%
Obrigações por TVM no Exterior	0,89% a 12,73%	1,25% a 30,35%
Captação por Certificados de Operações Estruturadas	IPCA a 15,82%	-

a) Outros Ativos

	30/06/2018			31/12/2017		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Financeiros ⁽¹⁾⁽²⁾	49.929	13.024	62.953	46.718	12.850	59.568
Operações com Emissores de Cartões de Crédito	30.234	-	30.234	32.073	-	32.073
Operações de Seguros e Resseguros	923	338	1.261	1.224	10	1.234
Depósitos em Garantia de Passivos Contingentes (Nota 32)	1.539	11.933	13.472	1.520	11.892	13.412
Depósitos em Garantias de Captações de Recursos Externos	885	-	885	639	-	639
Negociação e Intermediação de Valores	10.529	1	10.530	6.202	18	6.220
Valores a Receber de Reembolso de Contingências (Nota 32c)	299	739	1.038	244	821	1.065
Serviços Prestados a Receber	3.027	2	3.029	2.842	1	2.843
Valores a Receber do FCVS - Fundo para Compensação de Variações Salariais ⁽²⁾	1	4	5	1	105	106
Carteira de Câmbio	346	-	346	-	-	-
Operações sem Características de Concessão de Crédito	2.146	7	2.153	1.973	3	1.976
Não Financeiros	8.142	1.631	9.773	8.637	1.820	10.457
Despesas Antecipadas	2.397	510	2.907	2.432	643	3.075
Ativos de Planos de Aposentadoria (Notas 29c e d)	-	1.073	1.073	-	1.067	1.067
Diversos no País	2.911	3	2.914	2.642	-	2.642
Prêmio de Operações de Crédito	121	35	156	240	77	317
Diversos no Exterior	997	10	1.007	1.847	29	1.876
Outros	1.716	-	1.716	1.476	4	1.480

(1) Neste período, não houve perdas referente à redução ao valor recuperável de outros ativos financeiros.

(2) O Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS foi criado por meio da Resolução nº 25, de 16/6/1967, do Conselho de Administração do extinto BNH (Banco Nacional da Habitação), e tem por finalidade liquidar os saldos remanescentes existentes após o término do prazo dos financiamentos imobiliários contratados até Março de 1990, de contratos financiados no âmbito do SFH (Sistema Nacional da Habitação) e desde que cobertos pelo FCVS.

(3) Operações de crédito e arrendamento mercantil baixadas à prejuízo até 30/06/2017, sendo que foram mantidos todos os procedimentos de cobrança para a recuperação desses ativos.

b) Outros Passivos

	30/06/2018			31/12/2017		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Financeiros	76.754	-	76.754	77.598	15	77.613
Operações com Cartões de Crédito	67.593	-	67.593	71.892	-	71.892
Carteira de Câmbio	-	-	-	197	-	197
Negociação e Intermediação de Valores	7.950	-	7.950	4.606	15	4.621
Obrigações Leasing Financeiro (Nota 14a)	20	-	20	4	-	4
Recursos de Consorciados	140	-	140	102	-	102
Outros	1.051	-	1.051	797	-	797
Não Financeiros	31.467	1.115	32.582	24.382	1.980	26.362
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	4.568	-	4.568	325	-	325
Diversos no País	2.247	193	2.440	2.009	143	2.152
Recursos em Trânsito	11.427	27	11.454	8.800	989	9.789
Provisão para Pagamentos Diversos	1.934	84	2.018	1.721	135	1.856
Sociais e Estatutárias	4.166	216	4.382	4.931	137	5.068
Relativas a Operações de Seguros	148	-	148	167	-	167
Obrigações por Convênios Oficiais e Prestação de Serviços de Pagamento	899	-	899	985	-	985
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria (Nota 29c e e)	234	535	769	197	525	722
Provisão de Pessoal	1.833	60	1.893	1.496	51	1.547
Provisão para Seguro Saúde	849	-	849	842	-	842
Provisão para Gastos com a Integração do Citibank	504	-	504	504	-	504
Rendas Antecipadas	2.575	-	2.575	2.326	-	2.326
Outros	83	-	83	79	-	79

Nota 21 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em RCA's de 15/12/2017 e 22/02/2018 foram aprovados os cancelamentos de 31.793.105 e de 14.424.206, respectivamente, de ações ordinárias de emissão própria e mantidas em tesouraria, sem alteração do capital social, mediante a capitalização de valores registrados nas Reservas de Lucros - Reserva Estatutária.

Em decorrência desse último cancelamento, o capital social está representado por 6.536.090.232 ações escriturais sem valor nominal, sendo 3.305.526.906 ações ordinárias e 3.230.563.326 ações preferenciais sem direito a voto, mas com direito de, em eventual alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias. O capital social totaliza R\$ 97.148 (R\$ 97.148 em 31/12/2017), sendo R\$ 65.427 (R\$ 65.482 em 31/12/2017) de acionistas domiciliados no país e R\$ 31.721 (R\$ 31.666 em 31/12/2017) de acionistas domiciliados no exterior. A consequente alteração estatutária, da quantidade de ações, será deliberada na próxima Assembléia Geral de Acionistas.

Seguem a composição e a movimentação das classes das ações do capital integralizado e a conciliação dos saldos no início e no fim do período:

30/06/2018				
	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Residentes no País em 31/12/2017	3.299.073.506	1.116.291.341	4.415.364.847	
Residentes no Exterior em 31/12/2017	20.877.606	2.114.271.985	2.135.149.591	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2017	3.319.951.112	3.230.563.326	6.550.514.438	
(-) Cancelamento de Ações - RCA de 22/02/2018	(14.424.206)	-	(14.424.206)	
Ações Representativas do Capital Social em 30/06/2018	3.305.526.906	3.230.563.326	6.536.090.232	
Residentes no País em 30/06/2018	3.282.781.277	1.119.115.278	4.401.896.555	
Residentes no Exterior em 30/06/2018	22.745.629	2.111.448.048	2.134.193.677	
Ações em Tesouraria em 31/12/2017 ⁽¹⁾	14.424.206	71.459.714	85.883.920	(2.743)
Aquisições de Ações	-	13.100.000	13.100.000	(510)
Exercidas - Outorga de Opções de Ações	-	(22.988.198)	(22.988.198)	690
Alienações - Plano para Outorga de Opções de Ações	-	(987.221)	(987.221)	51
(-) Cancelamento de Ações - RCA 22/02/2018	(14.424.206)	-	(14.424.206)	534
Ações em Tesouraria em 30/06/2018 ⁽¹⁾	-	60.584.295	60.584.295	(1.978)
Em Circulação em 30/06/2018	3.305.526.906	3.169.979.031	6.475.505.937	
Em Circulação em 31/12/2017	3.305.526.906	3.159.103.612	6.464.630.518	

31/12/2017				
	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Residentes no País em 01/01/2017	3.335.350.311	1.104.963.731	4.440.314.042	
Residentes no Exterior em 01/01/2017	16.393.906	2.125.599.595	2.141.993.501	
Ações Representativas do Capital Social em 01/01/2017	3.351.744.217	3.230.563.326	6.582.307.543	
(-) Cancelamento de Ações - RCA de 15/12/2017	(31.793.105)	-	(31.793.105)	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2017	3.319.951.112	3.230.563.326	6.550.514.438	
Residentes no País em 31/12/2017	3.299.073.506	1.116.291.341	4.415.364.847	
Residentes no Exterior em 31/12/2017	20.877.606	2.114.271.985	2.135.149.591	
Ações em Tesouraria em 01/01/2017 ⁽¹⁾	3.074	69.604.462	69.607.536	(1.882)
Aquisições de Ações	46.214.237	37.982.900	84.197.137	(3.089)
Exercidas - Outorga de Opções de Ações	-	(28.008.923)	(28.008.923)	728
Alienações - Plano para Outorga de Opções de Ações	-	(8.118.725)	(8.118.725)	322
(-) Cancelamento de Ações - RCA de 15/12/2017	(31.793.105)	-	(31.793.105)	1.178
Ações em Tesouraria em 31/12/2017 ⁽¹⁾	14.424.206	71.459.714	85.883.920	(2.743)
Em Circulação em 31/12/2017	3.305.526.906	3.159.103.612	6.464.630.518	
Em Circulação em 01/01/2017	3.351.741.143	3.160.958.864	6.512.700.007	

(1) Ações de própria emissão adquiridas, com base em autorizações do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria, posterior cancelamento ou recolocação no mercado.

Abaixo são discriminados o custo das ações adquiridas no período, bem como o custo médio das Ações em Tesouraria e o seu valor de mercado:

Custo / Valor de Mercado	01/01 a 30/06/2018	
	Ordinárias	Preferenciais
Mínimo	-	37,45
Médio ponderado	-	38,95
Máximo	-	40,06
Ações em Tesouraria		
Custo Médio	-	32,64
Valor de Mercado em 30/06/2018	35,90	40,34

Custo / Valor de Mercado	01/01 a 31/12/2017	
	Ordinárias	Preferenciais
Mínimo	37,06	33,48
Médio ponderado	37,06	36,25
Máximo	37,06	38,56
Ações em Tesouraria		
Custo Médio	37,05	30,90
Valor de Mercado em 31/12/2017	37,69	42,58

b) Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. As ações de ambas as espécies participaram dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias dividendo igual ao prioritário mínimo anual de R\$ 0,022 por ação não cumulativo a ser pago às ações preferenciais.

A antecipação mensal do dividendo mínimo obrigatório utiliza a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte no valor de R\$ 0,015 por ação.

Segue abaixo o demonstrativo dos dividendos e juros sobre capital próprio e o cálculo do dividendo mínimo obrigatório:

Demonstrativo dos Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

	30/06/2018	30/06/2017
Lucro Líquido Individual Estatutário	9.946	10.743
Ajustes:		
(-) Reserva Legal	(497)	(537)
Base de Cálculo do Dividendo	9.449	10.206
Dividendos Mínimo Obrigatório - 25%	2.362	2.551
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos / Provisionados	5.313	4.938

Pagamentos / Provisionamento de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

	30/06/2018		
	Bruto	IRF	Líquido
Pagos / Antecipados	486	-	486
Dividendos - 5 parcelas mensais de R\$ 0,015 por ação pagas de fevereiro a junho de 2018	486	-	486
Declarados até 30/06/2018 (Registrados em Outros Passivos)	1.998	(122)	1.876
Dividendos - 1 parcela mensal de R\$ 0,015 por ação, paga em 02/07/2018	97	-	97
Dividendos Provisionados - R\$ 0,1683 por ação.	1.090	-	1.090
Juros sobre Capital Próprio - R\$ 0,1252 por ação.	811	(122)	689
Destacados em Reservas de Lucros no Patrimônio Líquido - R\$ 0,4557 por ação	2.951	-	2.951
Total de 01/01 a 30/06/2018	5.435	(122)	5.313

	30/06/2017		
	Bruto	IRF	Líquido
Pagos / Antecipados	489	-	489
Dividendos - 5 parcelas mensais de R\$ 0,015 por ação pagas de fevereiro a junho de 2017	489	-	489
Declarados até 30/06/2017 (Registrados em Outros Passivos)	2.410	(347)	2.063
Dividendos - 1 parcela mensal de R\$ 0,015 por ação, paga em 03/07/2017	98	-	98
Juros sobre Capital Próprio - R\$ 0,3558 por ação, a ser Pago em 25/08/2017	2.312	(347)	1.965
Destacados em Reservas de Lucros no Patrimônio Líquido - R\$ 0,3953 por ação	2.568	(182)	2.386
Total de 01/01 a 30/06/2017	5.467	(529)	4.938

c) Capital Adicional Integralizado

O Capital Adicional Integralizado corresponde: (i) à diferença entre o preço de venda das ações em tesouraria e o custo médio de tais ações e (ii) às despesas de remuneração reconhecidas segundo o plano de opções de ações e remuneração variável.

d) Reservas Integralizadas

	30/06/2018	31/12/2017
Reservas de Capital	285	285
Ágio na Subscrição de Ações	284	284
Reservas Decorrentes de Incentivos Fiscais, Atualização de Títulos Patrimoniais e Outras	1	1
Reservas de Lucros	4.339	11.396
Legal	9.390	8.893
Estatutárias	4.056	586
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III)	(12.058)	(11.741)
Especiais de Lucros ^(*)	2.951	13.658
Total das Reservas na Controladora	4.624	11.681

(*) Refere-se ao Juros sobre Capital Próprio provisionado até 30/06/2018 e 31/12/2017, em atendimento a Carta Circular nº 3.516 de 21/07/2011, do BACEN.

e) Reservas a Integralizar

Refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a distribuição de dividendos e das apropriações para as reservas estatutárias nos registros legais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

f) Participações de Não Controladores

	Patrimônio Líquido		Resultado	
	30/06/2018	31/12/2017	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Itaú CorpBanca (Nota 3)	12.364	11.144	251	256
Banco CorpBanca Colômbia S.A. (Nota 3)	1.372	1.203	(18)	(36)
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	341	297	44	36
Luizacred S.A. Soc. Cred. Financiamento Investimento	269	241	27	(7)
Outras	93	93	18	12
Total	14.439	12.978	322	261

Nota 22 - Pagamento Baseado em Ações

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e as empresas por ele controladas possuem programas de Pagamentos Baseados em Ações para seus funcionários e administradores, visando engajá-los ao processo de desenvolvimento da instituição a médio e longo prazo.

Os pagamentos ocorrem somente em exercícios com lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório e, a fim de limitar a diluição máxima a que os acionistas poderão estar sujeitos, em quantidade que não ultrapasse o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações possuídas pelos acionistas majoritários e minoritários na data do balanço de encerramento do exercício.

A liquidação desses programas é feita mediante entrega de ações ITUB4 mantidas em tesouraria.

No período de 01/01 a 30/06/2018, o efeito contábil de pagamento baseado em ações no resultado foi de R\$ (314) (R\$ (254) de 01/01 a 30/06/2017).

I – Plano para Outorga de Opções de Ações (Opções Simples)

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui um Plano para Outorga de Opções de Ações (“Opções Simples”) com o objetivo de integrar administradores e funcionários no processo de desenvolvimento do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e das empresas por ele controladas a médio e longo prazo, facultando-lhes participar da valorização que seu trabalho e dedicação trouxerem às ações.

Além das outorgas realizadas no âmbito do Plano, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING também mantém o controle dos direitos e obrigações das opções outorgadas no âmbito dos planos assumidos nas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 24/04/2009 e 19/04/2013, relativas aos programas de outorga de opções de ações do Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. e da Unibanco Holdings S.A. e da Redecard S.A., respectivamente. A troca das ações para ITUB4 não trouxe impacto financeiro significativo.

As opções simples possuem as seguintes características:

- a) Preço de exercício:** fixado com base na média dos preços das ações nos 3 (três) últimos meses do ano antecedente ao da outorga. Os preços estabelecidos serão reajustados até o último dia útil do mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice a ser definido internamente, devendo ser pagos em prazo igual ao vigente para liquidação de operações na B3.
- b) Período de carência:** fixado no momento da emissão entre 1 (um) ano e 7 (sete) anos, contados a partir da outorga. Em regra, o período de carência fixado é de 5 (cinco) anos.
- c) Valor justo e premissas econômicas utilizadas para reconhecimento dos custos:** o valor justo das Opções Simples é calculado na data da outorga utilizando-se o modelo Binomial. As premissas econômicas utilizadas são:
 - (i) Preço de exercício: preço de exercício previamente definido na emissão da opção, atualizado pela variação do IGP-M.
 - (ii) Preço do ativo objeto (ações ITUB4): preço de fechamento da B3 na data-base de cálculo.
 - (iii) Dividendos esperados: média anual da taxa de retorno dos últimos 3 (três) exercícios de dividendos pagos, acrescidos dos Juros sobre o Capital Próprio da ação ITUB4.
 - (iv) Taxa de juros livre de risco: cupom do IGP-M até o prazo de vigência da Opção Simples.
 - (v) Volatilidade esperada: calculada a partir do desvio-padrão sobre o histórico dos últimos 84 retornos mensais dos preços de fechamento da ação ITUB4 divulgada pela B3, ajustados pela variação do IGP-M.

Resumo da Movimentação do Plano

Opções Simples			
	Quantidade	Preço de Exercício Médio Ponderado	Valor de Mercado Médio Ponderado
Saldo em 31/12/2017	16.342.906	37,81	
Opções exercíveis no final do período	16.342.906	37,81	
Opções em aberto não exercíveis	-	-	
Opções:			
Outorgadas	-	-	
Canceladas/Perda de Direito (*)	(7.020)	32,10	
Exercidas	(9.289.940)	38,79	50,09
Saldo em 30/06/2018	7.045.946	38,79	
Opções exercíveis no final do período	7.045.946	38,79	
Opções em aberto não exercíveis			
Faixa de preços de exercício			
Outorga 2010-2011		21,71 - 42,92	
Outorga 2012		32,10	
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	0,89		

(*) Refere-se ao não exercício por opção do beneficiário.

Opções Simples			
	Quantidade	Preço de Exercício Médio Ponderado	Valor de Mercado Médio Ponderado
Saldo em 01/01/2017	38.033.506	36,94	
Opções exercíveis no final do período	23.440.177	40,98	
Opções em aberto não exercíveis	14.593.329	30,45	
Opções:			
Outorgadas	-	-	
Canceladas/Perda de Direito (*)	(19.667)	38,90	
Exercidas	(5.684.306)	30,58	40,03
Saldo em 30/06/2017	32.329.533	37,56	
Opções exercíveis no final do período	32.329.533	37,56	
Opções em aberto não exercíveis			
Faixa de preços de exercício			
Outorga 2010-2011		21,71 - 41,09	
Outorga 2012		30,01	
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	1,48		

(*) Refere-se ao não exercício por opção do beneficiário.

II – Programa de Sócios

Os funcionários e administradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e das empresas por ele controladas podem ser selecionados para participar de um programa que permite o investimento de um percentual de seu bônus na aquisição de ações ITUB4 e instrumentos baseados em tais ações que deverão ser mantidos pelos beneficiários pelos prazos de 3 (três) a 5 (cinco) anos, a contar do investimento inicial, sujeitando-os à variação da cotação de mercado. Após satisfeitas as condições suspensivas determinadas pelo programa, os beneficiários terão direito de receber uma contrapartida em ITUB4, conforme as quantidades estipuladas no regimento interno do programa.

O preço de aquisição das ações e dos instrumentos baseados em ações é fixado semestralmente e é equivalente à média da cotação das ações ITUB4 nos 30 (trinta) dias que antecederem à fixação do referido preço.

O valor justo da contrapartida em ações ITUB4 é o preço de mercado cotado na data de outorga, descontado da expectativa de dividendos.

A média ponderada do valor justo da contrapartida em ações ITUB4 foi estimada em R\$ 39,33 por ação em 30/06/2018 (R\$ 32,33 por ação em 30/06/2017).

A Lei nº 12.973/14, que adequou a legislação tributária aos padrões contábeis internacionais e pôs fim ao Regime Tributário de Transição (RTT), estabeleceu um novo marco legal para os pagamentos efetuados em ações. Por conta dessa nova lei, foram realizadas alterações no Programa de Sócios, adequando seus efeitos fiscais.

Movimentação do Programa de Sócios

	Quantidade
Saldo em 31/12/2017	34.049.627
Novas Outorgas	6.608.237
Cancelados	(310.243)
Exercidos	(7.731.613)
Saldo em 30/06/2018	32.616.008
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	2,74

	Quantidade
Saldo em 01/01/2017	35.462.379
Novas Outorgas	7.041.957
Cancelados	(439.424)
Exercidos	(7.523.051)
Saldo em 30/06/2017	34.541.861
Média Ponderada da vida contratual remanescente (anos)	2,86

III - Remuneração variável

A política instituída em atendimento à Resolução CMN nº 3.921/10, determina que 50% da remuneração variável dos administradores deve ser paga em dinheiro e 50% em ações pelo prazo de 3 (três) anos. A entrega das ações é feita de forma diferida, sendo 1/3 (um terço) por ano, sujeita a permanência do executivo na instituição. As parcelas diferidas e não pagas poderão ser revertidas proporcionalmente à redução significativa do lucro recorrente realizado ou resultado negativo do período.

O valor justo das ações ITUB4 é o preço de mercado cotado na data de sua outorga.

A média ponderada do valor justo das ações ITUB4 foi estimada em R\$ 51,07 por ação em 30/06/2018 (R\$ 38,25 por ação em 30/06/2017).

Movimentação da Remuneração Variável em Ações	2018
	Quantidade
Saldo em 31/12/2017	20.819.982
Novos	6.827.114
Entregues	(11.074.347)
Cancelados	(83.373)
Saldo em 30/06/2018	16.489.376

Movimentação da Remuneração Variável em Ações	2017
	Quantidade
Saldo em 01/01/2017	24.539.406
Novos	8.501.063
Entregues	(12.048.631)
Cancelados	(139.157)
Saldo em 30/06/2017	20.852.681

a) Receitas de Juros e Rendimentos

	01/04 a 30/06/2018	01/04 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Depósitos Compulsórios no Banco Central	1.236	1.950	2.591	3.825
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	367	159	665	360
Aplicações em Mercado Aberto	4.036	6.777	8.154	14.677
Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo por meio do Resultado	4.370	4.734	10.343	12.186
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	2.849	2.396	4.897	4.815
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	624	632	1.125	1.469
Operações de Crédito	19.410	19.692	37.168	39.050
Outros Ativos Financeiros	79	195	253	429
Total	32.971	36.535	65.196	76.811

b) Despesas de Juros e Rendimentos

	01/04 a 30/06/2018	01/04 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Depósitos	(5.142)	(3.590)	(8.421)	(6.710)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(2.836)	(7.828)	(8.413)	(19.583)
Recursos de Mercados Interbancários	(6.529)	(3.283)	(8.894)	(5.730)
Recursos de Mercados Institucionais	(1.900)	(1.849)	(3.480)	(3.736)
Despesa Financeira de Provisões Técnicas de Seguros e Previdência	(461)	(2.910)	(4.074)	(7.845)
Outros	(9)	(13)	(26)	(47)
Total	(16.877)	(19.473)	(33.308)	(43.651)

c) Ajuste ao Valor Justo de Ativos e Passivos Financeiros

	01/04 a 30/06/2018	01/04 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	(4.584)	(480)	(3.925)	1.394
Derivativos (*)	(2.157)	52	(1.725)	1.852
Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo por meio do Resultado	(385)	49	(340)	76
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	(43)	(17)	52	(105)
Passivos Financeiros Designados ao Valor Justo	66	32	36	1
Total	(7.103)	(364)	(5.902)	3.218

(*) Inclui a parcela inefetiva dos Derivativos relacionados ao Hedge Contábil.

Durante o período findo em 30/06/2018, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconheceu R\$ 396 de despesas por Perdas Esperadas sendo a perda de R\$ 2 para Ativos Financeiros - Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes e perda de R\$ 394 para Ativos Financeiros - Custo Amortizado.

Nota 24 - Receita de Prestação de Serviços

	01/04 a 30/06/2018	01/04 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Serviços de Contas Correntes	2.720	2.535	5.391	5.025
Taxas de Administração	1.226	987	2.386	1.966
Comissões de Cobrança	392	337	749	671
Comissões de Cartões de Crédito	3.534	3.463	7.039	6.847
Operações de Crédito e Garantias Financeiras Prestadas	460	443	903	887
Comissão de Corretagem	122	125	280	224
Outros	629	549	1.232	1.091
Total	9.083	8.439	17.980	16.711

Nota 25 - Outras Receitas

	01/04 a 30/06/2018	01/04 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Ganhos na Venda de Bens não de Uso, Imobilizado e Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	40	46	181	76
Recuperação de Despesas	44	52	129	102
Reversão de Provisões	17	7	115	88
Outros	147	202	278	454
Total	248	307	703	720

Nota 26 - Despesas Gerais e Administrativas

	01/04 a 30/06/2018	01/04 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Despesas de Pessoal	(5.959)	(5.720)	(11.786)	(11.225)
Remuneração	(2.497)	(2.297)	(4.931)	(4.568)
Encargos	(735)	(697)	(1.490)	(1.398)
Benefícios Sociais	(906)	(845)	(1.813)	(1.654)
Planos de Aposentadoria e Benefícios Pós Emprego (Nota 29)	(23)	(23)	(49)	(48)
Benefício Definido	(20)	(21)	(43)	(44)
Contribuição Definida	(3)	(2)	(6)	(4)
Plano de Opções de Ações (Nota 22d)	(73)	(38)	(108)	(100)
Treinamento	(60)	(59)	(107)	(100)
Participações de Empregados nos Lucros	(1.035)	(889)	(2.079)	(1.732)
Desligamentos	(130)	(115)	(214)	(236)
Provisões Trabalhistas (Nota 32)	(500)	(757)	(995)	(1.389)
Despesas Administrativas	(4.370)	(4.035)	(8.304)	(7.847)
Processamento de Dados e Telecomunicações	(1.055)	(1.031)	(2.063)	(2.012)
Serviços de Terceiros	(1.092)	(1.045)	(2.087)	(2.036)
Instalações	(315)	(309)	(614)	(577)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(411)	(291)	(660)	(514)
Despesas de Aluguéis	(408)	(372)	(792)	(745)
Transportes	(83)	(82)	(167)	(167)
Materiais	(78)	(79)	(167)	(156)
Despesas com Serviços Financeiros	(193)	(194)	(385)	(397)
Segurança	(190)	(179)	(380)	(364)
Concessionárias de Serviços Públicos	(106)	(100)	(212)	(207)
Despesas de Viagem	(61)	(54)	(107)	(97)
Outros	(378)	(299)	(670)	(575)
Depreciação	(387)	(394)	(773)	(784)
Amortização	(433)	(348)	(849)	(704)
Despesas de Comercialização de Seguros	(46)	(74)	(95)	(178)
Outras Despesas	(2.865)	(2.342)	(5.057)	(4.674)
Despesas relacionadas a Cartões de Crédito	(961)	(961)	(1.942)	(1.907)
Perdas com fraudes com Terceiros	(153)	(110)	(301)	(285)
Prejuízo na Venda de Bens não de Uso, Imobilizado e Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	(132)	(205)	(225)	(288)
Provisões Cíveis (Nota 32)	(182)	(348)	(197)	(671)
Provisões Fiscais e Previdenciárias	(221)	(231)	(374)	(434)
Ressarcimento de custos interbancários	(68)	(70)	(132)	(144)
Redução ao Valor Recuperável - Ativo Intangível	-	-	(167)	-
Outros	(1.148)	(417)	(1.719)	(945)
Total	(14.060)	(12.913)	(26.864)	(25.412)

Nota 27 – Imposto de Renda e Contribuição Social

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e cada uma de suas subsidiárias apuram separadamente, em cada exercício, o imposto de renda federal e a contribuição social sobre o lucro líquido.

a) Composição das Despesas com Impostos e Contribuições

Demonstração do Cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social:

Devidos sobre Operações do Período	01/04 a 30/06/2018	01/04 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	2.375	7.567	11.938	17.076
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes (Nota 2.4 k)	(1.069)	(3.405)	(5.372)	(7.684)
Acréscimos / Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:				
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em conjunto, Líquido	(28)	24	29	88
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	4.089	1.132	4.225	399
Juros sobre o Capital Próprio	886	938	1.818	1.905
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III)	157	157	314	314
Dividendos e Juros sobre Títulos da Dívida Externa	194	151	262	220
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis ^(*)	(6.917)	(842)	(5.543)	1.783
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.688)	(1.845)	(4.267)	(2.975)
Referentes a Diferenças Temporárias				
Constituição (Reversão) do Período	5.448	920	3.787	(1.434)
Constituição (Reversão) de Períodos Anteriores	759	7	993	(12)
(Despesas) / Receitas de Tributos Diferidos	6.207	927	4.780	(1.446)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	3.519	(918)	513	(4.421)

(*) Contempla (Inclusões) e Exclusões Temporárias.

b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação estão representados

	31/12/2017	Realização / (Reversão)	Constituição	30/06/2018
Refletido no Resultado	48.810	(15.799)	9.704	42.715
Provisão para Perda Esperada	24.686	(4.983)	1.848	21.551
Relativos a Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social	7.595	(3.522)	1.787	5.860
Provisão para Participação nos Lucros	1.829	(1.829)	1.283	1.283
Provisões para Desvalorização de Títulos com Perda Permanente	2.228	(523)	1.006	2.711
Provisões para Passivos Contingentes	<u>5.194</u>	<u>(892)</u>	<u>652</u>	<u>4.954</u>
Ações Cíveis	1.974	(263)	88	1.799
Ações Trabalhistas	2.200	(544)	438	2.094
Fiscais e Previdenciárias	1.020	(85)	126	1.061
Ágio na Aquisição do Investimento	141	(42)	50	149
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	488	(42)	78	524
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	277	(277)	213	213
Ajustes ao Valor Justo de Ativos Financeiros Designados a Valor Justo por meio do Resultado e Derivativos	429	(429)	799	799
Provisão Relativa à Operação de Seguro Saúde	341	-	2	343
Outros	5.602	(3.260)	1.986	4.328
Refletido no Patrimônio Líquido	2.192	(318)	619	2.493
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III)	628	(314)	-	314
Ajustes ao Valor Justo de Ativos Financeiros - Valor Justo por meio de Outros	327	(4)	617	940
Resultados Abrangentes				
Hedge de Fluxo de Caixa	983	-	2	985
Outros	254	-	-	254
Total ^{(1) (2)}	51.002	(16.117)	10.323	45.208

(1) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 38.542 e R\$ 384.

(2) Os registros contábeis de créditos tributários sobre prejuízos fiscais de imposto de renda, e/ou sobre bases negativas da contribuição social sobre o lucro líquido bem como aqueles decorrentes de diferenças temporárias, são baseados em estudos técnicos de viabilidade que consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade para cada controlada individualmente e para o consolidado tomado em conjunto. Para as controladas, Itaú Unibanco S.A e Banco Itaúcard S.A, foi enviado requerimento ao Banco Central do Brasil, nos termos do §. 7º do art. 1º da Resolução 4.441/15 e na forma da Circular 3.776/15.

	01/01/2017	Realização / (Reversão)	Constituição	31/12/2017
Refletido no Resultado	49.841	(16.347)	15.316	48.810
Provisão para Perda Esperada	27.510	(9.453)	6.629	24.686
Relativos a Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social	6.981	(197)	811	7.595
Provisão para Participação nos Lucros	1.541	(1.541)	1.829	1.829
Provisões para Desvalorização de Títulos com Perda Permanente	1.727	-	501	2.228
Provisões para Passivos Contingentes	<u>5.704</u>	<u>(2.733)</u>	<u>2.223</u>	<u>5.194</u>
Ações Cíveis	1.955	(576)	595	1.974
Ações Trabalhistas	2.167	(1.233)	1.266	2.200
Fiscais e Previdenciárias	1.582	(924)	362	1.020
Ágio na Aquisição do Investimento	165	(758)	734	141
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	387	(557)	658	488
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	485	(239)	31	277
Ajustes ao Valor Justo de Ativos Financeiros Designados a Valor Justo por meio do Resultado e Derivativos	243	(243)	429	429
Provisão Relativa à Operação de Seguro Saúde	300	-	41	341
Outros	4.798	(626)	1.430	5.602
Refletido no Patrimônio Líquido	3.123	(1.072)	141	2.192
Reorganizações Societárias (Nota 2.4 a III)	1.256	(628)	-	628
Ajustes ao Valor Justo de Ativos Financeiros - Valor Justo por meio de Outros	771	(444)	-	327
Resultados Abrangentes				
Hedge de Fluxo de Caixa	843	-	140	983
Outros	253	-	1	254
Total ^(*)	52.964	(17.419)	15.457	51.002

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 35.869 e R\$ 391.

II - O saldo da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2017	Realização / Reversão	Constituição	30/06/2018
Refletido no Resultado	14.569	(10.992)	2.537	6.114
Superveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil Financeiro	613	(78)	-	535
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes	1.280	(10)	65	1.335
Planos de Pensão	304	(13)	10	301
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	1.421	(1.421)	1.412	1.412
Ajustes ao Valor Justo de Ativos Financeiros Designados a Valor Justo por meio do Resultado e Derivativos	7.592	(7.592)	1.065	1.065
Tributação sobre Resultados no Exterior - Ganhos de Capital	1.973	(1.201)	1	773
Outros	1.386	(677)	(16)	693
Refletido no Patrimônio Líquido	955	(259)	240	936
Ajustes ao Valor Justo de Ativos Financeiros - Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	767	(252)	228	743
Hedge de Fluxo de Caixa	166	(7)	-	159
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria	9	-	11	20
Outros	13	-	1	14
Total (*)	15.524	(11.251)	2.777	7.050

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 38.542 e R\$ 384.

	01/01/2017	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2017
Refletido no Resultado	13.507	(8.716)	9.778	14.569
Superveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil Financeiro	936	(323)	-	613
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes	1.193	(179)	266	1.280
Planos de Pensão	233	-	71	304
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	1.095	-	326	1.421
Ajustes ao Valor Justo de Ativos Financeiros Designados a Valor Justo por meio do Resultado e Derivativos	7.293	(7.293)	7.592	7.592
Tributação sobre Resultados no Exterior - Ganhos de Capital	1.502	-	471	1.973
Outros	1.255	(921)	1.052	1.386
Refletido no Patrimônio Líquido	968	(129)	116	955
Ajustes ao Valor Justo de Ativos Financeiros - Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	836	(82)	13	767
Hedge de Fluxo de Caixa	63	-	103	166
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria	35	(26)	-	9
Outros	34	(21)	-	13
Total (*)	14.475	(8.845)	9.894	15.524

(*) O Imposto de Renda e a Contribuição Social Diferidos Ativo e Passivo estão apresentados no Balanço Patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 35.869 e R\$ 391.

III - A estimativa de realização e o valor presente dos Créditos Tributários e da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos existentes em 30/06/2018, são:

	Créditos Tributários						Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos		Tributos Diferidos Líquidos	
	Diferenças Temporárias	%	Prejuízo Fiscal e Base Negativa	%	Total	%	%	%	%	%
2018	12.899	33%	69	1%	12.968	29%	(1.167)	17%	11.801	31%
2019	11.325	29%	157	3%	11.482	25%	(1.155)	16%	10.327	27%
2020	3.503	9%	1.737	30%	5.240	12%	(219)	3%	5.021	13%
2021	3.501	9%	2.110	36%	5.611	12%	(1.699)	24%	3.912	11%
2022	1.715	4%	1.759	30%	3.474	8%	(711)	10%	2.763	7%
Acima de 2022	6.405	16%	28	0%	6.433	14%	(2.099)	30%	4.334	11%
Total	39.348	100%	5.860	100%	45.208	100%	(7.050)	100%	38.158	100%
Valor Presente (*)	35.781		5.059		40.840		(6.056)		34.784	

(*) Para o ajuste a valor presente, foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e tarifas de serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e a contribuição social em razão das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, é recomendável que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias, dos prejuízos fiscais e da base negativa não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

Considerando os efeitos temporários trazidos pela Lei 13.169/15, que elevou a alíquota da Contribuição Social para 20% até 31 de Dezembro de 2018, os créditos tributários foram contabilizados com base na expectativa de sua realização. Em 30/06/2018 e 31/12/2017, não existem Créditos Tributários não contabilizados.

Nota 28 - Lucro por Ação

O lucro por ação básico e diluído foi calculado conforme tabela a seguir, para os períodos indicados. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível ao acionista do ITAÚ UNIBANCO HOLDING pelo número médio de ações durante os períodos, excluindo-se o número de ações compradas pela empresa e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído, por sua vez, é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores - Lucro por Ação Básico ^(*)	01/04 a 30/06/2018	01/04 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Lucro Líquido	5.740	6.331	12.129	12.394
Dividendo Mínimo não Cumulativo sobre as Ações Preferenciais, segundo os Estatutos	(70)	(69)	(70)	(69)
Subtotal	5.670	6.262	12.059	12.325
Lucro Acumulado a ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias em um valor por Ação igual ao Dividendo Mínimo Pagável aos Acionistas Preferenciais	(73)	(74)	(73)	(74)
Subtotal	5.597	6.188	11.986	12.251
Lucro Acumulado a ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias e Preferenciais em Bases Proporcionais:				
Aos Detentores de Ações Ordinárias	2.853	3.188	6.114	6.307
Aos Detentores de Ações Preferenciais	2.744	3.000	5.872	5.944
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	2.926	3.262	6.187	6.381
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	2.814	3.069	5.942	6.013
Média Ponderada das Ações em Circulação (Nota 21a)				
Ações Ordinárias	3.305.526.906	3.351.741.143	3.305.526.906	3.351.741.143
Ações Preferenciais	3.178.429.935	3.155.404.279	3.174.578.488	3.158.922.612
Lucro por Ação - Básico - R\$				
Ações Ordinárias	0,89	0,97	1,87	1,90
Ações Preferenciais	0,89	0,97	1,87	1,90

Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores - Lucro por Ação Diluído ^(*)	01/04 a 30/06/2018	01/04 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	2.814	3.069	5.942	6.013
Dividendo sobre as Ações Preferenciais após efeitos da Diluição	21	27	30	35
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais considerando as Ações Preferenciais após efeitos da Diluição	2.835	3.096	5.972	6.048
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	2.926	3.262	6.187	6.381
Dividendo sobre as Ações Preferenciais após efeitos da Diluição	(21)	(27)	(30)	(35)
Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias considerando as Ações Preferenciais após Efeitos da Diluição	2.905	3.235	6.157	6.346
Média Ponderada Ajustada de Ações (Nota 21a)				
Ações Ordinárias	3.305.526.906	3.351.741.143	3.305.526.906	3.351.741.143
Ações Preferenciais	3.225.868.666	3.209.326.813	3.206.342.528	3.195.332.639
Ações Preferenciais	3.178.429.935	3.155.404.279	3.174.578.488	3.158.922.612
Ações Incrementais das Opções de Ações Concedidas segundo o Pagamento Baseado em Ações	47.438.731	53.922.534	31.764.040	36.410.027
Lucro por Ação Diluído - R\$				
Ações Ordinárias	0,88	0,96	1,86	1,89
Ações Preferenciais	0,88	0,96	1,86	1,89

(*) O Lucro por Ação é calculado com base nos resultados apurados com as regras vigentes do Banco Central do Brasil.

Os efeitos potencialmente antidilutivos das ações do Pagamento Baseado em Ações, que foram excluídas do cálculo do lucro por ação diluído, totalizaram 1.681.699 ações preferenciais em 30/06/2017. No exercício de 2018 não há esse efeito.

Nota 29 – Benefícios Pós Emprego

Apresentamos a seguir as práticas e procedimentos contábeis adotados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING quanto aos benefícios a empregados.

Os valores reconhecidos no Resultado do Período e no Patrimônio Líquido – Outros Resultados Abrangentes foram os seguintes:

Total dos Valores Reconhecidos no Resultado do Período

	Benefício Definido				Contribuição Definida (*)				Outros Benefícios				Total			
	01/04 a	01/04 a	01/01 a	01/01 a	01/04 a	01/04 a	01/01 a	01/01 a	01/04 a	01/04 a	01/01 a	01/01 a	01/04 a	01/04 a	01/01 a	01/01 a
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Custo Serviço Corrente	(17)	(17)	(34)	(34)	-	-	-	-	-	-	-	-	(17)	(17)	(34)	(34)
Juros Líquidos	(3)	(4)	(5)	(7)	17	19	34	38	(6)	(5)	(12)	(11)	8	10	17	20
Aportes e Contribuições	-	-	-	-	(20)	(21)	(40)	(42)	-	-	-	-	(20)	(21)	(40)	(42)
Benefícios Pagos	-	-	-	-	-	-	-	-	6	5	8	8	6	5	8	8
Total Valores Reconhecidos	(20)	(21)	(39)	(41)	(3)	(2)	(6)	(4)	-	-	(4)	(3)	(23)	(23)	(49)	(48)

(*) No período as contribuições para os planos de contribuição definida, inclusive PGDL, totalizaram R\$ 157 (R\$ 158 de 01/01 a 30/06/2017), sendo R\$ 40 (R\$ 42 de 01/01 a 30/06/2017) oriundos de fundos previdenciais.

Total dos Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido - Outros Resultados Abrangentes

	Benefício Definido		Contribuição Definida		Outros Benefícios		Total	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
No Início do Período	40	(70)	(1.370)	(1.322)	(77)	(48)	(1.407)	(1.440)
Efeito na Restrição do Ativo	11	97	8	(386)	-	-	19	(289)
Remensurações	(31)	11	(11)	339	-	(28)	(42)	322
Aquisição Carteira Citibank	(1)	(1)	-	-	-	-	(1)	(1)
Total dos Valores reconhecidos	19	37	(1.373)	(1.369)	(77)	(76)	(1.431)	(1.408)

a) Planos de Aposentadoria

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e algumas de suas subsidiárias patrocinam planos na modalidade de benefício definido incluindo os planos de contribuição variável, que têm por finalidade básica a concessão de benefício que, em geral, se dão na forma de renda vitalícia, podendo haver conversão em pensão por morte de acordo com o regulamento do plano. Também patrocinam planos de modalidade de contribuição definida, cujo benefício é determinado unicamente com base no saldo acumulado das contas individuais na data da elegibilidade, conforme regulamento de cada plano, o qual não requer cálculo atuarial, exceto no caso descrito na Nota 29c.

Os colaboradores contratados até 31 de julho de 2002, origem Itaú, e até 27 de fevereiro de 2009, origem Unibanco, são beneficiados pelos planos acima referidos. Os colaboradores contratados após as referidas datas contam com a opção de participar voluntariamente de um plano de contribuição variável (PGBL), administrado pela Itaú Vida e Previdência S.A.

Os planos de benefícios são administrados por Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), com estrutura jurídica e legal independente, conforme detalhado a seguir:

Entidade	Plano de Benefício
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar	Plano de Aposentadoria Complementar - PAC ⁽¹⁾
	Plano de Benefício Franprev - PBF ⁽¹⁾
	Plano de Benefício 002 - PB002 ⁽¹⁾
	Plano Básico Itaulam - PBI ⁽¹⁾
	Plano Suplementar Itaulam - PSI ⁽²⁾
	Plano Itaubanco CD ⁽³⁾
	Plano de Aposentadoria Itaubank ⁽³⁾
	Plano BD Itaú ⁽¹⁾
	Plano CD Itaú ⁽²⁾
	Plano de Previdência Unibanco ⁽³⁾
	Plano de Benefícios Prebeg ⁽¹⁾
	Plano de Benefícios Definidos UBB PREV ⁽¹⁾
	Plano de Benefícios II ⁽¹⁾
	Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia - ACMV ⁽¹⁾
	Plano de Aposentadoria REDECARD Básico ⁽¹⁾
	Plano de Aposentadoria REDECARD Suplementar ⁽²⁾
	Plano de Previdência REDECARD ⁽³⁾
Funbep Fundo de Pensão Multipatrocinado	Plano de Aposentadoria ITAUCARD BD ⁽¹⁾
	Plano de Aposentadoria ITAUCARD Suplementar ⁽²⁾
	Plano de Benefícios Funbep I ⁽¹⁾
	Plano de Benefícios Funbep II ⁽²⁾

⁽¹⁾ Plano de modalidade de benefício definido;

⁽²⁾ Plano de modalidade de contribuição variável;

⁽³⁾ Plano de modalidade de contribuição definida.

b) Governança

As EFPC e os planos de benefícios por elas administrados são regulados em conformidade com a legislação específica sobre a matéria. As EFPC são administradas pela Diretoria Executiva, Conselhos Deliberativo e Fiscal, cuja parte dos membros são indicados pela patrocinadora e outra eleita na condição de representantes dos participantes ativos e assistidos, nos termos dos respectivos estatutos das Entidades. As EFPC tem como objetivo principal pagar benefícios aos participantes elegíveis, nos termos do Regulamento do Plano, mantendo os ativos dos planos aplicados separadamente e de forma independente do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

c) Planos de Benefício Definido

I - Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial dos Planos de Aposentadoria

	30/06/2018	30/06/2017
Taxa de Desconto ⁽¹⁾	9,98% a.a.	10,24% a.a.
Tábua de Mortalidade ⁽²⁾	AT-2000	AT-2000
Rotatividade ⁽³⁾	Exp.Itaú 2008/2010	Exp.Itaú 2008/2010
Crescimentos Salariais Futuros	5,04% a 7,12% a.a.	5,04% a 7,12% a.a.
Crescimentos Benefícios Previdência Social / Planos	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Inflação	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Método Atuarial ⁽⁴⁾	Cred.Unit.Projet.	Cred.Unit.Projet.

(1) A adoção dessa premissa está baseada nas taxas de juros obtidas da curva de juros reais em IPCA, para os prazos médios dos passivos dos planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Em 31/12/2017 adotou-se taxa compatível com o cenário econômico observado na data base do encerramento do balanço, levando em conta a volatilidade dos mercados de juros e os modelos utilizados.

(2) As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pela SOA – Society of Actuaries, entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas. A expectativa de vida em anos pela tábua de mortalidade AT-2000 para os participantes assistidos com 55 anos é de 27 e de 31 para homens e mulheres, respectivamente.

(3) A premissa de rotatividade é baseada na experiência efetiva da massa de participantes ativos vinculados ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING, as quais resultaram em média 2,4% a.a. na experiência 2008/2010.

(4) No método atuarial do Crédito Unitário Projetado, a reserva matemática é definida pelo valor atual do benefício projetado multiplicado pela razão entre o tempo de serviço atingido na data de avaliação e o tempo de serviço que será atingido na data da concessão do benefício. O custeio é determinado tomando-se o valor atual do benefício projetado distribuído ao longo dos anos de atividade de cada participante.

No caso dos benefícios patrocinados pelas subsidiárias no exterior, são adotadas premissas atuariais adequadas às massas de participantes e ao cenário econômico do país.

As premissas biométricas/demográficas adotadas pelas EFPCs estão aderentes à massa de participantes de cada plano de benefícios, conforme estudos elaborados por consultoria atuarial externa e independente.

II - Exposição a Riscos - Por meio de seus planos de benefícios definidos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING está exposto a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

- Volatilidade dos Ativos - O passivo atuarial é calculado adotando uma taxa de desconto definida com base no rendimento dos títulos de emissão do tesouro brasileiro (títulos públicos). Se o rendimento real dos investimentos dos planos for inferior ao rendimento esperado, isso poderá criar um déficit. Os planos detêm uma percentagem significativa de títulos de renda fixa atrelados aos compromissos dos planos, visando minimizar a volatilidade e o risco no curto e médio prazo.

- Mudanças no Rendimento dos Investimentos - Uma diminuição nos rendimentos de títulos públicos implicará na redução da taxa de desconto e, por decorrência, aumentará o passivo atuarial do plano. O efeito será parcialmente compensado pelo reconhecimento destes títulos pelo valor de mercado.

- Risco de Inflação - A maioria dos benefícios dos planos é vinculado a índices de inflação, e uma inflação maior levará a obrigações mais elevadas. O efeito será, também, parcialmente compensado em função de uma boa parte dos ativos do plano estar atrelado a títulos públicos com atualização de índice de inflação.

- Expectativa de Vida - A maioria das obrigações dos planos são o de proporcionar benefícios vitalícios, por isso o aumento da expectativa de vida irá resultar em um aumento nos passivos dos planos.

III - Gestão dos Ativos dos Planos de Benefício Definido

A gestão dos recursos das EFPC tem o objetivo geral de buscar o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações com pagamento de benefícios de aposentadoria, por meio da superação das metas atuariais (taxa de desconto mais índice de reajuste dos benefícios, definido nos regulamentos dos planos).

Em relação aos recursos garantidores do passivo atuarial, a gestão deve assegurar a capacidade de pagamento de benefícios de aposentadoria no longo prazo, imunizando os riscos de descasamento entre ativos e passivos por plano de previdência.

A alocação dos ativos dos planos e a meta de alocação por categoria de ativo são as seguintes:

Categorias	Valor Justo		% Alocação		
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	Meta 2018
Títulos de Renda Fixa	17.212	16.851	95,96%	95,81%	53% a 100%
Títulos de Renda Variável	19	19	0,11%	0,11%	0% a 20%
Investimentos Estruturados	43	24	0,24%	0,14%	0% a 10%
Imóveis	581	615	3,24%	3,49%	0% a 7%
Empréstimos a participantes	81	79	0,45%	0,45%	0% a 5%
Total	17.936	17.588	100,00%	100,00%	

Os ativos dos planos de benefícios definidos incluem ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, de sua principal controladora (ITAÚSA) e de controladas desta, com um valor justo de R\$ 11 (R\$ 12 em 31/12/2017), e imóveis alugados a empresas do conglomerado, com um valor justo de R\$ 499 (R\$ 531 em 31/12/2017).

Valor Justo

Os ativos dos planos são aqueles atualizados até a data base, como segue:

Títulos de Renda Fixa e Investimentos Estruturados - avaliados pelo valor de mercado considerando o preço médio de negociação do dia da apuração, valor líquido provável de realização obtido mediante adição técnica de apreçamento, levando em consideração, no mínimo, os prazo de pagamento e vencimento, o risco de crédito e o indexador.

Títulos de Renda Variável - avaliados pelo valor de mercado, assim entendido como a cotação média da ação do último dia útil do mês ou na data mais próxima, na bolsa de valores em que a ação tenha apresentado maior liquidez.

Imóveis - demonstrados ao custo de aquisição ou construção, ajustados ao valor de mercado por reavaliações efetuadas no exercício de 2017, suportadas por laudos técnicos. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando o tempo de vida útil do imóvel.

Empréstimos a participantes - atualizados até a data base de acordo com os respectivos contratos.

Meta de Alocação dos Recursos

A meta de alocação dos recursos está baseada em Políticas de Investimento que são revisadas e aprovadas anualmente pelo Conselho Deliberativo de cada EFPC, com horizonte de cinco anos, as quais determinam diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores do passivo atuarial, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários.

IV- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

Apresenta-se a seguir a apuração do montante líquido reconhecido no Balanço Patrimonial, correspondente aos planos de benefícios definidos:

	30/06/2018	31/12/2017
1- Ativos Líquidos dos Planos	17.936	17.588
2- Passivos Atuariais	(14.717)	(14.491)
3- Superveniência (1-2)	3.219	3.097
4- Restrição do Ativo ^(*)	(3.367)	(3.217)
5- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial (3-4)	(148)	(120)
Valor Reconhecido no Ativo (Nota 20a)	360	345
Valor Reconhecido no Passivo (Nota 20b)	(508)	(465)

(*) Corresponde ao excedente do valor presente do benefício econômico disponível, em conformidade com o item 58 do IAS 19.

V- Evolução do Montante Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

	30/06/2018				
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	17.588	(14.491)	3.097	(3.217)	(120)
Custo Serviço Corrente	-	(34)	(34)	-	(34)
Juros Líquidos ⁽¹⁾	850	(694)	156	(161)	(5)
Benefícios Pagos	(546)	546	-	-	-
Contribuições Patrocinadora	35	-	35	-	35
Contribuições Participantes	5	-	5	-	5
Efeito na restrição do Ativo	-	-	-	11	11
Variação Cambial	4	(8)	(4)	-	(4)
Remensurações ^{(2) (3)}	-	(36)	(36)	-	(36)
Valor Final do Período	17.936	(14.717)	3.219	(3.367)	(148)

	31/12/2017				
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	16.520	(13.723)	2.797	(3.008)	(211)
Custo Serviço Corrente	-	(69)	(69)	-	(69)
Juros Líquidos ⁽¹⁾	1.639	(1.347)	292	(307)	(15)
Benefícios Pagos	(1.141)	1.141	-	-	-
Contribuições Patrocinadora	71	-	71	-	71
Contribuições Participantes	12	-	12	-	12
Efeito na restrição do Ativo	-	-	-	97	97
Variação Cambial	2	(6)	(4)	-	(4)
Remensurações ^{(2) (3)}	485	(487)	(2)	1	(1)
Valor Final do Período	17.588	(14.491)	3.097	(3.217)	(120)

(1) Corresponde ao valor calculado em 01/01/2018 com base no valor inicial (Ativo Líquido, Passivos Atuariais e Restrição do Ativo), descontando-se o valor projetado dos pagamentos/recebimentos de benefícios/contribuições, multiplicado pela taxa de desconto de 9,98% a.a. (Em 01/01/2017 utilizou-se a taxa de desconto de 10,24% a.a.).

(2) As remensurações apresentadas no Ativo Líquido e na Restrição do Ativo correspondem aos rendimentos obtidos acima / abaixo do retorno esperado.

(3) O valor do retorno real dos ativos foi de R\$ 850 (R\$ 2.124 em 31/12/2017).

No período, as contribuições efetuadas totalizaram R\$ 35 (R\$ 35 em 01/01 a 30/06/2017). A taxa de contribuição é crescente em função do rendimento do participante.

Em 2018 a expectativa de contribuição aos planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING é de R\$ 56.

A seguir é apresentada a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	Pagamento Estimado
2018	1.103
2019	1.126
2020	1.157
2021	1.190
2022	1.220
2023 a 2027	6.563

VI- Sensibilidade da obrigação de benefício definido

O impacto, pela alteração da premissa taxa de desconto em 0,5%, que seria reconhecido no passivo atuarial dos planos bem como no Patrimônio Líquido - Outros Resultados Abrangentes (ORA) da patrocinadora (antes de impostos) seria de:

Alteração da Premissa	Efeito no Passivo Atuarial dos Planos		Efeito que seria Refletido no Patrimônio Líquido - ORA ^(*)
	Valor	Percentual sobre Passivo Atuarial	Valor
- Redução em 0,5%	740	5,11%	(269)
- Acréscimo em 0,5%	(677)	(4,67%)	153

(*) Líquido do efeito da restrição do ativo

d) Planos de Contribuição Definida

Os Planos de Contribuição Definida contam com fundos previdenciais formados pela parcela das contribuições das patrocinadoras não incluídas no saldo de conta dos participantes pela perda da elegibilidade a um benefício pelo plano, bem como de recursos oriundos dos processos de migração de planos de modalidade de benefício definido. O fundo será utilizado para os aportes e as contribuições futuras às contas individuais dos participantes de acordo com as regras do regulamento do respectivo plano de benefícios.

I - Evolução do Montante Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

	30/06/2018			31/12/2017		
	Fundo Previdencial	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Fundo Previdencial	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	1.634	(912)	722	1.287	(491)	796
Juros Líquidos	79	(45)	34	126	(50)	76
Aportes e Contribuições	(40)	-	(40)	(91)	-	(91)
Recebimento por Destinação de Recursos (*)	-	-	-	(12)	-	(12)
Efeito na Restrição do Ativo	-	8	8	(15)	(371)	(386)
Remensurações	(11)	-	(11)	339	-	339
Valor Final do Período (Nota 20a)	1.662	(949)	713	1.634	(912)	722

(*) Refere-se à destinação do excedente do fundo previdencial do Plano Itaúbanco CD.

e) Outros Benefícios Pós Emprego

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas subsidiárias não oferecem outros benefícios pós emprego, exceto nos casos decorrentes de compromissos de manutenção assumidos em contratos de aquisição firmados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING, bem como aqueles benefícios originados por decisão judicial, nos prazos e condições estabelecidos, em que patrocinam total ou parcialmente planos de saúde para massas específicas de ex-colaboradores e beneficiários.

Com base no relatório preparado por atuário independente, as variações nas obrigações por esses outros benefícios projetados e os montantes reconhecidos no passivo do balanço patrimonial do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são os seguintes:

I- Evolução do Montante Líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

	30/06/2018	31/12/2017
No Início do Período	(257)	(221)
Custo de Juros	(12)	(22)
Benefícios Pagos	8	14
Remensurações	-	(28)
No Final do Período (Nota 20b)	(261)	(257)

A seguir é apresentada a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	Pagamento Estimado
2018	15
2019	16
2020	17
2021	18
2022	19
2023 a 2027	115

II- Análise de Sensibilidade - Custo de Assistência Médica

Para apuração das obrigações por benefícios projetados, além das premissas utilizadas para os planos de benefícios definidos (Nota 29c I), adota-se a premissa de crescimento do custo médico de 8,16% a.a.

Os pressupostos sobre as tendências do custo de assistência médica têm um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

	Reconhecimento	Aumento de 1%	Redução de 1%
Custo de Serviço e o Custo de Juros	Resultado	3	(3)
Valor Presente da Obrigação	Outros Resultados Abrangentes	32	(26)

Nota 30 – Contratos de Seguros

a) Contratos de Seguros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de suas subsidiárias, oferece ao mercado, os produtos de seguros e previdência, com a finalidade de assumir riscos e restabelecer o equilíbrio econômico do patrimônio afetado do segurado. Os produtos são ofertados por meio das corretoras de seguros (de mercado e cativas), nos canais de agências do Itaú Unibanco e eletrônicos, observadas as suas características e atendidas exigências regulatórias.

b) Principais Produtos

I - Seguros

O contrato firmado entre partes visa proteger os bens do cliente. Mediante o pagamento de prêmio, o segurado fica protegido por meio de reposição ou reparação financeira predeterminadas, de danos que venham causar desestabilização patrimonial ou pessoal. Em contraparte, as seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, constituem provisões técnicas por elas administradas, por meio de áreas especializadas dentro do conglomerado, com o objetivo de reparar a perda do segurado em caso de ocorrência de sinistros dos riscos previstos.

Os riscos de seguros comercializados pelas seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING se dividem em seguros elementares, que garantem as perdas, danos ou responsabilidades sobre objetos ou pessoas, e seguros de vida, que inclui cobertura contra risco de morte e acidentes pessoais.

Índices dos Maiores Ramos	Sinistralidade		Comercialização	
	%		%	
	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Acidentes Pessoais Coletivo	8,0	6,0	34,0	39,5
Acidentes Pessoais Individual	17,7	22,6	13,2	10,6
Compreensivo Empresarial	43,0	35,7	21,1	21,1
Crédito Interno	159,9	136,4	0,7	1,0
Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT)	-	85,7	-	1,2
Doença Grave ou Terminal	21,4	17,5	12,1	10,7
Extensão de Garantia - Patrimonial	13,2	16,9	62,1	62,1
Prestamista	18,4	15,4	18,9	18,9
Renda de Eventos Aleatórios	20,3	18,5	18,5	14,7
Riscos Diversos	52,6	13,7	49,1	61,1
Seguro Habitacional em Apólices de Mercado - Prestamista	16,3	7,5	20,4	20,3
Vida em Grupo	32,3	32,7	12,3	12,0

II - Previdência Privada

Desenvolvido como uma solução para assegurar a manutenção da qualidade de vida dos participantes, complementando os rendimentos proporcionados pela Previdência Social, por meio de investimentos feitos a longo prazo, os produtos de Previdência Privada subdividem-se essencialmente em três grandes grupos:

- **PGBL – Plano Gerador de Benefícios Livres:** Tem como principal objetivo a acumulação de recursos financeiros, mas pode ser contratado com coberturas adicionais de risco. Indicado para clientes que apresentam declaração completa de IR, pois podem deduzir as contribuições feitas da base de cálculo do IR até 12% da renda bruta tributável anual.
- **VGBL – Vida Gerador de Benefícios Livres:** É um seguro estruturado na forma de plano de previdência. A sua forma de tributação difere do PGBL, neste caso, a base de cálculo são os rendimentos auferidos.
- **FGB – Fundo Gerador de Benefícios:** Plano de previdência com garantia mínima de rentabilidade e possibilidade de ganho pela performance do ativo. Uma vez reconhecida a distribuição dos ganhos a uma determinada percentagem, conforme estabelecido pela política do FGB, não é a critério da administração, mas representa uma obrigação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Apesar de existirem planos ativos, não são mais comercializados.

III- Receita de Prêmios de Seguros e Previdência Privada

Segue abaixo a receita dos principais produtos de Seguros e Previdência:

	Prêmios e Contribuições Emitidas				Resseguros				Prêmios e Contribuições Retidas			
	01/04 a 30/06/2018	01/04 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017	01/04 a 30/06/2018	01/04 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017	01/04 a 30/06/2018	01/04 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Acidentes Pessoais Coletivo	158	170	309	336	-	(1)	(1)	(1)	158	169	308	335
Acidentes Pessoais Individual	90	69	162	128	-	(1)	6	(1)	90	68	168	127
Compreensivo Empresarial	13	14	26	26	-	-	-	-	13	14	26	26
Crédito Interno	22	15	35	29	-	-	-	-	22	15	35	29
Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT)	-	6	-	16	-	-	-	-	-	6	-	16
Doenças Graves ou Terminais	53	48	94	88	-	-	-	-	53	48	94	88
Pensão Pecúlio Invalidez	75	81	152	162	(1)	(1)	(2)	(2)	74	80	150	160
PGBL	428	429	922	875	-	-	-	-	428	429	922	875
Prestamista	220	144	430	285	(2)	(2)	(2)	(2)	218	142	428	283
Rendas de Eventos Aleatórios	-	44	-	77	-	-	-	-	-	44	-	77
Riscos Diversos	50	37	91	81	-	-	-	-	50	37	91	81
Seguro Habitacional Apólices Mercado - Prestamista	71	69	142	138	(1)	-	(6)	(4)	70	69	136	134
Tradicional	25	28	51	57	-	-	-	-	25	28	51	57
VGBL	4.458	4.877	8.902	10.180	-	-	-	-	4.458	4.877	8.902	10.180
Vida em Grupo	246	248	471	561	(1)	(6)	5	(9)	245	242	476	552
Demais Ramos	187	113	363	221	(2)	(1)	(5)	(7)	185	112	358	214
Total	6.096	6.392	12.150	13.260	(7)	(12)	(5)	(26)	6.089	6.380	12.145	13.234

c) Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

As Provisões Técnicas de Seguros e Previdência são calculadas de acordo com notas técnicas atuariais aprovadas pela SUSEP e critérios estabelecidos pela legislação vigente.

I - Seguros e Previdência

- **Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG)** – constituída, com base nos prêmios de seguros, para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo. O cálculo é realizado no nível de apólice ou endosso dos contratos vigentes, pelo critério *pro rata-die*. A provisão contempla estimativa para os riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE).
- **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)** - constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a pagamentos únicos e rendas vencidas de sinistros avisados até a data-base de cálculo, porém ainda não pagos. A provisão abrange os sinistros administrativos e judiciais, bruta das operações de cosseguro aceito e das operações de resseguro e líquida das operações de cosseguro cedido. A provisão contempla, quando necessário, os ajustes de IBNER (sinistros ocorridos e não suficientemente avisados) para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo de regulação até a sua liquidação final.
- **Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR)** - constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo, bruta das operações de cosseguro aceito e das operações de resseguro e líquida das operações de cosseguro cedido.
- **Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC)** - constituída para a cobertura dos compromissos assumidos com os participantes ou segurados, com base nas premissas determinadas no contrato, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício e/ou da indenização. A provisão é calculada conforme metodologia aprovada na nota técnica atuarial do produto.
- **Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)** - constituída para a cobertura dos compromissos de pagamento de indenizações e/ou benefícios assumidos com os participantes ou segurados, com base nas premissas determinadas no contrato, depois de ocorrido o evento. A provisão é calculada conforme metodologia aprovada na nota técnica atuarial do produto.
- **Provisão de Excedentes Financeiros (PEF)** – constituída, caso haja previsão contratual, para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit financeiro. Corresponde ao resultado financeiro excedente à rentabilidade mínima garantida no produto.
- **Outras Provisões Técnicas (OPT)** – constituída quando constatada insuficiência de prêmios ou contribuições relacionadas ao pagamento de benefícios e indenizações.
- **Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)** – constituída por valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios ou fundos, às portabilidades solicitadas e, por qualquer motivo, ainda não transferidas para a sociedade seguradora ou entidade aberta de previdência complementar receptora e aos prêmios recebidos e não cotizados.
- **Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)** - constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a benefícios e indenizações, em função de eventos ocorridos e a ocorrer.

II - Movimentação das Provisões de Seguros e Previdência Privada

Abaixo segue detalhes da movimentação e dos saldos das Provisões de Seguros e Previdência Privada:

II.I - Movimentação das Provisões Técnicas

	30/06/2018				31/12/2017			
	Seguros de Danos, Pessoas e Vida Individual	Previdência Complementar	Vida com Cobertura de Sobrevida	Total	Seguros de Danos, Pessoas e Vida Individual	Previdência Complementar	Vida com Cobertura de Sobrevida	Total
Saldo Inicial	3.464	43.888	133.880	181.232	3.926	37.679	112.471	154.076
(+) Adições Decorrentes de Prêmios / Contribuições	2.119	1.125	8.902	12.146	4.059	2.536	20.318	26.913
(-) Diferimento pelo Risco Decorrido	(1.838)	(153)	-	(1.991)	(4.225)	(323)	-	(4.548)
(-) Pagamento de Sinistros / Benefícios	(565)	(258)	(17)	(840)	(1.228)	(402)	(70)	(1.700)
(+) Sinistros Avisados	687	-	-	687	1.291	-	-	1.291
(-) Resgates	-	(1.012)	(6.716)	(7.728)	(2)	(1.687)	(10.847)	(12.536)
(+/-) Portabilidades Líquidas	-	641	1.497	2.138	-	2.683	753	3.436
(+) Atualização das Provisões e Excedente Financeiro	6	1.148	2.825	3.979	16	1.717	6.037	7.770
(+) Reorganização Societária	-	-	-	-	(282)	-	-	(282)
(+/-) Outras (Constituição / Reversão)	(263)	120	13	(130)	(91)	1.685	5.218	6.812
Provisão de Seguros e Previdência Privada	3.610	45.499	140.384	189.493	3.464	43.888	133.880	181.232

II.II - Saldo das Provisões Técnicas

	Seguros		Previdência		Total	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Prêmios não Ganhos	1.993	1.883	14	15	2.007	1.898
Matemática de Benefícios a Conceder e Concedidos	188	173	184.036	175.992	184.224	176.165
Resgates e Outros Valores a Regularizar	12	11	300	264	312	275
Excedente Financeiro	2	2	589	604	591	606
Sinistros a Liquidar ⁽¹⁾	546	560	44	34	590	594
Sinistros / Eventos Ocorridos e não Avisados - IBNR	352	401	26	27	378	428
Despesas Relacionadas e Administrativas	28	28	99	95	127	123
Outras Provisões	489	406	775	737	1.264	1.143
Total ⁽²⁾	3.610	3.464	185.883	177.768	189.493	181.232

(1) A Provisão de Sinistros a Liquidar está demonstrada na Nota 30e.

(2) Este quadro contempla as alterações regulamentadas pela Circular Susep nº 517, de 30/07/2015, inclusive para fins comparativos.

d) Despesa de Comercialização Diferida

Os custos de aquisição diferidos de seguros diretos são os custos, diretos e indiretos, incorridos para vender, subscrever e iniciar um novo contrato de seguro.

Os custos diretos, basicamente, estão representados pelas comissões pagas a corretores, agenciamento e angariação e são diferidas para amortização proporcional ao reconhecimento da receita de prêmio ganho, ou seja, em função do decurso da vigência do risco, pelo prazo correspondente ao contrato de seguros, conforme normas de cálculos vigentes.

Os saldos estão registrados no ativo bruto de resseguros e sua movimentação está demonstrada no quadro a seguir:

Saldo em 01/01/2018	253
Constituições	455
Amortizações	(391)
Saldo em 30/06/2018	317
Saldo a amortizar até 12 meses	262
Saldo a amortizar após 12 meses	55
Saldo em 01/01/2017	429
Constituições	772
Amortizações	(948)
Saldo em 31/12/2017	253
Saldo a amortizar até 12 meses	209
Saldo a amortizar após 12 meses	44

Os valores de despesas de comercialização diferida de resseguros estão demonstrados na Nota 30I.

e) Tabela de Desenvolvimento de Sinistros

Mudanças podem ocorrer no montante de obrigações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING ao final de cada fechamento anual. A tabela abaixo demonstra este desenvolvimento pelo método dos sinistros cadastrados. A parte superior da tabela abaixo ilustra como a estimativa do sinistro se desenvolve através do tempo. A parte inferior da tabela reconcilia os valores pendentes de pagamento contra o valor do passivo divulgado no balanço.

I - Bruto de Resseguro

Provisão de Sinistros a Liquidar ^(*)	583
(-) Operações DPVAT	-
(-) IBNER (sinistros não suficientemente avisados)	177
(-) Retrocessão e Outras Estimativas	(28)
Passivo Apresentado na Tabela de Desenvolvimento de Sinistros (Ia + Ib)	434

(*) Sinistros a Liquidar bruto de resseguros, demonstrados na Nota 30c II.II de 31/12/2017.

Ia - Sinistros Administrativos - Bruto de Resseguro

Data de Cadastro	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2018	Total
No Final do Ano de Divulgação	913	997	1.061	861	917	
1 ano depois	922	1.028	1.075			
2 anos depois	931	1.036				
3 anos depois	934					
4 anos depois						
Estimativa Corrente	934	1.036	1.075	861	917	
Pagamentos Acumulados até a Data Base	929	1.026	1.048	718	738	4.633
Passivo Reconhecido no Balanço	5	10	27	143	180	240
Passivo em Relação a Anos Anteriores						19
Total de Sinistros Administrativos Incluso no Balanço						259

Ib - Sinistros Judiciais - Bruto de Resseguro

Data de Cadastro	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2018	Total
No Final do Ano de Divulgação	36	32	38	38	14	
1 ano depois	46	42	42			
2 anos depois	54	45				
3 anos depois	57					
4 anos depois						
Estimativa Corrente	57	45	42	38	14	
Pagamentos Acumulados até a Data Base	43	32	31	30	7	163
Passivo Reconhecido no Balanço	14	13	11	9	7	57
Passivo em Relação a Anos Anteriores						118
Total de Sinistros Judiciais Incluso no Balanço						175

II - Líquido de Resseguro

Provisão de Sinistros a Liquidar ⁽¹⁾	583
(-) Operações DPVAT	-
(-) IBNER	177
(-) Resseguros ⁽²⁾	22
(-) Retrocessão e Outras Estimativas	(28)
Passivo apresentado na Tabela de Desenvolvimento de Sinistros (IIa + IIb)	412

(1) Provisão refere-se a Sinistros a Liquidar demonstrados na Nota 30c II.II em 31/12/2017.

(2) Operações de resseguros demonstradas na Nota 30I III em 31/12/2017.

IIa - Sinistros Administrativos - Líquido de Resseguro

Data de Cadastro	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2018	Total
No Final do Ano de Divulgação	896	972	1.054	848	906	
1 ano depois	905	993	1.068			
2 anos depois	911	1.001				
3 anos depois	913					
4 anos depois						
Estimativa Corrente	913	1.001	1.068	848	906	
Pagamentos Acumulados até a Data Base	908	991	1.040	706	727	4.536
Passivo Reconhecido no Balanço	5	10	27	142	179	239
Passivo em Relação a anos Anteriores						10
Total de Sinistros Administrativos Incluso no Balanço						249

IIb - Sinistros Judiciais - Líquido de Resseguro

Data de Cadastro	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2018	Total
No Final do Ano de Divulgação	36	32	38	35	14	
1 ano depois	46	41	42			
2 anos depois	54	45				
3 anos depois	57					
4 anos depois						
Estimativa Corrente	57	45	42	35	14	
Pagamentos Acumulados até a Data Base	43	32	31	27	7	159
Passivo Reconhecido no Balanço	14	12	11	9	7	57
Passivo em Relação a Anos Anteriores						106
Total de Sinistros Judiciais Incluso no Balanço						163

A abertura da tabela de desenvolvimento de sinistros entre administrativo e judicial evidencia a realocação dos sinistros administrativos até determinada data base e que se tornam judiciais após, o que pode induzir a uma falsa impressão de necessidade de ajuste nas provisões em cada abertura.

f) Teste de Adequação de Passivo

Conforme estabelecido no IFRS 4 – Contratos de Seguros, a seguradora deverá realizar o Teste de Adequação de Passivos, confrontando o valor contabilizado de suas provisões técnicas com a estimativa corrente do fluxo de caixa de suas obrigações futuras. Considerar na estimativa todos os fluxos de caixa relacionados ao negócio é o requisito mínimo para realização do teste de adequação.

O Teste de Adequação de Passivo não indicou insuficiência no 1º semestre de 2018 e nos períodos findos em 2017 e 2016.

As premissas utilizadas no teste são revistas periodicamente e baseiam-se nas melhores práticas e na análise da experiência das subsidiárias, representando, desta forma, as melhores estimativas para as projeções dos fluxos de caixa.

Metodologia e Agrupamento do Teste

A metodologia para teste de todos os produtos é baseada em projeção de fluxos de caixa. Especificamente para os produtos de seguros, os fluxos de caixa foram projetados utilizando o método conhecido como triângulo de *run-off* com periodicidade trimestral. Para os produtos de previdência, os fluxos de caixa da fase de diferimento e da fase de concessão são testados separadamente.

O critério de agrupamento de riscos aplicado considera grupos sujeitos a riscos similares e gerenciados em conjunto como uma única carteira.

Tábuas Biométricas

As tábuas biométricas vêm a ser instrumentos para se medir o risco biométrico representado pela probabilidade de morte, sobrevivência ou invalidez de um participante.

Para as estimativas de morte e sobrevivência são utilizadas as tábuas BR-EMS vigentes, ajustadas por critério de desenvolvimento das expectativas de longevidade da Escala G, e para as estimativas de entrada em invalidez é utilizada a tábua Álvaro Vindas.

Taxa de Juros Livre de Risco

A relevante estrutura a termo de taxa de juros livre de risco (ETTJ) vêm a ser um indicador do valor puro do dinheiro no tempo usado para precificar o conjunto dos fluxos de caixa projetados.

A ETTJ foi obtida da curva de títulos considerados sem risco de crédito disponíveis no mercado financeiro brasileiro e fixada conforme metodologia interna do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, considerando a adição de spread que levou em conta o impacto do resultado de mercado dos títulos *Held to Maturity* Ativos Financeiros ao Custo Amortizado da carteira de Ativos Garantidores.

Taxa de Conversão em Renda

A taxa de conversão em renda representa a expectativa de conversão dos saldos acumulados pelos participantes em benefício de aposentadoria. A decisão de conversão em renda por parte dos participantes é influenciada por fatores comportamentais, econômicos e tributários.

Outras Premissas

Despesas relacionadas, cancelamentos e resgates parciais, aportes e contribuições futuras, dentre outros, são premissas que impactam na estimativa de fluxos de caixa projetados à medida que representam despesas e receitas oriundas dos contratos de seguros assumidos.

g) Risco de Seguro - Efeito de Mudanças nas Premissas Atuariais

Os seguros de danos são seguros de curta duração e as principais premissas atuariais envolvidas no gerenciamento e apuração de seus riscos são frequência de sinistros e severidade. Volatilidade acima do esperado em quantidade de sinistros e/ou montante de indenizações pode resultar em perdas não esperadas.

Os seguros de vida e previdência são produtos, em geral, de média ou longa duração e os principais riscos envolvidos no negócio podem ser classificados como risco biométrico, risco financeiro e risco comportamental.

Risco biométrico refere-se a: i) aumento acima do esperado nas expectativas de longevidade em produtos com cobertura por sobrevivência (previdência, em sua maioria); ii) queda acima do esperado nas expectativas de mortalidade em produtos com cobertura por morte (seguros de vida, em sua maioria).

Produtos que oferecem uma garantia financeira predefinida em contrato envolvem um risco financeiro intrínseco ao seu risco de subscrição, sendo esse risco considerado como risco de seguro.

Risco comportamental refere-se ao aumento acima do esperado nas taxas de conversão em renda, resultando em aumento nas despesas com pagamento de benefícios de aposentadoria.

As estimativas das premissas atuariais são baseadas na análise histórica do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, em *benchmarks* de mercado e na experiência do atuário.

Para mensurar o efeito de mudanças nas principais premissas atuariais, foram realizados testes de sensibilidade nos valores das estimativas correntes dos fluxos de caixa das obrigações futuras. A análise de sensibilidade considera uma visão dos impactos de como a alteração de premissas poderia afetar o resultado do exercício e o patrimônio líquido na data do balanço. Este tipo de análise comumente se dá na condição *ceteris paribus*, onde se mede a sensibilidade de um sistema quando se mexe em uma variável de interesse mantidas inalteradas todas as outras. Os resultados encontrados estão evidenciados no quadro a seguir:

A análise de sensibilidade considera uma visão dos impactos de como a alteração de premissas poderia afetar o resultado do exercício e o patrimônio líquido na data do balanço. Os resultados foram os seguintes:

Teste de Sensibilidade	Impacto no Resultado e Patrimônio Líquido ⁽¹⁾					
	30/06/2018			31/12/2017		
	Previdência Complementar e Vida com Cobertura por Sobrevivência	Seguros		Previdência Complementar e Vida com Cobertura por Sobrevivência	Seguros	
		Bruto de Resseguros	Líquido de Resseguros		Bruto de Resseguros	Líquido de Resseguros
Cenário com acréscimo de 5% nas Taxas de Mortalidade	21	2	2	24	-	-
Cenário com decréscimo de 5% nas Taxas de Mortalidade	(22)	(2)	(2)	(25)	(1)	(1)
Cenário com acréscimo de 0,1% na Taxa de Juros Livre de Risco	29	7	7	26	5	5
Cenário com decréscimo de 0,1% na Taxa de Juros Livre de Risco	(29)	(7)	(7)	(27)	(5)	(5)
Cenário com acréscimo de 5% nas Taxas de Conversão em Renda	(11)	-	-	(13)	-	-
Cenário com decréscimo de 5% nas Taxas de Conversão em Renda	11	-	-	13	-	-
Cenário com acréscimo de 5% nos Sinistros	-	(37)	(38)	-	(37)	(36)
Cenário com decréscimo de 5% nos Sinistros	-	38	39	-	37	36

(1) Valores líquidos dos efeitos tributários.

h) Riscos das Operações de Seguros e Previdência

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de comitês específicos, cuja atribuição é definir a administração dos recursos provenientes das Provisões Técnicas de Seguros e Previdência, estabelecer diretrizes para administração destes recursos com objetivo de rentabilidade a longo prazo e definir modelos de avaliações, limites de risco e estratégias de alocação de recursos em ativos financeiros definidos. Tais foros são integrados não apenas por executivos e pelos responsáveis diretos pelo processo de gestão do negócio, mas igualmente por profissionais com funções de direção ou coordenação das áreas comerciais e financeiras.

Em 30/06/2017, a produção de DPVAT é oriunda da participação que as seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING teve na Seguradora Líder dos Consórcios de DPVAT.

Não há concentração de produtos em relação aos prêmios de seguros, reduzindo o risco de concentração em produtos e canais de distribuição.

	01/04 a 30/06/2018			01/04 a 30/06/2017			01/01 a 30/06/2018			01/01 a 30/06/2017		
	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)
Danos												
DPVAT	-	-	0,0	6	6	100,0	-	-	0,0	16	16	100,0
Extensão de Garantia	-	-	0,0	-	-	0,0	-	-	0,0	-	-	0,0
Pessoas												
Acidentes Pessoais Coletivo	158	158	100,0	170	169	99,4	309	308	99,7	336	335	99,8
Acidentes Pessoais Individual	90	90	100,0	69	68	98,6	162	168	103,7	128	127	99,5
Prestamista	220	218	99,1	144	142	98,6	430	428	99,5	285	283	99,4
Vida em Grupo	246	245	99,6	248	242	97,6	471	476	101,1	561	552	98,4

i) Estrutura de Gerenciamento de Seguros, Previdência e Capitalização

Os produtos que compõem as carteiras das seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING estão relacionados aos seguros de vida e elementares, aos de previdência privada e aos produtos de capitalização. Os principais riscos inerentes a esses produtos estão descritos a seguir e suas definições são apresentadas nos seus respectivos capítulos.

- Risco de subscrição: possibilidade de perdas decorrentes de operações de seguro, previdência e capitalização que contrariem as expectativas da instituição, associadas, direta ou indiretamente, às bases técnicas e atuariais utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições e provisões;
- Risco de mercado;
- Risco de crédito;
- Risco operacional;
- Risco de liquidez.

j) Papéis e Responsabilidades

Em linha com as boas práticas nacionais e internacionais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui estrutura de gerenciamento de riscos que garante que os riscos oriundos dos produtos de seguro, previdência e capitalização sejam adequadamente monitorados e reportados aos fóruns pertinentes.

O processo de gerenciamento dos riscos de seguros, previdência e capitalização é independente e foca nas especificidades de cada risco.

Por fim, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem como objetivo assegurar que os ativos garantidores dos produtos de longo prazo, com retornos mínimos garantidos, sejam geridos de acordo com as características do passivo, visando ao seu equilíbrio atuarial e à solvência no longo prazo.

k) Risco de Mercado, Crédito e Liquidez

l) Risco de Mercado

As análises do risco de mercado, em relação às operações de seguros, são realizadas com base nas seguintes métricas e medidas de sensibilidade e de controle de perdas: Valor em Risco (*VaR – Value at Risk*), Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse), Sensibilidade (DV01 – *Delta Variation*) e Concentração. Para visão detalhada das métricas, consultar Nota 36 – Risco de Mercado. Na tabela, apresenta-se a análise de sensibilidade (DV01 – *Delta Variation*) em relação às operações de seguros, que demonstra o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou taxa do indexador e 1 ponto percentual no preço de ações e moedas.

Classe	30/06/2018		31/12/2017	
	Saldo Contábil	DV01	Saldo Contábil	DV01
Título Público				
NTN-C	5.229	(2,87)	4.936	(2,87)
NTN-B	5.562	(6,92)	5.343	(6,78)
LTN	-	-	279	(0,09)
Futuro DI	-	-	-	-
Título Privado				
Indexado a IPCA	364	(0,09)	336	(0,10)
Indexado a PRE	26	-	31	-
Ações	-	-	-	-
Ativos Pós-Fixados	4.587		5.132	
Compromissadas Over	6.082		6.856	

II) Risco de Liquidez

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING identifica o risco de liquidez como o risco de escassez de recursos líquidos, disponíveis para honrar suas obrigações correntes num determinado momento. O gerenciamento do risco de liquidez para as operações de seguros é feito de forma contínua, a partir do monitoramento do fluxo de pagamentos relativo aos seus passivos, vis a vis o fluxo de recebimentos gerado pelas suas operações e pela carteira de ativos financeiros.

Os ativos financeiros são gerenciados com o objetivo de otimizar a relação entre o risco e o retorno dos investimentos, levando em conta, de forma parcimoniosa, as características dos seus passivos. O controle integrado de risco, leva em conta os limites de concentração por emissor e risco de crédito, as sensibilidades e limites de risco de mercado e o controle de risco de liquidez dos ativos. Dessa forma, os investimentos são concentrados em títulos públicos e privados com boa qualidade de crédito em mercados ativos e líquidos, mantendo montante considerável investido em ativos de curto prazo, com liquidez imediata, para fazer frente às necessidades regulares e contingenciais de liquidez. Além disso, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING efetua um constante monitoramento das condições de solvência de suas operações de seguros.

Passivo	Ativo	30/06/2018			31/12/2017		
		Valor do Passivo ⁽¹⁾	DU do Passivo ⁽²⁾	DU do Ativo ⁽²⁾	Valor do Passivo ⁽¹⁾	DU do Passivo ⁽²⁾	DU do Ativo ⁽²⁾
Operações de Seguros	Ativo Garantidor						
Prêmios não Ganhos	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debêntures	1.993	55,6	13,0	1.882	24,7	12,0
IBNR, PDR e PSL	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debêntures	922	48,0	18,0	985	20,4	18,3
Outras Provisões	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debêntures	661	84,4	22,6	565	70,6	26,2
Subtotal	Subtotal	3.576			3.432		
Operações de Previdência, VGBL e Vida Individual							
Despesas Relacionadas	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debêntures	99	119,7	74,9	95	116,8	78,9
Prêmios não Ganhos	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debêntures	14	-	9,1	16	-	9,7
Sinistros Liquidar	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debêntures	47	-	9,3	37	-	9,8
IBNR	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debêntures	26	15,8	9,1	28	17,0	9,7
Resgates e Outros Valores a Regularizar	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debêntures	312	-	9,2	275	-	9,8
Matemática de Benefícios Concedidos	LFT, Compromissadas, LTN, NTN-B, NTN-C, NTN-F, CDB, LF e Debêntures	2.557	119,7	75,0	2.404	116,8	79,1
Matemática de Benefícios a Conceder-PGBL / VGBL	LFT, Compromissadas, LTN, NTN-B, NTN-C, NTN-F, CDB, LF e Debêntures (3)	176.822	191,0	35,1	169.149	197,2	38,9
Matemática de Benefícios a Conceder-Tradicionais	LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, Debêntures	4.674	199,5	86,5	4.454	-	95,1
Outras Provisões	LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, CDB, LF e Debêntures	775	199,5	86,5	737	116,8	95,1
Excedente Financeiro	LFT, Compromissadas, NTN-B, NTN-C, CDB, LF e Debêntures	591	199,2	86,3	605	116,8	95,0
Subtotal	Subtotal	185.917			177.800		
Total Reservas Técnicas	Total Ativos Garantidores	189.493			181.232		

(1) Valores Brutos de Direitos Creditórios, Depósitos Judiciais e Resseguro.

(2) DU = Duration em meses.

(3) Desconsidera as reservas de PGBL / VGBL alocadas em renda variável.

III) Risco de Crédito

Discriminação dos Resseguradores

Apresentamos a seguir a divisão dos riscos cedidos aos resseguradores pelas seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING:

- **Operações de Seguros:** Os prêmios emitidos de resseguros estão representados basicamente por IRB Brasil Resseguros com 24,35% (45,07% em 31/12/2017) e Munich Re do Brasil com 93,78% (53,80% em 31/12/2017).
- **Operações de Previdência:** As operações de previdência referente aos prêmios emitidos de resseguros estão representadas em sua totalidade por Munich Re do Brasil com 70% (70% em 31/12/2017) e General Reinsurance AG com 30% (30% em 31/12/2017).

IV) Nível de risco dos ativos financeiros

O quadro abaixo apresenta a carteira dos ativos financeiros das operações de seguros, avaliados individualmente, classificados por nível de risco em:

30/06/2018					
Classificação Interna ^(*)	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto	Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	Total
Baixo	6.412	168.316	153	27.901	202.782
Médio	-	1	-	-	1
Alto	-	62	-	-	62
Total	6.412	168.379	153	27.901	202.845
%	3,2	83,0	0,1	13,7	100,0

(*) A Classificação Interna dos níveis de risco, com as devidas probabilidades de inadimplência associadas, está detalhada na Nota 36.

31/12/2017					
Classificação Interna ^(*)	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto	Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	Total
Baixo	7.558	167.812	194	27.719	203.283
Médio	-	4	-	-	4
Alto	-	25	-	-	25
Total	7.558	167.841	194	27.719	203.312
%	3,7	82,6	0,1	13,6	100,0

(*) A Classificação Interna dos níveis de risco, com as devidas probabilidades de inadimplência associadas, está detalhada na Nota 36.

I) Resseguro

As despesas e receitas originadas na cessão de prêmios de resseguro são registradas observando assim o regime de competência não ocorrendo compensação de ativos e passivos relacionados de resseguro, salvo previsão contratual de compensação de contas entre as partes. As análises de resseguro são realizadas para atender as necessidades atuais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING mantendo a flexibilidade necessária caso ocorram mudanças de estratégia da administração em resposta aos diversos cenários que esta possa estar exposta.

Ativos de Resseguro

Os ativos de resseguros são avaliados segundo bases consistentes dos contratos de cessão de riscos e, para os casos de perdas efetivamente pagas, a partir de dezembro de 2015, são reavaliados transcorridos 180 dias quanto à possibilidade de não recuperação. Para os períodos anteriores, o prazo para reavaliação é de 365 dias. Essa alteração se deve à adequação da Circular SUSEP vigente. Em casos de dúvida tais ativos são reduzidos pela constituição de provisão para risco de créditos com resseguros.

Resseguro Cedido

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING cede, no curso normal de suas operações, prêmios de resseguros para cobertura de perdas sobre riscos subscritos aos seus segurados e estão em conformidade com os limites operacionais estabelecidos pelo órgão regulador. Além dos contratos proporcionais são também firmados contratos não proporcionais que transferem parte da responsabilidade à companhia resseguradora sobre perdas que ultrapassem um determinado nível de sinistros na carteira.

I - Operações com Resseguradoras - Movimentação

	Créditos		Débitos	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	27	46	49	74
Contratos Emitidos	-	-	2	30
Sinistros a Recuperar	11	-	-	-
Antecipação / Pagamentos ao Ressegurador	(2)	(10)	(18)	(55)
Outras Constituições / Reversões	(22)	(9)	(19)	-
Saldo Final	14	27	14	49

II - Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas - Saldo

	30/06/2018	31/12/2017
Sinistros de Resseguros	43	57
Prêmios de Resseguros	8	10
Saldo Final	51	67

III - Provisões Técnicas - Sinistros de Resseguros - Movimentação

	30/06/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	57	52
Sinistros Avisados	11	21
Sinistros Pagos	(20)	(22)
Outras Constituições / Reversões	(6)	2
Atualização Monetária e Juros de Sinistros	1	4
Saldo Final ^(*)	43	57

(*) Inclui Provisão Despesas de Sinistros, IBNER (Provisão de Sinistros não Suficientemente Avisados), IBNR (Provisão de Sinistros não Avisados), não contemplados da tabela de desenvolvimento de sinistros líquido de resseguros Nota 30 eII.

IV - Provisões Técnicas - Prêmios de Resseguros - Movimentação

	30/06/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	10	15
Constituições	14	8
Reversões	(16)	(13)
Saldo Final	8	10

m) Entidades Reguladoras

As operações de seguros são reguladas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estas entidades são responsáveis pela regulamentação do mercado e consequentemente auxiliam na mitigação dos riscos inerentes do negócio.

O CNSP é o órgão normativo das atividades de seguros do país, foi criado pelo Decreto-Lei nº 73, de 21/11/1966. A principal atribuição do CNSP, na época da sua criação, era a de fixar as diretrizes e normas da política governamental para os segmentos de Seguros Privados, tendo posteriormente, com o advento da Lei nº 6.435, de 15/07/1977, suas atribuições se estendido à Previdência Privada, no âmbito das entidades abertas.

A Superintendência de Seguros Privados - SUSEP é o órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro e resseguro. Autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda foi criada pelo Decreto-lei nº 73, de 21/11/1966, que também instituiu o Sistema Nacional de Seguros Privados, do qual fazem parte o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, o IRB Brasil Resseguros S.A. - IRB Brasil Re, as sociedades autorizadas a operar em seguros privados e as entidades de previdência privada aberta.

Nota 31 – Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substantiado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

A tabela a seguir resume o valor contábil e o valor justo estimado dos instrumentos financeiros:

	30/06/2018		31/12/2017	
	Valor Contábil	Valor Justo estimado	Valor Contábil	Valor Justo estimado
Disponibilidades	25.402	25.402	18.749	18.749
Ativos Financeiros	1.354.005	1.359.772	1.330.251	1.337.921
Depósitos Compulsórios no Banco Central	84.800	84.800	98.837	98.837
Ao Custo Amortizado	936.306	942.073	905.729	913.399
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	23.737	23.792	29.048	29.112
Aplicações no Mercado Aberto	254.697	254.697	244.707	244.707
Títulos e Valores Mobiliários ^(*)	108.554	109.372	111.424	112.656
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro ^(**)	522.492	527.386	497.719	504.093
Outros Ativos Financeiros	62.953	62.953	59.568	59.568
(-) Provisão para Perda Esperada	(36.127)	(36.127)	(36.737)	(36.737)
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	52.732	52.732	52.149	52.149
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Patrimoniais	52.732	52.732	52.149	52.149
Ao Valor Justo por meio do Resultado ^(*)	280.167	280.167	273.536	273.536
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Patrimoniais	252.447	252.447	250.693	250.693
Derivativos ^(*)	27.720	27.720	22.843	22.843
Passivos Financeiros	1.082.070	1.081.632	1.056.717	1.054.981
Ao Custo Amortizado	1.044.367	1.043.929	1.024.584	1.022.848
Depósitos	426.595	426.563	402.938	402.911
Captação no Mercado Aberto	302.527	302.527	312.634	312.634
Recursos de Mercados Interbancários	133.637	133.347	129.616	129.286
Recursos de Mercados Institucionais	101.518	101.402	98.482	97.103
Planos de Capitalização	3.336	3.336	3.301	3.301
Outros Passivos Financeiros	76.754	76.754	77.613	77.613
Ao Valor Justo por meio do Resultado	32.676	32.676	27.211	27.211
Derivativos ^(*)	32.436	32.436	26.746	26.746
Outros ^(*)	240	240	465	465
Provisão para Perda Esperada	5.027	5.027	4.922	4.922
Compromissos a Liberar	3.160	3.160	3.015	3.015
Garantias Financeiras Prestadas	1.867	1.867	1.907	1.907

(*) Estes ativos e passivos são registrados no balanço pelo seu Valor Justo.

(**) Na composição do saldo há operações que foram designadas ao Valor Justo por meio do Resultado, no valor de R\$ 644 (R\$ 102 em 31/12/2017).

Os Instrumentos Financeiros não incluídos no Balanço Patrimonial (Nota 36) são representados por Cartas de Crédito em Aberto (*standby*) e Garantias Prestadas no total de R\$ 80.425 (R\$ 79.703 em 31/12/2017) com o valor justo estimado de R\$ 1.174 (R\$ 935 em 31/12/2017).

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- a) **Disponibilidades, Depósitos Compulsórios no Banco Central, Aplicações no Mercado Aberto, Captação no Mercado Aberto e Passivos de Capitalização** – O valor contábil desses instrumentos se aproxima de seu valor justo.
- b) **Aplicações em Depósitos Interfinanceiros, Depósitos, Recursos de Mercados Interbancários e Recursos de Mercados Institucionais** – ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima os valores justos efetuando o desconto dos fluxos de caixa estimados adotando-se as taxas de juros do mercado.
- c) **Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado, inclusive Derivativos (Ativos e Passivos), Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes e Ativos Financeiros ao Custo Amortizado e Passivos Financeiros Designados ao Valor Justo por meio do Resultado** – Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço. Na ausência de preço cotado na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado (corretoras). Os valores justos de títulos de dívida de empresas são calculados adotando-se critérios semelhantes aos das aplicações em depósitos interfinanceiros, conforme descrito acima. Os valores justos de ações são apurados com base em seus preços cotados de mercado. Os valores justos dos instrumentos derivativos foram apurados conforme segue:
- **Swaps:** Seus fluxos de caixa são descontados a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco. Essas curvas de rentabilidade podem ser traçadas principalmente com base nos preços de troca de derivativos na B3, de títulos públicos brasileiros no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior. Essas curvas de rentabilidade podem ser utilizadas para obter o valor justo de *swaps* de moeda, *swaps* de taxa de juros e *swaps* com base em outros fatores de risco (*commodities*, índices de bolsas, etc.).
 - **Futuros e Termo:** Cotações em bolsas ou utilizando-se critério idêntico ao utilizado nos *swaps*.
 - **Opções:** Seus valores justos são apurados com base em modelos matemáticos (como o da *Black&Scholes*) que são alimentados com dados de volatilidade implícita, curva de rentabilidade da taxa de juros e o valor justo do ativo subjacente. Os preços de mercado corrente das opções são utilizados para calcular as volatilidades implícitas. Todos esses dados são obtidos de diferentes fontes (geralmente a *Bloomberg*).
 - **Crédito:** Estão inversamente relacionados à probabilidade de inadimplência (PD) em um instrumento financeiro sujeito a risco de crédito. O processo de reajuste a preço de mercado desses *spreads* se baseia nas diferenças entre as curvas de rentabilidade sem risco e as curvas de rentabilidade ajustadas pelo risco de crédito.
- d) **Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro** - O valor justo é estimado por grupos de empréstimos com características financeiras e de risco similares utilizando modelos de valorização. O valor justo dos empréstimos de taxa fixa foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa estimados com a utilização de taxas de juros correntes de empréstimos similares. Para a maior parte dos empréstimos à taxa variável, o valor contábil foi considerado como próximo de seu valor justo. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso normal foi calculado pelo desconto dos pagamentos previstos de principal e de juros até o vencimento, com as taxas indicadas acima. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso anormal foi baseado no desconto dos fluxos de caixa previstos, com a utilização de uma taxa proporcional ao risco associado aos fluxos de caixa estimados, ou no valor da garantia subjacente. As premissas relacionadas aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com a utilização de informações disponíveis no mercado e de informações específicas do tomador.
- e) **Depósitos** - O valor justo dos depósitos de taxa fixa que possuem data de vencimento foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa estimados com a utilização de taxas de juros correntes de captações similares. Depósitos a vista não são considerados na estimativa de valor justo. As premissas relacionadas aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com a utilização de informações disponíveis no mercado e de informações específicas de cada operação.

f) Outros Ativos / Passivos Financeiros – basicamente compostos de recebíveis de emissores de cartão de crédito, depósitos em garantia de passivos contingentes e negociação e intermediação de valores mobiliários. Os valores contábeis desses ativos/passivos aproximam-se significativamente de seus valores justos, uma vez que basicamente representam valores a serem recebidos no curto prazo de titulares de cartões de crédito e a serem pagos a emissores de cartões de créditos, depósitos exigidos judicialmente (indexado a taxas de mercado) feitos pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING como garantia de ações judiciais ou recebíveis no curto prazo (geralmente com vencimento de aproximadamente 5 (cinco) dias úteis). Todos esses itens representam ativos/passivos sem riscos significativos de mercado, de crédito e de liquidez.

De acordo com o IFRS, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração.

Nível 1: As informações observáveis que refletem os preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de apreamento continuamente.

Nível 2: As informações que não os preços cotados incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) as informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) as informações que são derivadas principalmente de ou corroboradas por dados do mercado observáveis por meio de correlação ou por outros meios.

Nível 3: As informações não são observáveis para o ativo ou passivo. As informações não observáveis devem ser usadas para mensurar o valor justo na proporção em que as informações observáveis não estão disponíveis, permitindo, dessa forma, que as situações nas quais há pouca, se houver, atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado e Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes:

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços disponíveis em um mercado ativo estão classificados no Nível 1 da hierarquia de valor justo. Neste nível foram classificados a maioria dos títulos do governo brasileiro, outros títulos estrangeiros do governo, ações e debêntures negociados em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Quando as informações de apreamento não estiverem disponíveis para um título ou valor mobiliário específico, a avaliação geralmente se baseia em preços cotados do mercado de instrumentos semelhantes, informações de apreamento obtidas por meio dos serviços de apreamento, como Bloomberg, Reuters e corretoras (somente quando representam transações efetivas) ou fluxos de caixa descontados, que usam as informações derivadas de ativos ativamente negociados em um mercado ativo. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no Nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos por certos títulos do governo brasileiro, debêntures, alguns títulos do governo cotados em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no Nível 1, e alguns preços das ações em fundos de investimentos. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não detém posições em fundos de investimentos alternativos ou em fundos de participação em empresas de capital fechado.

Nível 3: Quando não houver informações de apreamento em um mercado ativo, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING usa modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo proprietário. No Nível 3 são classificados alguns títulos do governo brasileiro e privados com vencimentos após 2025 e que não são geralmente negociados em um mercado ativo.

Derivativos:

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no Nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos não negociados em bolsas de valores, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima o valor justo por meio da adoção de diversas técnicas como o Black&Scholes, Garman & Kohlhagen, Monte Carlo ou até mesmo os modelos de fluxo de caixa descontados geralmente adotados no mercado financeiro. Os derivativos incluídos no Nível 2 são *swaps* de inadimplência de crédito, *swaps* de moeda cruzada, *swaps* de taxa de juros, opções de *plain vanilla*, alguns *forwards* e geralmente todos os *swaps*. Todos os modelos adotados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são amplamente aceitos na indústria de serviços financeiros e refletem os termos contratuais do derivativo. Considerando que muitos desses modelos não contêm um alto nível de subjetividade, uma vez que as metodologias adotadas nos modelos não exigem grandes decisões, e as informações para o modelo estão prontamente observáveis nos mercados ativamente cotados, esses produtos foram classificados no Nível 2 da hierarquia de avaliação.

Nível 3: Os derivativos com valores justos baseados em informações não observáveis em um mercado ativo foram classificados no Nível 3 da hierarquia de valor justo e estão compostos por opções exóticas, alguns, *swaps* indexados com informações não observáveis e *swaps* com outros produtos, como *swap* com opção e com verificação, derivativos de crédito e futuros de algumas *commodities*. Estas operações têm seu apreamento derivado de superfície de volatilidade gerada a partir de volatilidade histórica.

Todas as metodologias descritas acima para avaliação podem resultar em um valor justo que pode não ser indicativo do valor realizável líquido ou dos valores justos futuros. No entanto, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING acredita que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado. Independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos na data do balanço.

Distribuição dos Níveis

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 30/06/2018.

	30/06/2018				31/12/2017			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	217.143	30.226	2.765	250.134	213.421	31.579	3.947	248.947
Fundos de Investimento	685	1.797	-	2.482	1.738	1.775	-	3.513
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	209.524	3.079	1	212.604	205.027	2.816	1	207.844
Títulos Públicos - Outros Países	836	417	-	1.253	1.643	2.306	-	3.949
Argentina	472	-	-	472	1.466	-	-	1.466
Chile	203	70	-	273	39	18	-	57
Colômbia	-	234	-	234	-	2.092	-	2.092
Estados Unidos	116	-	-	116	100	-	-	100
México	33	-	-	33	5	-	-	5
Paraguai	-	1	-	1	-	3	-	3
Peru	12	-	-	12	-	-	-	-
Uruguai	-	112	-	112	-	193	-	193
Outros	-	-	-	-	33	-	-	33
Títulos de Empresas	6.098	24.933	2.764	33.795	5.013	24.682	3.946	33.641
Ações Negociáveis	4.842	941	1.122	6.905	3.875	65	2.019	5.959
Certificado de Depósito Bancário	1	1.131	-	1.132	1	334	-	335
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	1.538	1.538	-	-	1.795	1.795
Debêntures	422	2.434	69	2.925	486	2.608	122	3.216
<i>Eurobonds</i> e Assemelhados	833	23	-	856	651	37	-	688
Letras Financeiras	-	20.111	-	20.111	-	21.170	-	21.170
Notas Promissórias	-	233	-	233	-	391	-	391
Outros	-	60	35	95	-	77	10	87
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	32.193	20.539	-	52.732	35.234	16.915	-	52.149
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	28.898	765	-	29.663	32.218	708	-	32.926
Títulos Públicos - Outros Países	1.989	18.987	-	20.976	1.550	14.992	-	16.542
Chile	-	9.365	-	9.365	-	9.550	-	9.550
Colômbia	-	7.207	-	7.207	-	3.020	-	3.020
Estados Unidos	1.989	-	-	1.989	1.550	-	-	1.550
Paraguai	-	1.581	-	1.581	-	1.800	-	1.800
Uruguai	-	834	-	834	-	622	-	622
Títulos de Empresas	1.306	787	-	2.093	1.466	1.215	-	2.681
Ações Negociáveis	171	-	-	171	148	-	-	148
Certificado de Depósito Bancário	-	232	-	232	-	685	-	685
Debêntures	-	2	-	2	-	1	-	1
<i>Eurobonds</i> e Assemelhados	1.135	553	-	1.688	1.318	529	-	1.847
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	2.313	-	-	2.313	1.746	-	-	1.746
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	2.313	-	-	2.313	1.746	-	-	1.746
Passivos Financeiros Designados ao Valor Justo por meio do Resultado	-	240	-	240	-	465	-	465
Notas Estruturadas	-	240	-	240	-	465	-	465

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 30/06/2018 para os Ativos e Passivos de Derivativos.

	30/06/2018				31/12/2017			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Derivativos - Ativo	429	27.162	129	27.720	158	22.249	436	22.843
Futuros	-	-	-	-	158	-	-	158
Swaps - Diferencial a Receber	-	10.725	43	10.768	-	8.821	369	9.190
Opções	-	5.293	86	5.379	-	3.271	66	3.337
Termo	-	6.020	-	6.020	-	6.911	-	6.911
Derivativos de Crédito	-	145	-	145	-	137	-	137
<i>Forwards</i>	-	4.682	-	4.682	-	2.950	-	2.950
Verificação de Swap	-	68	-	68	-	68	-	68
Outros Derivativos	429	229	-	658	-	91	1	92
Derivativos - Passivo	(7)	(32.362)	(67)	(32.436)	-	(26.643)	(103)	(26.746)
Swaps - Diferencial a Pagar	-	(16.449)	(44)	(16.493)	-	(13.590)	(102)	(13.692)
Opções	-	(4.955)	(23)	(4.978)	-	(2.792)	(1)	(2.793)
Termo	-	(5.633)	-	(5.633)	-	(6.272)	-	(6.272)
Derivativos de Crédito	-	(139)	-	(139)	-	(58)	-	(58)
<i>Forwards</i>	-	(5.046)	-	(5.046)	-	(3.745)	-	(3.745)
Verificação de Swap	-	(75)	-	(75)	-	(122)	-	(122)
Outros Derivativos	(7)	(65)	-	(72)	-	(64)	-	(64)

Não existiram transferências significativas entre Nível 1 e Nível 2 durante o período de 30/06/2018. Transferências para dentro e fora do nível 3 são apresentadas nas movimentações do nível 3.

Mensuração de Valor Justo de Nível 2 Baseado em Serviços de Apreçamento e Corretoras

Quando informações de apreçamento não estão disponíveis para os títulos classificados como Nível 2, são utilizados serviços de apreçamento, tal como Bloomberg ou corretoras para valorizar tais instrumentos.

Em todos os casos, de forma a assegurar que o valor justo desses instrumentos seja apropriadamente classificado como Nível 2, são realizadas análises internas das informações recebidas, de modo a entender a natureza dos *inputs* que são usados na determinação de tais valores pelo prestador de serviço.

São considerados no Nível 2 os preços fornecidos pelos serviços de apreçamento que atendam aos seguintes requerimentos: os *inputs* estão prontamente disponíveis, regularmente distribuídos, fornecidos por fontes ativamente envolvidas em mercados relevantes e não são proprietários.

Do total de R\$ 50.765 de instrumentos financeiros classificados como Nível 2, em 30/06/2018, foi usado o serviço de apreçamento ou corretoras para avaliar títulos com valor justo de R\$ 22.413, substancialmente representados por:

- **Debêntures:** Quando disponível, são usadas informações de preço para transações registradas no Sistema Nacional de Debêntures (SND), plataforma eletrônica operada pela CETIP, que provê serviços múltiplos para as transações envolvendo debêntures no mercado secundário. Alternativamente são utilizados os preços de debêntures fornecidos pela ANBIMA. Sua metodologia inclui a obtenção diária, de preços ilustrativos, não-vinculativos, de um grupo de participantes de mercado considerados significativos. Tal informação é sujeita a filtros estatísticos definidos na metodologia, com o propósito de eliminar os outliers.
- **Títulos Globais e Corporativos:** O processo de apreçamento destes títulos consiste em capturar de 2 a 8 cotações da Bloomberg, conforme o ativo. A metodologia consiste em comparar os maiores preços de compra e os menores preços de venda de negociações ocorridas providas pela Bloomberg, para o último dia do mês. Comparam-se tais preços com as informações de ordens de compras que a Tesouraria Institucional do ITAÚ UNIBANCO HOLDING fornece à Bloomberg. Se a diferença entre ambos os preços for menor que 0,5%, é usado o preço médio da Bloomberg. Se maior que 0,5% ou se a Tesouraria Institucional não tiver provido informação sobre esse título específico, então é usado o preço médio coletado direto a outros bancos. O preço da Tesouraria Institucional é utilizado apenas como referência e nunca no cálculo do preço final.

Mensurações de Valor Justo Recorrentes de Nível 3

As unidades responsáveis pela definição e aplicação dos modelos de apreçamento são segregadas das áreas de negócio. Os modelos são documentados, submetidos à validação de uma área independente e aprovados por comitê específico. O processo diário de captura, cálculo e divulgação de preços são verificados regularmente com base em testes e critérios formalmente definidos e as informações são armazenadas em uma base de dados histórica única e corporativa.

Os casos mais recorrentes de ativos classificados como Nível 3 estão justificados pelos fatores de desconto utilizados. Fatores como a curva prefixada de juros em reais e curva de cupom de TR - e por consequência as suas dependentes - possuem dados com prazos inferiores aos vencimentos dos ativos de renda fixa. Nos casos de *swap*, a análise é feita por indexador de ambas as pontas. Há alguns casos em que os prazos dos dados são mais curtos do que o próprio vencimento do derivativo.

Movimentações de Valor Justo Recorrentes de Nível 3

As tabelas a seguir incluem as movimentações dos valores do Balanço Patrimonial, para instrumentos financeiros classificados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING no Nível 3 da hierarquia do valor justo. Os instrumentos financeiros derivativos classificados no Nível 3 correspondem basicamente a Outros Derivativos indexados a ações.

	Valor justo em 31/12/2017	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Compras	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível 3	Valor Justo em 30/06/2018	Total de Ganhos (Perdas) Relacionados aos Ativos e Passivos ainda Detidos em 30/06/2018
Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo	3.947	(389)	5	(242)	(556)	2.765	(553)
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	1	-	-	-	-	1	-
Títulos de Dívida de Empresas	3.946	(389)	5	(242)	(556)	2.764	(553)
Ações Negociáveis	2.019	(112)	-	(203)	(582)	1.122	(388)
Certificado de Recebíveis Imobiliários	1.795	(229)	5	(39)	6	1.538	(9)
Debêntures	122	(47)	-	-	(6)	69	(156)
Outros	10	(1)	-	-	26	35	-
	Valor justo em 31/12/2017	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Compras	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível 3	Valor Justo em 30/06/2018	Total de Ganhos (Perdas) Relacionados aos Ativos e Passivos ainda Detidos em 30/06/2018
Derivativos - Ativo	436	(14)	98	(120)	(270)	129	2
Swaps - Diferencial a Receber	369	(23)	-	(31)	(272)	43	14
Opções	66	9	98	(89)	2	86	(12)
Outros Derivativos	1	-	-	-	-	-	-
Derivativos - Passivo	(103)	(18)	(46)	79	21	(67)	(7)
Swaps - Diferencial a Pagar	(102)	(36)	-	73	21	(44)	(6)
Opções	(1)	18	(46)	6	-	(23)	(1)
	Valor Justo em 01/01/2017	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Compras	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível 3	Valor Justo em 31/12/2017	Total de Ganhos (Perdas) Relacionados aos Ativos e Passivos ainda Detidos em 31/12/2017
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	3.808	(232)	578	(146)	(61)	3.947	(412)
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	1	-	-	-	-	1	(1)
Títulos de Empresas	3.807	(232)	578	(146)	(61)	3.946	(411)
Ações Negociáveis	1.662	122	400	-	(165)	2.019	(274)
Certificado de Recebíveis Imobiliários	2.092	(355)	58	-	-	1.795	16
Debêntures	37	(1)	106	(124)	104	122	(153)
Eurobonds e Assemelhados	-	-	9	(9)	-	-	-
Outros	16	2	5	(13)	-	10	-
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	227	-	200	(427)	-	-	-
Títulos de Empresas	227	-	200	(427)	-	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	6	-	-	(6)	-	-	-
Eurobonds e Assemelhados	221	-	200	(421)	-	-	-
	Valor Justo em 01/01/2017	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não Realizado)	Compras	Liquidações	Transferências no e/ou Fora do Nível 3	Valor Justo em 31/12/2017	Total de Ganhos (Perdas) Relacionados aos Ativos e Passivos ainda Detidos em 31/12/2017
Derivativos - Ativo	521	(33)	101	(244)	91	436	17
Swaps - Diferencial a Receber	468	(41)	-	(100)	42	369	32
Opções	47	12	101	(143)	49	66	(14)
Outros Derivativos	6	(4)	-	(1)	-	1	(1)
Derivativos - Passivo	(60)	(117)	(15)	111	(22)	(103)	(57)
Swaps - Diferencial a Pagar	(56)	(122)	-	97	(21)	(102)	(60)
Opções	(4)	5	(15)	13	-	(1)	3
Derivativos de Crédito	-	-	-	1	(1)	-	-

Análise de Sensibilidade de Operações Nível 3

O valor justo dos instrumentos financeiros classificados como Nível 3 (onde os preços negociados não são facilmente observáveis em mercados ativos) é mensurado utilizando-se técnicas baseadas em correlações com produtos associados e negociados em mercados ativos, estimativas internas e modelos internos.

Os dados não observáveis significativos usados na mensuração a valor justo dos instrumentos classificados como Nível 3 são: taxas de juros, preços de ativo objeto e a volatilidade. Variações significativas em quaisquer desses *inputs* isolados podem resultar em alterações significativas no valor justo.

A tabela a seguir, demonstra a sensibilidade desses valores justos em cenários de alterações nas taxas de juros, nos preços de ativos ou em cenários que variam choques nos preços e nas volatilidades para ativos não lineares:

Sensibilidade - Operações Nível III		30/06/2018	
Grupos de Fatores de Risco de Mercado	Cenários	Impactos	
		Resultado	Patrimônio
Taxa de Juros	I	(0,9)	(0,8)
	II	(23,1)	(20,2)
	III	(46,1)	(40,0)
Moedas, <i>Commodities</i> e Índices	I	(56,1)	0,0
	II	(112,2)	0,0
Não Lineares	I	(49,1)	0,0
	II	(89,0)	0,0

Na mensuração das sensibilidades são utilizados os seguintes cenários:

Taxa de Juros

Aplicação de choques de 1, 25 e 50 pontos-base (cenários I, II e III respectivamente) nas curvas de juros, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Moedas, *Commodities* e Índices

Aplicação de choques de 5 e 10 pontos percentuais (cenários I e II respectivamente) nos preços de moedas, *commodities* e índices, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Não lineares

Cenário I: Aplicação de choques de 5 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais no nível de volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Cenário II: Aplicação de choques de 10 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais no nível de volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Provisões	30/06/2018	31/12/2017
Cíveis	4.884	5.300
Trabalhistas	7.034	7.283
Fiscais e Previdenciárias	6.863	7.003
Outros	411	150
Total	19.192	19.736
Circulante	6.430	4.974
Não Circulante	12.762	14.762

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, em decorrência do curso normal de suas atividades, poderá figurar como parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. As contingências relacionadas a esses processos são classificadas conforme a seguir:

- a) Ativos Contingentes:** não existem ativos contingentes contabilizados.
- b) Provisões e Contingências:** os critérios de quantificação das contingências são adequados às características específicas das carteiras cíveis, trabalhistas e fiscais, bem como outros riscos, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a semelhança com processos anteriores, bem como a jurisprudência dominante.

- Ações Cíveis

As contingências decorrem, geralmente, de pleitos relacionados à revisão de contratos e de ações de indenização por danos materiais e morais, sendo os processos classificados da seguinte forma:

Processos Massificados: são relativos às ações consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante. A apuração da contingência é realizada mensalmente, sendo objeto de provisão contábil o valor esperado da perda, realizada por meio de aplicação de parâmetro estatístico, tendo em conta a natureza da ação e as características do juízo em que tramitam (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum). As contingências e provisões são ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados: são relativos às ações com características peculiares ou de valor relevante. A apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido. A probabilidade de perda é estimada conforme as particularidades da ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

Cumprе mencionar que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING é parte em ações específicas referentes à cobrança de expurgos inflacionários em caderneta de poupança, decorrente de planos econômicos implementados nas décadas de 80 e 90 como medida de combate à inflação.

Apesar do ITAÚ UNIBANCO HOLDING ter observado as regras vigentes à época, a empresa figura como ré em ações ajuizadas por pessoas físicas que versam sobre esse tema, bem como em ações coletivas ajuizadas por: (i) associações de defesa do consumidor; e (ii) Ministério Público, em nome dos titulares de cadernetas de poupança. No que concerne à essas ações, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING constitui provisões quando do recebimento da citação, bem como no momento em que as pessoas físicas exigem a execução da decisão proferida pelo Judiciário, utilizando os mesmos critérios adotados para determinar as provisões das ações individuais.

O Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu algumas decisões a favor dos titulares de cadernetas de poupança, mas não consolidou seu entendimento no tocante à constitucionalidade dos planos econômicos e sua aplicabilidade às cadernetas de poupança. Atualmente, os recursos relacionados a essa questão estão suspensos, por determinação do STF, até que haja um pronunciamento definitivo desta Corte quanto ao direito discutido.

Em dezembro de 2017, sob mediação da Advocacia-Geral da União (AGU) e supervisão do Banco Central do Brasil (BCB), poupadores (representados por duas associações civis, FEBRAPO e IDEC) e a FEBRABAN assinaram instrumento de acordo com o objetivo de finalizar os litígios relacionados aos planos econômicos, tendo o Itaú já aderido aos seus termos. Referido acordo foi homologado, em 01/03/2018, pelo Plenário do STF e os poupadores podem aderir a seus termos pelo prazo de 24 meses, a contar de 22/05/2018, com o conseqüente encerramento das ações judiciais.

Não são provisionados os valores envolvidos em Ações Cíveis de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 3.990 (R\$ 3.494 em 31/12/2017), sendo que neste montante não existem valores decorrentes de participação em *Joint Ventures*.

- Ações Trabalhistas

As contingências decorrem de ações em que se discutem pretensos direitos trabalhistas específicos à categoria profissional, tais como: horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria, entre outros. Esses processos possuem a seguinte classificação:

Processos Massificados: referem-se às ações consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante. O valor esperado da perda é apurado e provisionado mensalmente, conforme modelo estatístico, que precifica as ações e é reavaliado considerando as decisões judiciais proferidas. As contingências são ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados: referem-se às ações com características peculiares ou de valor relevante. A apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido. A probabilidade de perda é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

Não são provisionados os valores envolvidos em ações trabalhistas de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 116 (R\$ 122 em 31/12/2017).

- Outros Riscos

São quantificados e provisionados principalmente pela avaliação de crédito rural em operações com coobrigação e créditos com Fundos de Compensações de Variações Salariais (FCVS) cedidos ao Banco Nacional.

Segue abaixo a movimentação das provisões cíveis, trabalhistas e outros e os saldos dos respectivos depósitos em garantia de recursos:

	01/01 a 30/06/2018			
	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total
Saldo Inicial	5.300	7.283	150	12.733
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	(243)	(998)	-	(1.241)
Subtotal	5.057	6.285	150	11.492
Atualização / Encargos (Nota 26)	60	253	-	313
Movimentação do Período Refletida no Resultado (Nota 26)	<u>137</u>	<u>742</u>	<u>261</u>	<u>1.140</u>
Constituição ^(*)	372	838	261	1.471
Reversão	(235)	(96)	-	(331)
Pagamento	(578)	(1.229)	-	(1.807)
Subtotal	4.676	6.051	411	11.138
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	208	983	-	1.191
Saldo Final	4.884	7.034	411	12.329
Depósitos em Garantia de Recursos em 30/06/2018 (Nota 20a)	1.539	2.250	-	3.789

(*) As Provisões Cíveis contemplam planos econômicos no montante de R\$ 176.

	01/01 a 30/06/2017			
	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total
Saldo Inicial	5.172	7.232	259	12.663
Saldo oriundo da fusão do CorpBanca (Nota 3a)	(1)			(1)
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	(256)	(1.066)	-	(1.322)
Subtotal	4.915	6.166	259	11.340
Atualização / Encargos (Nota 26)	64	312	-	376
Movimentação do Período Refletida no Resultado (Nota 26)	<u>607</u>	<u>1.077</u>	<u>(13)</u>	<u>1.671</u>
Constituição ^(*)	839	1.183		2.022
Reversão	(232)	(106)	(13)	(351)
Pagamento	(636)	(1.264)	-	(1.900)
Subtotal	4.950	6.291	246	11.487
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 2.4.t)	275	1.040	-	1.315
Saldo Final	5.225	7.331	246	12.802
Depósitos em Garantia de Recursos em 30/06/2017 (Nota 20a)	1.529	2.289	-	3.818

(*) As Provisões Cíveis contemplam planos econômicos no montante de R\$ 73.

- Ações Fiscais e Previdenciárias

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING classifica como obrigação legal, as ações judiciais ingressadas para discutir a legalidade e inconstitucionalidade da legislação em vigor, sendo objeto de provisão contábil independentemente da probabilidade de perda.

As contingências tributárias correspondem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões fiscais administrativas ou judiciais, objeto de lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Constituem provisão sempre que a perda for classificada como provável.

Segue abaixo a movimentação das provisões e dos respectivos depósitos em garantia das Ações Fiscais e Previdenciárias:

Provisões	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Saldo Inicial	7.003	8.246
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	(66)	(69)
Subtotal	6.937	8.177
Atualização / Encargos ^(*)	192	385
Movimentação do Período Refletida no Resultado	(55)	49
Constituição ^(*)	245	254
Reversão ^(*)	(300)	(205)
Pagamento	(278)	(12)
Subtotal	6.796	8.599
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	67	70
Saldo Final	6.863	8.669

^(*) Os valores estão contemplados nas rubricas Despesas Tributárias, Despesas Gerais e Administrativas e em Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes.

Depósitos em Garantia	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Saldo Inicial	5.170	4.847
Apropriação de Rendas	84	174
Movimentação do Período	(153)	18
Novos Depósitos	83	136
Levantamentos Efetuados	(41)	(117)
Conversão em Renda	(195)	(1)
Saldo Final (Nota 20a)	5.101	5.039
Reclassificação para Ativos Dados em Garantia de Contingências (Nota 32d)	(1)	-
Saldo Final após a Reclassificação	5.100	5.039

As principais discussões relativas às provisões das Ações Fiscais e Previdenciárias são descritas a seguir:

- CSLL – Isonomia – R\$ 1.315: discute-se a ausência de respaldo constitucional da majoração, estabelecida pela Lei nº 11.727/08, da alíquota de CSLL de 9% para 15%, no caso das empresas financeiras e seguradoras. O saldo do depósito judicial totaliza R\$ 1.298;
- PIS e COFINS – Base de Cálculo – R\$ 628: defende-se a incidência de PIS e COFINS sobre o faturamento, devendo este ser entendido como a receita da venda de bens e serviços. O saldo do depósito judicial totaliza R\$ 606;
- INSS – Verbas não Remuneratórias – R\$ 652: defende-se a não incidência da contribuição previdenciária sobre verbas pagas a título de participação nos lucros.

Contingências não Provisionadas no Balanço

Não são provisionados os valores envolvidos em ações fiscais e previdenciárias de perda possível. Os valores envolvidos nas principais Ações Fiscais e Previdenciárias de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 21.606 estão descritas a seguir:

- INSS – Verbas não Remuneratórias – R\$ 5.115: defende-se a não incidência da contribuição sobre verbas, não remuneratórias, dentre as quais, destacam-se: participação nos lucros, plano para outorga de opções de ações, vale transporte e abono único;
- PIS e COFINS - Estorno da Receita de Superveniência de Depreciação – R\$ 3.570: discute-se o tratamento contábil e fiscal do PIS e da COFINS na liquidação das operações de arrendamento mercantil;
- IRPJ e CSLL – Ágio – Dedução – R\$ 2.630: discute-se a dedutibilidade do ágio com expectativa de rentabilidade futura na aquisição de investimentos.
- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS – Indeferimento de Pedido de Compensação – R\$ 1.671: casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado;
- IRPJ e CSLL – Juros sobre o Capital Próprio (JCP) – R\$ 1.486: defende-se a dedutibilidade dos JCP declarados aos acionistas com base na taxa de juros de longo prazo (TJLP) aplicada sobre o patrimônio líquido do ano e de anos anteriores;
- ISS – Atividades Bancárias – R\$ 1.122: entende-se que a operação bancária não se confunde com serviço e/ou não está listada na Lei Complementar nº 116/03 ou do Decreto-Lei nº 406/68;
- IRPJ e CSLL - Dedutibilidade de Perdas em Operações de Crédito – R\$ 749 - autuações lavradas para exigência de IRPJ e de CSLL pela suposta inobservância dos critérios legais para a dedução de perdas no recebimento de créditos;

c) Contas a Receber – Reembolso de Contingências

O saldo de valores a receber relativo a reembolso de contingências totaliza R\$ 1.038 (R\$ 1.065 em 31/12/2017) (Nota 20a). Este valor deriva, basicamente, da garantia estabelecida no processo de privatização do Banco Banerj S.A., ocorrido em 1997, quando o Estado do Rio de Janeiro constituiu um fundo para garantir a recomposição patrimonial em Contingências Cíveis, Trabalhistas e Fiscais.

d) Ativos Dados em Garantia de Contingências

Os ativos dados em garantia de contingências são relativos a processos de passivos contingentes e estão vinculados ou depositados de acordo com o quadro abaixo:

	30/06/2018	31/12/2017
Ativos Financeiros - Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (basicamente Letras Financeiras do Tesouro)	769	962
Depósitos em Garantia de Recursos (Nota 20a)	4.582	4.585

As provisões referentes às ações judiciais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são de longo prazo, considerando o tempo de tramitação dessas ações no sistema judiciário brasileiro. Devido a isso, não foi divulgada a estimativa com a relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING com base em pareceres de seus assessores legais, não está envolvido em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais que possam afetar, de forma relevante, os resultados de suas operações.

Nota 33 – Capital Regulatório

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING está sujeito à regulamentação do Banco Central do Brasil (BACEN) que emite diretivas e instruções sobre políticas monetárias e de crédito para instituições financeiras que operam no Brasil. O BACEN também determina requerimentos mínimos de capital, procedimentos de apuração das informações para avaliação da importância sistêmica global de instituições financeiras, limites para ativos fixos, limites de empréstimos, práticas contábeis e exigências de depósitos compulsórios, exigindo que os bancos cumpram a regulamentação baseada no Acordo de Basileia sobre adequação de capital. Além disso, o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e a SUSEP emitem regulamentações sobre exigência de capital, que afetam nossas operações de seguros, planos de previdência privada e de capitalização.

a) Requerimentos de Capital Vigentes e em Implantação

Os requerimentos mínimos de capital do ITAÚ UNIBANCO HOLDING seguem o conjunto de resoluções e circulares divulgadas pelo BACEN que implantam no Brasil os padrões globais de requerimento de capital conhecidos como Basileia III. São expressos na forma de índices que relacionam o capital disponível - demonstrado pelo Patrimônio de Referência (PR), ou Capital Total, composto pelo Nível I (que compreende o capital principal e o capital complementar) e pelo Nível II, e os ativos ponderados pelo risco (RWA).

Os índices de Capital Total, de Capital de Nível I e de Capital Principal são apurados na forma consolidada, aplicados às instituições integrantes do Conglomerado Prudencial, que abrange não só as instituições financeiras como também as administradoras de consórcio, as instituições de pagamento, as sociedades que realizam aquisição de operações ou assumam direta ou indiretamente risco de crédito e os fundos de investimento nos quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING retenha substancialmente riscos e benefícios.

Para fins de cálculo desses requerimentos mínimos de capital, apura-se o montante total do RWA pela soma das parcelas dos ativos ponderados pelos riscos de crédito, de mercado e operacional. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza as abordagens padronizadas para o cálculo das parcelas de crédito e operacional.

A partir de 1º de setembro de 2016, o BACEN autorizou o ITAÚ UNIBANCO HOLDING a utilizar modelos internos de risco de mercado para apuração do montante total do capital regulatório (RWA_{MINT}), em substituição à parcela RWA_{MPAD} , conforme previsto na Circular BACEN 3.646.

Para as unidades externas, utiliza-se a abordagem padronizada. Desta forma, não fazem parte do uso de modelos internos as unidades da Argentina, Chile, Itaú BBA *International*, Colômbia, Paraguai e Uruguai.

De 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018, o índice mínimo de capital requerido é de 8,625%, e, seguindo cronograma de redução gradual, chegará a 8% em 1º de janeiro de 2019.

Além dos mínimos regulatórios, as normas do BACEN estabeleceram um Adicional de Capital Principal (ACP), correspondente à soma das parcelas $ACP_{Conservação}$, $ACP_{Contracíclico}$ e $ACP_{Sistêmico}$ que, em conjunto com as exigências mencionadas, aumentam a necessidade de capital ao longo do tempo. O valor de cada uma das parcelas e os mínimos regulatórios, conforme definido na Resolução CMN 4.193, estão descritos na tabela a seguir.

Basileia III também redefiniu os requisitos para a qualificação dos instrumentos elegíveis a Capital de Nível I e Nível II, regulamentados no Brasil pela Resolução CMN 4.192. Essa reforma inclui um cronograma de *phase-out* para os instrumentos já considerados no capital, emitidos anteriormente à vigência da norma, que não atendam integralmente as novas exigências.

A tabela abaixo apresenta o cronograma de implantação das regras de Basileia III no Brasil, definido pelo BACEN, sendo que os números referem-se à porcentagem dos ativos ponderados pelo risco do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Cronograma de Implantação de Basileia III	A partir de 1º de janeiro		
	2017	2018	2019 ⁽²⁾
Capital Principal	4,5%	4,5%	4,5%
Nível I	6,0%	6,0%	6,0%
Capital Total	9,25%	8,625%	8,0%
Adicional de Capital Principal (ACP)	1,50%	2,375%	3,5%
de Conservação	1,25%	1,875%	2,5%
Contracíclico ⁽¹⁾	0%	0%	0%
de Importância Sistêmica	0,25%	0,5%	1,0%
Capital Principal + ACP	6,0%	6,875%	8,0%
Capital Total + ACP	10,75%	11,0%	11,5%
Deduções dos Ajustes Prudenciais	80%	100%	100%

(1) ACP *Contracíclico* é acionado durante a fase de expansão do ciclo de crédito e, atualmente, conforme a Circular BACEN 3.769, o valor requerido de sua parcela é igual a zero. Além disso, na hipótese de elevação do adicional contracíclico, o novo percentual vigorará apenas doze meses após seu anúncio.

(2) Requerimentos válidos de 1º de janeiro de 2019 em diante.

Ademais, em Março de 2015, entrou em vigor a Circular nº 3.751, de 19/03/2015, do BACEN, que dispõe sobre a apuração dos indicadores relevantes para a avaliação da importância sistêmica global (IAISG) de instituições financeiras do Brasil. As informações sobre os valores dos indicadores do Índice de Importância Sistêmica Global, que não faz parte das demonstrações contábeis, podem ser visualizadas no site www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores, seção “Governança Corporativa”, “Índice de Importância Sistêmica Global”.

Em março de 2017, entrou em vigor o adicional de capital principal de importância sistêmica (ACP *Sistêmico*), regulamentado pela Circular BACEN 3.768, de 29 de outubro de 2015. O ACP *Sistêmico* visa a reduzir a probabilidade de insolvência de uma instituição sistemicamente importante no âmbito doméstico (D-SIB, do inglês “*Domestic Systemically Important Bank*”) e o impacto na estabilidade do sistema financeiro e na economia. O cálculo do ACP *Sistêmico* associa a importância sistêmica, representada pela exposição total da instituição, ao Produto Interno Bruto (PIB).

Maiores detalhes sobre o ACP *Sistêmico*, que não fazem parte das demonstrações contábeis, podem ser visualizados no site www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores, seção “Governança Corporativa” / Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3.

O Índice de Alavancagem é definido como a razão entre Capital de Nível I e Exposição Total, calculada nos termos da Circular BACEN 3.748. O objetivo do índice é ser uma medida simples de alavancagem não sensível a risco, logo não leva em consideração fatores de ponderação de risco (FPR) ou mitigações. Conforme instruções dadas pela Carta-Circular BACEN 3.706, desde outubro de 2015, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING envia mensalmente ao BACEN o Índice de Alavancagem, porém o requerimento mínimo para Índice de Alavancagem deverá ser exigido em 2018, de acordo com as recomendações de Basileia, sendo definido com base no período de observação do comportamento do Índice desde sua implementação em 2011 até 2017.

Maiores detalhes sobre a composição do Índice de Alavancagem, que não fazem parte das demonstrações contábeis, podem ser visualizados no site www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores, seção “Governança Corporativa” / Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3.

b) Governança do Gerenciamento de Capital

O Conselho de Administração é o principal órgão no gerenciamento de capital do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, responsável por aprovar a política institucional de gerenciamento de capital e as diretrizes acerca do nível de capitalização da instituição. O Conselho também é responsável pela aprovação integral do relatório do ICAAP (Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital), processo que visa a avaliar a adequação do capital do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

No nível executivo, existem órgãos colegiados responsáveis por aprovar metodologias de avaliação dos riscos e de cálculo de capital, assim como revisar, monitorar e recomendar ao Conselho de Administração documentos e temas relativos a capital.

De forma a prover informações necessárias ao Conselho de Administração, elabora-se relatórios gerenciais que informam a adequação de capital da instituição, bem como as projeções de níveis de capital, em situações normais e de estresse. Há uma estrutura que coordena e consolida informações e processos relacionados, todos sujeitos à verificação pelas áreas independentes de validação, controles internos e auditoria.

O documento “Relatório de Acesso Público – Gerenciamento de Capital”, que não faz parte das demonstrações contábeis, que expressa as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de gerenciamento de capital, pode ser visualizado no site www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas.

c) **Apetite de risco**

Em 2016 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING revisou sua política de apetite de risco, estabelecida e aprovada pelo Conselho de Administração, que direciona a sua estratégia de negócios. O apetite de risco da instituição é fundamentado na seguinte declaração do Conselho de Administração:

“Somos um banco universal, operando predominantemente na América Latina. Apoiados em nossa cultura de riscos, atuamos com rigoroso padrão ético e de cumprimento regulatório, buscando resultados elevados e crescentes, com baixa volatilidade, mediante o relacionamento duradouro com o cliente, apreçamento correto dos riscos, captação pulverizada de recursos e adequada utilização do capital.”

A partir da declaração, foram definidas cinco dimensões, cada uma delas composta por um conjunto de métricas associadas aos principais riscos envolvidos, combinando formas complementares de mensuração, buscando uma visão abrangente das nossas exposições:

- Dimensão de capitalização: estabelece que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING deve ter capital suficiente para se proteger de uma grave recessão ou de um evento de estresse sem necessidade de adequação da estrutura de capital em circunstâncias desfavoráveis. É monitorada através do acompanhamento dos índices de capital do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, em situação normal e em estresse e dos *ratings* de emissão de dívidas da instituição.
- Dimensão de liquidez: estabelece que a liquidez da instituição deverá suportar longos períodos de estresse. É monitorada através do acompanhamento dos indicadores de liquidez.
- Dimensão de composição dos resultados: define que os negócios serão focados principalmente na América Latina, onde o ITAÚ UNIBANCO HOLDING terá uma gama diversificada de clientes e produtos, com baixo apetite por volatilidade de resultados e por risco elevado. Esta dimensão compreende aspectos de negócios e rentabilidade, risco de mercado e crédito. As métricas monitoradas buscam garantir, por meio de limites de concentração de exposição como, por exemplo, setores de indústria, qualidade das contrapartes, países e regiões geográficas e fatores de riscos, adequada composição das nossas carteiras, visando à baixa volatilidade dos resultados e à sustentabilidade dos negócios.
- Dimensão de risco operacional: foca no controle dos eventos de risco operacional que possam impactar negativamente a estratégia de negócio e operação, realizado através do monitoramento dos principais eventos de risco operacional e das perdas incorridas.
- Dimensão de reputação: aborda riscos que possam impactar o valor da marca e da reputação da instituição junto a clientes, funcionários, reguladores, investidores e público geral. O monitoramento dos riscos nesta dimensão é feito através do acompanhamento da satisfação e insatisfação dos clientes, da exposição nas mídias, além da observância da conduta da instituição.

O Conselho de Administração é o responsável pela aprovação das diretrizes e limites do apetite de risco, desempenhando suas responsabilidades com o apoio do Comitê de Gestão de Risco e Capital (CGRC) e do *Chief Risk Officer* (CRO).

As métricas são monitoradas frequentemente e devem respeitar os limites definidos. O monitoramento é reportado às comissões de riscos e ao Conselho de Administração e orienta a tomada de medidas preventivas de forma a garantir que as exposições estejam dentro dos limites estabelecidos e alinhados à nossa estratégia.

d) **Composição do Capital**

O PR utilizado para verificar o cumprimento dos limites operacionais impostos pelo BACEN consiste no somatório de três itens, denominados:

- Capital Principal: soma de capital social, reservas e lucros acumulados, menos deduções e ajustes prudenciais.
- Capital Complementar: composto por instrumentos de caráter perpétuo que atendam a requisitos de elegibilidade. Somado ao Capital Principal, compõe o Nível I.
- Nível II: composto por instrumentos de dívida subordinada de vencimento definido que atendam a requisitos de elegibilidade. Somado ao Capital Principal e ao Capital Complementar, compõe o Capital Total.

A tabela abaixo apresenta a composição do PR segregado entre Capital Principal, Capital Complementar e de Nível II, considerando seus respectivos ajustes prudenciais, conforme estabelecido pelas normas vigentes.

Composição do Patrimônio de Referência	30/06/2018	31/12/2017
Patrimônio Líquido Itaú Unibanco Holding S.A. (Consolidado)	121.758	126.924
Participações de Não Controladores	13.166	11.942
Alteração de Participação em Subsidiária em Transação de Capital	810	1.482
Patrimônio Líquido Consolidado (BACEN)	135.734	140.348
Ajustes Prudenciais do Capital Principal	(25.277)	(17.952)
Capital Principal	110.457	122.396
Instrumentos Elegíveis para Compor o Capital Complementar	7.664	-
Ajustes Prudenciais do Capital Complementar	82	57
Capital Complementar	7.746	57
Nível I (Capital Principal + Capital Complementar)	118.203	122.453
Instrumentos Elegíveis para Compor o Nível II	15.778	19.723
Ajustes Prudenciais do Nível II	91	76
Nível II	15.869	19.799
Patrimônio de Referência (Nível I + Nível II)	134.072	142.252

Composição dos Ajustes Prudenciais	30/06/2018	31/12/2017
Ágios pagos na aquisição de investimentos	9.059	8.123
Ativos Intangíveis	7.937	5.456
Créditos tributários	5.841	5.208
Valor agregado das participações líquidas superiores a 10% do capital social de instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN	-	-
Excedente de capital principal de não controladores	329	286
Ajuste relativo ao valor justo dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa de itens protegidos que não tenham seus ajustes de marcação a mercado registrados contabilmente	(1.447)	(1.399)
Outros	3.558	278
Total	25.277	17.952

Durante o exercício de 2018, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING recomprou R\$ 510 milhões em ações de emissão própria. Essas ações ficam registradas na rubrica “Ações em Tesouraria”, que alcançou R\$ (1.978) milhões em 30 de Junho de 2018. As ações em tesouraria reduzem o Patrimônio Líquido da instituição, causando a redução de sua base de capital.

Nesse período, o valor de dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) pagos / provisionados / prescritos, que afeta a base de capital da instituição, atingiu R\$ 16.155 milhões. Os dividendos são deduzidos do Patrimônio Líquido da instituição, reduzindo assim sua base de capital. Já o JCP que é contabilizado como despesa diretamente no resultado, reduz o Lucro Líquido da instituição, reduzindo também, consequentemente, sua base de capital.

Maiores detalhes sobre o requerimento de capital, que não faz parte das demonstrações contábeis, podem ser consultados no site www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Governança Corporativa / Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3.

Os fundos obtidos por meio de emissão de títulos de dívida subordinada são considerados capital de Nível II, para os propósitos do índice de capital em relação aos ativos ponderados de risco, e estão descritos abaixo. Conforme legislação vigente, para o cálculo do Patrimônio de Referência de junho de 2018, foi considerado o saldo das dívidas subordinadas de dezembro de 2012, totalizando R\$ 51.134.

Nome do Papel / Moeda	Valor Principal (Moeda Original)	Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	Saldo Contábil 30/06/2018
Letra Financeira Subordinada - BRL					
	2.939	2012	2018	108% a 113% do CDI	3.401
	35			IPCA + 4,4% a 6,58%	64
	1.255			100% do CDI + 1,01% a 1,05%	1.272
	10			10,56%	18
	2	2011	2019	109% a 109,7% do CDI	4
	1	2012	2019	110% do CDI	2
	12			11,96%	25
	101			IPCA + 4,7% a 6,3%	178
	1	2012	2020	111% do CDI	2
	20			IPCA + 6% a 6,17%	42
	6	2011	2021	109,25% a 110,5% do CDI	13
	2.307	2012	2022	IPCA + 5,15% a 5,83%	4.384
	20			IGPM + 4,63%	28
	6.709			Total	9.433
Euronotes Subordinado - USD					
	990	2010	2020	6,20%	3.860
	1.000	2010	2021	5,75%	3.965
	730	2011	2021	5,75% a 6,20%	2.826
	550	2012	2021	6,20%	2.121
	2.600	2012	2022	5,50% a 5,65%	10.204
	1.851	2012	2023	5,13%	7.172
	7.721			Total	30.148
Total					39.581

As notas subordinadas perpétuas / Capital Complementar (AT1), emitidas em 12 de dezembro de 2017 e 19 de março de 2018, foram aprovadas pelo BACEN, incrementando em 0,9 p.p., o índice de Capital Nível I do Itaú Unibanco.

e) Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)

De acordo com a Resolução CMN 4.193 e alterações posteriores, para fins do cálculo dos requerimentos mínimos de capital, deve ser apurado o montante de RWA, obtido pela soma das seguintes parcelas:

$$RWA = RWA_{CPAD} + RWA_{MINT} + RWA_{OPAD}$$

RWA_{CPAD} = parcela relativa às exposições ao risco de crédito, calculada segundo abordagem padronizada;

RWA_{MINT} = parcela relativa ao capital requerido para risco de mercado, composta pelo máximo entre o modelo interno e 80% do modelo padronizado, regulamentada pelas Circulares BACEN nº 3.646 e 3.674;

RWA_{OPAD} = parcela relativa ao capital requerido para o risco operacional, calculada segundo abordagem padronizada.

Abertura dos ativos ponderados de Risco de Crédito (RWA_{CPAD})

	30/06/2018 ⁽¹⁾	31/12/2017 ⁽¹⁾
Exposições ao Risco		
Ativos Ponderados de Risco de Crédito (RWA_{CPAD})	685.245	660.516
a) Por Fator de Ponderação de Risco (FPR):		
FPR de 2%	128	180
FPR de 4%	248	-
FPR de 10%	315	-
FPR de 20%	7.338	7.717
FPR de 35%	16.622	15.900
FPR de 50%	48.365	44.741
FPR de 75%	150.817	145.376
FPR de 85%	72.244	76.033
FPR de 100%	331.647	324.097
FPR de 250%	41.422	34.053
FPR de 300%	-	3.906
FPR até 1250% ⁽²⁾	2.068	2.096
Derivativos - Variação da qualidade creditícia da contraparte	4.766	6.417
Default Funds ⁽³⁾	3	-
Securitização ⁽⁴⁾	9.262	-
b) Por Tipo:	685.245	660.516
Títulos e Valores Mobiliários	37.930	45.629
Operações de Crédito - Varejo	117.128	114.141
Operações de Crédito - Não Varejo	256.663	240.815
Coobrigações - Varejo	149	172
Coobrigações - Não Varejo	45.262	45.405
Compromissos de Crédito - Varejo	33.499	31.058
Compromissos de Crédito - Não Varejo	10.871	9.017
Derivativos - Ganho Potencial Futuro ⁽⁵⁾	4.294	5.457
Operações de Intermediação	2.912	-
Outras Exposições	176.537	168.821

(1) A partir do 4º trimestre de 2017, os negócios de varejo no Brasil do Citibank passaram a ser consolidados integralmente nas demonstrações contábeis do Itaú Unibanco.

(2) Considerando a aplicação do fator "F" requerida pelo artigo 29º da Circular BACEN 3.644.

(3) A partir do 1º trimestre de 2018, os saldos referentes a Default Funds estão sendo ponderados de acordo com o cálculo definido no Art. 20-A da Circular 3.644 (alterada pela Circular 3.849), substituindo o FPR de 1250%.

(4) A partir do 1º trimestre de 2018, parte dos saldos referentes a Securitização estão sendo ponderados de acordo com o cálculo definido na Circular 3.848.

(5) Os saldos de Derivativos - Ganho Potencial Futuro estão distribuídos em seus respectivos FPRs.

A composição da parcela de risco de mercado está apresentada na tabela abaixo:

	30/06/2018 ⁽¹⁾	31/12/2017 ⁽¹⁾
Ativos Ponderados de Risco de Mercado Padronizado (RWA_{MPAD})	31.269	32.893
Operações sujeitas à variação de taxas de juros	28.040	31.076
Prefixadas denominadas em real	3.469	6.119
Cupons de moedas estrangeiras	18.614	17.153
Cupom de índices de preços	5.957	7.804
Cupons de taxas de juros	0,00	0,00
Operações sujeitas à variação do preço de commodities	854	361
Operações sujeitas à variação do preço de ações	355	239
Operações sujeitas ao risco das exposições em ouro, em moeda estrangeira e à variação cambial	2.019	1.217
Piso de Ativos Ponderados de Risco de Mercado com Base no Modelo Padronizado	25.015	26.314
Ativos Ponderados de Risco de Mercado calculados através de modelos internos (b)	18.593	32.915
Redução de Ativos Ponderados de Risco de Mercado devido aos modelos internos	(6.254)	-
Ativos Ponderados de Risco de Mercado (RWA_{MINT}) - máximo entre (a) e (b)	25.015	32.915

(1) Ativos ponderados de risco de mercado calculados a partir de modelos internos, com possibilidade máxima de economia de 20% do modelo padrão.

Em 30 de junho de 2018, o RWAMINT totalizou R\$ 25.015, que corresponde ao capital apurado através de 80% do RWAMPAD, superior à necessidade de capital apurada por modelos internos, que totalizou R\$ 18.593.

A seguir, apresenta-se a abertura dos ativos ponderados de risco de operacional (RWA_{OPAD}):

	30/06/2018	31/12/2017
Ativos Ponderados de Risco Operacional (RWA_{OPAD})	70.467	63.277
Varejo	12.789	11.870
Comercial	26.375	24.857
Finanças Corporativas	2.799	2.663
Negociação e Vendas	10.014	7.434
Pagamentos e Liquidações	8.196	7.532
Serviços de Agente Financeiro	4.279	3.892
Administração de Ativos	5.994	5.010
Corretagem de Varejo	21	18

f) Avaliação da Adequação de Capital

Para avaliar sua suficiência de capital, anualmente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adota o fluxo apresentado a seguir:

- Identificação dos riscos aos quais a instituição está exposta e análise de sua materialidade;
- Avaliação da necessidade de capital para os riscos materiais;
- Desenvolvimento de metodologias para quantificação de capital adicional;
- Quantificação de capital e avaliação interna de adequação de capital;
- Plano de Capital e Contingência;
- Envio de relatório de adequação de capital ao BACEN.

Adotando uma postura prospectiva no gerenciamento do seu capital, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING implantou sua estrutura de gerenciamento de capital e seu ICAAP, atendendo, dessa forma, à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) 4.557, à Circular BACEN 3.846 e à Carta-Circular BACEN 3.841.

O resultado do último ICAAP – realizado para data-base Dezembro de 2017 - apontou que o ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe, além de capital para fazer face a todos os riscos materiais, de significativa folga de capital, garantindo assim a solidez patrimonial da instituição.

g) Suficiência de Capital

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio do processo de ICAAP, avalia a suficiência de capital para fazer frente aos seus riscos, representados pelo capital regulatório de risco de crédito, mercado e operacional e pelo capital necessário para cobertura dos demais riscos.

Visando a garantir a solidez do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e a disponibilidade de capital para suportar o crescimento dos negócios, os níveis de PR foram mantidos acima do necessário para fazer frente aos riscos, conforme evidenciado pelos índices de Capital Principal, de Nível I e de Basileia.

Composição do Patrimônio de Referência (PR)	30/06/2018	31/12/2017
Nível I	118.203	122.453
Capital Principal	110.457	122.396
Capital Complementar	7.746	57
Nível II	15.869	19.799
Exclusões	-	-
Patrimônio de Referência	134.072	142.252
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	67.338	69.995
Folga em relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	66.734	72.257
Valor Requerido de Adicional de Capital Principal (ACP_{Requerido})	18.543	11.351
Montante do PR apurado para cobertura do risco de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN)	2.388	2.470

A tabela a seguir apresenta os valores do Índice de Basileia e de Imobilização:

	30/06/2018	31/12/2017
Índice de Basileia	17,2%	18,8%
Nível I	15,1%	16,2%
Capital Principal	14,1%	16,2%
Capital Complementar	1,0%	0,0%
Nível II	2,0%	2,6%
Índice de Imobilização	21,4%	23,9%
Folga de Imobilização	38.332	37.101

h) Teste de Estresse

O teste de estresse é um processo de simulação de condições econômicas e de mercado extremas nos resultados e capital da instituição. A instituição realiza este teste desde 2010 com o objetivo de avaliar a sua solvência em cenários plausíveis de crise sistêmica, bem como de identificar áreas mais suscetíveis ao impacto do estresse que possam ser objeto de mitigação de risco.

Para a realização do teste, a estimação das variáveis macroeconômicas para cada cenário de estresse é realizada pela área de pesquisa econômica. Os cenários são definidos levando em conta sua relevância para o resultado do banco, e a probabilidade de ocorrência, e são submetidos anualmente à aprovação do Conselho de Administração.

As projeções das variáveis macroeconômicas (como por exemplo, PIB, taxa básica de juros e inflação) e do mercado de crédito (como captações, concessões, taxas de inadimplência, *spread* e tarifas) são geradas a partir de choques exógenos ou através de modelos validados por uma área independente.

Estas projeções então sensibilizam o resultado e o balanço orçados, que então alteram os ativos ponderados ao risco e os índices de capital e de liquidez.

O teste de estresse também é parte integrante do ICAAP, com o principal objetivo de avaliar se, mesmo em situações severamente adversas, a instituição teria níveis adequados de capital, não impactando o desenvolvimento de suas atividades.

Essas informações permitem a identificação de potenciais fatores de risco nos negócios, subsidiando decisões estratégicas do Conselho de Administração, o processo orçamentário e o processo de gerenciamento de riscos, além de servirem de insumo para métricas de apetite de risco.

Nota 34 – Informações por Segmento

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING é uma instituição bancária que oferece a seus clientes uma diversificada gama de produtos e serviços financeiros.

Os atuais segmentos de negócio do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são os descritos abaixo:

- **Banco de Varejo**

O resultado do segmento Banco de Varejo decorre da oferta de produtos e serviços bancários a uma base diversificada de clientes correntistas e não correntistas, pessoas físicas e jurídicas. O segmento engloba os clientes de varejo, clientes de alta renda (Itaú Uniclass e Personnalité) e o segmento empresas (micro e pequenas empresas). Este segmento inclui os financiamentos e a oferta de crédito realizados fora da rede de agências, a oferta de cartões de crédito, além das operações do Itaú Consignado.

- **Banco de Atacado**

O resultado do segmento Banco de Atacado decorre dos produtos e serviços oferecidos às médias empresas, aos clientes com elevado patrimônio financeiro (Private Bank), das atividades das unidades da América Latina e das atividades do Itaú BBA, unidade responsável pelas operações comerciais com grandes empresas e pela atuação como Banco de Investimento.

- **Atividades com Mercado + Corporação**

Este segmento apresenta o resultado decorrente do excesso de capital, do excesso de dívida subordinada e do carregamento do saldo líquido dos créditos e passivos tributários. Evidencia, ainda, a margem financeira com o mercado, o custo da operação da Tesouraria, o resultado de equivalência patrimonial das empresas que não estão associadas a cada um dos segmentos e à participação na Porto Seguro.

Base de Apresentação das Informações por Segmento

As informações por segmento foram elaboradas com base em relatórios usados pela alta administração (Comitê Executivo) para avaliar o desempenho dos segmentos e tomar decisões quanto à alocação de recursos para investimento e demais propósitos.

A alta administração (Comitê Executivo) do ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza uma variedade de informações para fins gerenciais, inclusive informações financeiras e não financeiras que se valem de bases diversas daquelas informações preparadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil. O principal indicador utilizado para acompanhamento de performance dos negócios é o Lucro Líquido Recorrente bem como o Retorno sobre o Capital Econômico alocado para cada segmento do negócio.

As informações por segmento foram preparadas segundo as políticas contábeis adotadas no Brasil e sofreram as modificações e ajustes descritos abaixo:

- **Capital Alocado e Alíquota de Imposto de Renda**

A partir da demonstração de resultado gerencial, a preparação da informação por segmento considera a aplicação dos seguintes critérios:

Capital Alocado: Os impactos associados à alocação de capital estão considerados nas informações financeiras. Para tanto, foram feitos ajustes nas demonstrações contábeis, tendo como base um modelo proprietário. Foi adotado o modelo de Capital Econômico Alocado (CEA) para as demonstrações contábeis por segmento e a partir de 2015, alteramos a metodologia de cálculo. O CEA considera, além do capital alocado nível I os efeitos do cálculo da perda esperada de créditos, complementar ao exigido pelo Banco Central do Brasil pela Circular nº 2.682/99 do CMN. Dessa forma, o Capital Alocado incorpora os seguintes componentes: risco de crédito (incluindo perda esperada), risco operacional, risco de mercado e risco de subscrição de seguros. Com base na parcela de capital alocado nível I, determinamos o Retorno sobre o Capital Econômico Alocado, que corresponde a um indicador de performance operacional consistentemente ajustado ao capital necessário para dar suporte ao risco das posições patrimoniais assumidas, em conformidade com o apetite de risco da instituição.

Alíquota de Imposto de Renda: É considerada a alíquota total do imposto de renda, líquida do impacto fiscal do pagamento dos Juros sobre o Capital Próprio (JCP), para os segmentos Banco de Varejo, Banco de Atacado e Atividades com Mercado. A diferença entre o valor do imposto de renda calculado por segmento e o valor do imposto de renda efetivo, indicado na demonstração contábil consolidada, é alocada na coluna Atividades com Mercado + Corporação.

• Reclassificações e Aplicações de Critérios Gerenciais

A demonstração de resultado gerencial foi utilizada para a preparação da informação por segmento. Essa demonstração foi obtida tendo como base a demonstração de resultado contábil ajustada pelo impacto dos eventos não recorrentes e reclassificações gerenciais no resultado.

Abaixo são descritas as principais reclassificações entre o resultado contábil e o gerencial:

Produto Bancário: O produto bancário considera em cada operação o custo de oportunidade. As demonstrações contábeis foram ajustadas para que o patrimônio líquido contábil fosse substituído por *funding* a preços de mercado. Posteriormente, as demonstrações contábeis foram ajustadas para incorporar as receitas vinculadas ao capital alocado a cada segmento. O custo das dívidas subordinadas e a respectiva remuneração a preços de mercado foram proporcionalmente alocados aos segmentos, de acordo com o capital econômico alocado.

Efeitos Fiscais do Hedge: Foram ajustados os efeitos fiscais do *hedge* dos investimentos no exterior – originalmente contabilizados nas linhas de despesas tributárias (PIS e COFINS) e de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – que são reclassificados para a margem. A estratégia de gestão do risco cambial do capital investido no exterior tem por objetivo não permitir efeitos decorrentes de variação cambial no resultado. Para que seja alcançada essa finalidade, o risco cambial é neutralizado e os investimentos são remunerados em reais, por meio da utilização de instrumentos financeiros derivativos. A estratégia de *hedge* dos investimentos no exterior também considera o impacto de todos os efeitos fiscais incidentes.

Seguros: As receitas e despesas do negócio de seguros foram concentradas no Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização. As principais reclassificações de receitas referem-se às margens financeiras obtidas com as reservas técnicas de seguros, previdência e capitalização além da receita de administração de recursos de previdência.

Demais Reclassificações: As Outras Receitas, Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas, Resultado não Operacional, Participação no Lucro de administradores e as despesas do programa de recompensa de cartão de crédito foram reclassificados para as linhas que representam a forma como a instituição gere seus negócios, permitindo maior compreensão na análise de desempenho. Dessa forma, por exemplo, o resultado de equivalência patrimonial do investimento no Banco CSF S.A. (“Banco Carrefour”) foi reclassificado para a linha de margem financeira.

Na coluna de ajustes são apresentados os efeitos das diferenças existentes entre as políticas contábeis utilizadas na apresentação de informações por segmentos - que estão basicamente de acordo com as práticas contábeis adotadas por instituições financeiras no Brasil, salvo os ajustes descritos acima - e os princípios aplicados na preparação das Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS. Os principais ajustes são:

- Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável da IFRS 9 são baseados em um modelo de perda de crédito esperada, substituindo o modelo de perda incorrida da IAS 39;
- Ajuste a valor justo devido às reclassificações de ativos financeiros entre as categorias de mensuração ao valor justo e ao custo amortizado em decorrência do novo conceito de modelos de negócios adotado para classificação de ativos financeiros, conforme determinações da IFRS 9;
- Modificações, referem-se a ativos financeiros modificados e não baixados, os quais tiveram seu saldo recalculado de acordo com os requerimentos da IFRS 9;
- Taxa efetiva de juros, os ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros, apropriando as receitas e os custos diretamente atribuíveis à sua aquisição, emissão ou alienação pelo prazo da operação nas normas adotadas no Brasil o reconhecimento das despesas e das receitas de tarifa ocorre no momento da contratação destas operações;
- Combinação de Negócios é contabilizada pelo método da compra no IFRS (IFRS 3), no qual o preço de compra é alocado entre os ativos e passivos da empresa adquirida e o montante, se houver, não passível de alocação é reconhecido como ágio, não sendo amortizado, mas sujeito a teste de impairment.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Em 01/04 a 30/06/2018
(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

Demonstração Consolidada do Resultado	Banco de Varejo	Banco de Atacado	Atividade com Mercado + Corporação	ITAÚ UNIBANCO	Ajustes	Consolidado IFRS
Produto Bancário	18.111	7.454	2.455	28.020	(6.844)	21.176
Margem Financeira ⁽¹⁾	10.072	4.821	2.402	17.295	(6.550)	10.745
Receita de Prestação de Serviços	6.236	2.470	20	8.726	357	9.083
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	1.803	163	33	1.999	(899)	1.100
Outras Receitas	-	-	-	-	248	248
Custo do Crédito e Sinistros	(3.428)	(508)	1	(3.935)	171	(3.764)
Perda Esperada com Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	(3.483)	(789)	1	(4.271)	842	(3.429)
Impairment	-	(1)	-	(1)	1	-
Descontos Concedidos	(254)	(19)	-	(273)	273	-
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	626	319	-	945	(945)	-
Despesas com Sinistros / Recuperação de Sinistros com Resseguros	(317)	(18)	-	(335)	-	(335)
Margem Operacional	14.683	6.946	2.456	24.085	(6.673)	17.412
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(10.025)	(3.754)	(155)	(13.934)	(1.103)	(15.037)
Despesas Não Decorrentes de Juros ⁽²⁾	(8.841)	(3.407)	(32)	(12.280)	(1.780)	(14.060)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	(1.184)	(347)	(123)	(1.654)	514	(1.140)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	-	-	-	163	163
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	4.658	3.192	2.301	10.151	(7.776)	2.375
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.747)	(996)	(753)	(3.496)	7.015	3.519
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	(43)	(222)	(8)	(273)	119	(154)
Lucro Líquido	2.868	1.974	1.540	6.382	(642)	5.740

⁽¹⁾ Inclui receita e despesa de juros e rendimentos R\$ 16.094, receita de dividendos R\$ 163, ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos R\$ (7.103) e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R\$ 1.591.

⁽²⁾ Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R\$ 387, de amortização de R\$ 433 e despesas de comercialização de seguros de R\$ 46.

Ativo Total (1) - 30/06/2018	976.868	633.344	113.140	1.542.683	(73.588)	1.469.095
Passivo Total - 30/06/2018	940.161	570.262	77.932	1.407.686	(79.366)	1.328.320
⁽¹⁾ Inclui:						
Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	1.171	-	3.886	5.057	(19)	5.038
Ágio	1.370	7.326	-	8.696	2.716	11.412
Imobilizado, Líquido	5.419	861	-	6.280	822	7.102
Intangível, Líquido	6.398	1.252	-	7.650	1.006	8.656

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Em 01/04 a 30/06/2017
(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

Demonstração Consolidada do Resultado	Banco de Varejo	Banco de Atacado	Atividade com Mercado + Corporação	ITAÚ UNIBANCO	Ajustes	Consolidado IFRS
Produto Bancário	17.217	7.309	2.679	27.205	(630)	26.575
Margem Financeira ⁽¹⁾	9.684	5.065	2.636	17.385	(843)	16.542
Receita de Prestação de Serviços	5.870	2.159	8	8.037	402	8.439
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	1.663	85	35	1.783	(496)	1.287
Outras Receitas	-	-	-	-	307	307
Custo do Crédito e Sinistros	(3.478)	(1.255)	(1)	(4.734)	50	(4.684)
Perda Esperada com Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	(3.732)	(1.215)	(1)	(4.948)	525	(4.423)
Impairment	-	(105)	-	(105)	105	-
Descontos Concedidos	(200)	(54)	-	(254)	254	-
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	703	131	-	834	(834)	-
Despesas com Sinistros / Recuperação de Sinistros com Resseguros	(249)	(12)	-	(261)	-	(261)
Margem Operacional	13.739	6.054	2.678	22.471	(580)	21.891
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(9.342)	(3.516)	(360)	(13.218)	(1.106)	(14.324)
Despesas Não Decorrentes de Juros ⁽²⁾	(8.264)	(3.206)	(142)	(11.612)	(1.301)	(12.913)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	(1.078)	(310)	(218)	(1.606)	68	(1.538)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	-	-	-	127	127
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	4.397	2.538	2.318	9.253	(1.686)	7.567
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.599)	(729)	(565)	(2.893)	1.975	(918)
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	(44)	(142)	(5)	(191)	(127)	(318)
Lucro Líquido	2.754	1.667	1.748	6.169	162	6.331

⁽¹⁾ Inclui receita e despesa de juros e rendimentos R\$ 17,062, receita de dividendos R\$ 170, ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos R\$ (364) e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R\$ (326).

⁽²⁾ Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R\$ 394, de amortização de R\$ 348 e despesas de comercialização de seguros de R\$ 74.

Ativo Total (1) - 01/01/2017	909.779	585.088	116.401	1.427.084	(75.770)	1.351.314
Passivo Total - 01/01/2017	877.792	525.390	80.810	1.299.869	(80.939)	1.218.930

⁽¹⁾ Inclui:

Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	1.325	-	3.106	4.431	642	5.073
Ágio	1.398	6.171	-	7.569	2.106	9.675
Imobilizado, Líquido	5.635	1.177	-	6.812	1.230	8.042
Intangível, Líquido	6.559	1.105	-	7.664	(283)	7.381

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Em 01/01 a 30/06/2018
(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

Demonstração Consolidada do Resultado	Banco de Varejo	Banco de Atacado	Atividade com Mercado + Corporação	ITAÚ UNIBANCO	Ajustes	Consolidado IFRS
Produto Bancário	35.804	14.275	5.367	55.446	(6.861)	48.585
Margem Financeira ⁽¹⁾	19.788	9.252	5.253	34.293	(6.664)	27.629
Receita de Prestação de Serviços	12.471	4.743	41	17.255	725	17.980
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	3.545	280	73	3.898	(1.625)	2.273
Outras Receitas	-	-	-	-	703	703
Custo do Crédito e Sinistros	(6.468)	(1.534)	-	(8.002)	861	(7.141)
Perda Esperada com Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	(6.647)	(1.735)	-	(8.382)	1.855	(6.527)
Impairment	-	(188)	-	(188)	188	-
Descontos Concedidos	(529)	(29)	-	(558)	558	-
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	1.285	455	-	1.740	(1.740)	-
Despesas com Sinistros / Recuperação de Sinistros com Resseguros	(577)	(37)	-	(614)	-	(614)
Margem Operacional	29.336	12.741	5.367	47.444	(6.000)	41.444
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(19.539)	(7.411)	(367)	(27.317)	(2.189)	(29.506)
Despesas Não Decorrentes de Juros ⁽²⁾	(17.164)	(6.748)	(63)	(23.975)	(2.889)	(26.864)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	(2.375)	(663)	(304)	(3.342)	410	(2.932)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	-	-	-	290	290
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	9.797	5.330	5.000	20.127	(8.189)	11.938
Imposto de Renda e Contribuição Social	(3.669)	(1.584)	(1.704)	(6.957)	7.470	513
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	(87)	(265)	(17)	(369)	47	(322)
Lucro Líquido	6.041	3.481	3.279	12.801	(672)	12.129

⁽¹⁾ Inclui receita e despesa de juros e rendimentos R\$ 31.888, receita de dividendos R\$ 197, ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos R\$ (5.902) e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R\$ 1.446.

⁽²⁾ Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R\$ 773, de amortização de R\$ 849 e despesas de comercialização de seguros de R\$ 95.

Ativo Total (1) - 30/06/2018	976.868	633.344	113.140	1.542.683	(73.588)	1.469.095
Passivo Total - 30/06/2018	940.161	570.262	77.932	1.407.686	(79.366)	1.328.320
⁽¹⁾ Inclui:						
Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	1.171	-	3.886	5.057	(19)	5.038
Ágio	1.370	7.326	-	8.696	2.716	11.412
Imobilizado, Líquido	5.419	861	-	6.280	822	7.102
Intangível, Líquido	6.398	1.252	-	7.650	1.006	8.656

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Em 01/01 a 30/06/2017
(Em milhões de Reais, exceto as informações por ação)

Demonstração Consolidada do Resultado	Banco de Varejo	Banco de Atacado	Atividade com Mercado + Corporação	ITAÚ UNIBANCO	Ajustes	Consolidado IFRS
Produto Bancário	34.705	14.534	5.232	54.471	2.435	56.906
Margem Financeira ⁽¹⁾	19.529	10.110	5.161	34.800	1.979	36.779
Receita de Prestação de Serviços	11.616	4.245	20	15.881	830	16.711
Resultado de Operações de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	3.560	179	51	3.790	(1.094)	2.696
Outras Receitas	-	-	-	-	720	720
Custo do Crédito e Sinistros	(6.853)	(3.483)	(1)	(10.337)	(907)	(11.244)
Perda Esperada com Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	(7.281)	(3.058)	(1)	(10.340)	(322)	(10.662)
Impairment	-	(550)	-	(550)	550	-
Descontos Concedidos	(409)	(138)	-	(547)	547	-
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	1.393	289	-	1.682	(1.682)	-
Despesas com Sinistros / Recuperação de Sinistros com Resseguros	(556)	(26)	-	(582)	-	(582)
Margem Operacional	27.852	11.051	5.231	44.134	1.528	45.662
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	(18.144)	(6.988)	(780)	(25.912)	(2.674)	(28.586)
Despesas Não Decorrentes de Juros ⁽²⁾	(15.982)	(6.359)	(361)	(22.702)	(2.710)	(25.412)
Despesas Tributárias de ISS, PIS, COFINS e Outras	(2.162)	(629)	(419)	(3.210)	(239)	(3.449)
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	-	-	-	-	275	275
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	9.708	4.063	4.451	18.222	(1.146)	17.076
Imposto de Renda e Contribuição Social	(3.577)	(1.074)	(1.008)	(5.659)	1.238	(4.421)
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	(95)	(114)	(9)	(218)	(43)	(261)
Lucro Líquido	6.036	2.875	3.434	12.345	49	12.394

⁽¹⁾ Inclui receita e despesa de juros e rendimentos R\$ 33.160, receita de dividendos R\$ 175, ganho (perda) líquido com investimentos em títulos e derivativos R\$ 3.218 e resultado de operações de câmbio e Variação Cambial de transações no exterior R\$ 226.

⁽²⁾ Referem-se as despesas gerais e administrativas que incluem despesas de depreciação de R\$ 784, de amortização de R\$ 704 e despesas de comercialização de seguros de R\$ 178.

Ativo Total (1) - 01/01/2017	909.779	585.088	116.401	1.427.084	(75.770)	1.351.314
Passivo Total - 01/01/2017	877.792	525.390	80.810	1.299.869	(80.939)	1.218.930

⁽¹⁾ Inclui:

Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	1.325	-	3.106	4.431	642	5.073
Ágio	1.398	6.171	-	7.569	2.106	9.675
Imobilizado, Líquido	5.635	1.177	-	6.812	1.230	8.042
Intangível, Líquido	6.559	1.105	-	7.664	(283)	7.381

O Consolidado não representa a soma das partes porque existem operações entre as empresas que foram eliminadas apenas no Consolidado. Os segmentos são avaliados pela alta administração, líquidos das receitas e despesas entre partes relacionadas.

Abaixo seguem informações do resultado dos principais serviços e produtos e dos ativos não correntes por área geográfica:

	01/01 a 30/06/2018			01/01 a 30/06/2017		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Receitas da Intermediação Financeira ^{(1) (2)}	48.567	12.370	60.937	70.997	9.433	80.430
Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização	2.192	81	2.273	2.635	61	2.696
Receita de Prestação de Serviços	16.249	1.731	17.980	15.217	1.494	16.711
Ativos não Correntes ⁽³⁾	12.060	3.698	15.758	13.299	2.124	15.423

(1) Inclui Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ajuste ao Valor Justo de Ativos e Passivos Financeiros e Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior.

(2) O ITAÚ UNIBANCO HOLDING não tem clientes que representem 10% ou mais das receitas.

(3) Os valores comparativos referem-se à 01/01/2017.

Nota 35 – Partes Relacionadas

- a) As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas incluídas na consolidação (Nota 2.4a) foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- O Itaú Unibanco Participações S.A. (IUPAR), Companhia E. Johnston de Participações S.A. (Acionista da IUPAR) e a ITAÚSA, acionistas diretos e indiretos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- As controladas e controladas em conjunto não financeiras da ITAÚSA, destacando-se: Itaútec S.A., Duratex S.A., Itaúsa Empreendimentos S.A. e Alpargatas S.A.;
- A Fundação Itaú Unibanco – Previdência Complementar e o FUNBEP – Fundo de Pensão Multipatrocinado, entidades fechadas de previdência complementar que administram planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- A Fundação Itaú Social, o Instituto Itaú Cultural, o Instituto Unibanco, Instituto Unibanco de Cinema, Associação Itaú Viver Mais e a Associação Cubo Coworking Itaú, entidades mantidas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING para atuação nas suas respectivas áreas de interesse; e
- Os investimentos na Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. e BSF Holding S.A.

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING						
Taxa Anual	Ativo / (Passivo)		Receitas / (Despesas)			
	30/06/2018	31/12/2017	01/04 a 30/06/2018	01/04 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Operações de Crédito	69	96	5	-	6	-
Alpargatas S.A.	69	96	5	-	6	-
Captações no Mercado Aberto	(38)	(48)	(2)	(1)	(2)	(3)
Duratex S.A.	(19)	(22)	(1)	-	(1)	(1)
Elekeiroz S.A.	-	(5)	-	-	-	-
Itautec S.A.	-	(2)	-	-	-	-
Olimpia Promoção e Serviços S.A.	(2)	(7)	(1)	(1)	(1)	(1)
Conectcar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	-	-	-	(1)	-	(1)
Alpargatas S.A.	(5)	-	-	-	-	-
Outras	(12)	(12)	-	1	-	-
Valores a Receber (Pagar) Sociedades Ligadas / Receitas (Despesas) Prestação de Serviços	(111)	(108)	(6)	7	5	18
Itaúsa Investimentos Itaú S.A.	-	-	1	1	2	2
Itaúsa Empreendimentos S.A.	(3)	-	(16)	-	(16)	-
Olimpia Promoção e Serviços S.A.	(2)	(2)	(7)	(7)	(12)	(12)
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar	(106)	(106)	13	11	25	23
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado	-	-	1	1	3	3
Outras	-	-	2	1	3	2
Receitas (Despesas) com Aluguéis	-	-	(14)	(14)	(26)	(30)
Itaúsa Investimentos Itaú S.A.	-	-	-	(1)	(1)	(2)
Fundação Itaú Unibanco - Previdência Complementar	-	-	(12)	(12)	(21)	(24)
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado	-	-	(2)	(3)	(4)	(6)
Outras	-	-	-	2	-	2
Despesas com Doações	-	-	(39)	(21)	(83)	(59)
Instituto Itaú Cultural	-	-	(38)	(20)	(63)	(48)
Associação Cubo Coworking Itaú	-	-	-	-	(19)	(10)
Associação Itaú Viver Mais	-	-	(1)	(1)	(1)	(1)

Conforme as normas vigentes, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos a:

- quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que controlem a Instituição ou qualquer entidade sob controle comum com a instituição, ou qualquer diretor, conselheiro, membro do conselho fiscal ou membros da família imediata de tais pessoas físicas;
- qualquer entidade controlada pela Instituição; ou
- qualquer entidade da qual o banco detenha, direta ou indiretamente, 10% ou mais do capital social.

Dessa forma, não são efetuados empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, diretores executivos, membros do Conselho de Administração ou seus familiares.

b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Os honorários atribuídos no período aos Administradores e membros do Comitê de Auditoria do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são compostos conforme segue:

	01/04 a 30/06/2018	01/04 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Remuneração	118	97	258	210
Conselho de Administração	9	15	21	20
Administradores	109	82	237	190
Participações no Lucro	60	59	104	98
Conselho de Administração	-	-	3	1
Administradores	60	59	101	97
Contribuições aos Planos de Aposentadoria - Administradores	2	1	5	6
Plano de Pagamento em Ações - Administradores	71	36	103	91
Total	251	193	470	405

Risco de Crédito

1. Mensuração do Risco de Crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING entende o risco de crédito como o risco de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contrato de crédito em consequência da deterioração na classificação de risco do tomador, do emissor ou da contraparte, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas em renegociações posteriores e dos custos de recuperação.

Há uma estrutura de gestão e controle do risco de crédito, centralizada e independente das unidades de negócio, que estabelece limites e mecanismos de mitigação de risco, além de estabelecer processos e instrumentos para medir, monitorar e controlar o risco de crédito inerente a todos os produtos, as concentrações de carteira e os impactos de potenciais mudanças no ambiente econômico.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING estabelece sua política de crédito baseando-se em critérios internos como classificação de clientes, desempenho e evolução da carteira, níveis de inadimplência, taxas de retorno e capital econômico alocado, entre outros, considerando também fatores externos, como taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação, variação do consumo, entre outros.

O monitoramento contínuo do grau de concentração das carteiras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, avaliando os setores de atividade econômica e maiores devedores, possibilita a tomada de medidas preventivas, de modo a evitar que os limites estabelecidos sejam violados.

Para pessoas físicas, pequenas e médias empresas, a classificação de crédito é atribuída com base em modelos estatísticos de *application* (nos estágios iniciais da relação com o cliente) e *behaviour score* (usado para os clientes com os quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING já tem uma relação).

Para grandes empresas, a classificação baseia-se em informações tais como a situação econômico-financeira da contraparte, sua capacidade de geração de caixa, o grupo econômico a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua. As propostas de crédito são analisadas caso a caso, utilizando um mecanismo de alçadas.

Atendendo a Resolução CMN 3.721, o documento “Relatório de Acesso Público – Risco de Crédito”, que expressa as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de crédito, pode ser visualizado no site www.italu.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas.

2. Gerenciamento de Risco de Crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING controla rigorosamente a exposição a crédito de clientes e contrapartes, atuando para reverter eventuais situações em que a exposição observada exceda o desejado. Nesse sentido, pode ser adotada uma série de medidas contratualmente previstas, tais como a liquidação antecipada e a requisição de garantias adicionais.

3. Garantias e Política de Mitigação do Risco de Crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza garantias para aumentar sua capacidade de recuperação em operações dotadas de risco de crédito. As garantias utilizadas podem ser fidejussórias, reais, estruturas jurídicas com poder de mitigação e acordos de compensação.

Gerencialmente, para que as garantias sejam consideradas como instrumentos mitigadores do risco de crédito, é necessário que cumpram as exigências e as determinações das normas que as regulam, sejam internas ou externas, e que sejam juridicamente exercíveis (eficazes), exequíveis e regularmente avaliadas.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza ainda derivativos de crédito, tais como CDS único-nome (*single name*), para mitigar o risco de crédito de suas carteiras de títulos. Estes instrumentos são apreçados com base em modelos que utilizam o preço justo de variáveis de mercado, tais como *spreads* de crédito, taxas de recuperação, correlações e taxas de juros.

4. Política de Provisionamento

A política de provisionamento adotada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING está alinhada com as diretrizes das IFRS. Desse modo, as provisões para perdas esperadas são constituídas considerando o risco esperado atrelado a contratos com características similares e antecipando-se a sinais de deterioração, tendo em vista um horizonte de perda adequado ao período restante da conclusão do contrato. Para contratos de produtos sem data de conclusão determinada, utiliza-se resultados médios de deterioração e inadimplência para determinação do horizonte de perda.

Considera-se a classificação entre estágios para determinar qualquer limitação ao horizonte de perda a ser avaliado.

As baixas a prejuízo ocorrem de acordo com a expectativa de recuperação de cada contrato.

5. Classificação dos Estágios de Deterioração de Crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING considera informações internas de clientes para fins de determinação de situação de crédito para os contratos da carteira. Além disso, modelos estatísticos, dias de atraso e análises qualitativas são utilizadas para a carteira de negócios.

A determinação de deterioração de crédito ocorre via utilização de *ratings* internos derivados das informações acima, sendo que as regras de mudança de estágio consideram limites inferiores e superiores de *ratings* (critérios quantitativos), além de variação relativa de notas de *rating* desde o reconhecimento inicial. Além disso, dias de atraso são fatores importantes para a classificação e são utilizados de forma absoluta.

Após determinada a situação de crédito do contrato, estabelece-se sua classificação em um dos três estágios de deterioração de crédito. A partir dessa classificação, são utilizadas regras de mensuração de perda esperada de crédito determinadas para cada estágio, conforme descrito na Nota 2.4e.

Para as carteiras de negócios Varejo e *middle* são classificados no estágio 2 os contratos com atraso superior a 30 dias, exceto o produto consignado para órgãos públicos, cujo reconhecimento é efetuado após 45 dias de atraso. Isto ocorre devido à dinâmica do produto. Para a carteira de negócios do Atacado, a informação de atraso é considerada na avaliação do *rating*.

São considerados parâmetros de inadimplência: (i) 90 dias sem observação de pagamento⁽¹⁾; (ii) reestruturação de dívida; (iii) declaração de falência; (iv) prejuízo; e (v) recuperação judicial.

⁽¹⁾ Para a carteira de crédito imobiliário são considerados 180 dias sem observação de pagamento.

6. Cenários Econômicos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza-se de informações internas e externas que indiquem o nível de risco de clientes para que, por meio de modelos estatísticos, determinar a perda de crédito esperada para o contrato em horizonte de observação adequado, relacionado ao número de meses restantes para o fim do contrato e ao estágio em que é classificado. Além disso, informações de cenários econômicos e

informações públicas com projeções construídas internamente, são utilizadas para determinar e afetar a perda de crédito esperada, adequando patamares de perda às realidades macroeconômicas esperadas.

7. Exposição ao Risco de Crédito

	30/06/2018			31/12/2017		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Ativos Financeiros	967.900	301.305	1.269.205	967.703	263.711	1.231.414
Ao Custo Amortizado	698.993	237.313	936.306	702.672	203.057	905.729
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	6.500	17.237	23.737	6.367	22.681	29.048
Aplicações no Mercado Aberto	253.576	1.121	254.697	243.917	790	244.707
(-) Provisão para Perda Esperada Aplicações Interfinanceiras	(4)	-	(4)	(8)	-	(8)
Títulos e Valores Mobiliários	87.886	20.668	108.554	101.365	10.059	111.424
(-) Provisão para Perda Esperada Títulos	(5.566)	(10)	(5.576)	(5.176)	(6)	(5.182)
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro ^(*)	326.292	196.200	522.492	327.501	170.218	497.719
(-) Provisão para Perda Esperada Crédito	(22.580)	(7.967)	(30.547)	(25.081)	(6.466)	(31.547)
Outros Ativos Financeiros	52.889	10.064	62.953	53.787	5.781	59.568
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	11.888	40.844	52.732	14.722	37.427	52.149
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Patrimoniais	11.970	40.848	52.818	14.805	37.428	52.233
(-) Provisão para Perda Esperada Títulos	(82)	(4)	(86)	(83)	(1)	(84)
Ao Valor Justo por meio do Resultado	257.019	20.835	277.854	250.309	21.481	271.790
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Patrimoniais	244.163	5.971	250.134	238.200	10.747	248.947
Derivativos	12.856	14.864	27.720	12.109	10.734	22.843
Ao Valor Justo Designado por meio do Resultado	-	2.313	2.313	-	1.746	1.746
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Patrimoniais	-	2.313	2.313	-	1.746	1.746
Off Balance	299.887	49.309	349.196	280.032	43.797	323.829
Garantias Financeiras Prestadas	58.213	11.907	70.120	60.062	10.427	70.489
Cartas de Crédito a Liberar	10.305	-	10.305	9.214	-	9.214
Compromissos a Liberar	231.369	37.402	268.771	210.756	33.370	244.126
Crédito Imobiliário	2.567	-	2.567	3.218	-	3.218
Cheque Especial	100.531	-	100.531	93.284	-	93.284
Cartão de Crédito	122.785	2.972	125.757	109.196	2.679	111.875
Outros Limites Pré-Aprovados	5.486	34.430	39.916	5.058	30.691	35.749
Provisão para Perda Esperada do Passivo Financeiro	4.559	468	5.027	4.513	409	4.922
Compromissos a Liberar	2.815	345	3.160	2.681	334	3.015
Garantias Financeiras Prestadas	1.744	123	1.867	1.832	75	1.907
Total	1.263.228	350.146	1.613.374	1.243.222	307.099	1.550.321

(*) Na composição do saldo há operações que foram designadas ao Valor Justo por Meio do Resultado, no valor de R\$ 644 (R\$ 102 em 31/12/2017).

A tabela apresenta a exposição máxima em 30/06/2018 e 31/12/2017, sem considerar qualquer garantia recebida ou outras melhorias de crédito agregadas.

Para os ativos registrados no Balanço Patrimonial, as exposições descritas são baseadas em valores contábeis líquidos. Esta análise somente inclui os ativos financeiros sujeitos ao risco de crédito. Eles excluem ativos não financeiros.

Os valores contratuais de garantias financeiras e de cartas de crédito representam o potencial máximo de risco de crédito caso a contraparte não cumpra com os termos do contrato. A grande maioria dos compromissos de empréstimos (crédito imobiliário, conta garantida e outros limites pré-aprovados) vence sem ser sacado, já que a sua renovação é mensal e temos poder de efetuar o cancelamento a qualquer momento. Conseqüentemente, o valor contratual não representa nossa real exposição futura ao risco de crédito e nem a necessidade de liquidez proveniente desses compromissos.

Como descrito no quadro anterior, a exposição mais significativa é derivada de Operações de Crédito, Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado, Aplicações no Mercado Aberto, além de Garantias Financeiras e Outros compromissos assumidos.

8 - Exposição Máxima dos Ativos Financeiros Segregados por Setor de Atividade

a) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

	30/06/2018	%	31/12/2017	%
Setor Público	2.658	0,5	2.372	0,5
Indústria e Comércio	113.168	21,7	107.201	21,5
Serviços	119.976	23,0	114.332	23,0
Setor Primário	24.298	4,6	23.032	4,6
Outros Setores	3.993	0,8	3.643	0,7
Pessoa Física	258.399	49,4	247.139	49,7
Total	522.492	100,0	497.719	100,0

- b) Os riscos de créditos dos *Off Balance* (Garantias Financeiras Prestadas, Cartas de Crédito e Compromissos a Liberar) não são categorizados e nem gerenciados por setor de atividade.

c) Demais Ativos Financeiros (*)

	30/06/2018	%	31/12/2017	%
Setor Primário	3.793	0,5	2.751	0,4
Setor Público	328.409	45,9	327.932	46,5
Indústria e Comércio	11.828	1,7	11.212	1,6
Serviços	84.949	11,9	84.191	11,9
Outros Setores	6.251	0,9	5.287	0,7
Pessoa Física	647	0,1	554	0,1
Financeiras	278.430	39,0	273.747	38,8
Total	714.307	100,0	705.674	100,0

(*) Inclui Ativos Financeiros ao valor Justo por meio do Resultado, Derivativos, Ativos Designados ao Valor Justo por meio do Resultado, Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes, Ativos Financeiros ao Custo Amortizado, Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto.

8.1 Exposição ao Risco de Crédito

a) Exposição máxima das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro

A tabela a seguir apresenta a exposição máxima dos ativos financeiros segregados por tipo e pela classificação de risco de crédito.

30/06/2018																
Estágio 1					Estágio 2				Estágio 3				Total Consolidado dos 3 Estágios			
	Operações de Crédito	Compromissos a Liberar	Garantias Financeiras Prestadas	Total	Operações de Crédito	Compromissos a Liberar	Garantias Financeiras Prestadas	Total	Operações de Crédito	Compromissos a Liberar	Garantias Financeiras Prestadas	Total	Operações de Crédito (*)	Compromissos a Liberar	Garantias Financeiras Prestadas	Total
Pessoas Físicas	165.138	175.941	1.039	342.118	13.844	4.791	-	18.635	17.599	747	-	18.346	196.581	181.479	1.039	379.099
Cartão de Crédito	56.491	115.244	-	171.735	6.236	3.826	-	10.062	4.252	664	-	4.916	66.979	119.734	-	186.713
Crédito Pessoal	14.424	60.679	1.039	76.142	3.542	961	-	4.503	10.817	83	-	10.900	28.783	61.723	1.039	91.545
Crédito Consignado	43.066	-	-	43.066	837	-	-	837	1.700	-	-	1.700	45.603	-	-	45.603
Veículos	13.144	-	-	13.144	1.018	-	-	1.018	535	-	-	535	14.697	-	-	14.697
Crédito Imobiliário	38.013	18	-	38.031	2.211	4	-	2.215	295	-	-	295	40.519	22	-	40.541
Grandes Empresas	92.296	17.450	49.606	159.352	3.932	157	1.732	5.821	10.905	296	4.380	15.581	107.133	17.903	55.718	180.754
Micro / Pequenas e Médias Empresas	51.106	34.511	2.369	87.986	6.363	1.693	66	8.122	6.425	213	60	6.698	63.894	36.417	2.495	102.806
Unidades Externas América Latina	131.136	28.894	10.479	170.509	17.315	3.991	365	21.671	6.433	87	24	6.544	154.884	32.972	10.868	198.724
Total	439.676	256.796	63.493	759.965	41.454	10.632	2.163	54.249	41.362	1.343	4.464	47.169	522.492	268.771	70.120	861.383
%	57,8%	33,8%	8,4%	100,0%	76,4%	19,6%	4,0%	100,0%	87,7%	2,8%	9,5%	100,0%	60,7%	31,2%	8,1%	100,0%

31/12/2017																
Estágio 1					Estágio 2				Estágio 3				Total Consolidado dos 3 Estágios			
	Operações de Crédito	Compromissos a Liberar	Garantias Financeiras Prestadas	Total	Operações de Crédito	Compromissos a Liberar	Garantias Financeiras Prestadas	Total	Operações de Crédito	Compromissos a Liberar	Garantias Financeiras Prestadas	Total	Operações de Crédito (*)	Compromissos a Liberar	Garantias Financeiras Prestadas	Total
Pessoas Físicas	161.364	159.533	1.016	321.913	13.032	4.420	-	17.452	18.989	776	-	19.765	193.385	164.729	1.016	359.130
Cartão de Crédito	57.073	102.180	-	159.253	6.027	3.353	-	9.380	4.313	697	-	5.010	67.413	106.230	-	173.643
Crédito Pessoal	12.290	57.339	1.016	70.645	3.108	1.065	-	4.173	11.897	79	-	11.976	27.295	58.483	1.016	86.794
Crédito Consignado	42.115	-	-	42.115	733	-	-	733	1.868	-	-	1.868	44.716	-	-	44.716
Veículos	12.550	-	-	12.550	987	-	-	987	628	-	-	628	14.165	-	-	14.165
Crédito Imobiliário	37.336	14	-	37.350	2.177	2	-	2.179	283	-	-	283	39.796	16	-	39.812
Grandes Empresas	91.442	14.100	50.811	156.353	3.833	278	1.299	5.410	12.372	390	5.538	18.300	107.647	14.768	57.648	180.063
Micro / Pequenas e Médias Empresas	47.132	33.203	2.229	82.564	6.001	1.638	74	7.713	7.157	254	54	7.465	60.290	35.095	2.357	97.742
Unidades Externas América Latina	117.448	25.867	9.069	152.384	13.028	3.527	371	16.926	5.921	140	28	6.089	136.397	29.534	9.468	175.399
Total	417.386	232.703	63.125	713.214	35.894	9.863	1.744	47.501	44.439	1.560	5.620	51.619	497.719	244.126	70.489	812.334
%	58,5%	32,6%	8,9%	100,0%	75,6%	20,8%	3,7%	100,0%	86,1%	3,0%	10,9%	100,0%	61,3%	30,1%	8,7%	100,0%

(*) Na composição do saldo há operações que foram designadas ao Valor Justo por Meio do Resultado, no valor de R\$ 644 (R\$ 102 em 31/12/2017).

b) Exposição máxima dos demais ativos financeiros

30/06/2018							
	Valor Justo	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3	
		Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Fundos de investimento	2.482	2.308	2.286	-	-	914	196
Títulos públicos do governo brasileiro	260.843	261.232	260.658	247	185	-	-
Títulos da dívida externa do governo brasileiro	35.340	36.013	35.340	-	-	-	-
Outros Públicos	-	36	-	-	-	-	-
Títulos públicos - outros países	30.594	30.683	30.594	-	-	-	-
Argentina	501	484	501	-	-	-	-
Estados Unidos	2.124	2.148	2.124	-	-	-	-
México	2.736	2.736	2.736	-	-	-	-
Dinamarca	492	492	492	-	-	-	-
Espanha	3.082	3.082	3.082	-	-	-	-
Coréia	1.443	1.443	1.443	-	-	-	-
Chile	9.795	9.807	9.795	-	-	-	-
Paraguai	1.587	1.662	1.587	-	-	-	-
Uruguai	961	962	961	-	-	-	-
Colombia	7.861	7.855	7.861	-	-	-	-
Peru	12	12	12	-	-	-	-
Títulos de Dívida de Empresas	78.897	74.712	74.130	3.423	2.374	7.007	2.393
Ações Negociáveis	7.076	6.810	6.843	239	11	473	222
Cédula de Produtor Rural	3.827	3.616	3.609	-	-	412	218
Certificado de Recebíveis Imobiliários	12.639	11.571	11.559	113	109	2.383	971
Certificado de Depósito Bancário	1.459	1.459	1.459	-	-	-	-
Debêntures	23.819	21.294	20.782	2.861	2.072	3.714	965
Eurobonds e Assemelhados	6.851	6.818	6.739	117	112	-	-
Letras Financeiras	20.173	20.174	20.173	-	-	-	-
Notas Promissórias	1.266	1.232	1.232	18	17	25	17
Outros	1.787	1.738	1.734	75	53	-	-
Total	408.156	404.984	403.008	3.670	2.559	7.921	2.589

31/12/2017							
	Valor Justo	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3	
		Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Fundos de investimento	3.513	3.351	3.345	-	-	784	168
Títulos públicos do governo brasileiro	270.507	269.265	270.311	261	196	-	-
Títulos da dívida externa do governo brasileiro	26.818	26.370	26.818	-	-	-	-
Outros Públicos	-	36	-	-	-	-	-
Títulos públicos - outros países	28.902	28.914	28.902	-	-	-	-
Argentina	1.466	1.446	1.466	-	-	-	-
Estados Unidos	1.666	1.684	1.666	-	-	-	-
México	564	564	564	-	-	-	-
Dinamarca	1.951	1.951	1.951	-	-	-	-
Espanha	2.937	2.937	2.937	-	-	-	-
Coréia	1.944	1.944	1.944	-	-	-	-
Chile	9.761	9.765	9.761	-	-	-	-
Paraguai	1.807	1.922	1.807	-	-	-	-
Uruguai	828	824	828	-	-	-	-
Colômbia	5.945	5.844	5.945	-	-	-	-
Outros	33	33	33	-	-	-	-
Títulos de Dívida de Empresas	79.344	75.240	75.486	1.510	1.109	7.857	2.749
Ações Negociáveis	6.107	5.554	5.820	117	21	482	266
Cédula de Produtor Rural	2.739	2.518	2.511	-	-	381	228
Certificado de Recebíveis Imobiliários	13.577	12.492	12.501	64	59	3.062	1.017
Certificado de Depósito Bancário	1.150	1.150	1.150	-	-	-	-
Debêntures	23.758	21.584	21.569	1.255	969	3.892	1.220
Eurobonds e Assemelhados	6.192	6.195	6.192	-	-	-	-
Letras Financeiras	21.230	21.230	21.230	-	-	-	-
Notas Promissórias	3.614	3.597	3.596	-	-	40	18
Outros	977	920	917	74	60	-	-
Total	409.084	403.176	404.862	1.771	1.305	8.641	2.917

8.2 O quadro abaixo apresenta a carteira dos demais ativos financeiros, avaliados individualmente, classificados por nível de risco em:

30/06/2018							
Classificação Interna	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto	Ativos Financeiros Designados a Valor Justo por meio do Resultado	Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado - Designados a Valor Justo	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros – Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	Ativos Financeiros – Custo Amortizado	Total
Baixo	278.430	250.054	2.313	25.759	52.732	99.753	709.041
Médio	-	16	-	1.646	-	2.067	3.729
Alto	-	64	-	315	-	1.158	1.537
Total	278.430	250.134	2.313	27.720	52.732	102.978	714.307
%	39,0	35,0	0,3	3,9	7,4	14,4	100,0
31/12/2017							
Classificação Interna	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto	Ativos Financeiros Designados a Valor Justo por meio do Resultado	Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado - Designados a Valor Justo	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros – Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	Ativos Financeiros – Custo Amortizado	Total
Baixo	273.747	248.904	1.746	21.209	52.149	104.610	702.365
Médio	-	15	-	1.263	-	338	1.616
Alto	-	28	-	371	-	1.294	1.693
Total	273.747	248.947	1.746	22.843	52.149	106.242	705.674
%	38,8	35,3	0,2	3,2	7,4	15,1	100,0

8.3 Garantias de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro

Efeito financeiro da garantia	30/06/2018				31/12/2017			
	(I) Ativos com Excesso de Garantia		(II) Ativos com Insuficiência de Garantia		(I) Ativos com Excesso de Garantia		(II) Ativos com Insuficiência de Garantia	
	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia	Valor Contábil do Ativo	Valor Justo da Garantia
Pessoas Físicas	53.756	134.501	1.106	1.056	52.608	132.007	1.079	1.028
Crédito Pessoal	396	1.524	876	842	370	1.398	901	864
Veículos	14.011	34.049	228	213	13.618	34.368	177	163
Crédito Imobiliário	39.349	98.928	2	1	38.620	96.241	1	1
Micros / Pequenas, Médias e Grandes Empresas	115.244	314.475	9.914	7.321	115.731	339.892	11.032	8.537
Unidades Externas América Latina	118.183	198.978	11.313	3.800	105.425	175.476	10.262	3.598
Total	287.183	647.954	22.333	12.177	273.764	647.375	22.373	13.163

A diferença entre o total da carteira de crédito e a carteira de crédito com garantia é gerada por empréstimos não garantidos R\$ 212.976 (R\$ 201.582 em 31/12/2017).

ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza garantias para reduzir a ocorrência de perdas em operações com risco de crédito, gerenciando suas garantias de modo que elas sejam sempre suficientes, legalmente executáveis (efetivas) e viáveis, sendo revisadas regularmente. Assim, a garantia é utilizada para maximizar o potencial de recuperação de crédito em caso de inadimplemento, e não para reduzir o valor da exposição de clientes ou contrapartes.

Pessoas Físicas

Crédito Pessoal - Esta categoria de produtos de crédito geralmente requer garantias, garantias financeiras prestadas.

Veículos - Neste tipo de operação, os ativos dos clientes funcionam como garantia, assim como os ativos arrendados nas operações de arrendamento.

Crédito Imobiliário - Os próprios imóveis são dados em garantia.

Micros / Pequenas, Médias e Grandes Empresas - Nessas operações pode ser utilizada qualquer garantia prevista na política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (alienação fiduciária, cessão fiduciária, aval/devedor solidário, hipoteca e outras).

Unidades Externas América Latina - Nessas operações pode ser utilizada qualquer garantia prevista na política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (alienação fiduciária, cessão fiduciária, aval / devedor solidário, hipoteca e outras).

9. Bens Retomados

Os ativos são classificados como bens apreendidos e reconhecidos como ativo quando da efetiva posse.

Os ativos recebidos quando da execução de empréstimos, inclusive imóveis, são registrados inicialmente pelo menor valor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda, ou (ii) o valor contábil do empréstimo.

Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para desvalorização, com um débito correspondente no resultado. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos.

A política de venda destes bens contempla a realização de leilões periódicos que são divulgados previamente ao mercado além de considerar a restrição para a manutenção em propriedade da Instituição pelo prazo máximo de um ano, expedidas pelo órgão regulador brasileiro (Banco Central do Brasil). Este prazo pode ser prorrogável a critério do referido regulador.

Os saldos apresentados abaixo representam o total de bens retomados no período:

	01/04 a 30/06/2018	01/04 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2018	01/01 a 30/06/2017
Imóveis Não de Uso	30	20	47	93
Imóveis Habitacionais - Crédito Imobiliário	53	55	122	107
Veículos - Vinculado a Operações de Crédito	-	1	-	2
Outros (Veículos / Móveis / Equipamentos) - Dação	30	20	50	126
Total	113	96	219	328

Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*).

A política institucional de gerenciamento de risco de mercado encontra-se aderente à Resolução CMN nº 3.464 e alterações posteriores, constituindo um conjunto de princípios que norteiam a estratégia no controle e gerenciamento de risco de mercado de toda a instituição.

A estratégia de gerenciamento de riscos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING busca balancear seus objetivos de negócio, considerando, dentre outros:

- Conjuntura política, econômica e de mercado;
- Perfil da carteira do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- Capacidade de atuar em mercados específicos.

A estrutura de controle de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a função de:

- Proporcionar visibilidade e conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- Promover o diálogo disciplinado e bem informado sobre o perfil de risco global e sua evolução no tempo;
- Aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados;
- Fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio; e
- Monitorar e evitar a concentração de riscos.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de: (i) mensuração e avaliação de risco, (ii) monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas, (iii) aplicação, análise e testes de cenários de estresse, (iv) reporte de risco para os responsáveis individuais dentro das unidades de negócios de acordo com a governança do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, (v) monitoramento de ações necessárias para o reajuste de posições e/ou níveis de risco para fazê-los viáveis, e (vi) apoio ao lançamento de novos produtos financeiros com segurança.

O CMN possui regulamentos que estabelecem a segregação de exposição ao risco de mercado em fatores de risco, tais como: taxas de juros, taxas de câmbio, ações e *commodities*. Os índices de inflação brasileiros também são tratados como um grupo de fatores de risco e seguem a mesma estrutura de governança de limites.

A estrutura de limites e alertas é alinhada com as diretrizes do CA, sendo revisada e aprovada anualmente. Esta estrutura conta com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão dos riscos, bem como evitar sua concentração. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio, a liquidez, a complexidade e as volatilidades dos mercados, bem como o apetite de risco da instituição.

Buscando o enquadramento das operações nos limites definidos, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING realiza *hedge* de operações de clientes e de posições proprietárias, inclusive de investimentos no exterior. Derivativos são os instrumentos mais utilizados para a execução destas atividades de *hedge*, e podem se caracterizar como *hedge* contábil ou econômico, ambos regidos por normativos institucionais no ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Para uma visão detalhada do tema *hedge* contábil, consultar a Nota 9 – *Hedge* Contábil.

A gestão de risco de mercado segue a segregação das operações em Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação, de acordo com os critérios gerais estabelecidos pela Resolução CMN 3.464 e Circular BACEN 3.354.

A carteira de negociação é composta por todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, realizadas com a intenção de negociação. Já a carteira de não negociação caracteriza-se preponderantemente pelas operações provenientes do negócio bancário e relacionadas à gestão do balanço da instituição, realizadas sem a intenção de negociação e com horizonte de tempo de médio e longo prazos.

A gestão do risco de mercado é realizada com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (*VaR - Value at Risk*): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos);
- *Stop Loss*: métrica que tem por objetivo a revisão das posições, caso as perdas acumuladas em um dado período atinjam um determinado valor;
- Concentração: exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco, calculada a valor de mercado ("*MtM - Mark to Market*"); e
- *VaR Estressado*: métrica estatística derivada do cálculo de *VaR*, que objetiva capturar o maior risco em simulações da carteira de negociação atual, levando em consideração retornos observáveis em cenários históricos de extrema volatilidade.

Adicionalmente, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, incluem-se:

- Análise de Descasamentos (GAPS): exposição acumulada dos fluxos de caixa, por fator de risco, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (*DV01- Delta Variation*): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador;
- Sensibilidades aos Diversos Fatores de Riscos (GREGAS): derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza sistemas proprietários para mensurar o risco de mercado consolidado. O processamento desses sistemas ocorre em ambiente com controle de acesso, de alta disponibilidade, com processos de guarda e recuperação de dados e conta com infraestrutura para garantir a continuidade de negócios em situações de contingência (*disaster recovery*).

O documento "Relatório de Acesso Público – Risco de Mercado" que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de mercado, que não faz parte das demonstrações contábeis, pode ser visualizado no site www.italu.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas.

VaR - Consolidado ITAÚ UNIBANCO HOLDING

O *VaR* Consolidado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é calculado por Simulação Histórica, isto é, a distribuição esperada para os ganhos e perdas (*P&L's - Profit and loss statement*) de uma carteira ao longo de tempo pode ser estimada a partir do comportamento histórico dos retornos dos fatores de risco de mercado desta carteira. O *VaR* é calculado com um intervalo de confiança de 99%, período histórico de 4 anos (1000 dias úteis) e um horizonte de manutenção (*holding period*) de um dia. Ainda, em uma abordagem conservadora, o *VaR* é calculado diariamente com e sem ponderação pela volatilidade, sendo o *VaR* final o valor mais restritivo dentre as duas metodologias.

De 01/01 a 30/06/2018, o *VaR* Total Médio em simulação histórica foi de R\$ 431,9 ou 0,35% do patrimônio líquido total (em todo o ano de 2017 foi de R\$ 409,9 ou 0,28% do patrimônio líquido total).

(em milhões de R\$)								
VaR Total (Simulação Histórica)								
	30/06/2018 ⁽¹⁾				31/12/2017 ⁽¹⁾			
	Média	Mínimo	Máximo	<i>VaR</i> Total	Média	Mínimo	Máximo	<i>VaR</i> Total
VaR por Grupo de Fatores de Risco								
Taxas de Juros	874,6	744,1	1.042,9	912,4	721,0	583,6	1.311,9	764,7
Moedas	19,8	12,7	45,2	16,4	20,4	6,5	50,2	11,9
Ações	36,7	23,6	58,5	27,3	45,4	38,5	54,9	46,4
Commodities	1,7	0,7	3,1	1,0	1,5	0,7	4,0	0,8
Efeito de Diversificação				(466,0)				(451,5)
Risco Total	431,9	317,2	603,6	491,1	409,9	304,8	874,0	372,3

(1) O *VaR* por Grupo de Fatores de risco considera as informações das unidades externas.

Taxa de Juros

A tabela de posição de contas sujeitas a risco de taxa de juros agrupa por produtos o valor contábil das contas distribuído por vencimento. Esta tabela não é usada diretamente para fins de gestão de riscos de taxas de juros, sendo bastante utilizada para permitir a avaliação de descasamentos entre as contas e os produtos a elas associados bem como para identificar possíveis concentrações de risco.

A tabela a seguir demonstra a posição contábil dos nossos ativos e passivos que rendem juros e assim não refletem as diferenças de posição de taxa de juros que possam existir em qualquer outra data. Adicionalmente, variações na sensibilidade das taxas de juros podem existir dentro dos períodos de reprecificação apresentados por conta de diferentes datas de reprecificação durante o período.

Posição de Contas Sujetas a Risco de Taxa de Juros ⁽¹⁾

	30/06/2018						31/12/2017					
	0-30 dias	31-180 dias	181-365 dias	1-5 anos	Acima de 5 anos	Total	0-30 dias	31-180 dias	181-365 dias	1-5 anos	Acima de 5 anos	Total
Ativos Remunerados	345.583	248.415	122.170	420.737	179.402	1.316.307	268.059	354.885	103.785	392.119	178.592	1.297.440
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	16.122	4.431	2.207	974	-	23.734	21.644	3.510	2.880	1.011	3	29.048
Aplicações no Mercado Aberto	151.609	85.194	17.605	38	250	254.696	42.612	201.889	2	28	168	244.699
Depósitos Compulsórios no Banco Central	79.508	-	-	-	-	79.508	94.047	-	-	-	-	94.047
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado	11.931	17.199	16.358	159.922	44.724	250.134	16.554	15.855	17.103	147.805	51.630	248.947
Ativos Financeiros Designados ao Valor Justo	-	-	2.313	-	-	2.313	-	-	1.041	705	-	1.746
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	1.935	2.784	2.859	30.048	15.106	52.732	1.088	2.476	6.102	23.415	19.068	52.149
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	2.130	8.039	6.146	51.240	35.423	102.978	10.897	7.921	6.834	50.650	29.940	106.242
Derivativos	7.890	4.451	4.213	7.824	3.342	27.720	7.978	3.003	2.360	6.681	2.821	22.843
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro ⁽²⁾	74.458	126.317	70.469	170.691	80.557	522.492	73.239	120.231	67.463	161.824	74.962	497.719
Passivos Remunerados	377.916	100.389	71.493	312.296	67.546	929.640	376.492	93.736	87.850	290.677	56.451	905.206
Depósitos de Poupança	127.342	-	-	-	-	127.342	119.980	-	-	-	-	119.980
Depósitos a Prazo	27.767	34.811	20.467	139.400	3.316	225.761	27.798	32.350	22.570	126.435	2.647	211.800
Depósitos Interfinanceiros	1.159	872	760	25	27	2.843	88	908	669	451	66	2.182
Mercado Aberto	202.254	11.339	14.853	50.647	23.434	302.527	208.261	7.362	25.185	57.146	14.680	312.634
Mercado Interbancário	10.481	39.585	24.429	50.451	8.691	133.637	8.570	34.108	30.736	48.005	8.197	129.616
Mercado Institucional	1.119	8.516	5.278	57.015	29.590	101.518	4.188	16.495	5.343	43.911	28.545	98.482
Derivativos	7.788	5.256	5.692	11.274	2.426	32.436	7.596	2.491	3.325	11.109	2.225	26.746
Passivos Financeiros Designados ao Valor Justo por meio do Resultado	6	10	14	148	62	240	11	22	22	319	91	465
Passivos de Planos de Capitalização	-	-	-	3.336	-	3.336	-	-	-	3.301	-	3.301
Diferença Ativo / Passivo ⁽³⁾	(32.333)	148.026	50.677	108.441	111.856	386.667	(108.433)	261.149	15.935	101.442	122.141	392.234
Diferença Acumulada	(32.333)	115.693	166.370	274.811	386.667		(108.433)	152.716	168.651	270.093	392.234	
Índice da Diferença Acumulada para o Total de Ativos Remunerados	(2,5%)	8,8%	12,6%	20,9%	29,4%		(8,4%)	11,8%	13,0%	20,8%	30,2%	

(1) Prazos contratuais remanescentes;

(2) Na composição do saldo há operações que foram designadas ao Valor Justo por Meio do Resultado, no valor de R\$ 644 (R\$ 102 em 31/12/2017).

(3) As diferenças decorrem de descasamento de prazos entre o vencimento de todos os ativos e passivos remunerados na respectiva data-base, considerando os prazos acordados contratualmente.

Posição de Contas Sujeitas a Risco de Moeda

Ativo	30/06/2018			
	Dólar	Peso Chileno	Outros	Total
Disponibilidades	5.910	2.497	5.393	13.800
Ativos Financeiros	111.263	108.614	71.364	291.241
Ao Custo Amortizado	76.062	91.265	59.922	227.249
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5.305	1.166	10.766	17.237
Aplicações no Mercado Aberto	286	480	355	1.121
Títulos e Valores Mobiliários	20.242	-	426	20.668
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	53.681	92.045	50.474	196.200
(-) Provisão para Perda Esperada	(3.452)	(2.426)	(2.099)	(7.977)
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	20.328	10.336	10.180	40.844
Títulos e Valores Mobiliários	20.330	10.338	10.180	40.848
(-) Provisão para Perda Esperada	(2)	(2)	-	(4)
Ao Valor Justo por meio do Resultado	12.560	7.013	1.262	20.835
Títulos e Valores Mobiliários	4.927	282	762	5.971
Derivativos	7.633	6.731	500	14.864
Ao Valor Justo Designado por meio do Resultado	2.313	-	-	2.313
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Patrimoniais	2.313	-	-	2.313
Total do Ativo	117.173	111.111	76.757	305.041

Passivo	30/06/2018			
	Dólar	Peso Chileno	Outros	Total
Depósitos	44.815	55.238	53.849	153.902
Captações do Mercado Aberto	23.958	2.478	3.490	29.926
Passivos Financeiros Designados ao Valor Justo por meio do Resultado	240	-	-	240
Derivativos	8.081	5.810	510	14.401
Recursos de Mercados Interbancários	27.997	6.827	4.917	39.741
Recursos de Mercados Institucionais	46.622	32.383	3.655	82.660
Total do Passivo	151.713	102.736	66.421	320.870

Posição Líquida	(34.540)	8.375	10.336	(15.829)
------------------------	-----------------	--------------	---------------	-----------------

Posição de Contas Sujeitas a Risco de Moeda

Ativo	31/12/2017			
	Dólar	Peso Chileno	Outros	Total
Disponibilidades	4.958	2.527	2.990	10.475
Ativos Financeiros	92.768	98.027	67.135	257.930
Ao Custo Amortizado	60.143	80.785	56.348	197.276
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	8.473	469	13.739	22.681
Aplicações no Mercado Aberto	196	-	594	790
Títulos e Valores Mobiliários	9.605	-	454	10.059
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	44.320	82.510	43.388	170.218
(-) Provisão para Perda Esperada	(2.451)	(2.194)	(1.827)	(6.472)
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	19.963	10.881	6.583	37.427
Títulos e Valores Mobiliários	19.963	10.881	6.583	37.427
Ao Valor Justo por meio do Resultado	10.916	6.361	4.204	21.481
Títulos e Valores Mobiliários	6.869	158	3.720	10.747
Derivativos	4.047	6.203	484	10.734
Ao Valor Justo Designado por meio do Resultado	1.746	-	-	1.746
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Patrimoniais	1.746	-	-	1.746
Total do Ativo	97.726	100.554	70.125	268.405

Passivo	31/12/2017			
	Dólar	Peso Chileno	Outros	Total
Depósitos	42.890	52.393	47.358	142.641
Captações do Mercado Aberto	14.488	63	2.110	16.661
Passivos Financeiros Designados ao Valor Justo por meio do Resultado	465	-	-	465
Derivativos	5.441	5.538	306	11.285
Recursos de Mercados Interbancários	19.446	5.836	4.072	29.354
Recursos de Mercados Institucionais	30.906	29.565	3.047	63.518
Total do Passivo	113.636	93.395	56.893	263.924

Posição Líquida	(15.910)	7.159	13.232	4.481
------------------------	-----------------	--------------	---------------	--------------

A exposição ao risco de ações encontra-se divulgada na Nota 7, referente a Ativos Financeiros – Custo Amortizado, e Nota 10, referente a Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - Títulos e Valores Mobiliários.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculações de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Políticas e Procedimentos

O controle de risco de liquidez é realizado por área independente das áreas de negócio e responsável por definir a composição da reserva, propor premissas para o comportamento do fluxo de caixa, identificar, avaliar, monitorar, controlar e reportar diariamente a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo, propor e monitorar limites de risco de liquidez coerentes com o apetite de risco da instituição, informar eventuais desenquadramentos, considerar o risco de liquidez individualmente nos países onde o ITAÚ UNIBANCO HOLDING opera, simular o comportamento do fluxo de caixa sob condições de estresse, avaliar e reportar previamente os riscos inerentes a novos produtos e operações, bem como reportar as informações requeridas pelos órgãos reguladores. Todas as atividades são sujeitas à verificação pelas áreas independentes de validação, controles internos e auditoria.

A mensuração do risco de liquidez abrange todas as operações financeiras das empresas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, assim como possíveis exposições contingentes ou inesperadas, tais como as advindas de serviços de liquidação, prestação de avais e garantias, e linhas de crédito contratadas e não utilizadas. Este processo é realizado por meio de sistemas corporativos e de aplicativos próprios desenvolvidos e administrados internamente.

As políticas de gestão de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos e nas definições da alta administração. Estes cenários são revistos periodicamente, por meio da análise das necessidades de caixa, em virtude de situações atípicas de mercado ou decorrentes de decisões estratégicas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

O documento “Relatório de Acesso Público – Risco de Liquidez” que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de liquidez, que não faz parte das demonstrações contábeis, pode ser visualizado no site www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas.

O Itaú Unibanco efetua diariamente a gestão e o controle do risco de liquidez através de governança aprovada em comitês superiores, que prevê, entre outras atividades, a adoção de limites mínimos de liquidez, suficientes para absorver possíveis perdas de caixa em cenários de estresse, mensurados através de metodologias internas e também por metodologia regulatória.

Adicionalmente, e em observância às exigências da Resolução nº 4.090, de 24/05/2012, do CMN e da Circular nº 3.749, de 05/03/2015, do BACEN, é enviado mensalmente ao BACEN o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL) e periodicamente são elaborados e submetidos à alta administração os seguintes itens para acompanhamento e suporte às decisões:

- Diferentes cenários projetados para a evolução da liquidez;
- Planos de contingência para situações de crise;
- Relatórios e gráficos que descrevem as posições de risco;
- Avaliação do custo de captação e fontes alternativas de captação;
- Acompanhamento da diversificação de captação por meio de um controle constante de fontes de captação, considerando tipo do investidor e prazo, entre outros fatores.

Conforme instruções dadas pela Carta-Circular 3.775, de 14/07/2016, do BACEN, bancos com ativos totais acima de R\$ 100 bilhões passaram, desde outubro de 2015, a enviar mensalmente ao BACEN um indicador padronizado de Liquidez de Curto Prazo (LCR, do inglês “*Liquidity Coverage Ratio*”), sendo este reportado de forma consolidada para instituições integrantes do Conglomerado Prudencial. O cálculo deste indicador segue a metodologia estabelecida pelo BACEN, e está alinhado às diretrizes internacionais de Basileia.

O cálculo resumido do indicador é apresentado na tabela abaixo. Em 2018, a exigência mínima para o indicador é de 90%. Maiores detalhes sobre o LCR do período, que não fazem parte das demonstrações contábeis, podem ser consultados no site www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Governança Corporativa / Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3.

Informações sobre o indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR)	2º trimestre 2018
	Valor Total Ajustado ⁽¹⁾
Total Ativos de Alta Liquidez ⁽²⁾	172.178
Total de saídas potenciais de caixa ⁽³⁾	101.584
LCR (%)	169,5%

(1) Corresponde ao valor calculado após a aplicação dos fatores de ponderação e dos limites estabelecidos pela Circular BACEN 3.749.

(2) Ativos de alta liquidez (HQLA - High quality liquid assets): saldo em estoque, em alguns casos ponderado por um fator de desconto, dos ativos que se mantêm líquidos nos mercados durante períodos de estresse, que podem ser facilmente convertidos em espécie e que são de baixo risco.

(3) Potenciais saídas de caixa calculadas em estresse padronizado, determinado pela Circular 3.749 (Saídas_e), subtraídas do menor valor entre (i) as potenciais entradas de caixa calculadas em estresse padronizado, determinado pela Circular 3.749 e (ii) 75% x Saídas_e.

Fontes Primárias de Funding

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de fontes diversificadas de recursos, com parcela significativa advinda do segmento de varejo. O total dos recursos de clientes atingiu R\$ 630,9 bilhões (R\$ 622,1 bilhões 31/12/2017), com destaque para as captações de depósitos a prazo. Parte considerável destes recursos – 37,2% do total, ou R\$ 234,5 bilhões - tem disponibilidade imediata para o cliente. No entanto, o comportamento histórico do saldo acumulado dos dois maiores itens - depósito à vista e poupança - é relativamente consistente: a soma dos seus saldos cresce ao longo do tempo e há excesso de entradas de caixa sobre as saídas na comparação das médias mensais dos fluxos.

Recursos de Clientes	30/06/2018			31/12/2017		
	0-30 dias	Total	%	0-30 dias	Total	%
Depósitos	226.915	426.595	-	216.842	402.938	
Recursos à Vista	70.646	70.646	11,2	68.973	68.973	11,1
Recursos de Poupança	127.342	127.342	20,2	119.980	119.980	19,3
Recursos a Prazo	27.766	225.761	35,8	27.798	211.800	34,0
Outros Recursos	1.161	2.846	0,5	91	2.185	0,4
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos ⁽¹⁾	5.926	115.008	18,2	6.820	107.581	17,3
Recursos de Emissão Própria ⁽²⁾	1.408	35.392	5,6	2.570	58.837	9,5
Dívida Subordinada	217	53.926	8,5	1.315	52.696	8,5
Total	234.466	630.921	100,0	227.547	622.052	100,0

(1) Inclui Letras Hipotecárias, de Crédito Imobiliário, Agronegócios, Financeiras e Certificados de Operações Estruturadas registradas em Recursos de Mercados Interbancários e Obrigações por Emissão de Debêntures e TVM no Exterior registrados em Recursos de Mercados Institucionais.

(2) Referem-se a Captações no Mercado Aberto com títulos de emissão própria.

Controle de Liquidez

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING gerencia suas reservas de liquidez mediante estimativas dos recursos que estarão disponíveis para aplicação, considerando a continuidade dos negócios em condições de normalidade.

Durante o período de 2018, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING manteve níveis adequados de liquidez no Brasil e no exterior. Os ativos líquidos (Disponibilidades, Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada e Títulos Públicos – Livres, conforme quadro Fluxos Futuros - Ativos Financeiros) totalizavam R\$ 151,6 bilhões e representavam 64,7% dos recursos resgatáveis a curto prazo, 24,0% do total de recursos e 15,9% dos ativos totais.

A tabela abaixo apresenta os indicadores utilizados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING na gestão de riscos de liquidez:

Indicadores de Liquidez	30/06/2018	31/12/2017
	%	%
Ativos Líquidos ⁽¹⁾ / Recursos de Clientes em até 30 dias ⁽²⁾	64,7	72,2
Ativos Líquidos ⁽¹⁾ / Recursos de Clientes Totais ⁽³⁾	24,0	26,4
Ativos Líquidos ⁽¹⁾ / Ativos Financeiros Totais ⁽⁴⁾	15,9	17,6

(1) Ativos Líquidos são: Disponibilidades, Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada e Títulos Públicos - Livres. Estão detalhados no quadro de Fluxos Futuros não Descontados - Ativos Financeiros;

(2) Quadro Recursos de Clientes (Total Recursos de Clientes 0-30 dias);

(3) Quadro Recursos de Clientes (Total Recursos de Clientes);

(4) Detalhados no quadro de Fluxos Futuros não Descontados - Ativos Financeiros, totalizam a valor presente R\$ 954.582 (R\$ 933.686 em 31/12/2017).

Adicionalmente, apresenta-se os ativos e os passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, considerando seus fluxos não descontados.

Fluxos Futuros não Descontados Exceto para Derivativos	30/06/2018					31/12/2017				
	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias	Total	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias	Total
Ativos Financeiros ⁽¹⁾										
Disponibilidades	25.402	-	-	-	25.402	18.749	-	-	-	18.749
Aplicações em Instituições Financeiras	165.714	104.750	637	467	271.568	93.218	173.663	673	508	268.062
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada ⁽²⁾	45.432	-	-	-	45.432	38.833	-	-	-	38.833
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Financiada	104.216	97.883	-	-	202.099	31.238	167.061	-	-	198.299
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros ⁽⁴⁾	16.066	6.867	637	467	24.037	23.147	6.602	673	508	30.930
Títulos e Valores Mobiliários	84.181	14.162	14.556	97.298	210.197	110.667	24.960	16.717	76.923	229.267
Títulos Públicos - Livres	76.941	290	291	5.829	83.351	103.447	152	232	5.052	108.883
Títulos Públicos - Compromissadas de Recompra	422	4.437	7.460	33.376	45.695	203	15.677	9.107	19.270	44.257
Títulos Privados - Livres	6.738	8.676	4.796	48.781	68.991	7.007	8.577	5.541	45.885	67.010
Títulos Privados - Compromissadas de Recompra	80	759	2.009	9.312	12.160	10	554	1.837	6.716	9.117
Instrumentos Financeiros Derivativos	7.890	8.664	2.968	8.198	27.720	7.978	5.363	2.756	6.746	22.843
Posição Líquida	7.890	8.664	2.968	8.198	27.720	7.978	5.363	2.756	6.746	22.843
Swaps	103	1.696	1.536	7.433	10.768	189	1.258	1.661	6.082	9.190
Opções	737	3.248	1.094	300	5.379	430	1.748	865	294	3.337
Contratos a Termo	5.311	708	1	-	6.020	6.529	382	-	-	6.911
Demais Derivativos	1.739	3.012	337	465	5.553	830	1.975	230	370	3.405
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro ⁽³⁾	64.512	160.825	80.916	223.079	529.332	57.505	152.660	71.107	201.881	483.153
Total de Ativos Financeiros	347.699	288.401	99.077	329.042	1.064.219	288.117	356.646	91.253	286.058	1.022.074

(1) A carteira ativa não considera os saldos dos depósitos compulsórios no Banco Central que montam em R\$ 84.800 (R\$ 98.837 em 31/12/2017) cuja liberação desses recursos está atrelada ao vencimento das carteiras passivas. Os valores dos fundos PGBl e VGBl não são considerados na carteira ativa pois estão contemplados na Nota 30.

(2) Subtraído o valor de R\$ 3.684 (R\$ 3.664 em 31/12/2017), cujos títulos estão vinculados à garantia de operações na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no Banco Central.

(3) Subtraído o valor de pagamentos ao lojista R\$ 50.983 (R\$ 53.687 em 31/12/2017) e o valor das Obrigações Vinculadas a Cessão de Crédito R\$ 4.539 (R\$ 4.931 em 31/12/2017).

(4) Inclui o valor de R\$ 11.983 (R\$ 6.689 em 31/12/2017) referente a Depósitos Compulsórios nos Bancos Centrais de outros países.

Fluxos Futuros não Descontados Exceto para Derivativos	30/06/2018					31/12/2017				
Passivos Financeiros	0 - 30 dias	31 - 365 dias	365 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total
Depósitos	236.612	55.676	18.167	174.140	484.595	222.782	61.672	16.500	152.961	453.915
Depósito a Vista	70.646	-	-	-	70.646	68.973	-	-	-	68.973
Depósito Poupança	127.342	-	-	-	127.342	119.980	-	-	-	119.980
Depósito a Prazo	36.839	54.549	18.130	174.120	283.638	33.114	60.272	16.445	152.903	262.734
Depósito Interfinanceiros	1.782	1.127	37	20	2.966	712	1.400	55	58	2.225
Outros Depósitos	3	-	-	-	3	3	-	-	-	3
Depósitos Compulsórios	(36.660)	(12.896)	(4.090)	(31.154)	(84.800)	(40.538)	(18.197)	(4.644)	(35.458)	(98.837)
Depósito a Vista	(5.292)	-	-	-	(5.292)	(4.790)	-	-	-	(4.790)
Depósito Poupança	(22.687)	-	-	-	(22.687)	(26.008)	-	-	-	(26.008)
Depósito a Prazo	(8.681)	(12.896)	(4.090)	(31.154)	(56.821)	(9.740)	(18.197)	(4.644)	(35.458)	(68.039)
Captações no Mercado Aberto ⁽¹⁾	237.300	27.838	14.949	39.356	319.443	232.970	35.234	30.404	39.444	338.052
Títulos Públicos	199.978	3.945	6.575	33.272	243.770	202.545	3.197	8.260	27.680	241.682
Títulos Privados	7.336	22.920	8.374	6.084	44.714	8.020	31.348	22.144	11.764	73.276
Exterior	29.986	973	-	-	30.959	22.405	689	-	-	23.094
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos ⁽²⁾	7.673	43.326	44.383	39.331	134.713	7.093	43.463	21.325	52.837	124.718
Obrigações por Empréstimos e Repasses ⁽³⁾	3.868	36.999	10.425	15.652	66.944	3.975	37.132	9.839	19.807	70.753
Dívidas Subordinadas ⁽⁴⁾	362	6.751	5.911	52.222	65.246	1.061	13.402	2.054	49.454	65.971
Instrumentos Financeiros Derivativos	7.788	10.948	5.240	8.460	32.436	7.596	5.816	4.877	8.457	26.746
Posição Líquida	7.788	10.948	5.240	8.460	32.436	7.596	5.816	4.877	8.457	26.746
Swaps	187	4.752	4.080	7.474	16.493	65	2.364	3.747	7.516	13.692
Opções	883	2.963	817	315	4.978	332	1.299	889	273	2.793
Contratos a Termo	5.631	2	-	-	5.633	6.272	-	-	-	6.272
Demais Derivativos	1.087	3.231	343	671	5.332	927	2.153	241	668	3.989
Total Passivos Financeiros	456.943	168.642	94.985	298.007	1.018.577	434.939	178.522	80.355	287.502	981.318

(1) Inclui Carteira Própria e de Terceiros.

(2) Inclui Letras Hipotecárias, de Crédito Imobiliário, Agronegócios, Financeiras e Certificados de Operações Estruturadas registradas em Recursos de Mercados Interbancários e Obrigações por Emissão de Debêntures e TVM no Exterior registrados em Recursos de Mercados Institucionais.

(3) Registradas em Recursos de Mercados Interbancários.

(4) Registradas em Recursos de Mercados Institucionais.

Compromissos <i>Off Balance</i>	30/06/2018					31/12/2017				
	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total	0 - 30 dias	31 - 365 dias	366 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total
Garantias Financeiras Prestadas	1.656	17.692	6.297	44.475	70.120	1.749	17.563	5.451	45.726	70.489
Compromissos a Liberar	103.260	30.627	6.429	128.455	268.771	98.310	27.857	7.307	110.652	244.126
Cartas de Crédito a Liberar	10.305	-	-	-	10.305	9.214	-	-	-	9.214
Compromissos Contratuais - Imobilizado e Intangível (Notas 15 e 16)	-	219	460	273	952	-	432	460	273	1.165
Total	115.221	48.538	13.186	173.203	350.148	109.273	45.852	13.218	156.651	324.994

Aquisição de participação minoritária na XP Investimentos S.A.

Em 11 de maio de 2017, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, por meio de sua subsidiária ITAÚ UNIBANCO, assinou contrato de compra e venda de ações com a XP Controle Participações S.A. (XP CONTROLE), o G.A. Brasil IV Fundo de Investimento em Participações, o Dyna III Fundo de Investimento em Participações, entre outras partes (VENDEDORES), para aquisição de 49,9% do capital social total (sendo 30,1% das ações ordinárias) da XP Investimentos S.A. (XP HOLDING), por meio de aporte de capital no valor de R\$ 600 e aquisição de ações de emissão da XP HOLDING detidas pelos VENDEDORES no valor de R\$ 5.700, estando tais valores sujeitos a ajustes contratualmente previstos (PRIMEIRA AQUISIÇÃO). Parcela deste valor ficará retida como garantia de eventuais obrigações futuras da XP CONTROLE, pelo prazo de 10 anos, sendo o eventual saldo remanescente pago à XP CONTROLE ao fim deste prazo.

Além da PRIMEIRA AQUISIÇÃO, o ITAÚ UNIBANCO comprometeu-se a adquirir (i) em 2020, percentual adicional de 12,5%, que lhe garantirá 62,4% do capital social total da XP HOLDING (sendo 40,0% das ações ordinárias), com base em um múltiplo de resultado (19 vezes) da XP HOLDING, e (ii) em 2022, percentual adicional de 12,5%, que lhe garantirá 74,9% do capital social total da XP HOLDING (sendo 49,9% das ações ordinárias), com base no valor justo de mercado da XP HOLDING à época, sendo certo que o controle do Grupo XP, permanecerá com os acionistas da XP CONTROLE, que serão titulares da maioria das ações com direito a voto.

O ITAÚ UNIBANCO atuará como sócio minoritário e não terá influência nas políticas comerciais e operacionais da XP HOLDING ou de qualquer outra sociedade do Grupo XP.

As efetivas aquisições e liquidações financeiras ocorrerão após o cumprimento de determinadas condições do contrato e da obtenção das autorizações regulatórias necessárias.